

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO E DOUTORADO

EMMANUEL DE SOUSA CAMPOS

Tese de doutorado

**O COMPORTAMENTO ELEITORAL DA NOVA CLASSE TRABALHADORA NO
RIO GRANDE DO NORTE (2014): IDEOLOGIA, AVALIAÇÃO DE GOVERNO E
VOTO.**

NATAL/RN, 2016.

EMMANUEL DE SOUSA CAMPOS

**O COMPORTAMENTO ELEITORAL DA NOVA CLASSE TRABALHADORA NO
RIO GRANDE DO NORTE (2014): IDEOLOGIA, AVALIAÇÃO DE GOVERNO E
VOTO.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação do Professor Doutor João Emanuel Evangelista de Oliveira, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

NATAL/RN, 2016.

UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede
Catalogação da Publicação na Fonte

Campos, Emmanuel de Sousa.

O comportamento eleitoral da nova classe trabalhadora no Rio Grande do Norte 2014: ideologia, avaliação de governo e voto / Emmanuel de Sousa Campos. - Natal, RN, 2016.
193 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. João Emanuel Evangelista.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

1. Comportamento eleitoral – Natal (RN) - Tese. 2. Nova classe trabalhadora - Tese. 3. Voto de classe - Tese. I. Evangelista, João Emanuel. II. Título.

RN/UF/BCZM

CDU 324

EMMANUEL DE SOUSA CAMPOS

**O COMPORTAMENTO ELEITORAL DA NOVA CLASSE TRABALHADORA NO
RIO GRANDE DO NORTE (2014): IDEOLOGIA, AVALIAÇÃO DE GOVERNO E
VOTO.**

Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. João Emanuel Evangelista (UFRN - Orientador)

Profª. Dra. Andrea Maria Linhares da Costa (UERN – Membro externo)

Prof. Dr. Celso Frederico (USP – Membro externo)

Prof. Dr. José Antônio Spinelli Lindoso (UFRN-Membro interno)

Prof. Dr. Edmilson Lopes Júnior (UFRN-Membro interno)

NATAL/RN, 2016.

AGRADECIMENTOS

Aproveito este momento para agradecer às pessoas que contribuíram para que eu concluísse este trabalho acadêmico, caminho obrigatório para obtenção do diploma de Doutor em Ciências Sociais.

Agradeço, primeiramente, ao meu orientador o professor Dr. João Emanuel Evangelista, que acompanha minha carreira acadêmica desde a graduação, ao qual serei eternamente grato por sua paciência em ensinar e compreender os desafios acadêmicos, bem como os desafios da vida estudantil. Além disso, atendeu pacientemente meus telefonemas, me auxiliou e mostrou os melhores caminhos para que pudesse concluir esse trabalho.

Gostaria de mostrar gratidão, aos entrevistados das cidades de Natal, Mossoró e Caicó que de maneira voluntária responderam meu roteiro-guia de suma importância para a conclusão dessa pesquisa científica.

Também não podia deixar de mencionar e reconhecer os ensinamentos nas aulas da pós-graduação em Ciências Sociais da UFRN, possibilitados pelos professores: Dr. José Antônio Spinelli, Dr. Edmilson Lopes e Dr. Lincoln Morais. Não posso deixar de agradecer a Otávio e Jefferson, pelo auxílio na coordenação da pós-graduação com as questões institucionais da tese, bolsa da CAPES, e a apresentação do trabalho.

Para finalizar, agradeço aos meus pais, Jaumeir de Oliveira Campos e Marta Lúcia de Sousa Campos, minha esposa, Andréia Cavalcanti dos Santos Campos e meus filhos, Vitor Emmanuel e Artur Samuel, os quais sempre apoiaram meus estudos.

RESUMO

Esta tese investigou o comportamento eleitoral das frações da nova classe trabalhadora no Rio Grande do Norte, mais especificamente nas cidades de Natal, Mossoró e Caicó, a partir da eleição presidencial de 2014. Essa investigação analisou a ideologia, a avaliação de governo e a orientação do voto de uma parcela das classes populares do eleitorado potiguar. No Brasil, a partir de 2003, mudanças socioeconômicas vem ocorrendo de maneira perceptível, principalmente em uma parte das classes populares que ascendeu socialmente e migrou para a “classe econômica C”. Com isso, houve nesse período, uma ampliação significativa desse estrato social. A ampliação da “classe C” nos últimos dez anos no Brasil suscitou o debate acadêmico e na mídia sobre o surgimento de uma “nova classe média”. Neri (2008) denominará a “classe C” de “a nova classe média” e que será a parte central de seus estudos. Mas, o debate sobre a “nova classe média” não pode ser simplista ao ponto de considerar que a ascensão social, tendo como principal variável a renda, inseriu essa parcela da população na classe média, pois a mesma possui especificidades distintas das classes populares. Para compreender este fenômeno, foi ultrapassada a variável renda, agregando a relevância da propriedade dos meios de produção, o controle da força de trabalho e os valores simbólicos na delimitação das classes sociais resultando em três frações da nova classe trabalhadora: os cargos de chefia, os não chefes e os pequenos batalhadores. Neste estudo, utilizando de maneira complementar a abordagem sociológica (ideologia e classes sociais) e a avaliação de desempenho foi identificado que a nova classe trabalhadora (chefes) majoritariamente reproduziu o posicionamento ideológico e político da classe média, resultando na rejeição aos governos petistas (2003-2014) e suas políticas sociais, compensatórias e redistributivas. Pelo que foi visto, a nova classe trabalhadora (chefes) se aproxima do comportamento ideológico e político da classe média que refletirá em suas escolhas eleitorais e interesses classistas. A nova classe trabalhadora (não chefes e pequenos batalhadores que votavam na situação) devido a seus interesses classistas e ideológicos se aproximou do Partido dos Trabalhadores avaliando positivamente os governos Lula-Dilma (2003-2014) devido à implantação de políticas compensatórias, redistributivas e programas governamentais voltados às classes populares. Em um contraponto, os eleitores da nova classe trabalhadora (não chefes e pequenos batalhadores) os quais votaram nulo, reproduziram o discurso da grande mídia e da classe média sobre a rejeição das políticas compensatórias, redistributivas e programas governamentais dos governos Lula-Dilma, e, conseqüentemente, desaprovaram o Governo Dilma e sua candidatura.

Palavras-chave: **comportamento eleitoral, nova classe trabalhadora e voto de classe.**

ABSTRACT

This thesis investigates the voting behavior of the fractions of the new working class in Rio Grande do Norte, more specifically in the cities of Natal, Mossoró and Caicó, from the presidential election of 2014. This research examined the ideology, the evaluation of government and guidance the vote of a portion of the working classes of RN voters. In Brazil, from 2003, socio-economic change has occurred perceptibly, especially in a part of the working classes who ascended socially and switched to the "C economic class." Thus, there was this period, a significant expansion of this social stratum. The expansion of the "class C" in the past decade in Brazil raised the academic debate and in the media about the emergence of a "new middle class". Neri (2008) termed the "class C" of the "new middle class" and that will be the central part of their studies. But the debate on the "new middle class" can not be simplistic to the point of considering that social mobility, the main variable income, entered this segment of the population in the middle class, because it has different specificities of the popular classes. To understand this phenomenon, the income variable was outdated, adding the importance of ownership of the means of production, control of labor power and the symbolic values in the division of social classes resulting in three fractions of the new working class: the management positions, non-heads and small fighters. In this study, using as a complement to the sociological approach (ideologies and social classes) and the performance evaluation was identified that the new working class (heads) mainly reproduced the ideological and political positioning of the middle class, resulting in the rejection of PT governments (2003-2014) and its social, compensatory and redistributive policies. From what has been seen, the new working class (chiefs) approaches the ideological and political behavior of the middle class that will reflect in their electoral choices and class interests. The new working class (not heads and small fighters who voted in the situation) because of its classist and ideological interests approached the Workers' Party positively evaluating the Lula-Dilma governments (2003-2014) due to the implementation of compensatory policies, and redistributive programs government turned to the popular classes. In a counterpoint, the voters of the new working class (not heads and small fighters) who voted null, reproduced the discourse of mainstream media and the middle class about the rejection of compensatory policies, redistribution and government programs of Lula-Dilma governments, and consequently they disapproved of the government Dilma and her candidacy.

Keywords: voting behavior, new working class and voting class.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Variáveis para a seleção dos participantes das entrevistas em profundidade.....	26
Quadro 2 – Delimitação da posição de classe dentro da divisão social do trabalho, informação ocupacional e da propriedade dos meios de produção.	27
Quadro 3 – As situações contraditórias da nova classe trabalhadora dentro das relações de classe.....	39
Quadro 4 – O capital determinante e secundário na demarcação das classes sociais	47
Quadro 5 – Participação das atividades econômicas no Rio Grande do Norte 2000-2012.....	63
Quadro 6 - Dinâmica municipal – Participação em relação ao Rio Grande do Norte – 2012..	64
Quadro 7 – Recursos financeiros oriundos do programa Bolsa Família em 2014.	92
Tabela 1– Avaliação de governo e vitória ou derrota do candidato da situação entre 1989 e 2014.	100
Tabela 2 – Avaliação de governo e estratos sociais – renda e escolaridade - 2006 a 2014....	102
Tabela 3 - Resultados eleitorais – Segundo turno das eleições presidenciais, 2002, 2006 e 2010 – Rio Grande do Norte.	103
Tabela 4 - Resultados eleitorais – Segundo turno das eleições presidenciais, 2002, 2006 e 2010 – Brasil.....	104
Tabela 5 - Resultados eleitorais – Segundo turno das eleições presidenciais, 2002, 2006 e 2010 – Natal.	104
Tabela 6 - Resultados eleitorais – Segundo turno das eleições presidenciais, 2002, 2006 e 2010 – Mossoró.	105
Tabela 7 - Resultados eleitorais – Segundo turno das eleições presidenciais, 2002, 2006 e 2010 – Caicó.....	105
Tabela 8 – Resultado eleitoral – Segundo turno da eleição presidencial de 2014 – Rio Grande do Norte e Brasil.....	108
Tabela 9 – Resultado eleitoral – Segundo turno da eleição presidencial de 2014 – Natal, Mossoró e Caicó.	108
Tabela 10 – Intenção de voto dos estratos sociais no Rio Grande do Norte – renda, religião e	

escolaridade – primeiro turno - 2014.....	109
Tabela 11 – Avaliação de governo e voto dos estratos sociais no Rio Grande do Norte– renda e escolaridade – segundo turno - 2014.	110
Tabela 12 – Resultado eleitoral – Segundo turno da eleição presidencial de 2014 – Regiões Administrativas de Natal.	111

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – A PRODUÇÃO SOCIAL E A DIMENSÃO SIMBÓLICA NA DELIMITAÇÃO DA NOVA CLASSE TRABALHADORA	29
1.1 – A produção social na delimitação da nova classe trabalhadora	30
1.2 – A dimensão simbólica na delimitação da nova classe trabalhadora.....	40
1.3 – Nova classe média ou nova classe trabalhadora?.....	48
1.4 – A ampliação da nova classe trabalhadora no Rio Grande do Norte.....	59
CAPÍTULO 2 - O COMPORTAMENTO ELEITORAL	67
2.1 - Comportamento eleitoral: uma revisão da literatura internacional.....	67
2.2 - Comportamento eleitoral: Uma breve revisão da literatura brasileira sobre o voto ideológico.....	73
2.3 Comportamento eleitoral: A ideologia e as classes populares.	77
2.3.1 - As eleições presidenciais de 2014.	93
2.4 – Comportamento eleitoral – A avaliação de desempenho nas eleições presidenciais ...	98
2.5 – As eleições presidenciais no Rio Grande do Norte (2002-2014)	103
2.5.1 – A eleição presidencial de 2014 no Rio Grande do Norte.....	107
CAPÍTULO 3 – COMPORTAMENTO ELEITORAL DA NOVA CLASSE TRABALHADORA	112
3.1 – Comportamento eleitoral da nova classe trabalhadora no Rio Grande do Norte (Fração de classe: cargos de chefia)	113
3.1.1 – O voto de oposição da nova classe trabalhadora (chefes)	114
3.1.2 – O voto indeciso e nulo da nova classe trabalhadora (chefes)	123
3.2 – Comportamento eleitoral da nova classe trabalhadora no Rio Grande do Norte (Fração de classe: não chefes)	128
3.2.1 – O voto na situação da nova classe trabalhadora (não chefes).....	129
3.2.2 – O voto na oposição, indecisos e o voto nulo da nova classe trabalhadora (não chefes).....	136
3.3 – Comportamento eleitoral da nova classe trabalhadora no Rio Grande do Norte (Fração de classe: pequenos proprietários batalhadores)	143
3.3.1 – O voto na situação da nova classe trabalhadora (pequeno batalhador)	144
3.3.2 – O voto nulo da nova classe trabalhadora (pequeno batalhador)	150
CONCLUSÃO.....	157

BIBLIOGRAFIA	164
ANEXOS	171

LISTA DE SIGLAS

DEM - Democratas

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PDC – Partido Democrata Cristão

PDS – Partido Democrata Social

PFL – Partido da Frente Liberal

PL – Partido Liberal

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP - Partido Popular

PPR – Partido Popular Renovador

PPS - Partido Popular Socialista

PR – Partido da República

PRN – Partido da Renovação Nacional

PRP – Partido Republicano Paulista

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrata

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSC - Partido Social Cristão

PSOL – Partido do Socialismo e Liberdade

PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTdoB - Partido Trabalhista do Brasil

PTN – Partido Trabalhista Nacional

UDN – União Democrática Nacional

INTRODUÇÃO

No Brasil, a partir de 2003, mudanças socioeconômicas vem ocorrendo de maneira perceptível, principalmente em uma parte das classes populares que ascendeu socialmente e migrou para a “classe econômica C”¹. Com isso, houve nesse período, uma ampliação significativa desse estrato social². Para Neri (2012), entre 2003 e 2011, mais de 30 milhões de pessoas ingressaram na “classe C”: isso significa que, em 2003, 37,56% da população brasileira encontrava-se na “classe C”; e em 2011, esse número foi ampliado para 56,89%.

A ampliação da “classe C”³, nos últimos dez anos no Brasil, suscitou o debate acadêmico e na mídia sobre o surgimento da uma “nova classe média”. Então, o ingresso de milhões de pessoas na “classe C” ou “nova classe média” significou que esse estrato social se tornou relevante no mercado consumidor e no eleitorado brasileiro (mais da metade do eleitorado). Neri (2008), a partir da análise dessas camadas sociais (A, B, C, D e E), denominará a “classe C” de a “nova classe média” e que será a parte central de seus estudos.

Contudo, o debate sobre a “nova classe média” não pode ser simplista a ponto de considerar que a ascensão social, tendo como principal variável a renda, inseriu essa parcela da população na classe média, porque a mesma possui especificidades distintas das classes populares. Para Souza (2012), não houve a constituição de uma “nova classe média” e sim, de uma nova classe trabalhadora, pois a partir do estudo na realidade cotidiana, a mesma não mostrou possuir nenhuma das características da classe média⁴, na tradição sociológica, que implicasse numa preocupação com a “distinção social”, ou seja, o estilo de vida a afasta das classes populares e aproxima-a da classe dominante.

Além da “distinção social”, baseada na dimensão simbólica, a classe média diferencia-se das classes populares na propriedade dos meios de produção, visto que uma parte da classe média detém pequenos estabelecimentos comerciais ou de serviços⁵. Para Pomar (2013),

¹ Sociologicamente, a “classe C”, corresponde a um estrato ou camada social.

² A maioria dos estudos acadêmicos sobre comportamento eleitoral define classes sociais utilizando a variável renda.

³ Para Neri (2010), a “classe C” aufer a renda média da sociedade. Para o autor, é a classe central, abaixo da A e B e acima da D e E. A “classe C” brasileira está compreendida entre R\$ 1.064,00 e R\$ 4.061,00 de renda domiciliar total na grande São Paulo (2010).

⁴ Souza (2012) dirá que as ações, reações, disposições de comportamento e a atitude concreta consciente e inconsciente da classe trabalhadora são distantes da classe média. Com isso, a incorporação dos capitais impessoais mais importantes da sociedade moderna – capital econômico e cultural – não acontece com profundidade na nova classe trabalhadora como ocorre na classe média e na “classe alta”.

⁵ Como será visto posteriormente, para Souza (2012) e Chauí (2013) a pequena propriedade familiar da nova classe trabalhadora não se encaixa em nenhum critério para ser definida como a pequena propriedade comercial

existem duas vertentes sobre o conceito de “nova classe média”:

De um lado, o paradigma norte-americano, segundo o qual a suposta estabilidade econômico-social dos Estados Unidos resultou da existência e preponderância de uma forte classe média, uma maioria silenciosa que determinaria tanto o êxito quanto o rumo político centrista da sociedade americana, em décadas anteriores. Os adeptos desta linha de interpretação vão ressaltar os aspectos políticos-ideológicos e o consumismo dos setores emergentes, que os aproximariam de um comportamento padrão e esperado. Outra concepção deita raízes no imaginário social da suposta classe média tradicional, sedimentada por um padrão superior de renda e de educação, embora sem propriedade de meios de produção e obrigada a trabalhar como assalariada. Ao aceitar a classificação por renda, e não pela relação com a propriedade dos meios de produção, aquela suposta classe média tradicional se considera agredida ao ver os setores sociais emergentes serem classificados na mesma categoria. E reclama de critérios diferenciadores. (POMAR, 2013, p.11).

Logo, em termos da dimensão simbólica, a classe média se distanciará das classes populares através do capital cultural⁶, baseada principalmente na educação superior que trará reconhecimento profissional e *status* social nas ocupações no setor público e privado. Essa formação superior traz consigo uma profissão liberal⁷ como: medicina, engenharia, advocacia e outras, ou um cargo de chefia que o afasta do trabalho manual e comandado das classes populares. Para Enrenreich (1994),

Diferentemente daqueles que tiveram a sorte de se encontrar na alta classe, os membros da classe média precisam trabalhar para viver. Uma minoria, incluindo muitos músicos, advogados, terapeutas, etc. São profissionais liberais, mas, a tendência durante os anos foi a de serem absorvidos na força de trabalho de grandes organizações burocratizadas, como empresas, hospitais ou escritórios de advocacia. Em sua maior parte são assalariados e, às vezes, até afiliados a sindicatos. Entretanto, existe uma diferença principal entre os profissionais da classe média e seus colegas assalariados da classe trabalhadora. Atualmente, ambos podem trabalhar em escritórios e participar do que pode vagamente ser denominado trabalho intelectual. A diferença é que ao gerente ou profissional se concede uma autonomia no trabalho muito maior e se espera que dirija seu próprio trabalho na maior parte do tempo. De fato, sua função frequentemente consiste em definir o trabalho dos outros: conceitualizar – comandar. Definir experiências: as ocupações profissionais e gerenciais tem uma qualidade associativista. Estão abertas, em geral apenas as pessoas que completaram uma longa educação e adquiriram certas credenciais. O período de estudo e aprendizado que pode se estender até a metade da vida – é essencial à coesão social da classe média. É na faculdade ou na pós-graduação que os jovens frequentemente encontram futuros cônjuges e amizades duradouras. (ENRENREICH, 1994, P.8)

ou de serviços da classe média.

⁶ O estilo de vida e o consumo também são aspectos relevantes da dimensão simbólica da classe média que posteriormente serão abordados.

⁷ O profissional liberal do início do século XX não era assalariado. Atualmente, esses profissionais podem ser totalmente assalariados ou apresentar formas diferenciadas de combinação entre o exercício parcial do trabalho assalariado e do trabalho como profissional liberal.

A partir da crítica conceitual feita pelos autores citados anteriormente, além de outras contribuições, será utilizado o conceito de *nova classe trabalhadora* de Souza (2012), Chauí (2013) e Pochmann (2012, 2014) na definição do objeto da pesquisa com um posicionamento crítico sobre os estudos de Neri (2008, 2010 e 2012) e Souza e Lamounier (2010) em relação à “nova classe média”. Para buscar compreender este fenômeno, será ultrapassada a variável renda, optando pela escolha teórica neomarxista, representada por Wright (1979, 1985), sobretudo na relevância da propriedade dos meios de produção e o controle da força de trabalho. Junto a isso, a contribuição teórica da dimensão simbólica, representada por Bourdieu (1974, 1983, 1987 e 1989) também será relevante na delimitação das frações da nova classe trabalhadora.

Com as seguidas eleições presidenciais desde 1989, as Ciências Sociais e Ciência Política construíram diversas interpretações sobre a decisão do voto no Brasil. Assim, o presente trabalho busca contribuir com a produção acadêmica das Ciências Sociais utilizando um esboço teórico-metodológico distinto para analisar o comportamento eleitoral na eleição presidencial de 2014. Neste sentido, o delineamento das classes sociais, especialmente as frações da nova classe trabalhadora, ultrapassando a variável renda e a análise qualitativa são traços marcantes. A escolha do contraponto ao conceito de classe social utilizada usualmente na produção acadêmica baseada no paradigma da renda permitiu que essa preferência teórica fosse fundamental para o êxito da investigação empírica.

Em 1989, ocorreu a primeira eleição direta para presidente após o golpe militar de 1964⁸. Com o retorno das eleições presidenciais brasileiras, os estudos acadêmicos vinculados à abordagem sociológica e da avaliação de desempenho trouxeram para o debate os seguintes temas: a avaliação do governo e o voto na esquerda ou na direita (1989); a avaliação do governo e a importância do Plano Real na decisão do voto (1994); a avaliação do governo e a importância da estabilidade da economia (1998); a avaliação do governo e a decisão do voto na situação ou oposição (2002); a avaliação do governo, a importância na demarcação do voto entre estratos sociais e o papel do Estado na economia (2006); a avaliação do governo e a questão dos valores morais como influenciador para a definição do voto (2010). Ponto importante a se discutir, é que o PT e o PSDB polarizam as eleições presidenciais desde

⁸ O sistema político-eleitoral vigente previa eleições majoritárias independentes para presidente e vice-presidente, governador e vice-governador, prefeito e vice-prefeito. Na última eleição direta para presidente, em 1960, Jânio Quadros (principais partidos da coligação: PTN, UDN e PDC) se elege presidente vencendo o candidato governista Marechal Lott (principais partidos da coligação: PSD, PTB e PSB). João Goulart se elege vice-presidente em uma coligação partidária adversária. Em 1964, João Goulart (PTB), que assumiu a presidência após a renúncia de Jânio Quadros (PTN) é deposto por um golpe de Estado, resultando em uma ditadura militar que permaneceu no poder entre 1964-1985.

1994⁹.

Em 1989, a eleição aconteceu em um ambiente político conturbado devido à crise econômica que assolava o país¹⁰. Nesse contexto, a reprovação ao governo Sarney (PMDB) desembocava no voto para a oposição¹¹. No segundo turno, a esquerda se alinha com o candidato Luis Inácio Lula da Silva (PT) e a direita com o candidato Fernando Collor de Mello (PRN)¹². Além disso, nessa eleição ocorre uma demarcação dos votos em estratos sociais de maneira perceptível, como afirma Singer (2009):

Se no primeiro turno de 1989 já havia uma nítida tendência de crescimento do apoio a Collor com a queda da renda, levando a uma concentração do voto nele entre os mais pobres, no campo oposto (“classe média”) ocorria uma dispersão de votos entre Lula, Brizola, Covas e Maluf, não caracterizando, ainda, a polarização, que viria a ocorrer no segundo turno. Em entrevista concedida depois daquele pleito, Lula afirmava: A verdade nua e crua é que quem nos derrotou, além dos meios de comunicação, foram os setores menos esclarecidos e mais desfavorecidos da sociedade [...]. Nós temos amplos setores da classe média com a gente — uma parcela muito grande do funcionalismo público, dos intelectuais, dos estudantes, do pessoal organizado em sindicatos, do chamado setor médio da classe trabalhadora. (SINGER, 2009, p. 87)

Ademais, na eleição de 1989, Singer (2009) identificou que havia uma rejeição dos estratos sociais com renda e escolaridade baixas¹³ à candidatura de Lula (PT). Então, esses estratos sociais tendiam à direita em relação à preservação da ordem e resistência às greves e manifestações, mas ao mesmo tempo, tendiam à esquerda, pois eram favoráveis à presença do Estado na economia. Por fim, quando surgir nesta presente tese referência ao voto de estratos ou classes sociais específicas (classes populares, nova classe trabalhadora ou classe média), deve-se ressaltar que se trata de uma escolha eleitoral classista majoritária. Dessa forma,

⁹ Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 1994, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) vence a eleição no primeiro turno obtendo 54,27% dos votos, Luis Inácio Lula da Silva (PT) obtêm 27,04% e os outros candidatos juntos obtêm 18,68%. Em 1998, Fernando Henrique (PSDB) vence no primeiro turno obtendo 53,06%, Lula (PT) obtêm 31,71% e os outros candidatos juntos obtêm 15,22%. Em 2002, Lula (PT) vence no segundo turno obtendo 61,28% e Serra (PSDB) obtêm 38,72%. Em 2006, Lula vence no segundo turno obtendo 60,83% e Geraldo Alckmin (PSDB) obtêm 39,71%. Em 2010, no segundo turno, Dilma Rousseff (PT) obteve 56,05% e José Serra (PSDB) obtêm 43,95%. (www.tse.jus.br.)

¹⁰ O governo Sarney (1985-1989) se caracterizou por um quadro de hiperinflação e índices modestos de crescimento econômico. Esse ambiente econômico causou descontentamento popular generalizado, sobretudo após fracasso dos diversos planos de estabilização econômica que foram adotados para controlar a inflação.

¹¹ Segundo o Instituto Datafolha, em março de 1989, José Sarney possuía 9% de avaliação positiva (ótimo e bom) e 56% de avaliação negativa (ruim e péssimo). Nessa eleição, 35% dos eleitores avaliavam o governo Sarney regular.

¹² Singer (2002) afirma que na eleição de 1989, o espectro ideológico dos principais partidos no Brasil era: à esquerda, PT, PDT e PCB; no centro, PMDB, PSDB, PL e PTB; e na direita, PRN, PDS e o PFL. Então, podemos notar que nessa eleição, os partidos de esquerda e parte do centro que possuíam candidato no primeiro turno apoiaram Lula no segundo turno (PDT, PCB, PMDB e PSDB). Já Collor, teve o apoio dos partidos de direita e também parte do centro (PDS, PFL, PTB e PL).

evita-se uma falsa homogeneidade nas escolhas eleitorais das classes sociais brasileiras.

Em 1994, inicia-se a polarização nas eleições presidenciais entre PT e PSDB. Nessa eleição, o Plano Real foi uma variável relevante na decisão do voto dos estratos sociais de renda e escolaridade baixas, pois o argumento da estabilidade econômica e o fim da inflação foram absorvidos por estas camadas sociais que avaliavam positivamente o Governo Itamar Franco e consequentemente votaram no candidato da situação, Fernando Henrique Cardoso¹⁴.

Em 1998, a crise financeira internacional ameaçava a *estabilidade econômica* conquistada em 1994 com o Plano Real. Para Singer (2009), nesse cenário econômico de incertezas, o candidato da situação, Fernando Henrique Cardoso, procurou convencer, com sucesso, os eleitores mais pobres de que seria o melhor condutor do país em meio à crise financeira internacional que ameaçava a estabilidade conquistada quatro anos antes. Além disso, a avaliação positiva¹⁵ do governo favorecia o candidato da situação¹⁶.

Em 2002, havia um grande desgaste do governo Fernando Henrique Cardoso que se traduzia na intenção de voto do candidato governista, José Serra (PSDB). Assim, naquele contexto, o voto na mudança já estava consolidado¹⁷. Mas, mesmo com um cenário eleitoral favorável, o Partido dos Trabalhadores para diminuir a rejeição nas classes populares e ultrapassar a barreira dos 31% de votos, aproxima-se ao centro, na escala ideológica, quando se coliga ao PL e publica uma carta compromisso com garantias ao capital (a Carta ao Povo Brasileiro) em 22 de junho de 2002.

Em 2006, a eleição traz consigo um realinhamento dos eleitores a partir dos estratos sociais. Nessa eleição, a demarcação entre o voto dos pobres e dos ricos acontece de maneira perceptível, diferentemente do que ocorreu em 2002¹⁸ em que Lula vence sem nenhuma

¹³ Nesse caso, eleitores com renda de até dois salários mínimos e ensino fundamental.

¹⁴ Em dezembro de 1994, Itamar Franco possuía 41% de avaliação positiva (ótimo e bom) e 8% de avaliação negativa (ruim e péssimo). (www.datafolha.folhauol.com.br)

¹⁵ A avaliação positiva significa que a avaliação do governo é ótima ou boa.

¹⁶ De acordo com o Instituto Datafolha, em setembro de 1998, FHC possuía 43% de avaliação positiva e 17% de avaliação negativa. (www.datafolha.folhauol.com.br)

¹⁷ Para Figueiredo e Coutinho (2003), a análise do contexto em que se desenvolveu a eleição de 2002 deve considerar que o Brasil vinha de duas eleições decididas em primeiro turno a favor de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Em parte devido ao extenso período no poder, a popularidade de seu governo foi corroída no segundo mandato, quando ocorreram, em 1999, a crise cambial, com a consequente desvalorização do Real e, em 2001, o racionamento de energia, criando um cenário difícil para o candidato da situação José Serra na disputa eleitoral. De acordo com o Instituto Datafolha, em outubro de 2002 a avaliação positiva (respostas "ótimo/bom") do governo FHC eram de 23%, bem inferior à obtida em setembro de 1998, de 43%, pouco antes de sua reeleição. Outra questão desta mesma sondagem revelava este clima dominante na opinião pública nacional: 52% dos entrevistados disseram que *não votariam de jeito nenhum* em um candidato que representasse a continuidade da política de FHC; 44% afirmaram que *certamente votariam ou poderiam votar*; 5% não responderam.

¹⁸ Como afirma Singer (2009), nas quatro eleições disputadas por Lula entre 1989 e 2002 havia uma concentração de votos entre os eleitores de nível superior nos estados do Sul e Sudeste. Além disso, para Singer,

concentração significativa de votos em alguma camada social. Para Singer (2009),

Os dados mostram que o lulismo foi expressão de uma camada social específica, e o descolamento entre eleitores de baixíssima renda e de “classe média”, que apareceu nos debates pós-eleitorais sob a forma de questionamento do real papel dos chamados ‘formadores de opinião’, outorgou um caráter único à eleição de 2006. Em perspectiva comparada, as cientistas políticas Denilde Oliveira Holzacker e Elizabeth Balbachevsky observaram que em 2002 o voto em Lula “não estava especialmente associado com nenhum estrato social”, enquanto em 2006 “os eleitores de classe baixa se mostram significativamente mais inclinados a dar seu voto a Lula”. Na realidade, o único caso anterior de polarização por renda em eleições presidenciais, desde a redemocratização, surgira no segundo turno de 1989, sendo que naquela ocasião a candidatura Lula estava não por acaso, no lado oposto da linha que dividia pobres e ricos, como notaram Wendy Hunter e Thimoty J. Power. Enquanto Fernando Collor de Mello alcançava vantagem de dez pontos percentuais na faixa de eleitores que recebiam até dois salários mínimos de renda familiar mensal, no segmento mais alto quem obtinha essa vantagem era Lula. (SINGER, 2009, p.86)

Ainda na eleição de 2006, no segundo turno, a temática das privatizações fez parte do embate ideológico sobre o papel do Estado na economia entre Luis Inácio Lula da Silva (PT) e Geraldo Alckmin (PSDB). Dessa maneira, os estratos sociais de escolaridade e renda baixas absorveram a temática da presença do Estado na economia, já que as principais políticas governamentais eram voltadas para as classes populares e isso refletia na avaliação positiva do governo Lula¹⁹. Além disso, nesse realinhamento a classe média²⁰ se afasta do PT, reproduzindo os discursos relacionados às denúncias de corrupção. Nessa eleição, como afirma Singer, “Lula receberá votos dos eleitores da esquerda e da direita de modo equivalente, ou seja, isso seria o reflexo do realinhamento em curso, a partir do qual Lula passa a representar uma opção nova, que mistura elementos de esquerda e de direita, contra uma alternativa de classe média organizada em torno de uma formulação de centro”. (SINGER, 2009, p.101)

Em 2010, a temática sobre valores entrou na agenda política e a sua discussão permeou o debate no final do primeiro e durante o segundo turno. Com isso, o debate eleitoral voltado para o legado do governo Lula se transformou em questões relacionadas aos valores

a base eleitoral do PT e de Lula expressavam as características ideológicas da esquerda em um país cuja metade mais pobre pendia para direita.

¹⁹ De acordo com o Instituto Ibope, em 26 de setembro de 2006, Lula possuía 44% de avaliação positiva e 21% de avaliação negativa. No estrato social com renda baixa (até um salário mínimo) a avaliação positiva sobe para 55%. (www.ibope.com.br)

²⁰ Nesse caso, a classe média é demarcada a partir da renda e escolaridade. Assim, nos estratos médios (2 a 5 e 5 a 10 salários mínimos e eleitores de nível superior) da sociedade brasileira, de acordo com o Instituto Ibope, em 26 de setembro de 2006, a avaliação positiva do governo Lula diminui de 44% no universo total de entrevistados para 28% (ensino superior) e a avaliação negativa cresce de 21% para 37% nesse mesmo estrato.

morais relacionadas ao reconhecimento do casamento civil entre homossexuais e, principalmente, a descriminalização do aborto. Portanto, esse debate mobilizou igualmente o conservadorismo presente tanto na classe média quanto nas classes populares. Para Ribeiro e Oliveira (2011),

Aqui a hipótese do voto orientado pela agenda moral pode ser dividida em duas. Para o caso das classes médias, como antes referido, o preconceito de classe e a rejeição ao PT, em decorrência de suposto aumento da corrupção e desvios éticos no governo Lula, foram adicionados à imagem pública negativa de Dilma Rousseff, construída com ativa participação da grande mídia brasileira. Esse fenômeno se aprofundou no segundo turno com a série de ataques subterrâneos à candidata, pela via de toda uma sorte de boatos, fato que obrigou o PT a criar um site com o intuito rebatê-los. Contudo, nas classes populares, é possível que o motivo religioso e os valores morais conservadores tenham sido os principais elementos motivadores. Com os itens da agenda espiralando dentro e fora das propagandas eleitorais, a mobilização de atores religiosos igualmente dentro e fora da campanha pode ter influenciado os eleitores antes lulistas a mudar o voto. (RIBEIRO e OLIVEIRA, 2011, p.40)

Deve-se ressaltar que a avaliação positiva do Governo Lula²¹, principalmente entre os eleitores das classes populares, foi uma variável relevante na vitória da candidata da situação, Dilma Rousseff (PT).

A ascensão social de uma parcela considerável das classes populares entre 2003 e 2014 e as seguidas vitórias petistas nas três últimas eleições presidenciais (2002, 2006 e 2010) motivaram o desenvolvimento do presente trabalho. A ascensão social das classes populares trouxe consigo a discussão do surgimento de uma “nova classe média” ou uma nova classe trabalhadora? Souza e Lamounier (2010) acreditam que essa “nova classe média”²² será cooptada pela classe média e alta com seu discurso liberal/conservador e antiestatista²³.

A ascensão social de uma parcela das classes populares trouxe consigo o surgimento de uma nova classe trabalhadora. Desse modo, o desafio inicial deste trabalho é delimitar a nova classe trabalhadora e suas frações de classe no Rio Grande do Norte. Após delimitar a

(www.ibope.com.br)

²¹ De acordo com o Instituto Ibope, em 27 de setembro de 2010, Lula possuía 77% de avaliação positiva e 4% de avaliação negativa. Essa avaliação positiva é recorde nas pesquisas do instituto Ibope sobre a avaliação do governo federal durante as eleições presidenciais. No estrato social com renda baixa (até um salário mínimo) a avaliação positiva sobe para 82%. (www.ibope.com.br)

²² Souza e Lamounier (2010) ressaltam que a “nova classe média”, ou “classe C” ao lado da chamada “classe média A/B”, coexiste com ela adquirindo hábitos de consumo semelhante.

²³ Fernandes (1977) já fazia referências a classe média brasileira e sua adesão aos interesses, posições e formas de solidariedade de classe dos setores dominantes (o que converteu as classes médias em polarização política das classes altas). Além disso, para o autor, as classes altas e médias possuem claramente concepções conservadoras (embora polarizadas em posições extremas, “liberais” e “reacionárias”) impregnadas em todas as relações e

nova classe trabalhadora, o objetivo desta tese é compreender e diferenciar as tendências de cada fração de classe em relação à ideologia, avaliação do governo Dilma e voto para presidente.

Com o objetivo definido, surgem algumas perguntas:

a) A nova classe trabalhadora (fração de classe: não chefes e pequenos batalhadores)²⁴ é a favor de políticas compensatórias e redistributivas e, portanto um posicionamento ideológico e político que se aproxima das classes populares, e não da classe média como afirmam Souza e Lamounier (2010)?

b) A nova classe trabalhadora (fração de classe: não chefes e pequenos batalhadores) se aproximou do Partido dos Trabalhadores avaliando positivamente os governos Lula-Dilma (2003-2014) devido à implantação de políticas compensatórias, redistributivas e programas governamentais voltados às classes populares?

c) A fração da nova classe trabalhadora (chefes) se aproximou do posicionamento ideológico e político da classe média ocasionando na rejeição ao governo Dilma (2011-2014) e sua candidatura?

d) Essa rejeição é resultado da concordância com temas sobre corrupção no aparelho estatal, aumento da carga tributária e a crítica sobre a ampliação do tamanho do Estado e das políticas compensatórias e redistributivas, reproduzido pela mídia e nas relações interpessoais?

É necessário afirmar que, para a classe média e a nova classe trabalhadora, houve uma piora relativa na qualidade de vida, na última década, principalmente nas grandes cidades brasileiras, onde aumentou a violência urbana e os congestionamentos no trânsito²⁵. Para Medeiros (2013), o distanciamento da classe média em relação ao PT e à Lula com as denúncias do “mensalão”²⁶ desembocou no voto oposicionista em 2006. Então, como afirma o

estruturas de poder emergentes, suscitando uma disposição totalitária de identificação da hegemonia burguesa com a “estabilidade da ordem” e os “interesses da nação”.

²⁴ Quando surgir nesta presente tese referência a escolhas eleitorais, ideológicas ou políticas das frações da nova classe trabalhadora deve-se ressaltar que se trata de uma escolha classista majoritária.

²⁵ Os problemas de violência urbana e do trânsito enfrentados nas grandes cidades brasileiras pela classe média também atinge a nova classe trabalhadora que geralmente reside nos bairros populares. Dessa maneira, residindo nesses bairros, a nova classe trabalhadora convive diariamente com altas taxas de homicídios em sua comunidade e dificuldade em utilizar o transporte público para se deslocar em direção ao trabalho e à escola. Confirmando nosso comentário, em Natal/RN, segundo o ITEP/Sede Natal (2012) os bairros com maior taxa de homicídios foram principalmente os bairros das classes populares: Felipe Camarão, Nossa Senhora da Apresentação, Bom Pastor; Cidade Nova, Igapó, Lagoa Azul, Mãe Luiza, Pajuçara, Praia do Meio, Redinha, Ribeira e Rocas.

²⁶ “O esquema do mensalão” ou “Esquema de compra de votos de parlamentares” é o nome dado a maior crise política enfrentada pelo governo Lula. Em maio de 2005, a imprensa divulga uma gravação de vídeo na qual o ex-chefe dos Correios, Mauricio Marinho, solicitava e também recebia vantagem indevida para ilicitamente beneficiar um falso empresário. Na negociação então estabelecida com o falso empresário, Mauricio Marinho

autor,

As classes médias sentem diretamente as mazelas neoliberais, mas não conseguem fazer a ligação entre o neoliberalismo e piora da qualidade de vida. Terminam por atribuir os problemas à ascensão dos mais pobres, que estariam “estragando” aquilo que antes era visto como privilégio. A corrupção aparece então como a solução social e política aceitável para estes grupos, tendo em vista que defender a restrição de direitos fundamentais aqueles e aquelas que estão no topo da pirâmide, é uma posição política insustentável. (MEDEIROS, 2013, p.59)

Este estudo investigará o comportamento eleitoral das frações da nova classe trabalhadora no Rio Grande do Norte, mais especificamente nas cidades de Natal, Mossoró e Caicó²⁷, a partir da eleição presidencial de 2014. Essa investigação analisará a ideologia, a avaliação de governo e a orientação do voto dessa parcela das classes populares²⁸ do eleitorado potiguar.

Neste estudo serão realizadas entrevistas semiestruturadas em profundidade, nas duas cidades mais populosas do Rio Grande do Norte, Natal e Mossoró, além de Caicó, sobre ideologia, avaliação de governo e voto²⁹. As três cidades foram escolhidas a partir de seu poder de influência³⁰ nas mesorregiões³¹ do Rio Grande do Norte. O poder de influência das

expôs, com riqueza de detalhes, o esquema de corrupção de agentes públicos existente naquela empresa pública, conforme se depreende da leitura da reportagem divulgada na revista Veja, com a capa "O vídeo da corrupção em Brasília", edição de 18 de maio de 2005, com a matéria "O Homem Chave do PTB", referindo-se a Roberto Jefferson, o homem por trás do esquema naquela estatal. Após a denúncia, Roberto Jefferson em entrevista à Folha de São Paulo em 6 de junho de 2005, diz que José Dirceu, Ministro Chefe da Casa Civil era o coordenador do mensalão e que seria uma variante da palavra "mensalidade" usada para se referir a uma suposta "mesada" paga a deputados para votarem a favor de projetos de interesse do Poder Executivo. Segundo o deputado, o termo já era comum nos bastidores da política entre os parlamentares para designar essa prática ilegal. Além de José Dirceu, várias figuras políticas importantes do PT e do governo Lula são denunciadas por Roberto Jefferson de participarem do esquema. Os deputados federais José Dirceu (PT) e Roberto Jefferson (PTB) são cassados e ficam 10 anos inelegíveis. Outros parlamentares acusados renunciam antes de perder os mandatos. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal condena 25 dos 37 réus acusados na ação 470. Além disso, em denúncia apresentada em 2007 ao STF, o Procurador Geral da República demonstrou que o chamado "valerioduto tucano", foi "a origem e o laboratório" do episódio que ficou conhecido como "mensalão". "Com o aprofundamento da investigação desenvolvida no âmbito do Inquérito 2.245, percebeu-se que o 'modus operandi' dos fatos criminosos ali apurados teve a sua origem no período da campanha de Eduardo Azeredo (PSDB) para Governador do Estado de Minas Gerais no ano de 1998", disse o Procurador Geral, Roberto Gurgel.

²⁷ Natal é a capital do Rio Grande do Norte e possui 803.739 habitantes (IBGE, 2010). Mossoró é um município do interior do Rio Grande do Norte (281 km distante de Natal) e possui 259.815 habitantes (IBGE, 2010). Caicó é um município do interior do Rio Grande do Norte (256 km de Natal) e possui 66.246 habitantes (IBGE, 2010).

²⁸ Nesse trabalho serão considerados como integrantes das classes populares: a nova classe trabalhadora, o proletariado e a ralé ou subproletariado. A nova classe trabalhadora e a ralé ou subproletariado são termos usados respectivamente, por Souza (2012), Chauí (2013) e Singer (2009).

²⁹ Serão verificadas a auto localização esquerda-direita e os posicionamentos político-ideológicos sobre: igualdade; presença do Estado na economia; preservação da ordem; política e corrupção.

³⁰ Segundo o IBGE (2008), a definição dos níveis da hierarquia urbana estabeleceu a delimitação das regiões de influência das cidades brasileiras. Assim, na hierarquia urbana do Brasil, dezenove municípios potiguares estão em algum nível hierárquico definido (não é um centro local, não tendo influência). Os municípios que ocupam os níveis mais altos são Natal (Leste Potiguar), como capital regional A e Mossoró (Oeste Potiguar), considerada

cidades escolhidas nas mesorregiões acontece porque possuem: 1) as principais ligações de transportes regulares, em particular as que se dirigem aos centros de gestão; e 2) os principais destinos dos moradores dos municípios pesquisados para obter produtos e serviços tais como compras em geral, educação superior, aeroportos, serviços de saúde, bem como os fluxos para aquisição de insumos e o destino dos produtos agropecuários. (IBGE, 2008)

Então, Natal foi escolhida porque é a capital do Rio Grande do Norte e região de influência do Leste Potiguar. Mossoró foi escolhida porque é a cidade mais populosa da região de influência do Oeste Potiguar. Caicó foi escolhida porque é a cidade mais populosa da região de influência Central Potiguar³².

Na análise do comportamento eleitoral das frações da nova classe trabalhadora será utilizada uma conexão entre a abordagem sociológica para verificar as relações existentes entre a ideologia, as classes sociais e a avaliação de desempenho que acontece através da interação entre voto retrospectivo (desempenho passado) e voto prospectivo (expectativas de desempenho futuro), ou seja, a avaliação de governo e voto na situação ou oposição. Este estudo integrará as perspectivas de abordagens sobre comportamento eleitoral³³ para tentar descobrir as preferências ideológicas, a avaliação de governo e o voto das frações da nova classe trabalhadora.

Com a escolha das abordagens sociológica e da avaliação de desempenho, será evidenciada a concordância com Singer (2002) sobre o equívoco da perspectiva psicossociológica ao refutar a tese da sociologia e da escola econômica sobre a importância da ideologia na decisão do voto. Com efeito, o trabalho de Castro (1994), na linha da escola de Michigan, engana-se ao colocar apenas a camada com alta sofisticação política como ideologicamente estruturada³⁴ dado que os eleitores das classes populares, mesmo não

como capital regional do tipo C, não existindo capitais regionais B em território potiguar. Os municípios incluídos nesse nível constituem o terceiro nível da gestão territorial, e exercem influência no estado e em estados próximos. Como centros sub-regionais A têm-se Caicó (Central Potiguar) e Pau dos Ferros (Oeste Potiguar); e centros sub-regionais B Assú (Oeste Potiguar) e Currais Novos (Central Potiguar). Esses municípios exercem influência apenas em cidades próximas, povoados e zona rural.

³¹ Segundo o IBGE (2008), a Mesorregião é uma subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais.

³² A mesorregião do Agreste Potiguar não possui cidade com poder de influência regional. Do mesmo modo, Natal, como capital regional também influencia essa região vizinha.

³³ A compreensão do comportamento eleitoral deve ultrapassar a ênfase teórica reducionista e utilizar as abordagens de modo complementar.

³⁴ Singer (2002) citará Converse (*The nature of belief system in mass publics*, 1964), em um dos primeiros estudos da Escola de Michigan, afirmando que os indivíduos com um maior grau de educação possuem a crença do tipo ideológico e a massa, ao contrário, possui idéias desestruturadas e ilógicas. Outros estudos da escola de Michigan (Key, 1968, Nie et al. 1979, Converse, 1975) afrouxaram o critério de identificação de eleitores “ideológicos” e perceberam um aumento deste tipo de eleitor em uma década de 12% em 1956 para 23% em 1968. A explicação de Nie et al. ficou conhecida como “hipótese ambientalista”, porque na medida que o ambiente se torna mais ideológico, os eleitores tendem a ficar também. Então, Singer questiona, como eleitores

possuindo educação superior como a classe média pode aderir a uma corrente ideológica³⁵.

É necessário dizer que Sartori (1982) também criticará a abordagem psicossociológica, ressaltando que a adesão a uma bandeira ideológica não requer alta sofisticação, pois existe o voto por questão (ideológico forte), voto por imagem (mistura o voto de posição de classe e também algo de afetivo nessa adesão racional e de identificação) e voto por identificação partidária (eleitores que votam sempre no mesmo candidato ou partido).

Para investigar a conexão entre a ideologia, a avaliação de governo e o voto da nova classe trabalhadora serão realizadas entrevistas em profundidade nas cidades de Natal, Mossoró e Caicó ultrapassando a variável renda. Sendo assim, para selecionar os entrevistados serão utilizadas as seguintes variáveis: propriedade dos meios de produção; valores simbólicos; e a escolaridade³⁶.

A propriedade dos meios de produção será refinada por Wright (1979) que delimitará as classes sociais a partir da propriedade econômica (controle sobre o investimento e processo acumulativo) e da posse (controle sobre os meios físicos da produção e da força de trabalho de outros). Destarte, a posição dentro da divisão social do trabalho será definida a partir da situação contraditória dentro das relações de classes. Nessa perspectiva, as frações da nova classe trabalhadora serão colocadas em uma situação contraditória entre a burguesia e o proletariado, e a pequena burguesia e o proletariado: 1) a fração de classe – chefes - encontra-se na situação contraditória entre a burguesia e o proletariado; 2) a fração de classe – não chefes – encontra-se na situação contraditória entre a pequena burguesia e o proletariado; e 3) a fração de classe – pequeno proprietário batalhador – também se encontra na situação contraditória entre a pequena burguesia e o proletariado.

Com a complexidade para delinear as classes sociais e, sobretudo, as classes intermediárias, será empregado também a variável valor simbólico. Nessa perspectiva, Souza (2012), influenciado pelos conceitos de “capital cultural” e “*habitus*” de Bourdieu, dirá que o processo de socialização familiar é diferente em cada classe social. Dessa maneira, a classe média se diferencia das “classes altas”, uma vez que as mesmas foram constituídas historicamente pela apropriação diferencial do capital cultural. E a nova classe trabalhadora, possui principalmente capital familiar, com um grau menor de capital cultural.

ideologicamente desestruturados poderiam ser convertidos em 10 anos, em indivíduos com opiniões consistentes?

³⁵ Para uma parte dos autores que estudam o comportamento eleitoral brasileiro, as classes populares decidem seu voto em função da imagem e de atributos pessoais. Dentre eles: Castro (1994), Silveira (1998) e Baquero (2000).

³⁶ A escolaridade será utilizada porque possui uma relação de proximidade com a ocupação como foi verificado por Scalón e Salata (2012) e Silva (2008).

Além da relevância da educação superior, a classe média para se diferenciar das classes populares utiliza o consumo como indicador de ascensão social e autoridade. Com isso, como afirma Chauí (2013), a classe média se posicionará na extrema esquerda³⁷ ou se deslocará para a direita pela busca do prestígio e dos signos de prestígio, como os diplomas e os títulos vindos das profissões liberais, e pelo consumo de serviços e objetos indicadores de autoridade, riqueza, abundância, ascensão social – a casa no “bairro nobre” com quatro suítes, o carro importado e a roupa de marca. Em outras palavras, para a classe média³⁸, o consumo é visto como forma de ascensão social em direção à classe dominante e como distância intransponível entre ela e a classe trabalhadora.

Perissinotto (2007) em debate teórico com Eder (2001) ressaltará que a representação simbólica de classes possui dificuldades metodológicas. Mesmo assim, para Perissinotto “a ‘sugestão analítica’ amparada pelos valores mede o quanto as pessoas foram socializadas em uma mesma cultura e, por isso, aderem aos mesmos esquemas interpretativos e classificatórios e parece-me extremamente interessante como forma de operacionalizar a análise de classe, sem cair no instrumentalismo ou no funcionalismo”. (PERISSINOTTO, 2007, p.115)

Após delimitar as classes sociais e selecionar os entrevistados, serão realizadas entrevistas semiestruturadas em profundidade em Natal (24), Mossoró (12) e Caicó (9)³⁹. Como se trata de uma pesquisa qualitativa, a finalidade é compreender os fenômenos que constituem o problema de pesquisa a partir da investigação de amostras selecionadas propositalmente, diferentemente da pesquisa quantitativa que tem como objetivo principal generalizar e quantificar os resultados da amostra à população total. (DUARTE, 2010)

A entrevista em profundidade é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer. A

³⁷ Nesse caso, uma parte da classe média brasileira aproxima-se dos principais partidos à esquerda do PT, PCdoB e PDT: PSTU e PSOL.

³⁸ Para Chauí (2013), a classe média brasileira, que, além dos traços anteriores, é também determinada pela estrutura autoritária da sociedade brasileira. De fato, conservando as marcas da sociedade colonial escravista, a sociedade brasileira é marcada pelo predomínio do espaço privado sobre o público e, tendo o centro na hierarquia familiar, é fortemente hierarquizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência, e as desigualdades são naturalizadas. As relações entre os que se julgam iguais são de “parentesco”, isto é, de cumplicidade; e, entre aqueles que são vistos como desiguais, o relacionamento toma a forma do favor, da clientela, da tutela ou cooptação, e, quando a desigualdade é muito marcada, assume a forma da opressão.

³⁹ Em cada cidade mencionada, o número total de entrevistas em profundidade será dividido por três para cada fração de classe dentro da divisão social do trabalho: Nova classe trabalhadora (cargos de chefia); Nova classe trabalhadora (setor de serviços e técnicos); e Nova classe trabalhadora (pequenos proprietários/batalhadores).

entrevista em profundidade tem se mostrado uma alternativa válida como técnica de pesquisa numa investigação científica.

Para Boni e Quaresma (2005), as entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, nas quais o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, através de um roteiro. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados. Além disso, nas entrevistas em profundidade é recomendável utilizar dois tipos de instrumentos de coleta: anotações e gravação⁴⁰.

Duarte (2010) afirma que o modelo de entrevista tem origem em uma matriz ou um roteiro de questões-guia que dão cobertura ao interesse de pesquisa. Assim, o autor, dirá que,

A lista de questões desse modelo tem origem no problema de pesquisa e busca tratar da amplitude do tema, apresentando cada pergunta da forma mais aberta possível. Ela conjuga a flexibilidade da questão não estruturada com um roteiro de controle. As questões, sua ordem, profundidade, forma de apresentação, dependem do entrevistador, mas a partir do conhecimento e disposição do entrevistado, da qualidade das respostas, das circunstâncias da entrevista. Uma entrevista semiaberta geralmente tem algo entre quatro e sete questões, tratada individualmente como perguntas abertas. O pesquisador faz a primeira pergunta e explora ao máximo cada resposta até esgotar a questão. Somente então passa para a segunda pergunta. Cada questão é aprofundada a partir da resposta do entrevistado, como um funil, no qual perguntas gerais vão dando origem a específicas. O roteiro exige poucas questões, mas suficientemente amplas para serem discutidas em profundidade sem que haja interferências entre elas ou redundâncias. A entrevista é conduzida, em grande medida, pelo entrevistado, valorizando seu conhecimento, mas ajustada ao roteiro do pesquisador. (DUARTE, 2010, p.62)

Para investigar as conexões entre a ideologia, a avaliação de governo e o voto das frações da nova classe trabalhadora potiguar será realizada uma análise qualitativa das entrevistas em profundidade⁴¹. Essa análise qualitativa consiste em compreender as frases majoritariamente repetidas ou semelhantes sobre a ideologia (presença do Estado na economia, igualdade e preservação da ordem), avaliação de governo (desempenho da economia e avaliação das políticas sociais, compensatórias e redistributivas) e o voto (situação, oposição e nulo/indeciso).

Após a descrição da metodologia de pesquisa, nos quadros abaixo, encontram-se as variáveis que serão utilizadas na seleção dos participantes das entrevistas individuais e a

⁴⁰ As anotações permitem registrar o comportamento e o ambiente do entrevistado. As gravações permitem o registro literal e integral da entrevista.

⁴¹ As entrevistas semiestruturadas em profundidade foram gravadas e transcritas para que fosse possível realizar

delimitação da posição de classe dentro da divisão social do trabalho, informação ocupacional⁴² e da propriedade dos meios de produção.

Quadro 1 – Variáveis para a seleção dos participantes das entrevistas em profundidade.

Fração de classe	Posição dentro da divisão social do trabalho	Escolaridade⁴³
Nova classe trabalhadora (Cargos de chefia)	Situação contraditória entre a burguesia e o proletariado (uma parte das classes populares)	Nível superior incompleto ou médio
Nova classe trabalhadora (Não chefes)	Situação contraditória entre a classe média (pequena burguesia) e o proletariado (uma parte das classes populares)	Nível médio
Nova classe trabalhadora (Pequenos proprietários batalhadores)	Situação contraditória entre a classe média (pequena burguesia) e o proletariado (uma parte das classes populares)	Nível médio ou fundamental

Fonte: Elaboração própria

a análise qualitativa.

⁴² Será utilizado Pochmann (2012) que descreverá as ocupações com maior participação no mercado formal de trabalho brasileiro.

⁴³ Scalon e Salata (2012), através de um quadro expõem a relação entre escolaridade e ocupação (2009): 7,7% dos trabalhadores manuais qualificados ou nova classe trabalhadora (cargos de chefia) possuíam mais de 12 anos de estudo e 37% entre 9 e 12 anos de estudo; 30,8% dos trabalhadores manuais não qualificados ou nova classe trabalhadora (não chefes) possuíam entre 9 e 12 anos de estudo e 32,6% possuíam entre 5 e 8 anos de estudo. Nesse sentido, Silva (2008) inclui os chefes (supervisores), os técnicos e os oficiais das Forças Armadas como trabalhadores qualificados e os profissionais do setor de serviços e praças das Forças Armadas como trabalhadores manuais.

Quadro 2 – Delimitação da posição de classe dentro da divisão social do trabalho, informação ocupacional e da propriedade dos meios de produção.

Fração de classe	Posição dentro da divisão social do trabalho ⁴⁴	Informação ocupacional e propriedade dos meios de produção
<p>Nova classe trabalhadora (Cargos de chefia)</p>	<p>Situação contraditória entre a burguesia e o proletariado (uma parte das classes populares)</p>	<p>Funcionários públicos de nível médio com cargos de chefia; praças das Forças Armadas ou Polícias Militares com cargos de chefia (suboficiais e sargentos); técnicos de nível médio com cargos de chefia das ciências físicas, químicas, engenharia biológicas, bioquímica, saúde e afins; professores de nível médio com cargos de chefia; e cargos de chefia de nível médio no atendimento ao público, serviços e do comércio.</p>
<p>Nova classe trabalhadora (Não chefes)</p>	<p>Situação contraditória entre a classe média (pequena burguesia) e o proletariado (uma parte das classes populares)</p>	<p>Funcionários públicos de nível médio; trabalhadores de atendimento ao público, serviços, vendedores e do comércio; profissionais com qualificação do setor de serviços⁴⁵; escriturários (assistentes e auxiliares administrativos); professores de nível médio; praças das Forças Armadas ou Polícias Militares (cabos e soldados); e técnicos de nível médio.</p>
<p>Nova classe trabalhadora (Pequenos proprietários batalhadores)</p>	<p>Situação contraditória entre a classe média (pequena burguesia) e o proletariado (uma parte das classes populares)</p>	<p>Os pequenos proprietários/batalhadores detém o meio de produção através de sua força de trabalho (e/ou) auxiliado por familiares.</p>

Fonte: Elaboração própria

⁴⁴ Os casos de categorias específicas de posições definidas fora das relações de produção vão ser comentados por Wright (1979): as donas de casa serão inseridas na situação de classe do marido; os estudantes devem ser definidos pelo posicionamento de classe que tenderão ao completar seus estudos; os pensionistas estão inseridos no pós-classe, ao contrário dos estudantes que estão no pré-classe; as pessoas temporariamente desempregadas – o exército de reserva dos desempregados - estão ligadas à trajetória das posições de classe, e isso define sua situação de classe.

⁴⁵ Nesse caso estão inseridos os cabeleireiros, manicures e outros profissionais qualificados do setor de serviços.

O trabalho será dividido em três capítulos. O primeiro capítulo refere-se à produção social e a dimensão simbólica na delimitação da nova classe trabalhadora. Também será analisada a recente mobilidade social verificada nos últimos anos na sociedade brasileira que suscitou a discussão entre a “nova classe média” e a *nova classe trabalhadora*. E ainda nesse capítulo, será verificada a ampliação da nova classe trabalhadora potiguar na última década. O segundo capítulo fará uma breve revisão da literatura internacional sobre os estudos que compõem o comportamento eleitoral. Também no segundo capítulo, será feita uma breve revisão da literatura brasileira sobre comportamento eleitoral tendo como foco os estudos relacionados à ideologia e a avaliação de desempenho (a partir de 1989). Ainda nele, serão analisadas as eleições presidenciais no Rio Grande do Norte (2002-2014). No terceiro capítulo será evidenciado o material empírico da pesquisa à luz do arcabouço teórico delineado, contendo a descrição e a análise das entrevistas semiestruturadas que serão de suma relevância para a elucidação do comportamento eleitoral das frações da nova classe trabalhadora no Rio Grande do Norte na eleição presidencial de 2014.

CAPÍTULO 1 – A PRODUÇÃO SOCIAL E A DIMENSÃO SIMBÓLICA NA DELIMITAÇÃO DA NOVA CLASSE TRABALHADORA

Para delimitar a nova classe trabalhadora enquanto classe social será utilizado o conceito de produção social⁴⁶, que no capitalismo está amparado na propriedade privada dos meios de produção e na divisão social do trabalho. Com isso, surgem os detentores (proprietário do capital e dos instrumentos de produção - a burguesia) e não detentores dos meios de produção (proprietário da força de trabalho - o proletariado)⁴⁷.

As classes sociais⁴⁸ são derivadas das estruturas sociais e, especificamente das relações de propriedade que definem a posição de classe. As classes interagem entre si, e constituem identidades coletivas em um caráter processo relacional. (MARX, 1978)

Então, para demarcar a nova classe trabalhadora de maneira mais precisa, será refinado o conceito marxista de produção social a partir de Wright (1979,1985). Com isso, as frações da nova classe trabalhadora serão colocadas em uma situação contraditória entre a burguesia e o proletariado, e a pequena burguesia e o proletariado. A situação contraditória acontece quando duas classes sociais distintas compartilham, simultaneamente, características relacionais.

Os autores da perspectiva liberal⁴⁹ utilizam a renda e o poder de consumo como variáveis determinantes para designar a posição de classe. Isto posto, como já foi mencionado anteriormente, para ultrapassar a variável renda no delineamento da nova classe trabalhadora, será utilizada a contribuição de Wright (1979, 1985) e Souza (2012).

A partir dos conceitos de “capital cultural” e “*habitus*” de Bourdieu, Souza (2012) dirá que o processo de socialização familiar é diferente em cada classe social. Além disso, a

⁴⁶ A relevância dos meios de produção social para conceituar as classes sociais é determinante para Marx e Engels. Assim, para os autores, “por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social e empregadores de trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos trabalhadores assalariados modernos, os quais, não tendo meios próprios de produção, estão reduzidos a vender a sua força de trabalho para poderem viver”. (MARX e ENGELS, 1997, p.14)

⁴⁷ Em *O Manifesto do Partido Comunista*, na abordagem sobre as classes sociais predomina uma visão que ressalta a luta de classes entre a burguesia e o proletariado. Mas quando Marx se dedicou a investigar uma situação histórica concreta, adotou uma abordagem mais mediatizada da estrutura de classes, identificando a existência de frações de classes, classes intermediárias e classes transitórias.

⁴⁸ O declínio da sociedade feudal e a ascensão da moderna sociedade burguesa não aboliu a oposição de classes, apenas concebeu novas condições de opressão, novas configurações de luta, novas classes no lugar das antigas. (MARX e ENGELS, 1997)

⁴⁹ Souza (2012) dirá que os liberais não negam que existam classes sociais, na verdade, existem “meias-verdades”. O liberalismo economicista defende que a existência da classe está ligada diretamente à renda, assim, os liberais dizem que os emergentes são a “nova classe média” por ser um estrato com relativo poder de consumo.

dimensão simbólica contribuirá para a explicação da diferença nos hábitos de consumo da classe média e das classes populares e suas implicações na identificação de sua classe social. Dessa maneira, será possível identificar de maneira mais precisa a nova classe trabalhadora em sua posição de classe e encontrar semelhanças e diferenças político-ideológicas da classe média e das classes populares.

1.1 – A produção social na delimitação da nova classe trabalhadora

A colonização da América e o comércio com a Índia, a China e a África⁵⁰ foram relevantes na acumulação de capital das Monarquias Europeias e suas respectivas burguesias⁵¹ e no desmoronamento da sociedade feudal. Posteriormente, a revolução industrial⁵² substituiu a antiga divisão do trabalho baseada nas corporações do feudalismo pela divisão do trabalho repetitivo e especializado nas fábricas.

A divisão do trabalho repetitivo e especializado no capitalismo aconteceu com o surgimento da manufatura moderna baseada na análise da atividade artesanal, especificação dos instrumentos de trabalho, formação dos trabalhadores especiais agrupados e combinação em um mecanismo global. Esse processo de produção social capitalista é apenas um método especial de produzir mais-valia relativa ou aumentar a autovalorização do capital à custa dos trabalhadores e gerar novas condições de dominação do capital sobre o trabalho. (MARX, 1996)

A manufatura moderna surge da combinação de ofícios autônomos de diferentes espécies e da cooperação de artífices⁵³ da mesma categoria. Para Marx (1996), essa combinação introduz a divisão do trabalho em um processo de produção ou a desenvolve ainda mais combinando ofícios anteriormente separados,

⁵⁰ Nesse caso, o comércio entre a Europa e a África era de escravos (sentido África-Américas). Metais preciosos e produtos agrícolas eram exportados para a Europa.

⁵¹ Marx e Engels (1997) descrevem que “burguês” advém de *Pfahlbürger*; *Pfahlbürgertum* e *Pfahlbürgerschaft* designações sem equivalente linguístico em português que significa burguês da paliçada; burguesia da paliçada. Durante a Idade Média, no Norte e Leste da Europa, estas designações aplicavam-se aos moradores de um espaço compreendido entre os muros do castelo e uma paliçada circundante. Eram geralmente mercadores. Mediante o pagamento de impostos e obrigações de participação na defesa, recebiam também proteção da cidade. A *Pfahlbürgertum* medieval e o pequeno campesinato foram os precursores da burguesia moderna.

⁵² A Revolução Industrial teve início com a invenção da máquina a vapor, por James Watt, em 1776. O trabalho do homem, do animal e da roda d'água foi substituído pela máquina, surgindo o sistema fabril. O antigo artesão transformou-se em operário e a oficina em fábrica.

⁵³ Marx (1996) ressalta que a cooperação baseada na divisão do trabalho adquire sua forma clássica na manufatura. Como forma característica do processo de produção capitalista ela predomina durante o período manufatureiro entre meados do século XVI até o final do século XVIII.

A origem da manufatura, sua formação a partir do artesanato, é portanto dúplice. De um lado, ela parte da combinação de ofícios autônomos de diferentes espécies, que são despidos de sua autonomia e tornados unilaterais até o ponto em que constituem apenas operações parciais que se complementam mutuamente no processo de produção de uma única e mesma mercadoria. De outro lado, ela parte da cooperação de artífices da mesma espécie, decompõe o mesmo ofício individual em suas diversas operações particulares e as isola e as torna autônomas até o ponto em que cada uma delas torna-se função exclusiva de um trabalhador específico. Por um lado a manufatura introduz, portanto, a divisão do trabalho em um processo de produção ou a desenvolve mais; por outro lado, ela combina ofícios anteriormente separados. Qualquer que seja seu ponto particular de partida, sua figura final é a mesma — um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos. Para o entendimento correto da divisão do trabalho na manufatura é essencial atentar para os seguintes pontos: antes de mais nada, a análise do processo de produção em suas fases particulares coincide inteiramente com a decomposição de uma atividade artesanal em suas diversas operações parciais. Composta ou simples, a execução continua artesanal e, portanto dependente da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual no manejo de seu instrumento. O ofício permanece a base. (MARX, 1996, p.455)

A ascensão da burguesia e da manufatura moderna destruiu todas as relações sociais existentes no feudalismo substituindo as mesmas pelas relações de troca baseadas e sustentadas apenas pelo dinheiro, como afirmam Marx e Engels:

A burguesia, lá onde chegou à dominação, destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Rasgou sem misericórdia todos os variegados laços feudais que prendiam o homem aos seus superiores naturais e não deixou outro laço entre homem e homem que não o do interesse nu, o do insensível "pagamento a pronto". Afogou o frémito sagrado da exaltação pia, do entusiasmo cavalheiresco, da melancolia pequeno-burguesa, na água gelada do cálculo egoísta. Resolveu a dignidade e pessoal no valor de troca, e no lugar das inúmeras liberdades bem adquiridas e certificadas pôs a liberdade única, sem escrúpulos, de comércio. Numa palavra, no lugar da exploração encoberta com ilusões políticas e religiosas, pôs a exploração seca, directa, despudorada e aberta. A burguesia despiu da sua aparência sagrada todas as actividades até aqui veneráveis e consideradas com pia reverência. Transformou o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência em trabalhadores assalariados pagos por ela. A burguesia arrancou à relação familiar o seu comovente véu sentimental e reduziu-a a uma pura relação de dinheiro. (MARX e ENGELS, 1997, p. 16)

Nos modos de produção pré-capitalistas, os senhores feudais possuíam a propriedade jurídica e econômica⁵⁴ da terra, mas o servo tinha a posse de sua gleba (com suas ferramentas)

⁵⁴ Na antiga União Soviética ou nos países socialistas, a propriedade jurídica formal dos meios de produção pertencia ao Estado (Estado do "povo"), mas o controle real, a propriedade econômica não pertencia aos trabalhadores, devido ao enfraquecimento dos conselhos operários, mas aos "diretores das empresas" e aos membros do aparato estatal. Com isso, a abolição da "propriedade privada" como base de classe não pode significar simplesmente abolição da "propriedade jurídica privada", mas sim abolição da propriedade econômica real: ou seja, controle pelos próprios trabalhadores dos meios de produção. Então, pode-se notar que a simples nacionalização reverte ao poder do Estado, e esse sendo burguês, será revertido aos interesses da burguesia, nesse caso temos apenas a mudança da forma de propriedade jurídica. Só a "autogestão" operária modifica a

e seus costumes. Na propriedade feudal ou estamental, o trabalhador, no regime das corporações, é proprietário de seu próprio trabalho e dos instrumentos de produção. No campo, os camponeses têm o domínio útil da terra e os nobres, o eminente. Neste caso, a exploração se fazia pela extração direta do sobre trabalho, em forma de serviço pessoal ou tributo em espécie. Quando o proprietário passa a ter tanto o domínio útil da terra como o eminente surge a propriedade privada capitalista. No modo de produção capitalista, a classe operária encontra-se totalmente sem posse de seus meios de trabalho, é o que Marx chama de “trabalhador nu”. (POULANTZAS, 1975)

Marx⁵⁵ ampliou a análise feita anteriormente por historiadores burgueses sobre as classes sociais⁵⁶ buscando compreender a estrutura e a dinâmica das sociedades capitalistas de forma sistemática. Então, para Marx, as classes sociais são categorias históricas, transitórias e determinadas pela transição do feudalismo ao capitalismo moderno. O referencial básico é a produção social historicamente determinada, ou seja: o modo de produção capitalista moderno. Além disso, nas obras de Marx perceber-se uma articulação política, ideológica e cultural na análise relacional do modo de produção capitalista e de suas consequentes divisões em classes sociais.

Marx admitia a existência das classes sociais na Antiguidade e na Idade Média, mas o que difere esses contextos históricos com a ascensão da burguesia é a cisão das classes sociais em dois polos com a divisão capitalista do trabalho, surgindo, conseqüentemente, os detentores e não detentores dos meios de produção. A partir das relações com os meios de produção, Marx e Engels (1997) descrevem que a luta de classes faz parte da história da humanidade e com a ascensão do capitalismo surge a oposição de classes entre a burguesia e o proletariado. Para eles,

A história de todas as sociedades que existiram até hoje tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora aberta, ora disfarçada: uma guerra que sempre terminou ou por uma transformação revolucionária de toda a

propriedade econômica e conduz a abolição de classes. (POULANTZAS, 1975)

⁵⁵ Deve-se ressaltar que a presente tese não tem como objetivo fazer uma análise da concepção desenvolvida por Marx nas suas obras sobre o conceito de classes sociais.

⁵⁶ Numa carta a Joseph Weidemeyer, em 1852, Marx diz que não criou o conceito de classes sociais, e sim, aproveitou a análise de historiadores burgueses: Londres, 5 de Março de 1852. [...] No que me diz respeito, não me cabe o mérito de ter descoberto nem a existência das classes na sociedade moderna nem a sua luta entre si. Muito antes de mim, historiadores burgueses tinham exposto o desenvolvimento histórico desta luta das classes, e economistas burgueses a anatomia econômica das mesmas. O que de novo eu fiz, foi: 1. demonstrar que a existência das classes está apenas ligada a determinadas fases de desenvolvimento histórico da produção; 2. que a luta das classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado; 3. que esta mesma ditadura só constitui a transição para a superação de todas as classes e para uma sociedade sem classes. [...]

sociedade, ou pela destruição das duas classes em luta. Nas anteriores épocas da história encontramos quase por toda a parte uma articulação completa da sociedade em diversos estados [ou ordens sociais], uma múltipla gradação das posições sociais. Na Roma antiga temos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média: senhores feudais, vassallos, burgueses de corporação, oficiais, servos, e ainda por cima, quase em cada uma destas classes, de novo gradações particulares. A moderna sociedade burguesa, saída do declínio da sociedade feudal, não aboliu as oposições de classes. Apenas pôs novas classes, novas condições de opressão, novas configurações de luta, no lugar das antigas. A nossa época, a época da burguesia, distingue-se, contudo, por ter simplificado as oposições de classes. A sociedade toda cinde-se, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes que directamente se enfrentam: burguesia e proletariado. (MARX; ENGELS, 1997, p.14-15)

O período de transição do feudalismo ao capitalismo inicia-se quando as instituições feudo-estamentais europeias começam a entrar em colapso. O marco histórico e analítico são respectivamente os séculos XVII e XVIII, na Inglaterra e na França, e o século XIX na Alemanha e na Espanha. Marx analisará a destruição da Monarquia Absoluta francesa e espanhola através das obras *18 Brumário de Luís Bonaparte* e *A revolução espanhola*. Nestas obras, Marx fará uma análise da emergência do Estado moderno na França e na Europa. O referencial básico é a produção social historicamente determinada, ou seja, os sujeitos que a manifestam são sujeitos concretos que conseguem apreender teoricamente o movimento da sociedade com seus conflitos e tensões em conjunto. Com isso, a burguesia na transição entre feudalismo e capitalismo transformou-se em classe revolucionária, ao universalizar seus interesses de classe como sendo os interesses de toda a sociedade (HIRANO, 1974).

Para Marx e Engels (1998), no capitalismo existem contradições entre proprietários e não proprietários, mas a classe dominante transforma esses conflitos entre interesse particular e o interesse geral. O antagonismo entre as classes sociais é superado pela suposta neutralidade do Estado que surge como autônomo e acima dos conflitos de classes. Mas, para Marx, enquanto existir propriedade privada, haverá luta de classes e interesses particulares sobrepostos ao interesse comum.

No final do século XIX, o modo de produção capitalista fabril ainda era baseado na indissociação entre a propriedade econômica e posse. Com a conseqüente concentração e centralização do capital no início do século XX, ocorreu à separação parcial entre propriedade econômica e posse que expandiu o processo de produção capitalista em diversas funções hierárquicas⁵⁷ dentro das empresas, para o controle dos meios físicos de produção e do

⁵⁷ Marx (1996) ressalta que a manufatura moderna não só submete ao comando e à disciplina do capital o trabalhador antes autônomo, mas cria também uma graduação hierárquica entre os próprios trabalhadores.

trabalho, como afirma Wright:

A separação parcial entre propriedade econômica (controle sobre o fluxo de investimentos na produção, ou mais concretamente, controle sobre o que é produzido) e posse (controle sobre o processo de produção, ou controle sobre como as coisas são produzidas) é uma consequência da concentração e centralização do capital dentro do processo de acumulação. Crescente concentração e centralização estimulou a diferenciação entre propriedade econômica e posse por duas razões: primeira, e mais obviamente, à medida que aumenta a escala da propriedade e da produção, torna-se cada vez menos prático para os mesmos indivíduos estarem do mesmo modo implicados em ambas as funções. As pressões da concorrência tenderão a forçar os capitalistas a contratar administradores profissionais que cuidem de aspectos específicos da produção e por fim ajudem a coordenar todo o processo de produção. Em segundo lugar, como acentuou Poulantzas, verifica-se uma tendência no capitalismo monopolista a que a concentração e centralização da posse, isto é, a que um variado conjunto de processos de produção fique formalmente unificados sob apenas uma propriedade econômica. Nessas circunstâncias, torna-se impossível que as duas funções do capital - propriedade e posse - se unifiquem por completo numa só posição. (WRIGHT, 1979, p.64)

Com a separação entre propriedade econômica e posse, Wright (1979) construirá um modo alternativo para explicar as posições ambíguas na estrutura de classes, propondo o conceito de “localização contraditória” das classes sociais.

Wright (1979) criticará Poulantzas que realiza uma definição muito rígida na delimitação das classes sociais, pois para Poulantzas (1975), os trabalhadores manuais não supervisores e que produzem mais-valia (trabalho produtivo) fazem parte do proletariado. As outras categoriais de assalariados (intelectuais, empregados não produtivos, trabalhadores do setor de serviços) fazem parte de uma classe distinta ou a “nova pequena burguesia”. Assim, Wright tecerá críticas às dificuldades na conceituação de trabalho produtivo e improdutivo (produção de mais-valia) e suas posições reais no processo do trabalho, pois para Wright, um trabalhador do setor de serviços também produz mais-valia mesmo não fazendo parte de uma linha de produção fabril.

Poulantzas (1975) não conseguiu resolver as ambiguidades da demarcação das classes intermediárias e do proletariado de maneira objetiva, classificando de maneira artificial toda posição dentro da divisão social do trabalho que se encontrava em situação de contradição dentro das relações de classe. Assim sendo, Poulantzas ressalta que a pequena burguesia tradicional⁵⁸ (artesãos, pequenos comerciantes) e a nova pequena burguesia⁵⁹ (profissionais

Enquanto a cooperação simples em geral não modifica o modo de trabalho do indivíduo, a manufatura o revoluciona pela base e se apodera da força individual do trabalho.

⁵⁸ Para Hirano (1974), o procedimento de colocar “as classes médias” nos interstícios dos pólos dominante-dominado já é consagrado entre os classificados da sociologia quando analisam a estratificação social. Nas obras

assalariados do setor de serviços, técnicos) fazem parte da mesma classe social, mesmo possuindo processos estruturais distintos. Nesse caso o critério ideológico⁶⁰ se torna mais relevante para a definição de classe. Assim, nota-se que Poulantzas atribui uma relevância ao critério ideológico⁶¹ em detrimento ao critério econômico⁶² para definir e agrupar a “pequena burguesia tradicional” e a “nova pequena burguesia” em uma única classe social.

É preciso salientar que a “nova pequena burguesia” de Poulantzas está mais próxima à nova classe trabalhadora⁶³ do que da classe média. Por isso, concordando com a crítica de Wright a Poulantzas, a nova pequena burguesia possui distinta situação econômica e política em relação à pequena burguesia tradicional⁶⁴, entre elas, o posicionamento sobre o papel do Estado na economia,

No nível econômico a pequena burguesia tradicional e a nova pequena burguesia caracterizam-se por diferentes situações econômicas, além do que essas situações são, sob muitos aspectos, opostas entre si. Em particular a pequena burguesia tradicional está constantemente ameaçada pelo crescimento do capitalismo monopolista, ao passo que a nova pequena burguesia é claramente dependente do capital monopolista para sua reprodução. No nível político são também opostos os seus interesses: a nova pequena burguesia de ordinário tem interesse na expansão do Estado; a pequena burguesia tradicional em geral se opõe ao governo grande e aos grandes orçamentos estatais. (WRIGHT, 1979, p.55)

históricas de Marx, os profissionais liberais, funcionários públicos e privados, camponeses, *intelligentsia* (trabalhadores intelectuais), especialistas profissionais (técnicos) e artesãos independentes aparecem ou como classe média ou como pequena burguesia.

⁵⁹ Poulantzas (1975) relatará que a pequena burguesia (pequenos comerciantes e artesãos) na evolução do capitalismo, vem perdendo espaço para a “nova pequena burguesia” (supervisores, técnicos, empregados de escritórios, funcionários públicos civis etc.).

⁶⁰ Poulantzas reforça que os elementos centrais dessa ideologia comum pequena burguesa são: o individualismo (o pequeno burguês aspira à mobilidade para cima e teme a proletarização); o reformismo (o pequeno burguês tende a ser anticapitalista, mas considera que os problemas do capitalismo podem ser solucionados através de uma reforma e não de uma revolução); e o fetichismo do poder (a pequena burguesia como classe intermediária acredita que o Estado é uma força neutra que possui o papel de juiz entre as classes sociais).

⁶¹ Nesse caso, Poulantzas utilizando o critério ideológico como mais relevante para identificar a posição de classe afirmará que a pequena burguesia tradicional é mais fortemente atraída pelos movimentos de direita extremistas em conjunturas ‘normais’ do que a nova pequena burguesia: por exemplo, o McCartismo nos Estados Unidos e o Poujadismo na França. Ao contrário, portanto, a nova pequena burguesia, no tocante à sua propensão a favorecer a “democratização do Estado” e o crescimento de competências coletivas, é em larga medida orientada para a atividade sindical e partidos políticos reformistas, assim como constitui proporção significativa dos agentes da revolução socialista: Após a guerra, uma parte da pequena burguesia parece ter perdido, em graus variados, para o lado da classe operária. Empregados e servidores civis participaram abertamente das grandes greves e demonstrações nas ruas, e se filiaram aos sindicatos. Eles também deram apoio eleitoral [...] à social democracia, e mais raramente ao Partido Comunista. (MILIOS; ECONOMAKIS, 2011, p. 78)

⁶² Wright considera “os critérios econômicos dentro da divisão social do trabalho como os principais determinantes da classe, neste caso devem em regra ter prioridade em relação aos critérios ideológicos e políticos” (WRIGHT, 1979, p.49).

⁶³ Nesse caso, estão incluídos principalmente os trabalhadores do setor de serviços e os técnicos não chefes, destituídos do controle da propriedade econômica (controle sobre o investimento e processo acumulativo) e da posse (controle sobre os meios físicos da produção e da força de trabalho de outros).

⁶⁴ Marx e Engels (1997) ressaltam que a pequena burguesia teria uma vocação reacionária. “De todas as classes que hoje se enfrentam com a burguesia, somente o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária(...)” (MARX e ENGELS, 1997, p.18).

Então para solucionar as ambiguidades nas relações de classe de maneira objetiva, Wright propõe um conceito de “localização contraditória” das classes sociais. Wright estruturará sua conceituação de classes sociais procedendo a uma análise de três dimensões inter-relacionadas da exploração⁶⁵ e subordinação dentro da produção, as quais envolverá: o capital monetário, considerado em termos do fluxo de investimentos dentro da produção e da direção do processo de acumulação no seu conjunto; o capital físico, ou seja, os meios de produção efetivos dentro do processo de produção; e o trabalho, envolvendo as atividades transformativas dos produtores diretos dentro da produção. Destarte, para Wright (1979), as relações de classe da sociedade capitalista estão ligadas intimamente às relações sociais de produção: controle da força de trabalho, controle dos meios físicos de produção e controle de investimento e recursos. Para ele,

As forças de classe centrais da sociedade capitalista – a burguesia e o proletariado – podem ser compreendidas como representando posições polares de classe dentro de cada um desses três processos. A pequena burguesia, por outro lado, é definida pelo segundo e terceiro desses processos dentro da produção simples de mercadorias. Definimos depois situações contraditórias dentro das relações de classe como situações nas quais esses três processos não correspondiam de maneira perfeita às forças de classe básicas dentro do modo capitalista de produção ou à pequena burguesia na produção simples de mercadorias. Isso levou a análise de três situações contraditórias: gerentes e chefes ocupam uma situação contraditória entre a burguesia e o proletariado; pequenos empregadores ocupam essa posição entre a burguesia e a pequena burguesia; e empregados semiautônomos ocupam uma situação contraditória entre a pequena burguesia e o proletariado. (WRIGHT, 1979, p.82)

O conceito de “localização contraditória” de Wright (1985) recebe o reforço teórico de Roemer utilizando a exploração, concepção criadora de interesses antagônicos. A exploração implica mais do que apenas a opressão econômica⁶⁶; isto inclui tanto a opressão econômica como a apropriação da mais valia sobre o trabalhador (o que equivale à transferência do excedente de uma classe social para outra).

O detentor do meio de produção e da força de trabalho possui interesse na atividade produtiva e no esforço do explorado. Interesses de classe comuns significam compartilhar das mesmas estratégias otimizadoras materiais. É esta combinação peculiar de antagonismo dos interesses materiais e interdependência que dá a exploração seu caráter distintivo e torna a

⁶⁵ Wright (1985) substitui o conceito de dominação por exploração influenciada pela obra do cientista político americano John Roemer (1982) *A teoria geral da exploração e classe*.

⁶⁶ Para Wright (1985), a opressão econômica acontecia quando os senhores feudais apropriavam-se do excedente produzida pelos servos. No capitalismo, os proprietários dos meios de produção, apropriam-se do produto total,

luta de classe potencialmente explosiva, como afirma Wright,

To recapitulate the argument of this section: throughout the rest of this book, another will define exploitation as an economically oppressive appropriation of the fruits of the labour of one class. Not all appropriations are economically oppressive and not all forms of economic oppression involve such appropriation. It is the combination of economic oppression with appropriation that makes exploitation such a powerful basis for objective antagonisms of material interests. (WRIGHT, 1985, p.77)

A partir da conceituação de classes de Wright, será utilizada para delimitar as frações da nova classe trabalhadora a situação contraditória entre a burguesia e o proletariado, e a pequena burguesia e o proletariado.

A posição da fração da nova classe trabalhadora (chefes) utilizando a situação contraditória entre a burguesia e o proletariado (uma parte das classes populares) acontece quando há um controle mínimo (a ordem é reproduzida de cima para baixo) sobre os meios físicos de produção e do trabalho dos subalternos⁶⁷. Em vista disso, o controle sobre a força de trabalho exercido pelos chefes de setor é limitado mediante a instrução preestabelecida para desempenho adequado do trabalho. Além disso, os interesses dos detentores dos cargos de chefia (principalmente de empresas capitalistas) é a rentabilidade de sua empresa e, portanto, irão adotar estratégias consistentes com os interesses para a reprodução do capital. (WRIGHT, 1985)

A situação contraditória da fração da nova classe trabalhadora (não chefes) entre a pequena burguesia (classe média)⁶⁸ e o proletariado (uma parte das classes populares) acontece quando há uma limitada ou mínima forma de autonomia no processo. Nesse sucedido, incluem-se todos os técnicos de nível médio, funcionários públicos de nível médio, profissionais do setor de serviços e praças das Forças Armadas.

A última situação contraditória se refere a fração da nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores) que se encontra na situação contraditória entre a pequena burguesia (classe média) e a burguesia e possui características distintas em relação ao pequeno

dos quais eles pagam aos trabalhadores um salário.

⁶⁷ Dessa maneira, inclui-se os ocupantes de cargos de chefia de trabalhadores manuais qualificados e não qualificados. As ocupações do trabalho manual qualificado e não qualificado são: ofícios definidos e profissionais do setor de serviços.

⁶⁸ Pomar (2013) diferenciará em termos econômicos, a pequena burguesia proprietária dos meios de produção e os setores assalariados. Na atualidade, após sofrer a fragmentação e falência do período neoliberal, a pequena burguesia proprietária busca enfrentar a baixa acumulação de capital, diminuir a carga tributária e as exigências burocráticas para enfrentar a concorrência das empresas maiores. Apesar dos governos Lula e Dilma terem adotado algumas medidas para atender a demanda, os ataques ao “anticapitalismo” do PT são absorvidos por

proprietário capitalista. Nesse caso, o pequeno proprietário capitalista possui o controle sobre investimento e recursos, os meios físicos da produção, a força de trabalho de outros e não vende sua própria força de trabalho. Como afirma Wright:

O aspecto distintivo da produção capitalista é a apropriação da mais-valia através da exploração de operários no processo de trabalho. Na produção simples de mercadorias, por outro lado, não há exploração; todo excedente produzido é gerado pelo produtor pequeno-burguês e sua família. Em geral, evidentemente, o excedente tende a ser muito pequeno e, portanto, caso haja acumulação, ela deve ser pequena. Quando um pequeno burguês emprega um ajudante na produção, verifica-se uma imediata mudança nas relações sociais de produção, porque nesse caso o trabalho de alguém pode ser explorado. No caso ainda, a mais-valia extorquida de um só trabalhador tende a ser muito pequena; mais importante ainda, ela pode ser menor que o produto excedente gerado pelo próprio produtor pequeno-burguês. Isso é sobretudo provável desde que frequentemente na produção pequeno-burguesa considerável quantidade de trabalho é feito por membros da família não remunerados. Na medida em que se acrescentam empregados, diminui a proporção do produto excedente total gerado pela família pequeno-burguesa. A certa altura, torna-se menos de metade do excedente total, e acaba por converter-se em pequena parcela do excedente total. Naquele ponto, o produtor pequeno-burguês torna-se solidamente um pequeno capitalista. (WRIGHT, 1979, p. 75)

Diferentemente do pequeno proprietário capitalista, o pequeno proprietário batalhador não reproduz seu capital através da mais-valia extorquida do trabalho assalariado, visto que utiliza sua própria força de trabalho ou de sua família. Sabendo disso, diferentemente do pequeno proprietário capitalista, o pequeno proprietário batalhador se encontra na situação contraditória entre a pequena burguesia (classe média) e o proletariado (uma parte das classes populares), pois não possui o controle sobre a força de trabalho dele (parcial) e de outros. Para Souza (2012), a partir dos anos de 1990, houve uma diminuição significativa da grande produção fordista que foi substituída pela terceirização através de pequenas propriedades, e a relação entre oferta e demanda de novos produtos e novos mercados também desembocam na ampliação da pequena produção (fundo de quintal e familiar). Baseando-se nisso, a nova classe trabalhadora se torna pequena proprietária, ou “batalhador-empREENDEDORA” e trabalha sozinha e/ou com a ajuda de familiares. Para Chauí (2013), concordando com Souza, a pequena propriedade familiar não se encaixa em nenhum critério para ser definida como classe média ou pequena burguesia, porque a economia neoliberal, ao desmontar o modelo fordista, fragmenta e terceiriza o trabalho produtivo em milhares de microempresas (grande parte delas, familiares) dependentes do capital transnacional.

No quadro abaixo, será exposto às situações contraditórias da nova classe trabalhadora

dentro das relações de classe:

Quadro 3 – As situações contraditórias da nova classe trabalhadora dentro das relações de classe.

Situações contraditórias da nova classe trabalhadora	Propriedade econômica <i>Controle sobre investimento e recursos</i>	Posse <i>Controle sobre os meios físicos da produção</i>	Posse <i>Controle sobre a força de trabalho de outros</i>	Trabalho assalariado <i>Venda da própria força de trabalho</i>
Burguesia - proletariado (Fração de classe: cargos de chefia)	Nenhum (Completa exclusão da participação nas decisões quanto a que produzir)	Mínimo (Controle sobre os próprios instrumentos imediatos de produção)	Mínimo (Controle sobre os produtores diretos e sobre os subordinados imediatos)	Máximo (venda da força de trabalho em troca de um salário)
Classe média – proletariado (Fração de classe: não chefes)	Nenhum (já mencionado acima)	Mínimo (Controle sobre os próprios instrumentos imediatos de produção)	Nenhum (Nenhuma capacidade de aplicar sanções sobre outros trabalhadores)	Máximo (já mencionado acima)
Classe média-proletariado (Fração de classe: pequeno proprietário batalhador)	Máximo (Controle sobre todo o processo de acumulação)	Máximo (Controle sobre todo o aparelho de produção)	Mínimo (já mencionado acima)	Parcial ⁶⁹

Fonte: Elaboração própria a partir de Wright (1979)

⁶⁹ O pequeno proprietário batalhador possui parcialmente o controle de sua própria força de trabalho, porque trabalha sozinho e/ou com a ajuda de familiares, como foi dito anteriormente. Com isso, para se ajustar à demanda do capitalismo, esse proprietário batalhador precariza seu trabalho, já que sua carga diária de trabalho é maior do que o trabalhador assalariado.

Como foi mencionado anteriormente, no próximo subcapítulo será evidenciada a relevância da dimensão simbólica na demarcação das classes sociais.

1.2 – A dimensão simbólica na delimitação da nova classe trabalhadora

A complexidade na delimitação das classes intermediárias na sociedade capitalista do século XXI trouxe consigo a necessidade de recorrer à perspectiva teórica da dimensão simbólica. Por isso, recorreremos à Souza (2012) que a partir dos conceitos de “capital cultural”⁷⁰ e “*habitus*”⁷¹ de Bourdieu, dirá que o processo de socialização familiar é diferente em cada classe social. Assim será possível identificar e diferenciar o capital determinante e secundário⁷² que se encontra presente na demarcação das frações da nova classe trabalhadora. Além do mais, a dimensão simbólica terá relevância para explicar as diferenças nos hábitos de consumo das frações da nova classe trabalhadora e suas implicações na identificação de sua classe social.

Bourdieu utilizará alguns conceitos da perspectiva marxista: a classe dominante e seus instrumentos de dominação; as classes sociais como prioridade de análise e o capital como elemento relevante na demarcação das classes sociais. A partir disso, Bourdieu (1989) redefinirá seu conceito de classe social articulando os conceitos de campo e de capital:

O campo de produção simbólica é um microcosmo da luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (é só nessa medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores. A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico tem em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio de sua própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores, o qual verdadeiramente os serve aos interesses dominantes por acréscimo, ameaçando sempre dominar em seu proveito o poder de definição de seu mundo social que detém por delegação. (BOURDIEU, 1989, p. 12)

⁷⁰ Para Bourdieu (1983) os indivíduos ocuparão posições sociais de acordo com as suas chances de vida ligadas a quatro dimensões de poder: o capital social, o capital econômico, o capital cultural e o capital simbólico. A sociedade seria hierarquizada conforme o sucesso ou fracasso escolar, determinado pelo capital cultural. Dessa forma, o capital cultural é relevante para o indivíduo ocupar uma posição social privilegiada na sociedade. O capital cultural ressaltará a importância da educação na distinção da classe média em relação às outras classes sociais.

⁷¹ Para Bourdieu, os indivíduos que ocupam as mesmas posições no espaço social muito provavelmente partilham o mesmo *habitus* de classe, isto é, o mesmo conjunto de “predisposições duráveis” que são internalizadas pelos agentes submetidos a processos de socialização semelhantes.

⁷² Para evidenciar o capital mais relevante e menos relevante presente na demarcação das frações da nova classe trabalhadora será dividido em: capital determinante e secundário.

A utilização de alguns conceitos marxistas por Bourdieu não significou a sua adesão a essa perspectiva. Com isso, Bourdieu definirá classe social a partir do rompimento com o marxismo em quatro pontos: 1) abandonar o economicismo que não leva em conta os efeitos dos campos não econômicos na construção das classes sociais⁷³; 2) não confundir a “classe real” com a “classe teórica”; 3) evitar a visão relacional defensora da relação direta de definição de uma classe a partir do atributo de outra; e 4) considerar a relevância da luta simbólica das classes sociais. (PERISSINOTTO, 2007)

Bourdieu se aproximará de Marx, principalmente, rumo à economia política dos bens simbólicos. Deve-se ressaltar que as obras de Marx enfatizam o aspecto econômico da dominação em uma situação relacional, enquanto Bourdieu o aspecto simbólico. Nesse sentido, Marx compreendia o mundo social por meio da relação entre a exploração e a própria produção, na qual as classes sociais estariam hierarquizadas pela sua posição na estrutura produtiva; já para Bourdieu, a posse de capital (econômico, social, cultural e simbólico) é que assinalaria a posição do sujeito na estrutura.

Outra consideração relevante é que Bourdieu adota uma noção de capital muito diferente da abordagem marxiana, que é uma categoria fundamentalmente econômica. Para Marx, o aspecto econômico prevalece porque os homens tem que produzir suas necessidades básicas para sobreviver. Bourdieu estende a noção de capital, que perde o rigor conceitual dado por Marx, e é usado no sentido metafórico para se referir a todo e qualquer processo de acumulação ou aumento de poder (capital econômico, capital social, capital cultural, capital simbólico). Com isso, indiretamente, Bourdieu termina por naturalizar um conceito que é histórico e concreto em Marx. Além disso, outra diferença importante, do ponto de vista epistemológico, é que Bourdieu adota uma concepção fragmentária da vida social, que é muito diferente da concepção marxista que se baseia numa compreensão da sociedade como uma totalidade histórico-concreta que possui leis gerais de organização e reprodução.

Com as observações explicitadas acima, as obras de Bourdieu possuem mais semelhanças com Wright Mills⁷⁴. Mills também como Bourdieu toma emprestado inúmeras ideias de Marx, entretanto não se identificou com o projeto marxista. Ambos foram hostis ao Partido Comunista, contudo em alguns momentos flertavam com as variantes democráticas do socialismo. Foram sociólogos reflexivos, escrevendo sobre os campos político e acadêmico

⁷³ Na análise sobre classes sociais de Marx, diferentemente de Weber que reduzirá para a dimensão econômica a análise da estratificação social (mercado), podemos perceber uma articulação política, ideológica e cultural na análise relacional do modo de produção capitalista e de suas consequentes divisões em classes sociais.

⁷⁴ Wright Mills foi professor de sociologia das Universidades de Maryland e Columbia e autor de diversas obras, dentre elas: *A imaginação sociológica* e *a Nova classe média* em meados do século XX.

nos quais atuaram. (BURAWOY, 2010)

Pode-se perceber que Bourdieu ao delimitar as classes sociais se aproxima de Weber⁷⁵ ao utilizar as chances de vida, os grupos de *status* e os recursos simbólicos em detrimento à relação capital/trabalho. No entanto, Weber diferentemente de Marx, reduzirá para a dimensão econômica a análise da estratificação social. Sob esta declaração, a análise sobre classes sociais a partir desse autor perde a noção de totalidade e o caráter relacional empobrecendo a análise conceitual. Então, para Weber (1971), classe social representa: 1) um grupo de pessoas que tenham em comum um componente causal específico em suas oportunidades de vida; 2) esse componente é representado exclusivamente pelos interesses econômicos da posse de bens e oportunidades de renda; 3) é representado sob as condições de mercado de trabalho e produtos. Portanto, para ele, o fator que cria “classe” é um interesse econômico claro, ou seja, apenas os interesses ligados a existência do “mercado”. Em resumo, a estrutura de classes para Weber é determinada pelo mercado e a situação de classe é a situação do mercado. As ações e relações sociais no mercado de trabalho, mercado consumidor e na empresa capitalista determinam a situação de classe do trabalhador e do empresário.

Bourdieu ultrapassa a definição estritamente econômica sobre classes sociais de Weber, ampliando-a com a inclusão dos conceitos de “espaço social” e “campo”⁷⁶. Assim para Bourdieu (1989),

A teoria geral dos campos, que, pouco a pouco, se foi assim elaborando, nada deve, ao contrário do que possa parecer, à transferência, mais ou menos repensada, do modo de pensamento econômico, embora, ao reinterpretar numa perspectiva relacional a análise de Weber, que aplicava à religião um certo número de conceitos retirados da economia (como concorrência, monopólio, oferta, procura, etc.), me achei de repente no meio de propriedades gerais, válidas nos diferentes campos, que a teoria econômica tinha assinalado sem delas possuir o adequado fundamento teórico (...) Tudo leva a supor que a teoria econômica, como se espera poder um dia demonstrar, em vez de ser modelo fundador, deve antes ser pensada como um caso particular da teoria dos campos que se constrói pouco a pouco, de generalização em generalização e que, ao mesmo tempo permite compreender a fecundidade e os limites de validade de transferências como as com que Weber opera, e obriga a

⁷⁵ Tanto Bourdieu como Mills foram influenciados por Weber e dividiram suas preocupações com a dominação, sua reprodução e suas repercussões.

⁷⁶ O conceito de espaço social descreve a sociedade como um todo formado por várias dimensões organizadas segundo princípios de diferenciação social. Essas dimensões, que compõem o espaço social, são chamadas de “campo”. Cada campo tem uma lógica específica, isto é, regras próprias que regulamentam a luta pela posse de um capital também específico. Com isso, fala-se de “campo econômico”, “campo político”, “campo cultural”. Além disso, também há referência aos capitais específicos desses campos: capital econômico, capital político, capital cultural. A quantidade de capital possuída por um agente expressa os atributos da posição objetiva que ele ocupa no campo e, dessa forma, o poder (ou a falta dele) que define a sua capacidade (objetiva) de produzir ganhos naquele campo.

repensar os pressupostos da teoria econômica à luz sobretudo dos conhecimentos adquiridos a partir da análise dos campos de produção cultural. A teoria geral da economia dos campos permite descrever e definir a forma específica de que se revestem, em cada campo. Os mecanismos e os conceitos mais gerais (capital, investimento, ganho), evitando assim, todas as espécies de reducionismo, a começar pelo economicismo, que nada mais conhece além do interesse material e a busca da maximização do lucro monetário. (BOURDIEU, 1989, p. 68-69)

Como já foi descrito anteriormente, Bourdieu refinará o conceito de “grupo de status” de Weber ao construir seu conceito de “classe teórica” (chances de vida) e “classe real” (grupos de *status*). A “classe teórica” é determinada através da avaliação das disponibilidades que os grupos ou indivíduos possuem das formas básicas de poder (os capitais). Pautando-se nisso, os indivíduos ocuparão posições sociais de acordo com as suas chances de vida ligadas a quatro dimensões de poder: o capital social, o capital econômico, o capital cultural e o capital simbólico. A “classe real” acontece quando há especificidades comuns (estilos de vida, interesses comuns, local de moradia, valores culturais) e se tornam legítimas pelo prestígio e o valor simbólico. (BOURDIEU, 1987)

Mas diferentemente de Weber, Bourdieu (1987^a) incluirá a dimensão simbólica e cultural no estabelecimento da condição de classe a partir das chances de vida do indivíduo. Assim, a classe dominante diferencia-se das outras classes sociais a partir de, principalmente, de seu capital cultural, mesmo que o capital econômico seja o mais relevante, ou seja, a cultura (gostos, educação, consumo, artes e arquitetura) da classe dominante é inerente ao seu acesso privilegiado à riqueza e à educação.

A situação ou posição de uma classe não a define objetivamente na estrutura social. Isso acontece de fato quando as marcas de distinção exprimem sua posição na sociedade. Essas marcas de distinção são relevantes na diferenciação das classes sociais (para si e para os outros).

No início da década de 1980, o capitalismo chega a uma nova fase: o neoliberalismo⁷⁷. Os países centrais do capitalismo, principalmente os Estados Unidos e a Inglaterra⁷⁸ são afetados por uma onda extraordinária de consumo por parte das famílias. Esse aumento do consumo acontece devido a três características: uma dinâmica mais favorável da mudança tecnológica e de rentabilidade, a criação de renda a favor das classes mais ricas, e a redução da taxa de acumulação (poupança). Para Duménil e Dominique (2006), o neoliberalismo no

⁷⁷ A primeira experiência política neoliberal ocorreu no Chile, comandado pela ditadura militar do General Pinochet, ainda nos anos 70.

⁷⁸ As vitórias do Partido Conservador de Margareth Thatcher na Inglaterra, em 1979 e do Partido Republicano de Ronald Reagan nos Estados Unidos, em 1980 inauguram a ascensão do neoliberalismo nos países capitalistas

início da década de 1980, nos Estados Unidos, veio acompanhado de queda no investimento e na poupança dos americanos⁷⁹. O aumento do consumo ficou concentrado nos estratos sociais com maior renda que se beneficiaram dos novos fluxos de renda e da subida da bolsa de valores no neoliberalismo. Ainda, o crescimento dos gastos das famílias nos Estados Unidos foi estimulado pelo aumento de seu endividamento (que também contribuiu para a compra de ativos financeiros) e maior oferta de crédito.

O aumento do consumo dos estratos sociais com maior renda nos países centrais do capitalismo ampliou a distinção social em relação às classes populares⁸⁰. Por isso, o consumo possui uma ligação direta com a linguagem e a cultura para demarcar a posição de classe, como afirma Bourdieu (1974):

Assim, a linguagem e o vestuário, ou, melhor, certas maneiras de tratar a linguagem e o vestuário, introduzem ou expressam afastamentos diferenciais no interior da sociedade, a título de signos ou insígnias da condição ou da função. De todos os consumos e de todos os comportamentos que podem receber uma função expressiva, quer se trate da compra de um automóvel, quer da decoração de um apartamento ou da escolha de um estabelecimento escolar para seus filhos, são, na verdade, com a língua e a cultura, a vestimenta e o endereço que, em razão de seu alto rendimento simbólico, preenchem melhor a função de associação e dissociação. Na verdade, como observava Simmel, a moda indumentária é um processo que combina a individualização e a imitação e que, como *Sich-gleich-machen*, fazer-se igual, conforme as palavras de Hegel, expressa paradoxalmente a vontade de afirmar a particularidade pela procura da diferença última. (BOURDIEU, 1974, p.67-68)

Por conseguinte, para Bourdieu, os indivíduos que ocupam as mesmas posições no espaço social muito provavelmente partilham o mesmo *habitus* de classe, isto é, o mesmo conjunto de “predisposições duráveis” que são internalizadas pelos agentes submetidos a processos de socialização semelhantes. Essas predisposições duráveis, interiorizadas coletivamente, orientam a conduta dos agentes no mundo e geram reações semelhantes às circunstâncias enfrentadas pelos membros de uma mesma classe.

Esse processo de socialização semelhante pode ser evidenciado nas relações interpessoais da classe média e seu distanciamento das classes populares. Isso acontece no entrelaçamento do estilo de vida e dos hábitos de consumo. Esse entrelaçamento acontece a partir do reconhecimento das “predisposições duráveis” através do vestuário, ambiente de

desenvolvidos.

⁷⁹ Em 1979, o Banco Central dos Estados Unidos aumentou a taxa de juros para conter a inflação que resultou em um aumento do déficit orçamentário governamental, baixo crescimento e recessão. (DUMÉNIL E DOMINIQUE, 2007)

⁸⁰ Na década de 1960, nos Estados Unidos, a classe média já utiliza a educação e o consumo como atributos de distinção social em relação às classes populares. (ENRENREICH, 1994)

trabalho, linguagem e outros traços de distinção social, como afirma Enrenreich:

Tudo o que foi descrito até agora compõe uma comunhão de estilos de vida e hábitos de consumo. Em geral, à classe média se vale do consumo para identificar sua condição. De maneira típica, isso tem envolvido coisas autênticas e frequentemente importadas. Esses gostos fornecem indicações por meio das quais as pessoas da classe média se reconhecem fora de seu ambiente de trabalho e ajudam a assegurar que um advogado, por exemplo, não caia involuntariamente na companhia de alguma pessoa de baixo nível, tais como um encanador ou um funcionário do correio. Os casamentos intragrupoais são importantes aos membros da classe média, e auxiliam a dar a essa classe, como em outras classes da sociedade norte-americana, uma natureza de casta. Portanto, se essa é uma elite, ela é insegura e profundamente ansiosa. Teme, como qualquer outra classe abaixo dos mais seguramente ricos, desventuras capazes de levá-la a um precipício. Mas existe uma outra ansiedade na classe média: um temor à fraqueza interior, à indulgência, ao fracasso na luta e a perda de disciplina e de vontade. Até a própria riqueza que frequentemente é a meta dessa luta se torna uma ameaça, pois envolve a possibilidade de hedonismo e autoindulgência. Seja desprezando a esfera do menos, ou admirando mais, a classe média tem sempre presente o medo da queda. (ENRENREICH, 1994, P.8)

A dimensão simbólica na delimitação das classes sociais possui a relevância de ultrapassar o aspecto econômico para compreender as diferenças de classes e suas características que são peculiares e específicas de acordo com a sua apropriação de capital. Além disso, a dimensão simbólica auxiliará na compreensão da renovação histórica do capitalismo mundial e brasileiro. Com isso, para Souza,

A incorporação dessa dimensão simbólica de luta por justificações é a única maneira de se compreender a capacidade de renovação histórica do capitalismo como resultado contingente e aberto de uma luta que implica assimilação - ainda que nos seus próprios termos, ou seja, como forma de garantir o processo de acumulação infinita do capital - e resistência das posições de seus inimigos históricos em cada contexto específico. O preço da crítica é a sua incorporação de modo a possibilitar o processo de acumulação num patamar novo de justificação normativa. Essa perspectiva é rica e interessante porque é crítica de concepções que são cegas à dinâmica normativa tensional interna ao capitalismo como sistema social total. Isso significa também que uma crítica vigorosa ao capitalismo pode ajudar a reformular seus próprios padrões de justiça e legitimidade. O "outro" do capitalismo não está apenas fora dele, mas também pode ser gestado no seu próprio interior ao se problematizarem seus próprios dispositivos de justiça em seus próprios princípios implícitos de equidade e de bem comum. (SOUZA, 2012, p. 31)

Como foi exposto anteriormente, o processo de socialização é diferente em cada classe social na dimensão simbólica. O consumo e o estilo de vida são relevantes na distinção social. Contudo, vale deixar claro que a educação também é determinante na diferenciação da classe média em relação às classes populares. Assim, Bourdieu (1983) ressaltará a importância da educação (capital cultural) na distinção da classe média em relação às outras classes sociais.

Aliás, para Bourdieu a classe média passa por uma instabilidade que põe em risco seu *status* social e sua posição hierárquica na sociedade. Então, além do capital cultural, para se diferenciar das classes populares, a classe média possui um estilo de vida, ou utilizando o conceito do autor, o *habitus*, identificado através da localização da moradia, mobília da casa, vestimentas e outras modalidades de consumo.

Souza (2012), concordando com Bourdieu, diferenciará o processo de socialização a partir do capital presente em cada classe social. De acordo com o autor, o processo de socialização familiar diferenciado está presente na “classe alta”, em razão dos filhos herdarem dos pais, além do capital econômico, o “estilo de vida” e a “naturalidade” para comportarem-se em reuniões e no círculo social (casa, amigos e outros). Fora que o capital cultural também é necessário para não se confundir com o “rico bronco” (baixa educação formal). Na classe média, a transmissão da herança imaterial acontece de forma invisível, imperceptível, porque se dá dentro de casa e de forma emocional e afetiva, pois os filhos terão pré-condição (informação nos meios de comunicação, educação formal de qualidade, tecnologia) de competir e reproduzir o capital escolar e cultural dos pais.

À vista disso, a classe média também, se diferencia da “classe alta”, já que a mesma foi constituída historicamente pela apropriação diferencial do capital cultural⁸¹. A classe alta se caracteriza pela apropriação da “herança de sangue”, capital econômico, mesmo que o capital cultural esteja presente. Diferentemente da “classe alta” e da classe média, na nova classe trabalhadora encontramos principalmente o capital familiar baseado na transmissão de exemplos e valores do trabalho duro e continuado⁸², em condições sociais muito adversas, mesmo que o capital cultural esteja presente em um menor grau.

No quadro abaixo, será exposto o capital determinante e secundário na demarcação das classes sociais, a partir do capital mais relevante evidenciado por Souza (2012):

⁸¹ Se há alguma divergência na conceituação da classe dominante, há mais convergência em suas respectivas abordagens da classe média. O tema que se encontra em ambos os autores é a instabilidade da classe média, tentando manter sua posição na hierarquia da sociedade. Conforme diminui o abismo entre a classe operária e as classes médias - em especial em relação às velhas classes médias, sujeitas à desqualificação profissional, mas também em relação às novas classes médias, sujeitas à ascensão e à burocracia -, cresce o pânico destas quanto à perda do *status* social. A educação, como forma de capital, torna-se mais importante que a propriedade econômica para afirmar a distinção da classe média. Grande parte do livro *A nova classe média* de Mills, é dedicado à crescente importância da educação na distinção, mas também ao papel da mídia de massa e do mundo ilusório que ela cria. (BURAWOY, 2010)

⁸² Souza (2012) ressaltará a importância da socialização religiosa (trabalho duro de qualquer tipo como forma de ascender socialmente) na transmissão da herança familiar da nova classe trabalhadora.

Quadro 4 – O capital determinante e secundário na demarcação das classes sociais

Classes sociais	Capital determinante	Capital secundário
“Classe alta” (burguesia)	Capital econômico	Capital cultural
Classe média	Capital cultural	Capital cultural
Nova Classe trabalhadora	Capital familiar (ascensão social através do trabalho)	Capital cultural (ascensão social através da educação)

Fonte: Elaboração própria a partir de Souza (2012)

No quadro acima, Souza não diferenciara as variantes de capital determinante e secundário nas frações da nova classe trabalhadora. Com isso, no capítulo 3, o capital determinante e secundário das frações de classe será evidenciado a partir da análise das entrevistas em profundidade. A diferenciação entre capital determinante e secundário será relevante para demonstrar as características distintas existentes na fração da nova classe trabalhadora que se aproxima da classe média através da educação (capital cultural) como melhor caminho para a ascensão social e o mérito⁸³ como forma de premiar o esforço individual. Por outro lado, a fração da nova classe trabalhadora possuidora do capital familiar determinante se aproxima das classes populares através da exaltação do trabalho como forma de ascensão social. Como será visto no capítulo 3, essa característica acontece principalmente com os pequenos proprietários batalhadores.

Após a delimitação da nova classe trabalhadora utilizando a produção social e a dimensão simbólica, será discutido, no próximo subcapítulo, o surgimento de uma *nova classe média* ou de uma *nova classe trabalhadora*?

⁸³ O mérito como forma de premiar o esforço individual é socialmente construído. Os indivíduos destinados ao sucesso e ao “mérito” (nasceram na “família certa”) possuem os pressupostos emotivos, afetivos e morais que garantem o sucesso na escola e depois no mercado capitalista, e outros indivíduos destinados ao fracasso e ao não-mérito, ou seja, ao “estigma”, por não terem tido a mesma chance e por terem nascido na “família errada”, ou seja, por exemplo, numa família da “ralé”. Transferir a culpa social para o próprio indivíduo, como acontece com os membros de nossa “ralé”, que se imaginam efetivamente “burros” e incapazes de aprender, é parte fundamental dessa estratégia de distorcer a realidade para a manutenção indefinida de privilégios nada meritocráticos. (Souza, 2009)

1.3 – Nova classe média ou nova classe trabalhadora?

No início do século XX⁸⁴, o fordismo inaugurará um novo tipo de compromisso entre os capitalistas e os trabalhadores, baseado no trabalho controlado, disciplinado, repetitivo e hierárquico, mas ao mesmo tempo remunerado com “bons salários”⁸⁵ e oportunidades efetivas de consumo para a classe trabalhadora americana. O controle sobre o processo de trabalho taylorista e fordista no capitalismo industrial, em meados do século XX, fez que as mudanças tecnológicas trouxessem novas especializações, funções e mecanismos de controle sobre o trabalho⁸⁶. Surgem, os engenheiros e administradores no processo de trabalho nas indústrias⁸⁷.

O surgimento das profissões de engenheiro e administrador na produção fabril ratifica a separação entre trabalho manual e o intelectual. Com isso, o taylorismo mostrará a importância da divisão e do comando intelectual do trabalho para aumentar o controle e a produtividade. As tarefas simples e repetitivas eram designadas para os trabalhadores manuais e as tarefas de comando e disciplina eram de responsabilidade dos trabalhadores intelectuais, ou seja, dos possuidores de diploma acadêmico, como afirma Enrenreich (1994),

A profissão de administrador nasceu, no início do século XX, na linha de frente da batalha entre o capital e o trabalho e a sua história ilustra as tensões entre a classe operária e a classe média emergente já que a história tem sido bem contada, serei, imprudentemente, breve. Até o início do século XX, não havia a profissão de administrador ou de engenharia. A razão, como o próprio inventor da administração científica, Frederick Taylor, mais tarde observou, de forma lamentável, era que "a fábrica era, de fato, dirigida pelos operários e não pelos chefes?". O trabalho mental e manual não tinha sido separado em ocupações distintas. Os artesãos especializados dominavam tanto a tecnologia quanto a organização do processo de trabalho. Isso deixava o empregador em uma situação vexatória por ser incapaz de compreender ou controlar o trabalho que pagava. Só os trabalhadores podiam julgar, por exemplo, quanto tempo uma determinada tarefa levava e, portanto, quanto devia ganhar. A contribuição de Taylor foi mostrar como o comando intelectual do processo de produção poderia se livrar dos trabalhadores e se concentrar em um quadro de funcionários mais confiável, como os administradores e engenheiros. Através de uma análise cuidadosa do processo de produção, o trabalho complexo que exigia esforço intelectual do artesão poderia ser dividido em tarefas simples de

⁸⁴ No taylorismo, antecessor do fordismo, também havia uma rigorosa supervisão do processo do trabalho, no qual o trabalhador perdia sua autonomia e se convertia em um componente humano da própria máquina.

⁸⁵ Henry Ford dá prosseguimento à sistematização iniciada por Taylor em suas fábricas. Em 1914, introduziu em suas fábricas uma jornada de trabalho de oito horas e dobra o salário diário, diferentemente das fábricas, naquele período, que pagava geralmente menos da metade do salário da Ford. (GUIMARÃES, 2011)

⁸⁶ Mills (1979) descreverá que as características da vida no século XX estão amparadas no mundo da nova classe média. Para Mills, em uma perspectiva weberiana, a nova classe média ou os colarinhos-brancos surgiram em meados do século XX, e desempenham as principais rotinas da sociedade e seu aspecto distintivo não está em sua função, mas em outros fatores como os de prestígio, *status* social, nível de renda e educação que se refletem tipicamente em seu aspecto exterior: o que os distingue e uniformiza é o colarinho-branco.

⁸⁷ Como foi evidenciado anteriormente no capítulo 1, no início do século XX, a separação parcial entre propriedade econômica e posse também foi relevante para o aumento de produtividade e no processo de diferenciação interna das classes sociais no sistema capitalista.

movimentos repetitivos e então ser atribuída a trabalhadores menos especializados. Daí por diante, seria difícil a um simples trabalhador controlar ou compreender todo o processo, agora reduzido a movimentos repetitivos, semelhantes às voltas de uma chave inglesa. Enquanto isso, o administrador ou o engenheiro determinava quem faria o que e em que velocidade deveria ser feito. (ENRENREICH, 1994, p.152-153)

Após a Segunda Guerra Mundial, o fordismo se consolida na Europa e suas características se juntam às garantias sociais do Estado de Bem-Estar. Chauí (2013) descreverá que os trabalhadores europeus do período fordista do capitalismo industrial das décadas de 1950 e 1960 desfrutavam do consumo em massa e direitos sociais garantidos pelos Estados keynesianos. Isso aconteceu graças às lutas anteriores dos trabalhadores organizados que havia elegido governantes de centro e de esquerda e o surgimento do Estado de Bem-Estar Social.

Na década de 1970, o toyotismo japonês⁸⁸ substituirá o modelo fordista obtendo ganhos incomparáveis de produtividade a partir da exclusão da especialização, repetição e necessidade de pessoal para controlar a disciplina e o controle na linha de produção. A flexibilização toyotista do trabalho explora as capacidades criativas, a autonomia e a espontaneidade do trabalhador. Dessa forma, as novas empresas toyotistas ocidentais tinham como perfil preferencial do trabalhador: mão de obra jovem sem passado sindical e com cláusula explícita de quebra de contrato em caso de greve. Esse novo trabalhador possui em sua empresa um lugar de identidade, autoestima e pertencimento. Para Souza (2012), o toyotismo conseguiu atenuar as críticas ao capitalismo, pois,

Os novos gerentes, engenheiros e executivos se apropriaram nos seus próprios termos - ou seja, como sempre, os termos da acumulação de capital – de palavras de ordem como criatividade, espontaneidade, liberdade, independência, inovação, ousadia, busca do novo. O que antes era crítico do capitalismo se tornou afirmação do mesmo, possibilitando a colonização da nova semântica a serviço da acumulação de capital. (SOUZA, 2012, p.39)

A crise do capitalismo na década de 1970 redefiniu as relações entre capital e trabalho com o surgimento do toyotismo, porque no fordismo⁸⁹ a luta de classes era declarada e os

⁸⁸ O toyotismo surgiu como solução para a crise do capital ocorrida nos anos 70. Originário no Japão, de dentro das fábricas de automóvel Toyota, ganhou terreno e estendeu-se pelo mundo todo. Com ele, uma nova forma de organização industrial e de relação entre capital e trabalho emerge das cinzas do taylorismo/fordismo. Estratégias como o *just in time*, *team work*, *kanban*, a eliminação do desperdício e o controle de qualidade total são parte do discurso do modelo toyotista de produção e adotadas pelas empresas em todo o mundo. (PERES, 2005)

⁸⁹ O grande capital recorre com frequência à combinação dessas formas de organização do processo de trabalho. Ou seja, não há uma separação absoluta entre taylorismo, fordismo e toyotismo, mas a combinação de algumas das suas características sob a prevalência de um deles.

trabalhadores travavam uma batalha contra as tentativas de controle e disciplina do modelo fordista.

O déficit fiscal e a estagnação das economias europeias na década de 1970, deflagram uma crise no capitalismo e os ideólogos conservadores atacam o Estado de Bem-Estar Social culpando-o pelo processo inflacionário e o aumento da dívida pública. A solução sugerida pelos neoliberais foi diminuir o poder dos sindicatos e movimentos populares, controlar o gasto público, cortar drasticamente os encargos sociais e investimentos na economia tendo como meta principal a estabilidade monetária por meio da contenção de gastos sociais e do aumento do desemprego para formar um exército industrial de reserva que acabasse com o poderio das organizações trabalhadoras. (CHAUÍ, 2013)

Souza (2012) destaca que, após algumas décadas de razoável expansão e estabilidade do capitalismo, a crise do petróleo em 1973 comprometeu o equilíbrio fordista em escala mundial. Com isso, os países capitalistas avançados tiveram dificuldades fiscais para a manutenção das garantias sociais que se multiplicavam e os capitalistas tiveram lucros decrescentes e perda de produtividade.

No Brasil, a crise do capitalismo mundial na década de 1970 atingiu o país e desgastou o governo militar que desembocou na transição para o governo civil em 1985⁹⁰. Para Pinto, no Brasil nas décadas de 1970 e 1980,

O autoritarismo da ação estatal nas políticas de renda e formação do mercado de trabalho, junto às quais se reprimiu a organização da classe trabalhadora frente ao avanço da acumulação capitalista de base industrial. Sobre esse conjunto de elementos realizou-se uma série de alterações no sistema taylorista/fordista em sua implantação na indústria brasileira, mesmo em setores desenvolvidos e internacionalizados como a cadeia automotiva. Disso, resultaram aspectos "predatórios" na alocação e no uso da força de trabalho pelas empresas, dos quais decorreu posteriormente a manutenção de baixos níveis salariais, qualificação profissional e educacional insuficiente, altas taxas de rotatividade, além de grande informalidade no mercado de trabalho. Tal estrutura conformou uma base espúria de competitividade sobre a qual vieram a ser adaptados, a partir dos anos 1980, os conceitos e tecnologias dos sistemas flexíveis de gestão (como o toyotista). O Brasil entrara, então, em um período de profunda instabilidade econômica e política. De um lado, a ditadura militar entrava em declínio, a par de sucessivas derrotas contra a inflação, de um endividamento externo insustentável e de contradições no balanço de pagamentos que, ao final, exigiram ajustes recessivos e geraram uma estagnação que perdurou até os primeiros anos da década de 1990. De outro lado, o movimento sindical lograva uma organização e combatividade inéditas em nível nacional, tendo como núcleos de resistência justamente os polos industriais fordistas como o ABC

⁹⁰ No Brasil, a transição do governo militar para governo civil aconteceu “pelo alto” com o objetivo de dar continuidade à política liberal do Estado ocorrida no regime militar. Assim, em 1985, na eleição indireta para presidente no Congresso Nacional, havia duas candidaturas: de um lado, as forças conservadoras representadas por Paulo Maluf; e de outro a proposta liberal, de marca também conservadora, representada por Tancredo Neves. Em consequência disso, os militares se retiravam da direção do aparato estatal passando o poder para um presidente civil confiável, visando um pacto social para a reorganização institucional. (WEFFORT, 1984)

paulista, onde a nova geração de operários se rebelava após décadas de repressão militar e arrocho salarial. (PINTO, 2013, p.97-98)

Após uma sucessão de vitórias de candidatos do PTB e do PSD à presidência com projetos nacional desenvolvimentistas entre as décadas de 1950 e 1960, conduzidas por Getúlio Vargas (1950), Juscelino Kubitschek (1955) e João Goulart (1961)⁹¹, os militares tomam o poder através de um golpe de Estado. Com o golpe de 1964, o governo nacional desenvolvimentista de João Goulart é substituído pelo capitalismo transnacional dos militares, e com o fim do regime militar, a ascensão do neoliberalismo. Para Fernandes (1977) o apoio da classe média aos interesses e solidariedade à burguesia nacional e internacional resultou no suicídio de Vargas em 1954 e no golpe militar em 1964 (o que converteu as classes médias em polarização política das “classes altas”). Partindo nisso, para o autor, as “classes altas” e médias possuem claramente concepções conservadoras impregnadas em todas as relações e estruturas de poder emergentes, suscitando em uma disposição totalitária de identificação da hegemonia burguesa com a “estabilidade da ordem” e os “interesses da nação”.

Para Bandeira (1977) a burguesia e a classe média brasileira apoiaram o golpe militar de 1964 devido às seguintes razões: o descontentamento da classe média com o aumento dos preços (inflação); a absorção da classe média em relação às denúncias de corrupção no governo Jango feitas pela oposição e pela mídia (principalmente os jornais *O Globo*, *O Estado de São Paulo*, *Correio da Manhã*); a reprodução da campanha midiática e oposicionista de viés ideológico e religioso contra a "ameaça comunista" do governo Jango (A marcha da família com Deus, pela liberdade); e a oposição da burguesia nacional à legalização das greves e aumento do salário mínimo (aguçamento da luta de classes).

Após o golpe de 1964, no período do governo militar (1964-1985), houve uma ampliação da desigualdade social⁹² entre a burguesia e as classes populares. No início da década de 1970, o país obteve um crescimento econômico⁹³ significativo, graças

⁹¹ Em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, o vice-presidente, João Goulart assume a presidência. No dia 1 de abril de 1964, João Goulart é deposto por um golpe civil-militar.

⁹² Para Pochmann (2012), entre os anos de 1960 e 1980, período compreendido majoritariamente pelo regime militar, houve uma expansão da renda per capita muito forte, com crescimento médio anual de 4,6% ao ano. A ampliação da taxa de ocupação da mão de obra e formalização do emprego elevou-se em 4,2% em média ao ano. Mas esse aumento da taxa de ocupados, não significou melhoria na participação do rendimento do trabalho (diminuiu 11,7%). Com isso, não houve nenhuma transformação social para as classes populares.

⁹³ No período do milagre econômico (1968-1973), o Brasil cresceu em média 10% ao ano, mas isso não resultou na melhoria das condições de vida das classes populares. Para Hammoud (2008), o milagre econômico manteve a concentração de renda, dinamizou e estimulou o consumo de bens duráveis pela classe média e “alta”. Esse mercado sofisticado se ampliou, pois foram oferecidas linhas de crédito para a ampliação do consumo das

principalmente ao setor secundário, que resultou em uma alta taxa de migração do campo para cidade. Então, é possível perceber que mesmo com o crescimento econômico durante certo período, o Brasil não conseguiu, no regime militar, diminuir a desigualdade social entre a burguesia e as classes populares⁹⁴. Como afirma Ianni (2004, p.31), “Entre 1960 e 1970, cresceu bastante a renda do contingente mais rico da sociedade, ao passo que caiu a de todos os outros segmentos da sociedade. Conforme os dados disponíveis, os 5% superiores da população remunerada tiveram a sua participação na renda aumentada de 27,4% para 36,2%, ao passo que os 50% inferiores caíram de 17,7% para 13,7%”. Além disso, Ianni também ressalta que houve um aumento significativo da aparato estatal (civil e militar) entre 1960 (363.669 funcionários públicos) e 1973 (1.379.302 funcionários públicos)⁹⁵.

No Brasil, a flexibilização toyotista do trabalho inicia-se na década de 1980 em um momento de crise política e econômica. Entre o final da década de 1980 até o início da década de 2000⁹⁶, a experiência neoliberal afetará a composição das classes sociais, pois com a diminuição do tamanho do Estado e o crescimento das terceirizações nas empresas, parte da classe média teve que migrar para outras ocupações. Sobre essa premissa, uma parcela dos tradicionais empregados intermediários das grandes empresas foi substituída por serviços terceirizados e a crescente concorrência externa levou ao enxugamento do quadro de funcionários ou a perdas salariais. (SCALON e SALATTA, 2012)

A experiência neoliberal no Brasil, efetivada na década de 1990, aprofundou a desigualdade social e o desemprego que atingiu a classe média, e as classes populares que, nesse caso, foram as mais afetadas⁹⁷. O neoliberalismo no Brasil realizou uma desindustrialização que fragmentou a força de trabalho assalariada resultando no

“classes altas”. Além disso, a classe média obteve oportunidade de aplicar na poupança em título reajustáveis do tesouro, do sistema hipotecário ou de intermediários financiadores do consumo.

⁹⁴ Em síntese, percebe-se que o rápido dinamismo econômico, permeado pelo predomínio do regime autoritário, constrangeu qualquer possibilidade de transformação social que não fosse o favorecimento dos segmentos privilegiados da nação, uma vez que as classes populares participaram somente de forma parcial e minoritária dos avanços na base material da economia nacional. (POCHMANN, 2012, p.14)

⁹⁵ Para Medeiros (2013), na década de 1960 e 1970, o regime militar conseguiu hegemonizar a classe média, parte dela inserida no funcionalismo público, atraída com a possibilidade de ingressar no mercado de consumo e o privilégio das “classes altas”.

⁹⁶ Entre 1981 e 2003, é o período compreendido pelo retorno das eleições diretas para presidente e o fim do regime militar (governos Sarney 1985-1989, Collor 1990-1992, Itamar 1992-1994 e Fernando Henrique Cardoso 1995-2002). Nesse período, como afirma Pochmann (2012), a situação geral do trabalho regrediu consideravelmente (-14%), pela elevação do desemprego, a proliferação de postos de trabalho de reduzida remuneração e alta informalidade contratual. Também, a participação do rendimento do trabalho na renda nacional decaiu 23% nesse período. Ainda para Pochmann, com o estabelecimento do Plano Real em 1994, houve uma trajetória de queda na participação salarial na renda nacional, acompanhada simultaneamente pela expansão das rendas da propriedade (lucros, juros, renda da terra e aluguéis) em nove anos consecutivos.

⁹⁷ A taxa de desemprego no final do Governo Fernando Henrique em dezembro de 2002 era de 12,6%. (Taxa média de desocupação, Série histórica 1994-2013, IBGE) (http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/)

enxugamento de pessoal, utilização de trabalhadores eventuais e terceirização⁹⁸. Chauí (2013) descreve que, no Brasil, o governo Collor (1990-1992) inaugurou a emergência do neoliberalismo e o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) tornou esse modelo hegemônico ao realizar a chamada reforma e modernização do Estado (privatização dos direitos sociais convertidos em serviços vendidos e comprados no mercado, privatização das empresas públicas e direcionamento do fundo público para o capital financeiro).

Logo, para Chauí (2013), as consequências do neoliberalismo para a classe trabalhadora⁹⁹ foram: 1) A desativação do modelo industrial de tipo fordista e a ascensão do toyotismo desarticularam as formas consolidadas de negociação salarial e desfez os referenciais que permitiam à classe trabalhadora perceber-se como classe e lutar como classe social; 2) O desemprego torna-se estrutural, excluindo os trabalhadores do mercado de trabalho e de consumo através das tecnologias de automação e pela velocidade da rotatividade da mão de obra desqualificada devido à velocidade tecnológica; 3) O deslocamento do poder do capitalismo industrial para o financeiro amplia a desvalorização do trabalho produtivo.

A fragmentação do trabalho assalariado, a implantação parcial do modelo toyotista¹⁰⁰ e o enfraquecimento do sindicalismo na década de 1990 reconfigurou as classes sociais¹⁰¹ no Brasil. Assim, como afirma Medeiros,

O desemprego estrutural e as privatizações geram um sindicalismo mais fraco, menos politizado, mais economicista. A recessão e a diminuição do Estado produzem uma classe média menos solidária, menos disposta a entrar em debate universal, mais propensa ao discurso da ética como solução de todos os problemas, como se a corrupção do Estado fosse a causa de seu empobrecimento. A miséria e a exclusão persistentes criaram um conjunto de pobres nas grandes cidades menos capaz de agir coletivamente, com o enfraquecimento das associações comunitárias em paralelo ao fortalecimento de novas formas de solidariedade coletiva, como as igrejas evangélicas e o pertencimento ao tráfico de drogas. (MEDEIROS, 2013,

⁹⁸ A geração líquida de postos de trabalho (emprego formal) entre 1995 e 1999 teve uma retração de - 1.178.714 postos de trabalho formais. (Série Histórica 1994-2013, Ministério do Trabalho – Caged) (<http://www3.mte.gov.br/geral/estatisticas.asp>)

⁹⁹ Para Pomar (2013), no estudo sobre a classe trabalhadora e a classe capitalista no Brasil é necessário distinguir as mudanças estruturais do capital nos países com forças produtivas em alto estágio de desenvolvimento (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Inglaterra), das forças produtivas em estágios intermediários (Brasil, Rússia, China e Índia). Assim, nos países em estágio intermediário, a enorme migração campo-cidade ocorreu de maneira tardia devido ao desenvolvimento industrial retardado.

¹⁰⁰ Uma das características da estrutura produtiva brasileira são sua heterogeneidade tecnológica com a coexistência de diferentes padrões tecnológicos e processos de trabalho. Assim, o que houve na década de 1990, foi uma incorporação do modelo toyotista pelo modelo taylorista-fordista. Para Pinto (2013), na década de 1990, houve uma série de adaptações nos sistemas de gestão flexível, que conseguiu harmonizar “a presença de estruturas ‘híbridas’, conjugando elementos dos sistemas taylorista/fordista e toyotista, além de condições precárias como instalações antiquadas e formas de trabalho repetitivas, ausência de planos de qualificação e de contratações formais.” (PINTO, 2013, p.98)

¹⁰¹ Medeiros (2013) afirma que na década de 1980 e 1990, a fração da classe média que lutou contra a ditadura militar e foi afetada pelo neoliberalismo absorverá o discurso da esquerda, principalmente do PT, influenciada pelos movimentos sociais e populares.

A partir de 2003, o Brasil apresenta um aumento significativo da renda per capita das classes populares, diminuição crescente das taxas de desemprego¹⁰² e o aumento dos anos de escolaridade média que permitiram o ingresso de uma parcela da população no mercado de consumo. Para Pochmann (2012), a partir de 2003, acontece um quadro de transformações sociais no interior da classe trabalhadora. Por isso, entre 2003 e 2010, verifica-se um aumento da renda per capita que cresceu em média anual de 3,3%, na participação do rendimento do trabalho na renda nacional (14,8%) e o grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda do trabalho reduziu-se em 10,7%. Além disso, para o autor, nesse período, houve uma diminuição acentuada do desemprego nas grandes cidades (22% para menos de 10%) e a diminuição da informalidade (o número de empregos formais passou de 29,5 milhões, em 2003, para 47,5 milhões em 2012).

A inclusão de uma parcela significativa de indivíduos das classes populares no mercado consumidor¹⁰³ brasileiro suscitou a discussão sobre a existência de “uma nova classe média” brasileira. Nessa discussão podem-se ressaltar os trabalhos de Neri (2008, 2010 e 2012) que construirá o conceito “nova classe média brasileira” a partir de critérios estabelecidos prioritariamente da variável renda, estabelecendo a “classe C”, como o estrato social compreendida entre os ricos “classes A e B” e os pobres “classes D e E”.

No Brasil, vários estudos delimitarão as classes sociais a partir da variável exclusiva da renda¹⁰⁴. Os outros caminhos percorridos, e corroborados pela presente tese, serão: o da produção social e do valor simbólico como variável mais relevante.

Neste estudo, o conceito da “nova classe média” não será replicado, pois o mesmo possui problemas conceituais e metodológicos na delimitação dessa “nova classe social”. Dessa maneira, será utilizado o conceito de *nova classe trabalhadora*, que possui

¹⁰² Neri (2010) descreve que entre 2003 e 2010, mais de 10 milhões de empregos formais foram criados e os resultados apontam que embora tenha havido aumento da fonte de renda derivada de programas sociais e aposentadorias ligadas ao salário mínimo, “a parcela devida ao trabalho fica próxima ao expressivo crescimento de renda de 4,72% entre 2003 e 2009” (p.15). Junto a isso, o aumento nos anos de escolaridade nesse período são responsáveis por 65,3% desse crescimento de 7,95% ao ano da renda per capita média dos 20% mais pobres no país. Em setembro de 2014, às vésperas da eleição no primeiro turno, a taxa de desemprego no Brasil ficou em 4,9% em setembro e foi a menor para o mês desde 2002, quando o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) começou a coletar os dados pela metodologia atual. (http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/)

¹⁰³ Sobre o poder de compra, Neri (2010), afirma que o poder de compra dos estratos sociais está dividido em: “classe A/B”, 44,12%; “classe C”, 46,24%; e “classes D/E”, 9,65%.

¹⁰⁴ Nesse caso, para a sociologia o conceito será de estrato ou camada social.

características que a aproximam das classes populares e a distanciam da classe média¹⁰⁵. Como afirma Chauí, “Fragmentada, perpassada pelo individualismo competitivo, desprovida de um referencial social e econômico sólido e claro, a classe média tende a alimentar o imaginário da ordem e da segurança porque, em decorrência de sua fragmentação e de sua instabilidade, seu imaginário é povoado por um sonho e por um pesadelo: seu sonho é tornar-se parte da classe dominante; seu pesadelo é tornar-se proletária”. (CHAUÍ, 2013, p.131)

Os primeiros estudos sobre as teorias de estratificação moderna podem ser identificados nos principais autores do liberalismo econômico¹⁰⁶. Smith utiliza um esquema de classe fundado na origem dos rendimentos dos indivíduos que segmenta a sociedade entre capitalistas, proprietários de terra e trabalhadores, e Ricardo corrobora com um esquema semelhante, utilizando os tipos de rendimento como critério de distinção das classes. Então, em ambos os casos, a fonte de rendimentos é tratada como um indicador da função de cada indivíduo na sociedade. Embora a reflexão sobre a estrutura social seja facilmente localizada em obras muito anteriores, as preocupações dos autores do liberalismo econômico podem ser tomadas como o início das tendências modernas de um campo de pesquisas que hoje é compartilhado por economistas e sociólogos¹⁰⁷. (MEDEIROS, 2003)

Os autores do liberalismo econômico apresentam a fragilidade conceitual de atrelar a delimitação das classes sociais à variável renda e ao poder de consumo. Com isso, a propriedade dos meios de produção torna-se irrelevante, para essa perspectiva. Por isso, com a expansão da “classe econômica C”, na última década, o cenário midiático e acadêmico reproduz a afirmação de que houve uma ampliação da classe média brasileira, ou melhor, de

¹⁰⁵ Ainda para Chauí (2013), amparada no imaginário da ordem e da segurança, a classe média torna-se ideologicamente conservadora e reacionária, e seu papel social e político é o de assegurar a hegemonia ideológica da classe dominante, através dos aparelhos privados de hegemonia, como: a escola, a religião e os meios de comunicação. Marcada por essa perspectiva, pode-se afirmar que a classe média é formadora da opinião social e da política conservadora e reacionária.

¹⁰⁶ Adam Smith foi um dos principais economistas liberais. Escocês do século XVIII defensor do individualismo e da livre-concorrência. Sua obra “Riqueza das Nações” exalta o mercado e critica a presença do Estado na economia, peças-chaves do liberalismo econômico. David Ricardo foi um economista inglês (final do século XVIII e início do século XIX) e sucessor das idéias de Adam Smith.

¹⁰⁷ Sucessor direto dos primeiros economistas políticos, Marx pode ser classificado como um dos autores mais comentados da sociologia no que diz respeito ao estudo da estratificação social. Sua discussão sobre a origem e a lógica de funcionamento das sociedades capitalistas é fortemente orientada ao estudo da desigualdade social por uma abordagem de classes. O método usado por Marx para explorar os fenômenos sociais concentra-se na análise de estruturas da sociedade. Em larga medida, sua abordagem consiste em elaborar teorias baseadas em categorias abstratas e de caráter muito geral para, assim, analisar fenômenos concretos em um nível mais particular. É o caso, por exemplo, da maneira como as categorias; capital e força de trabalho são articuladas para explicar não só a base que define a estrutura social, mas praticamente toda a dinâmica do capitalismo. Em uma economia capitalista, o capital se reproduz por meio da exploração da força de trabalho (extração de mais-valia). Esse processo de reprodução define, na abordagem marxista, grande parte das características da estrutura social. A situação de classe dos indivíduos, por exemplo, está fundamentalmente relacionada a sua posição no processo de produção capitalista. (MEDEIROS, 2003)

que teria surgido uma “nova classe média”¹⁰⁸ por causa do aumento da renda e do poder de consumo. Por conseguinte, Chauí desconstruindo esse conceito liberal de vincular apenas renda à classe social dirá que,

Sabemos, entretanto, que há outra maneira de analisar a divisão social das classes, tomando como critério a forma da propriedade. No modo de produção capitalista, a classe dominante é proprietária privada dos meios sociais de produção (capital produtivo e capital financeiro); a classe trabalhadora, excluída desses meios de produção e neles incluída como força produtiva, é proprietária da força de trabalho, vendida e comprada sob a forma de salário. Marx falava em pequena burguesia para indicar uma classe social que não se situava nos dois polos da divisão social constituinte do modo de produção capitalista. A escolha dessa designação decorria de dois motivos principais: em primeiro lugar, para afastar-se da noção inglesa de *middle class*, que indicava exatamente a burguesia, situada entre a nobreza e a massa trabalhadora; em segundo, para indicar, por um lado, sua proximidade social e ideológica com a burguesia, e não com os trabalhadores, e, por outro, indicar que, embora não fosse proprietária privada dos meios sociais de produção, poderia ser proprietária privada de bens móveis e imóveis. Numa palavra, encontrava-se fora do núcleo central do capitalismo: não era detentora do capital e dos meios sociais de produção e não era a força de trabalho que produz capital; situava-se nas chamadas profissões liberais, na burocracia estatal (ou nos serviços públicos) e empresarial (ou na administração e gerência), na pequena propriedade fundiária e no pequeno comércio. (CHAUÍ, 2013, p.128-129)

Os autores da perspectiva liberal¹⁰⁹, atrelados à variável renda e ao poder de consumo, de maneira equivocada, aproximam a parcela das classes populares¹¹⁰ que ascendeu socialmente à classe média em relação ao consumo, aos valores e ao comportamento político.

A mobilidade social ocorrida a partir de 2003 inseriu grande parte dessa nova classe trabalhadora no setor de serviços. Pochmann (2012) demonstrará que as profissões com maior expansão na década de 2000, em relação à década de 1990, foram: serviços (6,1 milhões ou 31% da ocupação total); trabalhadores do comércio (2,1 milhões); construção civil (2 milhões); escriturários (1,6 milhão); indústria têxtil e vestuário (1,3 milhão); e atendimento ao

¹⁰⁸ Para Chauí (2013), como a tradição autoritária da sociedade brasileira não pode admitir a existência de uma classe trabalhadora que não seja constituída pelos miseráveis deserdados da terra, os pobres desnutridos, analfabetos e ‘incompetentes’, imediatamente passou-se a afirmar que surgiu uma “nova classe média”, pois isso é menos perigoso para a ordem estabelecida do que uma classe trabalhadora protagonista social e política.

¹⁰⁹ Como já foi mencionado anteriormente, o liberalismo economicista defende que a existência da classe está ligada diretamente à renda, assim, os liberais dizem que os emergentes são a “nova classe média” por ser um estrato com relativo poder de consumo.

¹¹⁰ Souza e Lamounier (2010) e Ricci (2010), em uma perspectiva liberal, afirmam que a baixa escolarização encontrada nessa classe social é determinante para a falta de valores, ideologia e ideais liberais. Nessa perspectiva, para os autores, “a nova classe média”, advindas das classes populares, não sabe votar, é despolitizada, não consegue ter uma compreensão racional de seus interesses, e, portanto, é presa fácil do estatismo e do populismo. Porém, mesmo possuindo pouca educação formal e interesse por política, e consequentemente semelhanças com as classes populares, como afirmaram, para Souza e Lamounier (2010) a “nova classe média” será cooptada pela classe média e “alta” com seus discursos liberal/conservador e antiestatista?

público (1,3 milhão). Somente essas seis profissões compreenderam 14,4 milhões de novos postos de trabalho, o que equivaleu a 72,4% de todas as ocupações com remuneração de até 1,5 salários mínimo mensal. Durante a década de 1990, esse mesmo conjunto de ocupações registrou a expansão de apenas 766 mil postos de trabalho. Nesse conjunto, é possível citar algumas tendências: 60% das ocupações foram de mulheres; maior parte das ocupações entre a faixa etária dos 25 aos 34 anos, em segundo 45 aos 54 anos e terceiro 45 aos 64 anos; quatro quintos ocupadas por não brancos; 85% das vagas abertas destinavam-se aos trabalhadores com nível médio. Então, nota-se que um volume significativo de empregos gerados foi absorvido pela nova classe trabalhadora (11,1 milhões - somando os empregos gerados no comércio, serviços, escriturários e atendimento ao público).

Logo, para Pochmann (2012), essa nova classe trabalhadora que se encontra no mercado de trabalho inserido, principalmente, no setor de serviços, possuindo um contido nível educacional e limitada experiência profissional nessas novas ocupações permitiram inegável ascensão social, mas o nível de rendimento, ocupação, perfil e atributos pessoais não se encaixam em critérios sérios e objetivos para identificarmos como classe média. Ainda para Pochmann (2014), houve uma incorporação ao mercado de consumo brasileiro de quase um quarto dos brasileiros, em que "parcela considerável da classe trabalhadora foi incorporada no consumo de bens duráveis, como TV, fogão, geladeira, aparelho de som, computador, entre outros" (POCHMANN, 2014, p.71).

O aumento da renda nas classes populares a partir de 2003, após a estagnação da estrutura social brasileira na década de 1990, trouxe consigo a ampliação da base da pirâmide social amparada na forte expansão do emprego para a nova classe trabalhadora, com três quartos dos novos empregos remunerados em até 1,5 salários mínimos, principalmente no setor de serviços. Com isso, para Pochmann o aumento da renda e da ocupação trouxe de "volta a mobilidade social ascendente, sobretudo, na base da pirâmide social brasileira, que nada tem de nova, tampouco de classe média" (POCHMANN, 2014, p. 139).

Ainda sobre a nova classe trabalhadora que se encontra no setor de serviços, Chauí (2013) também afirma que o crescimento de assalariados no setor de serviços não é crescimento da classe média, e sim de uma conjuntura heterogênea, definida pelas diferenças de escolaridade e pelas habilidades e competências determinadas pela tecnociência.

Esse modo de constituição recente da população brasileira quando detentora de uma pequena propriedade familiar¹¹¹ mais se assemelha à classe trabalhadora precarizada do que

¹¹¹ Para Chauí (2013), a figura da pequena propriedade familiar também não é critério para definir a classe média porque a economia neoliberal, ao desmontar o modelo fordista, fragmentar e terceirizar o trabalho produtivo em

ao pequeno proprietário capitalista. Diferentemente do pequeno proprietário capitalista, que reproduz seu capital a partir da mais-valia extorquida do trabalho assalariado, o pequeno proprietário familiar ou batalhador utiliza sua própria força de trabalho ou de sua família. Para Souza (2012), os *novos batalhadores* ou *nova classe trabalhadora* possuidores de uma pequena propriedade, se assemelham muito mais a uma classe trabalhadora precarizada, típica do pós-fordismo do que à classe média.

Na década de 2000, a ampliação da oferta de empregos formais nas classes populares¹¹², principalmente no setor de serviços e a ampliação da pequena propriedade familiar/batalhadora fizeram com que a nova classe trabalhadora se tornasse sólida e com diferenças perceptíveis em relação à classe média. Com isso, as políticas compensatórias e redistributivas¹¹³, a criação de milhões de empregos e o aumento real do salário mínimo¹¹⁴ ampliaram¹¹⁵ a nova classe trabalhadora aproximando-a do Estado. Como afirma Souza (2012), a nova classe trabalhadora¹¹⁶ tende a se aproximar das classes mais destituídas¹¹⁷ e mais sensíveis à necessidade de ajuda do Estado e de políticas compensatórias.

milhares de microempresas (grande parte delas, familiares) dependentes do capital transnacional, transformou esses ‘pequenos empresários’ em força produtiva que, juntamente com os prestadores individuais de serviços (seja na condição de trabalhadores precários, seja na condição de trabalhadores informais), é dirigida e dominada pelos oligopólios multinacionais; em suma, os transformou numa parte da nova classe trabalhadora mundial.

¹¹² Na década de 1970, os empregos de cinco ou mais salários mínimos foram os que tiveram o maior ritmo de crescimento (2,4 vezes) em relação às outras ocupações. Na década de 1980, as ocupações com remuneração entre 3 e 5 salários mínimos foram os que mais se expandiram (1,7 vezes). Na década de 1990, os trabalhos sem remuneração foram os que mais cresceram (4,6 vezes). Na década de 2000, os empregos com remuneração até 1,5 salário mínimo foram os que mais cresceram (2,4 vezes). (POCHMANN, 2012)

¹¹³ Como já foi mencionado anteriormente, as políticas redistributivas e compensatórias no Governo Lula-Dilma foram: as cotas nas universidades públicas, o PROUNI, o FIES, o Bolsa Família, o Mais Médicos, Minha Casa Minha Vida.

¹¹⁴ No início do governo Fernando Henrique Cardoso (1995) o salário mínimo valia R\$100,00 e no final de seu mandato (2002) estava R\$ 200,00 (acréscimo de 100% em oito anos). Nesse período (1995-2002), a inflação acumulada foi de 73,95%. No início do governo Lula (2003) o salário mínimo valia R\$ 200,00. Em 2013, no governo Dilma o salário mínimo valia R\$ 678,00 (acréscimo de 339% em 10 anos). A inflação acumulada nesse período (2003-2013) foi de 64,56%. O aumento real do salário mínimo (descontada a inflação do período) no governo Fernando Henrique (1995-2002) foi de 21,89%. Nos governos Lula-Dilma (2003-2013) ocorreu um aumento real do salário mínimo (descontada a inflação do período) de 65,3%. (Em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 02 de setembro de 2015)

¹¹⁵ Para Chauí (2013), o que foi ampliado no Brasil foi à classe trabalhadora com os projetos e programas de transferência de renda e garantia de direitos sociais (educação, saúde, moradia, alimentação) e econômicos (aumento do salário-mínimo, políticas de garantia do emprego, salário-desemprego, reforma agrária, cooperativas da economia solidária) cuja composição é complexa, heterogênea e não se limita aos operários industriais e agrícolas.

¹¹⁶ Souza (2012) ainda ressalta que a “nova classe trabalhadora” é uma classe social nova, moderna e pós-fordista. A nova classe trabalhadora surge a partir do novo capitalismo financeiro e que passa a existir também nos países avançados, com a decadência do Estado de Bem Estar Social e a crescente eliminação das garantias trabalhistas. No Brasil se situa entre a “ralé” e a classe média e a “classe alta”. Essa nova classe, é incluída no sistema econômico, como consumidora de bens duráveis e serviços que antes eram privilégio da classe média e “classe alta”.

¹¹⁷ Como já foi dito, Souza dirá que muitos membros dessa classe vieram da mais baixa ou “ralé”, como foi definido em sua obra anterior. A “ralé” é a classe social vítima do abandono social e político que a sociedade brasileira tratou secularmente seus membros. Igualmente, seus membros possuem trabalho precarizado e

No próximo subcapítulo será analisado as mudanças na estrutura das classes sociais no Rio Grande do Norte e a ampliação da nova classe trabalhadora potiguar.

1.4 – A ampliação da nova classe trabalhadora no Rio Grande do Norte

A burguesia cafeeira brasileira se consolida com o fim do Estado monárquico (1822-1889) no qual o poder moderador do imperador tinha uma conotação arbitrária. Com a ascensão do Estado republicano oligárquico (1889-1930), a burguesia cafeeira se torna protagonista através da política dos governadores¹¹⁸ e desloca o poder político e econômico do país, definitivamente, do Nordeste para o Sudeste.

O início do século XX traz consigo a industrialização no Brasil, e com a concentração de capital proveniente da cafeicultura no Sudeste, principalmente em São Paulo, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro se deslocará definitivamente para o Centro-Sul. Assim, as diferenças e desigualdades regionais e sociais no país se aprofundam e se consolidam. Como afirma Ianni (2004),

Uma economia nacional que se beneficiou da Abolição da Escravatura, da imigração, da formação e ampliação de "um mercado interno". Progressivamente, a produção agrícola e industrial poderá atender às exigências do mercado interno crescente. Esse era um amplo processo de transformação que se polarizava no centro-sul. Tanto assim que alguns dos 'seus traços' já apareciam nítidos aí. O exemplo de São Paulo em geral do setor sul do país é bastante ilustrativo. Desde fins do século 19, o eixo da sociedade brasileira deslocava-se do nordeste para o centro-sul. No início, esse eixo estava simbolizado na cana e no café, como duas economias "tropicais" da maior importância. Uma simbolizava a Colônia e o Império. A outra passava a influenciar e simbolizar a República. Depois, de forma cada vez mais acentuada ao longo da República, esse eixo passou a estar simbolizado na indústria. Uma indústria que povoa a cidade e invade o campo, provoca migrações e generaliza a luta pela terra, desenvolve as classes sociais e recria as diferenças raciais, recobre povoados, vilarejos e comunidades, dando passo ao mercado, à mercadoria ao lucro, aos ritmos do capital, aos princípios do contrato. Aos poucos, o Brasil fica paulista, isto é capitalista. E assim se recriam as diversidades e desigualdades regionais, nas quais sobressaem o nordeste e o centro-sul. Note-se que essas e outras diversidades se recriam segundo as forças sociais, econômicas e outras que predominam no centro-sul e influencia decisivamente o Estado. As principais linhas políticas dos governos republicanos (oligárquicos, populistas, militares e da Nova República) levam em conta os interesses das forças que predominam no centro-sul e naturalmente também alguns interesses oligárquicos

dependência histórica das políticas públicas do Estado. (SOUZA, 2012)

¹¹⁸ A política dos Governadores foi um acordo existente durante a República Velha (entre 1894 e 1930) em que o Governo Federal apoiava os governos estaduais, através de seus coronéis para eleger bancadas com maioria governista. A política dos Governadores resultou na política café com leite que garantia o poder das oligarquias paulista (maior produtor de café do país) e mineira (maior produtor de leite e maior colégio eleitoral) na indicação do candidato a presidente da República para vencer as eleições com o apoio de outras oligarquias estaduais. Os partidos que representavam os interesses das oligarquias paulista e mineira, respectivamente, era o Partido Republicano Paulista (PRP), e do Partido Republicano Mineiro (PRM).

regionais. Faz tempo que a dispersão brasileira é uma das bases dos arranjos dos blocos de poder. (IANNI, 2004, p.198-199)

As desigualdades regionais do capitalismo brasileiro fizeram que a incorporação do Nordeste, e conseqüentemente, do Rio Grande do Norte ao processo de expansão capitalista fosse retardada em algumas décadas.

A expansão do capitalismo no Nordeste experimentou intenso processo de transformação da sua estrutura socioeconômica a partir da década de 1960. A modernização do capitalismo na região Nordeste é seletiva e excludente, pois uma parcela significativa da população é privada do mercado de trabalho e de consumo. Com isso, essa região será responsável por um deslocamento considerável de migrantes para o Sudeste do país¹¹⁹. Além disso, as capitais nordestinas também serão polos de atração para grandes contingentes de migrantes do interior dessa região. (UFRN, 2010).

A incorporação do processo de modernização do capitalismo no Rio Grande do Norte só aconteceu a partir da década de 1960 no Governo de Aluísio Alves¹²⁰.

A partir da década de 1970, a economia do Rio Grande Norte enfrentava uma profunda crise que atingia a burguesia local ligada à agricultura (principalmente o algodão¹²¹ e a agropecuária) e a indústria salineira¹²². Por este motivo, o governo militar com o objetivo de promover o desenvolvimento do capitalismo para as unidades periféricas da federação¹²³

¹¹⁹ O fluxo migratório Nordeste-Sudeste, principalmente para o Rio de Janeiro e São Paulo, acontece de forma acentuada a partir da década de 1950 com a atração da oferta de empregos das duas maiores cidades brasileiras. A partir da década de 1970, o processo de desconcentração econômica e a crise econômica amparado pelas políticas de incentivo ao investimento industrial no Nordeste, influenciam no início dos fluxos de retorno. A partir de meados da década de 1990, a migração de retorno se intensifica: “Entre 1997 e 2001, cerca de 248 mil pessoas retornaram ao Nordeste motivadas principalmente pelo trabalho, sendo que, desse total, 150 mil pessoas provenientes da região Sudeste. De um lado, as crises econômicas que marcaram toda a década de 1990 aumentaram as dificuldades de inserção, ou mesmo de manutenção laboral, nos grandes centros urbanos e, assim, favoreceram a intensificação do retorno ao Nordeste. Nessa região, por sua vez, os reflexos das transformações econômicas regionais, como as acima aludidas, contribuíram ainda mais no direcionamento desses fluxos, embora o dinamismo econômico nordestino já apresentasse sinais de estagnação”. (OLIVEIRA e JANNUZZI, 2005, p.140)

¹²⁰ Em 1960, Aluísio Alves (PSD) se elege governador do Rio Grande do Norte. Em seu governo é criada a COSERN (Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte), a CAERN (Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte) e a TELERN (Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte). Além disso, em seu governo foi realizada a conexão entre as linhas de transmissão de energia da CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) e da COSERN. Essas realizações possibilitaram que o Rio Grande do Norte iniciasse o processo de modernização do capitalismo em seu território. Além disso, o governo Aluísio Alves também reestruturou a administração pública e introduziu o planejamento governamental.

¹²¹ A cultura do algodão possuía destaque na economia da Região de desenvolvimento do Seridó. (SEPLAN, 2012)

¹²² A indústria salineira ainda possui destaque na economia da Região de desenvolvimento do Litoral Norte. (SEPLAN, 2012)

¹²³ Nesse caso, os estados das regiões Nordeste e Norte.

aplicou substanciais recursos financeiros na SUDENE e na SUDAM¹²⁴ com o intuito de estimular a reprodução do capital nas regiões mais pobres do Brasil. Como afirma Silva,

Pode-se perceber que de fins da década de sessenta ao início da década de setenta, as principais atividades econômicas do Rio Grande do Norte encontravam-se enfrentando profunda crise, que no caso das atividades agropecuárias foram acentuadas pelas secas ocorridas durante os anos setenta. Entretanto, a atuação do Estado Desenvolvimentista no Brasil, sob a tutela militar, seria decisiva para a incorporação do Rio Grande do Norte ao processo de expansão capitalista em curso no país, possibilitando a reestruturação de atividades preexistentes e o estímulo a novas atividades econômicas. Conforme destaca Clementino (2003, p. 391): Somente na década de 70 ocorreram algumas transformações nesse espaço regional particular. Assiste-se a transformações da base produtiva e da estrutura social sem precedentes na história econômica do RN. Os sinais da transformação na estrutura produtiva fazem-se presentes em todos os setores. Para isso, muito contribuíram os incentivos fiscais concedidos pela extinta SUDENE. (SILVA, 2008, p. 153)

A política de incentivos¹²⁵ do governo militar na década de 1970, no Rio Grande do Norte atraiu a burguesia nacional e internacional que investiu massivamente na indústria têxtil, salineira e mineral. Com esse acontecimento, a burguesia potiguar perde espaço na economia do Rio Grande do Norte, como afirma Araújo,

Estas, historicamente patrimonialistas, nunca assumiram a produção de riqueza sem que o Estado a subsidiasse ou em consórcio com o capital internacional. Aliás, a rigor, quanto a esta forma de proceder em nada se diferenciam das demais elites nacionais. Não precisaram reivindicar ao Estado ou ao capital internacional apoio às suas acumulações quando os preços (nacional e internacional) as remuneravam a contento. Isso não é a manifestação acidental de um processo. É, antes de tudo, uma decisão consciente, de classe, previamente estabelecida em suas mentes. As elites potiguares nunca foram desenvolvimentistas a ponto de ver na industrialização o caminho do crescimento e do desenvolvimento. Nunca foram inversionistas no sentido de ter como preocupação fulcral o desenvolvimento ininterrupto das forças produtivas. Não por incompetência, mas por incapacidade econômica e desinteresse. Por isso, só reivindicam a intervenção do Estado quando a sua existência enquanto elite passa por sérias ameaças. Nesse caso se dispõem, inclusive, a tornarem-se industriais. (ARAÚJO, 2009, p.122)

Na década de 1970, a modernização e a implantação da indústria têxtil na Zona Metropolitana de Natal trouxeram consigo uma contratação massiva de mão de obra barata e de maioria do gênero feminino oriunda das classes populares. Destarte, nesse período, o governo militar também empreendeu a construção habitacional na capital potiguar,

¹²⁴ A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criada no Governo Juscelino Kubitschek (1956-1960). A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) foi criada no governo militar do presidente Castelo Branco, em 1966.

¹²⁵ Os incentivos governamentais eram: capital de giro, crédito para investimentos e subsídio em impostos.

fortalecendo a construção civil, com o objetivo de oferecer moradia para o contingente de pessoas que migraram para Natal. Além disso, ainda na década de 1970, a instalação da Petrobras no Rio Grande do Norte (1976) foi de suma importância para o desenvolvimento da região de Mossoró. (SILVA, 2008)

A crise econômica que atingiu o país na década de 1980 refletiu na redefinição das ações da SUDENE. Mesmo com a diminuição de recursos para os estados nordestinos, a burguesia nacional voltada para a agricultura de exportação se beneficiou do investimento público na região de Mossoró e do Vale do Assú para explorar a fruticultura irrigada. Como afirma Silva, “A conclusão da Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, no início da década de oitenta, constituiu-se em marco decisivo para a constituição de uma agricultura irrigada e de cunho capitalista”. (SILVA, 2008, p.157)

Ainda na década de 1980, o investimento público foi decisivo para a implantação definitiva da atividade turística no Rio Grande do Norte. Nesse caso, destacam-se inicialmente os investimentos públicos na capital potiguar¹²⁶ que também atraíram várias obras de infraestrutura ligadas ao setor de serviços como: *shopping centers*, hotéis e outros. (SILVA, 2008)

Na década de 1990, a atividade industrial e o setor de serviços continuaram em uma trajetória crescente. A atividade agropecuária oscilou com uma tendência de declínio que expressa a baixa tecnologia empregada e os períodos de seca que afetam o setor. (SILVA, 2008)

O Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Norte, desde meados dos anos 1980, vem crescendo acima da média regional e nacional, ganhando relevância nos dois contextos; embora na década de 2000 essa dinâmica tenha perdido peso relativo face à região e ao país¹²⁷. Na década de 2000, o crescimento do turismo tem sido elemento importante na dinamização da economia estadual, ao lado de outras atividades como a agricultura irrigada, a carcinicultura e o setor de serviços. (SEPLAN, 2012)

Neste período, a economia potiguar ganha destaque com o crescimento da atividade econômica associada ao setor de serviços (ver no quadro 5 abaixo). Em consequência disso, a mobilidade social ocorrida no Brasil, a partir de 2003, que inseriu grande parte da nova classe

(ARAÚJO, 2009)

¹²⁶ Destaca-se a construção da Via Costeira em 1985 pelo governador José Agripino Maia (PDS), ligando as praias urbanas à Zona Sul de Natal, dando início ao projeto turístico da cidade.

¹²⁷ Um dos determinantes principais desse menor desempenho do Rio Grande do Norte em relação ao Brasil e ao Nordeste foram a queda de produção de petróleo e gás natural no estado em função do esgotamento das reservas locais. Essa queda se manifestou, por exemplo, no declínio do volume do valor adicionado da indústria extrativa do estado, cujo principal segmento é justamente a produção de petróleo e gás natural. (SEPLAN, 2012)

trabalhadora no setor de serviços, também é verificada no Rio Grande do Norte. Isso se deve também ao aumento significativo do número de ocupados no estado entre 2000-2014, na administração pública e no comércio.

Quadro 5 – Participação das atividades econômicas no Rio Grande do Norte 2000-2012.

Rio Grande do Norte: Participação do PIB das atividades econômicas		
ATIVIDADE ECONÔMICA	2000	2012
Agropecuária	2,8%	4,2%
Indústria	26,3%	21,5%
Serviços	70,9%	74,4%
Comércio	10,8%	16,2%
Instituições financeiras	2,9%	3,8%
Administração pública	25,7%	28,4%
Outros serviços	31,5%	26,1%
Total	100%	100%

Fonte: IBGE

Quadro 6 - Dinâmica municipal – Participação em relação ao Rio Grande do Norte – 2012.

Município	Participação (%)		PIB (Per capita)	Participação econômica (%)			
	PIB	População	(R\$)	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública
Natal	37,10	25,37	14.925,65	1,38	29,34	40,02	25,66
Mossoró	10,8	18,2	13.453,04	9,45	15,63	9,57	7,95
Caicó	1,70	1,98	8.739,04	2,22	0,66	1,99	1,73

Fonte: IBGE

O comércio no Rio Grande do Norte mostrou-se, na década de 2000, como um dos setores mais dinâmicos da economia local¹²⁸. Como se verifica no quadro 5, entre 2000 e 2014, no setor de serviços, o comércio obteve o melhor desempenho, pois cresceu 67% nesse período. Com isso, parte da nova classe trabalhadora potiguar está inserida no comércio desempenhando diversas funções.

O aumento da participação do setor de serviços na economia potiguar aconteceu na região metropolitana de Natal, que concentra uma fatia importante do PIB estadual (cerca de 50%), mas recentemente houve um movimento de interiorização do desenvolvimento nesse setor, sobretudo em direção à região de Mossoró e, em menor grau, rumo ao litoral norte do estado. (SEPLAN, 2012)

O crescimento da atividade econômica associada ao setor de serviços na região metropolitana de Natal, de Mossoró e no Seridó fez que uma parte das classes populares proletariada migrasse para a nova classe trabalhadora. Essa migração de trabalhadores da indústria para o setor de serviços, que ocorreu repetidamente nos últimos anos ampliou a nova

¹²⁸ O aumento da renda das famílias potiguares, a criação de novos empregos (sobretudo formais), o aumento do salário mínimo, as políticas de transferência de renda para as populações mais pobres (com destaque para o programa Bolsa Família), a redução da pobreza e a melhoria das condições de crédito (com aumento significativo do volume, a redução dos juros e o alongamento dos prazos), foram os determinantes dessa trajetória de crescimento acentuado do comércio local.

classe trabalhadora potiguar¹²⁹. Junto a isso, os pequenos estabelecimentos comerciais familiares (pequenos batalhadores) também foram responsáveis pelo crescimento da nova classe trabalhadora potiguar. Esses pequenos estabelecimentos se beneficiaram do incremento de renda proporcionado pelo programa Bolsa Família e o aumento do salário mínimo nos últimos dez anos nos bairros das classes populares em Natal e nas cidades do interior do estado. (RIBEIRO, 2014)

A participação das atividades econômicas no Rio Grande do Norte (quadro 5) evidencia a importância do setor de serviços, na última década, na economia potiguar. Mas, deve-se ressaltar que há diferenças nas dinâmicas municipais (quadro 6) das cidades pesquisadas na presente tese¹³⁰. Nesse sentido, Natal possui uma participação econômica significativa no Rio Grande do Norte do setor de serviços e da administração pública (respectivamente, 40,02% e 25,66%). Mossoró, por sua vez, ainda possui uma participação significativa na indústria (15,63%). E por fim, em Caicó, o setor de serviços e o comércio (1,99%) e a agropecuária (2,22%)¹³¹ possuem participação importante para a economia local.

O crescimento da economia potiguar na última década foi acompanhado da melhoria dos indicadores sociais. A melhoria dos indicadores sociais aconteceu devido ao aumento do salário mínimo, criação significativa de empregos formais e das políticas de transferência de renda para a população mais pobre¹³². Então, ao compará-los, observam-se alguns avanços relevantes no Rio Grande do Norte: 1) a taxa de mortalidade infantil decresceu de 41,6 (2000)

¹²⁹ O número de empregos formais no estado alcançou 617,6 mil em dezembro de 2013, representando um crescimento de 2,56% em relação ao número de empregos formais em dezembro de 2012. Em números absolutos, esse aumento correspondeu ao acréscimo de 15,4 mil postos de trabalho, em relação a dezembro do ano anterior. Os setores que apresentaram os melhores desempenhos, em termos absolutos, foram: os Serviços, com a criação de 8,5 mil postos de trabalho (+5,11%); o Comércio, o qual respondeu pelo aumento de 4,0 mil postos (+3,49%); e a Administração Pública, a qual cresceu de 3,5 mil postos (+1,95%). O setor da Construção Civil -8,5 mil postos de trabalho (-1,99%), a Indústria de Transformação -520 postos de trabalho (-0,77%) e a Extrativa Mineral -455postos de trabalho (-3,89%) foram os setores, os quais apresentaram declínio de empregos. Com isso, é perceptível a significativa migração do emprego formal do setor industrial para o setor de serviços. (Em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF808081475961470147CC2D8F510234/RAIS%202013%20RN.pdf>. Acesso em 19 de fevereiro de 2015)

¹³⁰ Apenas Natal, Mossoró e Caicó foram mencionadas no quadro 6 porque esses três municípios fizeram parte da pesquisa de campo.

¹³¹ Respectivamente, a agropecuária e o setor de serviços são os setores mais dinâmicos da economia no município de Caicó.

¹³² A política de transferência de renda mais relevante do governo federal, o Bolsa Família, no Rio Grande do Norte possui um total de 633.932 famílias inscritas no Cadastro Único (2013). A implementação do programa Bolsa Família, teve como consequência a diminuição dos índices de pobreza e desigualdade social. Certamente, a diminuição da pobreza não pode ser creditada unicamente ao programa. Um conjunto de fatores característicos do período deve igualmente ser levados em conta, destacando-se, como aspectos mais expressivos, as variações positivas do mercado de trabalho (principalmente em termos de aumento da formalização e dos rendimentos). Contudo, é justamente devido ao seu caráter restrito que, quando comparado com variáveis como a própria renda do trabalho, tornaram-se significativos os impactos que causou sobre a estruturação da pirâmide social brasileira. (RIBEIRO, 2014)

para 17,2 (2010) por mil nascidos vivos; 2) a expectativa de vida melhorou, passando de 67,5 para 71,1 anos, um pouco acima da média nordestina, porém, abaixo da média nacional; 3) a taxa de analfabetismo teve uma significativa redução, registrando queda de 40,5% em 2002, para 18,1% em 2009, de acordo com o IBGE/Pnad (entretanto, na comparação com a média nacional, o estado ainda precisa avançar); 4) a média mensal da renda familiar *per capita* em 2009 foi de R\$ 456,64, ou seja, a 18ª no ranking, superando todos os demais estados nordestinos (no entanto, a distribuição de renda ainda é grave ao se considerar que 69,3% da renda estadual estão nas mãos dos 20% mais ricos, o que coloca o Rio Grande do Norte em uma das últimas posições em termos da distribuição de renda nacional); 5) a pobreza absoluta ficou em 53,6% em 2001 e, em 2009 despencou para 34,3%, o que colocou o Rio Grande do Norte entre os estados nordestinos com maior redução na taxa de pobreza absoluta (já a taxa de pobreza extrema, que em 2001 era de 25,4%, em 2009 foi reduzida para 10,3%, demonstrando o avanço das políticas de transferência de renda e de combate à pobreza). (LINDOSO, 2014^a)

Nesse capítulo, a delimitação das classes sociais, utilizando a produção social e a dimensão simbólica, foi relevante para a construção conceitual das frações da nova classe trabalhadora. Além disso, a recente mobilidade social verificada nos últimos anos na sociedade brasileira que suscitou a discussão sobre o surgimento de uma “nova classe média” foi repelida, porque a mesma possui problemas conceituais e metodológicos que se baseiam principalmente a partir de critérios estabelecidos prioritariamente da variável renda. Ainda neste capítulo, foram analisadas as mudanças socioeconômicas que promoveram a ampliação da nova classe trabalhadora potiguar, vinculada ao crescimento da atividade econômica, associada ao setor de serviços a partir do início da década de 2000.

CAPÍTULO 2 - O COMPORTAMENTO ELEITORAL

Neste capítulo, serão realizadas uma revisão da literatura internacional sobre as principais tentativas de explicar o comportamento eleitoral e um breve resumo da literatura brasileira sobre comportamento eleitoral, utilizando a perspectiva sociológica (ideologia) e da escolha racional (avaliação de desempenho). Ainda nesse capítulo, desenrolar-se-á a análise das relações existentes entre a ideologia e as classes populares nas eleições presidenciais (1989-2014). Igualmente, também ocorrerá a análise do comportamento eleitoral na eleições presidenciais no Rio Grande do Norte (2002-2014).

2.1 - Comportamento eleitoral: uma revisão da literatura internacional

O comportamento eleitoral é o resultado de uma complexa combinação de variáveis que a Ciência política e a Sociologia procuram ordenar ou correlacionar em um conjunto de teorias ou perspectivas de análise. As principais teorias explicativas sobre comportamento eleitoral são a sociológica, a psicossociológica e a escolha racional.

Na teoria sociológica, derivada da Escola de Columbia¹³³, o contexto social é fundamental para explicar o comportamento eleitoral, no qual estão inseridas as variáveis socioeconômicas, demográficas e ocupacionais. Por meio disso, o eleitor, a partir das relações sociais dentro de sua classe ou contexto social, formará sua opinião acerca da política conforme suas características sociais, econômicas e políticas, gerando clivagens sociais que se expressam através do voto em partidos específicos, com os quais setores do eleitorado se identificam. Do mesmo modo, na abordagem sociológica, o eleitor tem uma inclinação em decidir de acordo com o grupo social em que está inserido. Grupos sociais que possuem valores semelhantes tendem a manifestar comportamentos políticos similares.

A teoria sociológica do comportamento eleitoral inicia-se no estudo realizado por Lazarsfeld, Berelson & Gaudet (1944), sobre a eleição presidencial norte-americana de 1940, entre Franklin Roosevelt e Wendell Willkie¹³⁴. Os autores de *The People's Choice* inovaram

¹³³ A Escola de Columbia é derivada dos pesquisadores da Universidade de Columbia que inova no estudo do comportamento eleitoral porque traz os pressupostos da sociologia baseados na influência do contexto socioeconômico e da clivagem social. Essa inovação traz consigo dados das pesquisas quantitativas com a análise sociológica.

¹³⁴ Na eleição presidencial norte-americana de 1940, Franklin Roosevelt do Partido Democrata vence Wendell

no estudo do comportamento eleitoral utilizando um novo método de entrevistas sucessivas, combinando os dados de pesquisas quantitativas e a análise sociológica, ao longo da campanha presidencial de 1940. Com isso, foi possível verificar que a influência dos grupos sociais era mais relevante do que os efeitos da mídia sobre os eleitores. Desse jeito, no estudo realizado no estado de Ohio, a diferenciação social ou grupo social, baseado no domicílio eleitoral, condição socioeconômica, religião e etnia era fundamental para estudar o comportamento eleitoral de uma clivagem social específica.

Nas eleições presidenciais de 1948 entre Thomas Dewey e Harry Truman¹³⁵, Berelson, Lazarsfeld e Mcphee (1954) *em Voting: A Study of Opinion Formation in a Presidential Campaign*, realizam um estudo na cidade de Elmira no estado de Nova York, corrigindo os problemas metodológicos do trabalho anterior (1944).

O estudo realizado na eleição presidencial americana de 1948 ampliou o conhecimento acerca da relevância das clivagens sociais na decisão do voto em detrimento ao interesse comunitário e local que existia nas eleições presidenciais do século anterior. Para Berelson, Lazarsfeld e Mcphee (1954), nos Estados Unidos dos séculos XVIII e XIX, o “interesse comunitário” era fundamental nas escolhas eleitorais. A conclusão, neste caso, foi que a decisão política não seria correlacionada com agrupamentos sociais básicos. Mas, na América contemporânea, as escolhas políticas e as diferenças sociais se combinaram para produzir três tipos principais de clivagem política: 1) trabalho, renda e clivagem de *status*; 2) religiosa, racial e étnica; e 3) regional e urbano – rural. Pelo que se vê, em assuntos políticos de meados do século XX, as predisposições políticas dos sujeitos, estabelecidas em função da sua condição socioeconômica, étnica, religiosa e local de residência, se correlacionam de forma elevada com a sua opção de voto, como afirmam os autores,

In contemporary America, political events and social differentiation have combined to produce three major types of political cleavage: (1) occupational, income, and status cleavages; (2) religious racial, and ethnic cleavages; and (3) regional and urban-rural cleavages. For the large majority of the population political experience is organized around major social identifications, associations, and memberships. One's own private political convictions are not so private or so much one's own as they may seem-or as one might wish them to be. In political affairs of the mid-twentieth century, the kinds of social experience most persistently underlying political choices are those centering on class, ethnic, and ecological differences. Such social bases of political traditions are the subject matter of the present chapter, in our discussion of social differentiation in politics; the place to start is the "obvious" place: the effect of differing socioeconomic status upon political attitudes. (BERELSON, LAZARFELD E MCPHEE, 1954, p. 54-55)

Willkie do Partido Republicano.

¹³⁵ Na eleição presidencial norte-americana de 1948, Harry Truman, candidato à reeleição pelo Partido Democrata vence Thomas Dewey, governador do estado de Nova York e candidato do Partido Republicano.

Ainda sobre a eleição de 1948, Edelson, Lazarsfeld e Mcphee (1954) concluíram que quanto maior era o nível socioeconômico (SES)¹³⁶ do eleitor, mais o voto se aproximava do candidato republicano; e, em uma perspectiva inversa, quanto menor era o nível socioeconômico, mais essa escolha se aproximava do partido democrata. Nas eleições americanas posteriores, se verificam que há uma contínua tendência do voto das classes populares ao partido democrata e o, da classe média e dos mais ricos, ao partido republicano. Para Enrenreich (1994),

Os votos para presidente de 1968 contaram a história: 50% dos trabalhadores braçais entrevistados votaram em Humphrey, 35% em Nixon e 15% em Wallace. Os trabalhadores já dividiam seus votos em proporções semelhantes há dezenas de anos. Na eleição presidencial de 1956, 50% votaram no Partido Democrata e 50% no Republicano. Em contraste, apenas 34% da classe dos profissionais e homens de negócio, que era supostamente considerada mais liberal, votaram no Partido Democrata em 1968, apenas dois pontos percentuais a mais do que em 1956. Não havia desculpas para omitir esses fatos da mídia que descobriu a classe operária em 1969. Apesar das provocações dos militantes negros, dos hippies e dos estudantes rebeldes, que supostamente tinha tolerado a classe operária, permaneceu firmemente mais liberal do que a classe média, pelo menos, nas questões econômicas e de política exterior que distinguem os partidos. Até mesmo Kevin Phillips, o estrategista conservador que anunciou, com otimismo, "a emergente maioria republicana" em 1969, teve de admitir que o voto do trabalhador era democrata e que assim o foi por interesses de classe bem definidos: o medo de que a administração Republicana debilitasse a Previdência Social, a Assistência Médica, as negociações coletivas e os recursos para a educação teve um papel importante na manutenção da lealdade dos trabalhadores, socialmente conservadores, e dos antigos cidadãos ao candidato do Partido Democrata em 1968. E na exaustiva análise dos resultados da eleição de 1968, Richard M. Scammon e Ben J. Wattenberg insistiam, firmemente; que os perfis de classe dos políticos americanos permaneciam o que sempre foram, ou seja, a "elite" dos médicos; 'dos banqueiros e dos homens de negócio era Republicana' enquanto "as pessoas comuns que trabalham com as mãos" eram Democratas. (ENRENREICH, 1994, p.137-138)

Nas décadas de 1950¹³⁷ e 1960, surge a abordagem psicossociológica que estuda o comportamento eleitoral a partir de uma perspectiva que ultrapassa as clivagens sociais para explicar os fatores conjunturais específicos de cada eleição.

Na teoria psicossociológica, derivada da Escola de Michigan¹³⁸, a tentativa de explicar

¹³⁶ Neste estudo, o nível socioeconômico é composto pelas variáveis: escolaridade, ocupação e renda.

¹³⁷ O anticomunismo dos anos 50 traz consigo uma ideologia oficial americana que defendia a ausência de classes. Por exemplo, no texto largamente comentado *Social Psychology*, de 1965, Roger Brown conclui, categoricamente, que "as classes não são funcionalmente reais". Por quê? Porque as únicas "categorias sociais reais" são "papéis", tais como masculino e feminino, marido e mulher, criança e adulto, médico e enfermeira. A ocupação de uma pessoa era um "papel", de modo que o fato de alguns homens serem zeladores e outros presidentes de bancos poderia ser visto apenas como um reflexo de suas preferências por carreiras. (ENRENREICH, 1994)

¹³⁸ O modelo de estudo da Escola de Michigan inicia-se com Philippe Converse e Angus Campbell na Universidade de Michigan. Os pesquisadores da Escola de Michigan, utilizam os dados coletados através de

o comportamento eleitoral é baseada através de motivação, valores e atitudes do indivíduo em relação ao mundo político. Nessa abordagem, ao contrário da teoria sociológica, o comportamento eleitoral baseia-se na personalidade do indivíduo e nas suas motivações em nível psicológico. A ideia básica é que o comportamento dos indivíduos se baseia na estrutura de sua personalidade e no seu sistema de crenças, os quais estão relacionadas com seu grupo social.

Os estudos conduzidos pelo *Survey Research Centre*, da Universidade de Michigan, durante as eleições presidenciais americanas, de 1948, foram os precursores da abordagem psicossociológica, cujos resultados foram analisados por Campbell e Kahn (1952) em *The People Elect a President*. A abordagem psicossociológica utilizará os conceitos da sociologia e da psicologia para construir seu modelo, ainda que considere a influência dos fatores socioeconômicos, mas a idéia central é que o indivíduo e as famílias são o centro da unidade de análise.

Nela, os fatores sociais podem influenciar na preferência partidária de longo ou curto prazo. Então, para ser mais preciso, Antunes dirá que,

Se as mudanças nos factores sociais de longo prazo podem produzir alterações na identificação partidária, já os factores de curto prazo são vistos como sendo apenas capazes de alterar a opção eleitoral dos sujeitos numa dada eleição, sem afectar a sua identificação partidária (Campbell, Converse, Miller, & Stokes, 1960; Green & Palmquist, 1990). A relação entre esta variável e os factores de curto prazo concretiza-se através de atitudes em relação às propostas políticas, aos candidatos e aos benefícios do grupo (Harrop & Miller, 1987). No entanto, embora a identificação partidária dos eleitores influencie a forma como eles percebem e valorizam estas variáveis conjunturais, é também possível que as propostas, o discurso ou os candidatos sejam de tal modo contra as expectativas, valores ou interesses dos sujeitos, que essa situação não seja susceptível de ser moldada por esse filtro perceptivo e leve os sujeitos a não votar ou mesmo a votar num outro partido. De acordo com os pressupostos do modelo, esta situação não afectaria a identificação partidária do sujeito que continuaria, apesar dessa deslealdade circunstancial, a manter a sua identidade partidária anterior. (ANTUNES, 2010, p.31)

Vê-se que a abordagem psicossociológica não conseguiu resolver todos os problemas explicativos sobre a decisão do voto¹³⁹. A sobrevalorização no aspecto emotivo como: a

pesquisas empíricas (*surveys*) com intensa sistematização, procurando investigar a causalidade, relacionada com o voto (ao nível psicológico) onde o indivíduo é a unidade de análise.

¹³⁹ Singer (2002) descreverá que na década de 1950, pesquisadores da Escola de Michigan, refutaram a tese da sociologia e da escola econômica sobre a importância da ideologia na decisão do voto. Em *The American Voter* em 1960, os pesquisadores concluíram que a vitória do republicano Eisenhower em 1952 teria representado uma “virada conservadora” do eleitorado americano depois de vinte anos de domínio liberal. Neste caso, para Singer houve um equívoco das análises de tipo jornalístico. O estudo baseou-se em *surveys* com perguntas

imagem e os atributos pessoais em detrimento aos fatores racionais, como a avaliação do governo e a situação econômica, fez com que novos trabalhos utilizassem a racionalidade dos eleitores como fator relevante na decisão do voto¹⁴⁰. Sob essa assertiva, surge a teoria da escolha racional que preencherá esta lacuna teórica.

Na teoria da escolha racional, destaca-se o trabalho de Downs (1999) que parte de duas premissas sobre o sujeito como ator racional: (1) o indivíduo calcula o caminho mais razoável para tomar decisões visando atingir suas metas; (2) o indivíduo presume que esse caminho será realmente escolhido porque partiu de uma decisão racional. A análise econômica consiste de dois importantes passos: identificar quais os objetivos do indivíduo que toma decisão; e analisar que tipos de meios utiliza para atingi-los, isto é, quais meios exigem a menor aplicação de recursos escassos.

Para Downs, a racionalidade dos eleitores os leva a escolher seu candidato a partir de seus próprios interesses. Assim, os partidos políticos procuram ganhar as eleições para obter o poder na estrutura estatal e implantar seu programa partidário. Os eleitores escolherão a melhor opção ou interesse, dentre os partidos políticos, de acordo com os seus possíveis ganhos e expectativas; comparam os benefícios e as desvantagens do partido da situação e da oposição. Se o partido governista atender suas expectativas e seus interesses, o eleitor tende a votar na situação; caso contrário: ele vota na oposição¹⁴¹. Como afirma Downs (1999, p. 310), “o partido governista alcançará suas metas executando aquelas ações governamentais que mais agradam os eleitores”.

Popkin (1991) adotará uma concepção mais suavizada da racionalidade através da teoria da racionalidade de baixa informação¹⁴². Para o autor, o eleitor utiliza atalhos cognitivos para simplificar suas escolhas eleitorais através das conversas interpessoais, das alternativas de candidaturas e partidos concorrentes. Como os eleitores possuem uma quantidade limitada de informações sobre a política e os governos, tendem a optar por

abertas com eleitores entre 1952 e 1956. Nesse estudo, concluiu-se que havia um baixíssimo grau de estruturação política do pensamento dos eleitores americanos, no sentido de que as ideias logicamente conectadas não eram percebidas como tais por grande parte dos entrevistados. Os eleitores ideológicos possuíam um pensamento organizado, pois percebiam as diferenças de políticas específicas dos partidos. Dessa maneira, a identificação partidária era o determinante para o voto e teria um sentido psicológico, afetivo e não racional.

¹⁴⁰ A teoria da escolha racional desconstrói o conceito de “sofisticação política” presente nos eleitores mais interessados em política e com maior escolaridade, pois o eleitor em suas escolhas eleitorais não vota irracionalmente. Ele optará por um candidato ou partido que lhe trará melhores benefícios.

¹⁴¹ Na teoria da escolha racional, a avaliação do governo pode ser descrita como afirma Figueiredo (2000) como “mundo atual” X “mundo futuro”, ou seja, a avaliação de governo na análise do posicionamento dos candidatos é uma das premissas presentes nessa teoria.

¹⁴² Popkin (1991) desenvolverá a sua teoria a partir de três fontes: os estudos eleitorais feitos na Universidade de Columbia nos anos de 1940; as contribuições teóricas feitas por Antony Downs; e as ideias cognitivas da psicologia, exemplificadas nas obras de Jerome Bruner, Amos Tversky e Daniel Kahneman.

posicionamentos claros e acessíveis dos candidatos e detectar as diferenças entre os políticos que possam vir a lhe trazer benefícios e a influenciar suas respectivas performances de governo. Como afirma Popkin:

Not surprisingly, most suggestions for reforming the campaigns have no basis in any sustained argument about how proposed reforms would affect voters or improve the system. Voters have a limited amount of information about politics a limited knowledge of how government works and a limited understanding of how governmental actions are connected to consequences of immediate concern to them. Campaigns give them much of the information they reason from as they deal with their uncertainty about these matters. Somehow candidates manage to get a large proportion of the citizenry sorted into opposing camps, each of which is convinced that the positions and interests of the other side add up to a less desirable package of benefits. (POPKIN, 1991, p.8)

Ainda para Popkin (1991), a decisão eleitoral está atrelada à expectativa sobre o futuro e o programa de governo que mais lhe trará benefícios nos próximos anos. Por conseguinte, o eleitor analisará o atual governo. Se as políticas governamentais trouxeram benefícios para a sua vida, tende a votar na situação. Se o atual governo não trouxe benefícios, tende a votar na oposição.

Na democracia representativa, os eleitores elegem seus representantes em certo período de tempo¹⁴³. Nesse espaço temporal, os eleitores avaliam o desempenho do governo e decidem pela continuidade ou pela mudança.

Para compreender como o eleitor racional decide seu voto baseado na avaliação de desempenho no espaço temporal entre o início do governo eleito e um novo pleito, Fiorina (1981) ampliará os trabalhos de Key (1966) e Downs (1999). Com isso, Fiorina (1981), inovando em sua análise, conclui que a decisão do voto racional acontece através da interação entre o voto retrospectivo (desempenho passado)¹⁴⁴ e voto prospectivo (expectativas de desempenho futuro). Além disso, Fiorina (1981) ultrapassando o voto retrospectivo

¹⁴³ No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 82 definia o seguinte: “o mandato do Presidente da República é de cinco anos, vedada a reeleição para o período subsequente, e terá início em 1º de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição”. Em 1994, o Legislativo aprovou um projeto de Emenda à Constituição alterando o tempo de mandato para quatro anos (Emenda Constitucional de Revisão 5/94). E em 1997, às vésperas do fim de seu mandato, Fernando Henrique Cardoso encaminhou ao Legislativo o projeto de Emenda à Constituição pondo fim à proibição da reeleição. Após mobilizar seu partido, o PSDB, e a base aliada no Congresso, Fernando Henrique conseguiu aprovar a Emenda Constitucional nº 16/1997 que alterou o art. 82 e, também, o parágrafo 5º do art. 14, da Constituição. Essa emenda constitucional diz que “o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos, poderão ser reeleitos para um único período subsequente”.

¹⁴⁴ Para Fiorina (1981) no voto retrospectivo existem os fatores de longo prazo (identificação partidária) e fatores de curto prazo (avaliação de desempenho do governo). Singer (2002) também identifica os fatores de longo prazo (identificação partidária e ideológica) e curto prazo (desempenho do governo) na decisão do voto.

puramente baseado na análise econômica trará a importância das variáveis: avaliação das condições econômicas, política externa, avaliação do presidente e identificação partidária. Assim, o autor conclui que “*the effects of retrospective evaluations on the vote are pervasive, though often indirect through their impact on partisan loyalties or expectations regarding future performance*”. (FIORINA, 1981, p.175).

A avaliação de desempenho e a utilização do voto retrospectivo e prospectivo na análise do comportamento eleitoral se afastam dos pressupostos da economia liberal que homogeniza os eleitores, dando a entender que a interação entre a avaliação de desempenho e a ideologia em nosso trabalho desembocará em uma aproximação à abordagem sociológica. Ou seja, a avaliação de desempenho desenvolvida por Fiorina (1981) ultrapassa a análise puramente econômica e individual da teoria da escolha racional para utilizar uma análise dos ganhos coletivos e dos interesses classistas nas escolhas eleitorais.

Após a explanação sobre as três principais teorias que compõem o estudo do comportamento eleitoral clássico, nos próximos subcapítulos serão vistos uma revisão da literatura brasileira sobre o comportamento eleitoral tendo como foco a ideologia. Também será conduzida uma análise das relações existentes entre a ideologia e as classes populares.

2.2 - Comportamento eleitoral: Uma breve revisão da literatura brasileira sobre o voto ideológico.

O grau de identificação política dos eleitores continua sendo confrontado a partir da pressuposta distinção conceitual entre esquerda e direita. Igualmente, as diferenças ideológicas entre os partidos quando estão no governo tentam explicar a implementação de políticas públicas e gastos sociais. Ligado a isso, as coligações partidárias nas eleições e nas alianças na situação e na oposição, também tentam explicar as diferenças ideológicas entre os partidos e seus respectivos eleitores.

As categorias esquerda e direita surgem para indicar as preferências políticas na Revolução Francesa, no final do século XVIII, dos delegados identificados com as reformas sociais e o igualitarismo que sentavam à esquerda do rei; e os delegados identificados com aristocracia e conservadorismo, à direita. No século XIX, na Europa a distinção entre liberalismo e conservadorismo se aproxima da escala esquerda e direita para indicar as preferências políticas. (TAROUCO E MADEIRA, 2013)

No final do século XIX, com a difusão do marxismo e a expansão do movimento

operário, o conteúdo da posição de esquerda passa a incorporar a defesa dos interesses da classe proletária. No início do século XX, os debates da socialdemocracia e a revolução russa de 1917, deslocam a burguesia para a direita na defesa do capitalismo. A partir da década de 1930, a emergência do keynesianismo e, por consequência, dos Estados de Bem Estar Social, com suas políticas redistributivas, reforçou a oposição entre a liberdade de mercado e o Estado mais presente na economia, deslocando também o liberalismo para a direita. (TAROUCO E MADEIRA, 2013)

No Brasil, o período do regime militar (1964-1985) dificultou o estudo sistemático do comportamento eleitoral e, conseqüentemente, fez com que houvesse, nesse período, uma escassez de medidas empíricas a respeito da identificação do voto ideológico no país¹⁴⁵.

Com o retorno do sistema pluripartidário¹⁴⁶, em 1982, e as eleições diretas para presidente em 1989, o estudo do comportamento eleitoral retornou com continuidade, salientando em vários trabalhos a relevância da ideologia na decisão do voto. Para Singer, a partir da eleição presidencial de 1989¹⁴⁷, as categorias esquerda-direita voltaram a frequentar o debate público brasileiro e se tornou o eixo central da disputa política. “E isto se deve a emergência de um partido de esquerda ideologicamente nítido e ao mesmo tempo, eleitoralmente competitivo, o Partido dos Trabalhadores (PT)”. (SINGER, 2002, p.18)

Em 1989, vinte e seis anos após a publicação do precursor trabalho em nível nacional de Lavareda (1991), é realizada a dissertação de mestrado de Singer (1993) que analisou a ideologia e o voto na eleição presidencial de 1989. Singer ressalta que entre estes dois estudos, destacam-se trabalhos locais e regionais em períodos distintos: Mettenheim (1995) em 1982, sobre a coerência e a auto localização esquerda e direita no sudeste do país; Trindade (1975), sobre a estabilidade ideológica no Rio Grande do Sul entre 1950 e 1962; Soares (1984), sobre a estabilidade entre os partidos de esquerda e direita na Câmara dos Deputados entre 1950 e 1982; Lima Jr. (1993) e M. Lima (1995), sobre a estabilidade dos

¹⁴⁵ A primeira medida nacional de auto localização do eleitorado brasileiro é de 1963 (Lavareda, 1991), que indagou diretamente o eleitor sobre a sua localização ideológica. Lavareda utilizará dados da pesquisa nacional do IBOPE em junho e julho de 1963 (87% dos entrevistados escolheram um espectro, 45% centro, 23% direita e 19% esquerda).

¹⁴⁶ Para Singer (2002), do ponto de vista do sistema partidário brasileiro, houve quatro situações diferentes: o multipartidarismo do período de 1945 a 1964 (PTB na centro-esquerda, PSD no centro e UDN à direita); o bipartidarismo do período de 1965 a 1979, após o golpe militar de 1964 (ARENA e o MDB); o pluripartidarismo restrito entre 1979 e 1985 (PT, PDT, PTB, PMDB e PDS); e a partir de 1985, o pluripartidarismo, intensa fragmentação partidária e um processo de alinhamento em torno de seis grandes partidos (PT e PDT à esquerda, PSDB e PMDB ao centro, PFL e PPB - ex- PDS, ex-PPR e respectivamente, atual DEM e PP, à direita).

¹⁴⁷ Singer (2002) afirma que na eleição de 1989, o espectro ideológico dos principais partidos no Brasil era: à esquerda, PT, PDT e PCB; ao centro, PMDB, PSDB, PL e PTB; e à direita, PRN, PDS e o PFL.

blocos ideológicos no município de São Paulo entre 1982 e 1995; Pierucci¹⁴⁸ (1986) inicia uma série de pesquisas qualitativas em São Paulo com as categorias esquerda-direita e Limongi (1995), sobre a estabilidade no voto ideológico em São Paulo entre 1989 e 1994. (SINGER, 2002)

Singer (2002), ainda, enumera alguns trabalhos sobre comportamento eleitoral que utilizam os dados das pesquisas nacionais a respeito de cultura política (USP/Cedec/Datafolha), entre 1989 e 1993, as quais incluem a pergunta sobre a auto localização do eleitor na escala direita-esquerda e sobre sua intenção de voto. Os primeiros trabalhos foram de Guilhon Alburqueque (1992, 1995a, 1995b), Singer (1993)¹⁴⁹, Balbachevsky (1992, 1995) e Limongi (1995). Todos revelam três aspectos: 1) o índice de auto localização na escala esquerda-direita no Brasil é compatível com o dos países industrializados; 2) os eleitores sabem localizar os partidos no espectro ideológico e 3) houve forte correlação entre auto posicionamento e voto na eleição de 1989.

Nos estudos mencionados acima, as estratégias utilizadas para identificar as categorias esquerda e direita transitaram entre: os documentos partidários e *surveys* de seus membros; votação dos parlamentares e posicionamento ideológico; *survey* no eleitorado; classificação realizada por acadêmicos ou pela imprensa; e as políticas públicas empreendidas no executivo. Qualquer uma dessas estratégias-metodológicas possui limitações para demarcar o posicionamento ideológico do sujeito. Mas, é necessário que o pesquisador escolha uma estratégia pertinente para o seu trabalho. E nesse caso, o *survey* qualitativo no eleitorado foi a escolha desse presente trabalho para identificar o voto ideológico das frações da nova classe trabalhadora potiguar na eleição presidencial de 2014.

O voto ideológico é uma variável de longo prazo¹⁵⁰ relevante na decisão eleitoral. Ele acontece quando o indivíduo é conduzido por uma intuição ideológica no período eleitoral a

¹⁴⁸ Pierucci (1986) também realiza um estudo de geografia do voto que identifica a concentração de votos na direita (Jânio Quadros) nas áreas intermediárias da cidade de São Paulo (classe média baixa, a mesma área que ele já era forte em 1964). Junto a isso, ele realizou uma pesquisa qualitativa (cento e cinquenta entrevistas) com eleitores de Jânio e Maluf (candidatos da direita) e conclui que as principais características foram a recusa da igualdade, a preservação da diferença e preconceito (negros, nordestinos), o moralismo, a favor do direito de greve (ressaltando que a mesma sempre acabava em bagunça); o anticomunismo, e nem o neoliberalismo apareciam explícitos. Pierucci chamou este conjunto de ideias de “conservadorismo popular”. (SINGER, 2002)

¹⁴⁹ Singer utilizará Levitin e Miller (1979) para criar a sua escala de identificação ideológica. Os autores utilizaram *surveys* nas eleições presidenciais americanas de 1972 e 1976 e criaram uma escala (1 a 3 ou 5 a 7) para determinar se o eleitor era liberal-conservador, forte ou fraco. Após distribuir os eleitores na escala de identificação ideológica, eles verificaram e concluíram que havia uma forte e contínua associação entre os sentimentos ideológicos e o voto nos dois pleitos.

¹⁵⁰ Para Singer (2002) a orientação do voto está dividida em duas variáveis: as características de longo prazo (renda, escolaridade, identificação partidária e ideológica) e curto prazo (agenda da campanha, desempenho econômico do governo, características individuais do candidato). Com isso, Singer (2002) citando Lipset dirá que a ideologia seria uma variável de longo prazo no processo político.

se posicionar em favor de um partido ou candidato que se aproxime de sua visão de mundo mesmo possuindo um conhecimento abstrato¹⁵¹ da escala esquerda-direita¹⁵². A escolha do voto ideológico resolve a deficiência da estratégia-metodológica utilizada em *surveys* que compromete a validade de mensuração, pois cada entrevistado pode ter um entendimento diferente do que seja esquerda e direita. Para Singer (2002), a intuição ideológica acontece mesmo quando o eleitor não sabe se posicionar em uma escala esquerda-direita. Nesse caso, seu conjunto de opiniões e visão de mundo tendem a se aproximarem aos candidatos e partidos que concorrem nas eleições com opiniões e visão de mundo semelhantes.

Um dos objetivos do presente trabalho é descobrir o voto ideológico das frações da nova classe trabalhadora. Este voto ideológico será verificado através da composição da escala esquerda-direita realizada por Tarouco e Madeira (2013)¹⁵³, a qual combina alternativas de categorias e uma escala ideológica que possa ser confrontada com as posições habitualmente atribuídas a realidade da política brasileira. Essa escolha possibilita determinar quais categorias (comportamentos, atitudes ou opiniões) são indicativas do posicionamento ideológico dos entrevistados.

Nesta tese, foi feita a escolha da composição da escala ideológica voltada para a presença do Estado na economia, igualdade, preservação da ordem e corrupção. Essa escolha foi feita porque os temas da campanha eleitoral de 2014 gravitaram principalmente nesta discussão ideológica. Diferentemente da campanha presidencial brasileira de 2014, a eleição de 2010 possuiu uma temática de confronto ideológico voltado para os valores, principalmente nas últimas semanas que antecederam o dia da eleição no segundo turno: descriminalização do aborto; casamento civil de pessoas do mesmo sexo; e outros temas ligados às questões morais e religiosas. Algo semelhante às eleições presidenciais nos Estados Unidos¹⁵⁴, nos debates entre democratas e republicanos que envolvem o confronto ideológico

¹⁵¹ Singer (2002) dirá que de “modo geral observa-se profunda influência do quadro teórico estabelecido pela escola de Michigan na década de 1960, o qual enfatiza a desestruturação cognitiva do eleitorado”. (SINGER, 2002, p.39)

¹⁵² Para Bobbio, o critério mais utilizado para diferenciar a esquerda e a direita é a questão da “igualdade”. Assim, a esquerda defende a democracia social que não é construída apenas com o direito à liberdade (democracia liberal), mas também com os direitos sociais (educação, saúde e segurança). Além disso, a diferença entre desigualdades sociais e desigualdades naturais é fundamental para diferenciar as duas concepções de mundo, já que a esquerda possui mais preocupação com as desigualdades sociais. Então, para Bobbio, “as desigualdades naturais existem e se algumas delas podem ser corrigidas, a maior parte não pode ser eliminada. As desigualdades sociais também existem e se algumas delas podem ser corrigidas e mesmo eliminadas, muitas - sobretudo aquelas pelas quais os próprios indivíduos são responsáveis - podem ser apenas desencorajadas”. (BOBBIO, 1995, p.104)

¹⁵³ O conteúdo das categorias utilizadas na escala esquerda-direita encontra-se no anexo.

¹⁵⁴ Nos Estados Unidos as categorias esquerda-direita foram historicamente menos utilizadas no debate público. Com isso, os estudos realizados sobre espectro político são delimitados em liberal-conservador. Sartori (1982) criticará essa delimitação, porque os termos esquerda-direita possuem a qualidade de poderem ser descarregados

voltado para a temática dos valores: descriminalização do aborto; casamento civil de pessoas do mesmo sexo; imigração; descriminalização do uso de drogas; liberalização do uso de armas; e penas de restrição da liberdade ou morte para crimes de impacto na sociedade.

2.3 - Comportamento eleitoral: A ideologia e as classes populares.

Nesse subcapítulo será apresentada uma revisão sobre a literatura que realiza uma análise das relações existentes entre a ideologia¹⁵⁵ e as classes populares¹⁵⁶, a partir das eleições presidenciais de 1989. Nesse caso, a análise será ampliada para as classes populares porque, no Brasil, há poucos estudos sobre o comportamento eleitoral da nova classe trabalhadora.

Na presente tese, o conceito de ideologia replicado é o entendimento gramsciano em que se baseia na relação intrínseca entre o período histórico e uma concepção de mundo definidora e constituidora do real. Nesse sentido, os interesses classistas, aliada às vontades coletivas articuladas se manifestam no voto ideológico nas mais variadas conjunturas históricas.

As ideologias fazem parte de um conjunto de escolhas políticas de interesse classista que definem a manutenção ou modificação das condições de dominação. Destarte, é na distinção entre as ideologias, que as classes sociais adquirem consciência em relação aos seus projetos e interesses econômicos na sociedade. Desse modo, a ideologia se consolida como uma visão de mundo e a racionalidade de uma classe, em torno dos seus projetos e na disputa para manter sua posição hegemônica na sociedade, ou para construir um outro tipo de racionalidade. (GRAMSCI, 2002)

Historicamente, os partidos de esquerda formularam sua ideologia e propostas para as

e recarregados com o passar do tempo. No caso do termo liberal-conservador, carrega em si uma apreciação de mérito. Pode ser que isso explique o motivo de que nos Estados Unidos os índices de auto localização são mais baixos do que na Europa.

¹⁵⁵ As diferenças ideológicas entre partidos continuam sendo utilizadas como variáveis, tanto para explicar a coerência das coligações partidárias quanto as políticas públicas implementadas pelos governos. Mensuradas por meio da localização na dimensão esquerda-direita, as preferências ideológicas dos partidos podem explicar políticas macroeconômicas e gastos sociais. Os gastos sociais que afetam a política macroeconômica são medidas redistributivas, preferencialmente utilizadas pelos partidos de esquerda, e as políticas de ajuste, as quais seriam preferidas por governos de partidos de centro e de direita. O pressuposto dessa literatura é que tais preferências decorrem dos vínculos dos partidos com classes sociais: partidos de esquerda representam classes trabalhadoras e partidos de direita são identificados com proprietários e grupos sociais privilegiados. (TAROUC A MADEIRA, 2013)

¹⁵⁶ Como já foi mencionado anteriormente, fazem parte das classes populares: a nova classe trabalhadora, o proletariado e o subproletariado ou “ralé”.

classes populares¹⁵⁷. No final do século XIX e início do século XX, os principais partidos de esquerda da Europa¹⁵⁸ aderem ao reformismo e decidem ampliar suas bases eleitorais. As propostas da socialdemocracia¹⁵⁹ de mudanças da sociedade pela via reformista explicitam o distanciamento dessa corrente em relação à revolução proletária e a aproximação à pequena burguesia. Como afirma Marx,

O caráter peculiar da socialdemocracia resume-se no fato de exigir instituições democrático-republicanas como meio não de acabarem com dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas de enfraquecer seu antagonismo e transformá-lo em harmonia. Por mais diferentes que sejam as medidas propostas para alcançar esse objetivo, por mais que sejam enfeitadas com concepções mais ou menos revolucionárias, o conteúdo permanece o mesmo. Esse conteúdo é a transformação da sociedade por um processo democrático, porém uma transformação dentro dos limites da pequena burguesia. (MARX, 1978, p. 48)

A aproximação da socialdemocracia à pequena burguesia trouxe consigo uma diluição de sua ideologia e de suas propostas¹⁶⁰. Assim, os partidos de esquerda na Europa ampliam sua base eleitoral em direção às classes médias em detrimento à ideologia da classe operária¹⁶¹, ultrapassando os limites de classe, e reforçando a ideologia universalista de

¹⁵⁷ No século XVIII e XIX, os liberais temiam o sufrágio universal, pois tinham medo das classes populares; assim estabeleceram mecanismos de combate (voto censitário e plural), mas de lá para cá, adaptaram-se e aceitaram o sufrágio universal através de alianças com conservadores e radicais para se tornarem hegemônicos. (MARTINS, 2003)

¹⁵⁸ Para Przeworsky (1989), apesar de os teóricos socialistas estarem convencidos de que a conseqüente proletarização das massas constituía uma tendência irreversível do desenvolvimento capitalista, não viam razão para esperar que a história se encarregasse de desenrolar dos acontecimentos. Tão logo decidiram competir por votos - entre 1884 e 1892 - os partidos socialistas procuraram obter o apoio eleitoral de outras classes sociais, além dos operários. Os dois partidos que se defrontaram com uma estrutura de classes predominantemente agrícola, o *Parti Socialiste* francês (guesdistas) e os socialdemocratas dinamarqueses, procuraram o apoio dos pequenos agricultores já em 1888. Outros partidos formularam apelos a outras classes; o SPD alemão no Congresso de Erfurt em 1891, o *Parti Ouvrier* belga, em 1894, o Partido Trabalhista britânico, em 1918. Na Suécia, a estratégia multiclassista foi debatida, já em 1889, e adotada em 1911. Apenas os alemães, como sempre inclinados à teorização, não conseguiram conciliar atos e pensamento até 1927, quando finalmente decidiram que a lei da concentração do capital não se aplicava à agricultura. Sendo assim, já no início do século XX, os partidos socialistas na Europa empreenderam estratégias eleitorais multiclassista.

¹⁵⁹ Para Przeworsky (1989), a experiência desses partidos não é uniforme. Em termos relativos, os socialdemocratas suecos obtiveram um substancial êxito eleitoral durante a maior parte de sua história, enquanto que, por exemplo, o partido holandês foi menos bem-sucedido.

¹⁶⁰ Przeworsky (1989) ressalta que o comportamento político dos indivíduos somente pode ser compreendido na articulação histórica concreta com esses conflitos, pois as características específicas tornam-se causas e atos individuais quando estão inseridas em uma estrutura definida, imposta às relações políticas em um dado momento da história.

¹⁶¹ Inicialmente, os partidos de esquerda da Europa ocidental adotaram estratégias eleitorais voltadas para a classe operária, porque acreditavam que o processo de industrialização levaria irrevogavelmente a uma situação em que os trabalhadores constituiriam uma maioria absoluta da população. Assim, o sufrágio universal, objetivo desde cedo defendido pelos partidos operários europeus, faria que, nos sistemas democráticos cujas instituições políticas baseiam-se no governo da maioria, esses partidos, mais cedo ou mais tarde, chegassem ao poder. Na verdade, como os operários nunca se tornaram uma maioria numérica nesses países, esses partidos foram forçados a escolher entre manter sua “pureza” de classe ou ampliar sua proposta em direção a outros grupos, com

cidadãos-indivíduos ou deixam espaço para apelos particularistas concorrentes baseados em identidades religiosas, étnicas ou linguísticas.

Com o advento da democracia representativa, os partidos de esquerda que se identificavam com a classe trabalhadora se depararam com o dilema de manter a sua ideologia com propostas à classe operária ou diluir suas propostas para toda a sociedade. Portanto, como afirma Przeworsky,

A alternativa apresentada aos partidos socialistas, socialdemocratas, trabalhistas e comunistas transita em escolher entre um partido homogêneo em termos de apelo a uma classe, porém condenado à eterna derrota eleitoral, ou um partido que luta pelo sucesso eleitoral em detrimento de uma diluição de sua orientação de classe. (PRZEWORSKY, 1989, p. 125)

Após a Segunda Guerra Mundial, os partidos socialdemocratas da Europa que acreditavam nas mudanças da sociedade pela via reformista implantaram diferentes combinações qualitativas de *Welfare State*¹⁶², visto que absorveram sua equação e transformou-a em compromisso social, ligando o Estado, o capital (patronato) e a classe operária (sindicatos). Como afirma Rosanvallon, “a classe operária aceita não contestar as relações de produção (a propriedade privada) em troca de um Estado social redistributivo e da existência de um sistema ativo de negociações sociais” (ROSANVALLON, 1997, p.42). Com isso, os partidos socialdemocratas que adotaram o pleno emprego são mais keynesianos¹⁶³ do

risco de diminuir a importância da classe como um princípio organizador do comportamento político. (PRZEWORSKY, 1989)

¹⁶² Esping-Andersen (1991) diferenciará os regimes de *Welfare State* ou Estado de Bem Estar Social baseado nas diferentes combinações qualitativas entre Estado, família e mercado. No primeiro regime, estão os países que aplicam o *welfare state* liberal. Nesse caso, há predominância da assistência social aos comprovadamente pobres, reduzidas transferências sociais ou planos modestos de previdência. Os países inseridos nesse exemplo são os Estados Unidos, a Austrália e o Canadá. No segundo regime, estão os países que adotam o *welfare state* conservador e forte corporativismo estatal. Nesse caso, não há uma preocupação excessiva com a eficiência do mercado, o que predomina é a preservação da diferença de *status* e a classe social. Nesse regime, o posicionamento da Igreja é importante para moldar as políticas sociais adotadas pelo Estado. Os países inseridos nesse exemplo são a Áustria, a Alemanha, a França e a Itália. No terceiro, estão os países que adotaram os princípios do universalismo. Neste, os direitos sociais estendem-se a todos os trabalhadores, garantindo a todas as camadas sociais benefícios estatais. Para que esse tipo de *welfare state* se efetive, é necessário que o maior número possível de pessoas estejam trabalhando e com o mínimo possível de transferências sociais, e essa equação só existe com o pleno emprego. Para o autor, esse modo de governar pode ser chamado de socialdemocrata, pois as nações que o adotaram tiveram em comum, experiências duradouras de partidos socialdemocratas no poder, como a Suécia e a Dinamarca.

¹⁶³ As políticas keynesianas só foram aplicadas após a Segunda Guerra Mundial, como previu Keynes em 1940. Mas, após a Primeira Guerra Mundial, e principalmente no final da década de 1920 e início da década de 1930, os países desenvolvidos sofrem com o desemprego e o risco de colapso social e político. Nesse cenário, Keynes escreve a sua obra *A teoria geral do Emprego, do Juro e da Moeda* que baseava-se na superação das imperfeições do mercado e do liberalismo. Nessa obra, Keynes propõe que para garantir o pleno emprego deve-se ultrapassar as incertezas que freiam os investimentos a médio e longo prazos responsáveis pela diminuição da demanda por bens e serviços e pelos resultados negativos macroeconômicos. Ainda para Keynes (1992), o

que marxistas, pois pensam em um compromisso social estável ao invés da abolição do capitalismo.

No final do século XX, a socialdemocracia na Europa se aproxima dos partidos de centro através da chamada “Terceira Via”¹⁶⁴. Além disso, o fim da União Soviética, o declínio do Estado de Bem Estar Social¹⁶⁵ e a ascensão do neoliberalismo aprofundam a crise da socialdemocracia europeia.

A crise da socialdemocracia europeia possui uma ligação intrínseca com a crise financeira do Estado de Bem Estar Social, que resultou no declínio eleitoral da esquerda europeia e na ascensão do mercado em detrimento do Estado. Para Rocard,

Nosso projeto socialdemocrata tem, obviamente, vivido uma crise profunda. Não há escapatória desse diagnóstico. Política e ideologicamente ele tem estado em crise por vivermos em democracias ocidentais numa fase de desenvolvimento em que o mercado é o modelo de eficiência e suas leis parecem ter triunfado sobre a ação coletiva. O declínio da experiência soviética não pode facilmente ser posto de lado. O contexto histórico é claro e os eleitores foram condicionados a uma filosofia que diz quando é o Estado que toca algo, o resultado é ineficiente e falho em cumprir o prometido, seja na saúde, meio ambiente ou até mesmo na educação. Mas seja qual for essa controvérsia ideológica e eleitoral, na verdade o projeto socialdemocrata está em crise por motivos mais sérios. O primeiro é que temos de reconhecer que para haver uma economia bem sucedida não há alternativa ao mercado. Houve, em nosso projeto histórico, uma participação, um quinhão para a "economia administrada", em outras palavras, propriedade coletiva de troca e produção de bens, mas que não funcionou no bloco soviético, onde foi com maior abrangência aplicada. Temos de reconhecer que a economia de mercado é a única economia atuante possível. A questão é a sua natureza e os seus limites, a distinção entre as coisas que deveriam ser submetidas ao mercado e as que não o deveriam. O segundo elemento da crise de nosso projeto socialdemocrata é o triplo desafio ao *welfare state*. Financeiramente, o crescimento dos gastos ultrapassa o crescimento dos recursos - há grandes déficits por toda parte. A saúde e o sistema de aposentadoria estão sob o controle da burocracia anônima. E há uma crise de adaptação local às necessidades, que se somam à crise financeira. (ROCARD, 1997, p.189)

Diferentemente do cenário político-eleitoral dos países europeus ocidentais, devido às interrupções na participação eleitoral, os partidos de esquerda¹⁶⁶ no Brasil adiaram a ampliação de sua base eleitoral e a diluição da ideologia da classe operária. No Brasil do

Estado deve garantir benefícios sociais como: salário mínimo, redução da jornada de trabalho, seguro-desemprego, saúde, educação e previdência social.

¹⁶⁴ No final do século XX, alguns partidos socialdemocratas na Europa, como o Partido Trabalhista britânico e o Partido Socialdemocrata alemão começaram a flertar com políticas econômicas liberais, originando o que foi caracterizado de "Terceira Via".

¹⁶⁵ Para Lindoso (2014), o declínio do Estado de Bem Estar “típico” inicia-se a partir da década de 1970. Esse Estado de Bem Estar “típico” acontece no pós-guerra (1945), resultante de um pacto ou um compromisso entre as classes através de algumas características: a moderna democracia representativa, através do sufrágio universal e a utilização do keynesianismo.

¹⁶⁶ Em 1947 é criado o Partido Socialista Brasileiro. O PSB transita entre a socialdemocracia e o comunismo, defendendo “todos os trabalhadores”. Em 1985, retorna a legalidade após o período do regime militar.

século XX, a descontinuidade da democracia representativa¹⁶⁷ resultou, por diversas vezes, em cassação dos direitos políticos dos partidos de esquerda¹⁶⁸. Dessa forma, nos períodos em que esses partidos estiveram impedidos de participar do sistema partidário-eleitoral, exerceram suas atividades políticas na ilegalidade.

Antes do golpe militar em 1964, o PTB era o partido do presidente deposto João Goulart e que tinha uma aproximação com as classes populares e a política nacional desenvolvimentista. Entre 1945 e 1964, o PTB e o PSD¹⁶⁹ foram aliados em quase todas as campanhas presidenciais¹⁷⁰, compartilhando vários membros próximos ao getulismo¹⁷¹ e a ideologia nacional desenvolvimentista.

Dos três grandes partidos que atuaram entre 1946 e 1964 - PSD, UDN e PTB - o PTB teve o maior crescimento na Câmara Federal: vinte e dois deputados em 1945, sessenta e seis em 1958 e cento e dezesseis em 1962, quando se tornou o segundo partido nacional. E, três anos mais tarde, por ocasião da extinção dos partidos, o PTB contava com o maior número de diretórios regionais, municipais e locais, em todos os estados. O PTB é, ao mesmo tempo, lembrado pelas reformas de base e pelos vícios do peleguismo e da tutela estatal sobre os sindicatos. Foi o mais identificado com a política trabalhista – de inspiração getulista e nacionalista - e com o sindicalismo urbano. A identificação podia variar - na intensidade do apoio e da imagem pública - de acordo com a conjuntura, o peso relativo das lideranças

¹⁶⁷ No século XX, a democracia representativa com eleição direta para presidente foi interrompida no Brasil durante o período do governo Vargas (1930-1945) e no regime militar (1964-1985).

¹⁶⁸ Em 1922, é criado o primeiro partido de esquerda do Brasil, o Partido Comunista do Brasil, e ainda no mesmo ano é renomeado de Partido Comunista Brasileiro (PCB). O PCB surge amparado nos sindicatos operários. No mesmo ano de sua criação, é colocado na ilegalidade no governo Epitácio Pessoa (1919-1922). Antes de se tornar ilegal em 1947, o PCB alcançou representação parlamentar na Constituinte (catorze deputados federais) e um senador (Luis Carlos Prestes), além de possuir a maior bancada de vereadores (dezoito vereadores) na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, capital do país. Em 1947, no governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), mesmo havendo eleições diretas e regulares, o Partido Comunista Brasileiro entrará na ilegalidade. Em 1964, o golpe militar adia a legalização do partido. Dois anos antes, em 1962, em uma divergência ideológica interna, surge o PCdoB. Com o fim do regime militar, o PCB é legalizado em 1985. Em 1992, a maioria dos integrantes do PCB funda o PPS, que se afasta da corrente revolucionária e se aproxima do centro na escala esquerda-direita. Um grupo minoritário dissidente, que se mantém comunista, dá continuidade ao PCB. (Em: <http://pcb.org.br/portal/docs/historia.pdf> Acesso em 02 de abril de 2014)

¹⁶⁹ Como já foi visto anteriormente, para Singer (2002), no espectro ideológico o PTB se situava na centro-esquerda, o PSD no centro e a UDN à direita.

¹⁷⁰ O PTB apoiou o PSD nas eleições presidenciais de 1945, quando foi eleito Eurico Gaspar Dutra, vencendo Eduardo Gomes (UDN). Em 1950, o PTB teve candidato próprio: Getúlio Vargas, enquanto o PSD lançou Cristiano Machado. Vargas vence a eleição e a segunda colocação fica novamente com o candidato Eduardo Gomes (UDN). Nas eleições de 1955, a coligação (PTB-PSD) volta à presidência com o pessedista Juscelino Kubitschek e o trabalhista João Goulart, vencendo Juarez Távora (UDN) para vice-presidente. Em 1960, Jânio Quadros (PTN) se elege presidente com apoio da UDN. O candidato derrotado da aliança (PSD e PTB) era o Marechal Henrique Teixeira Lott. Nessa eleição João Goulart (PTB) se elege vice-presidente, pois havia eleições distintas para os cargos de presidente e vice-presidente.

¹⁷¹ Em 1945, o PTB fora criado por Getúlio Vargas para organizar e mobilizar os trabalhadores assalariados urbanos em oposição ao Partido Comunista Brasileiro. O Partido Social Democrata fora criado por interventores estaduais nomeados por Vargas durante o Estado Novo.

nacionais (Getúlio, Jango, Brizola) em cada região, ou com a dinâmica das alianças e do movimento sindical. Mas, a imagem de “partido dos trabalhadores”, “partido do povo”, persistiu, prontamente reconhecida, apesar da competição constante desse partido com os comunistas, com as dissidências trabalhistas e, a partir de São Paulo, com o irresistível apelo populista de Ademar de Barros e Jânio Quadros. Em certos estados, a identificação do PTB com os trabalhadores urbanos, como no Rio de Janeiro, com a tradição getulista e no Rio Grande do Sul, era facilitada por óbvias raízes históricas e pela competição restrita no campo do getulismo. Na antiga capital, por exemplo, a polarização getulismo-antigetulismo consagrava, com igual força, o PTB e a UDN; os demais partidos se alinhavam na mesma dicotomia, entretanto sempre sob a liderança dos petebistas ou udenistas. Era o partido dos pobres contra o partido dos cartolas. (BENEVIDES, 1989)

Em 1989, na primeira eleição direta para presidente após o regime militar e pela primeira vez na história política do país, um partido de esquerda, quase chega ao poder¹⁷². Nessa eleição, o candidato Luís Inácio Lula da Silva (PT) é derrotado no segundo turno pelo candidato Fernando Collor de Mello (PRN).

Todavia, quatro anos antes da disputa presidencial, em 1985¹⁷³, o bom desempenho do PT nas eleições municipais fez com que o partido, se deparasse com o dilema eleitoral descrito por Przeworski (1989): se os partidos de base operária devem permanecer próximos a sua base de apoio na classe trabalhadora, ou por outro lado, se eles devem expandir sua proposta eleitoral de modo a torná-la pluriclassista, corre o risco de se converter em apenas mais um partido entre outros, perdendo a especificidade de sua relação com a classe trabalhadora. Assim, como afirma Keck (2012), o PT em sua formação¹⁷⁴ encontrou-se com o

¹⁷² Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, Lula (PT) obteve 11.619.816 votos (17,18%) no primeiro turno ficando em segundo lugar. No segundo turno, Lula (PT) obteve 31.076.364 votos (46,96%). O candidato do PT perde a eleição para Fernando Collor de Mello (PRN) com uma diferença de 4.013.634 votos (6,08%). (www.tse.gov.br.)

¹⁷³ Para Keck (2010), o bom desempenho do PT nas eleições para as prefeituras das capitais em 1985 projetou o partido no cenário nacional como força político-eleitoral em crescimento. Como afirma Keck, “Com uma única exceção, o partido apresentou candidatos em todas as capitais dos estados e ganhou mais de 5% dos votos em doze delas (e mais de 3% em duas capitais). Sua candidata Maria Luiza Fontenelle foi eleita em Fortaleza, capital do Ceará e quinta maior cidade do Brasil, e o partido perdeu por um fio as eleições em Goiânia. Os candidatos do PT também chegaram em segundo lugar na cidade de Vitória, no Espírito Santo, e em Aracaju, Sergipe. O candidato a prefeito de São Paulo, Eduardo Suplicy, conquistou quase 20% dos votos. Os líderes do PT atribuíram o sucesso eleitoral em parte à mudança do tom da campanha: o partido aparecia mais aberto, menos sectário, misturando o humor à sua mensagem programática”. (KECK, 2010, p.219)

¹⁷⁴ Vários aspectos da legislação partidária tiveram particular relevância no que se refere ao desejo de o PT criar um partido de massas. Em primeiro lugar, a lei especificava o número de membros que um partido teria que recrutar em cada localidade para ser reconhecido e ter o direito de apresentar candidatos nas eleições. O intuito dos organizadores do partido de garantir que seus membros fizessem uma escolha politicamente consciente ao se filiarem à agremiação nem sempre foi viável durante o período de legalização. Em segundo lugar, as regras de financiamento que proibiam doações por parte de organizações e exigiam que todos os doadores constassem de uma lista no relatório oficial enviado ao Estado, juntamente com a proibição constante da legislação trabalhista

dilema de ampliar suas bases eleitorais em detrimento das propostas específicas para a classe trabalhadora. Por sua vez, a “experiência do PT talvez possa lançar alguma luz sobre as formas específicas assumidas por esse dilema em países que não contam com uma tradição parlamentar fortemente enraizada”. (KECK, 2010, p.178)

Com a ampliação em sua base eleitoral solidificada em direção à classe média e aos movimentos sociais, a eleição presidencial de 1989 inaugura definitivamente a ascensão eleitoral de um partido de esquerda no cenário político brasileiro. Assim, se torna o partido de esquerda mais relevante do país, do ponto de vista eleitoral, disputando todas as eleições presidenciais após o retorno da eleição direta para presidente em 1989 com candidatura própria.

Na eleição de 1989, as classes populares¹⁷⁵ se identificaram com a candidatura de direita de Fernando Collor de Mello e a classe média com a candidatura de Lula (PT). Com isso, Singer (2002) identificou que houve alguma relação entre o aumento da renda e o voto na esquerda, que é uma inversão da perspectiva da sociologia de classes. Então, principalmente no segundo turno, possivelmente os eleitores pobres que se identificavam com a direita tenderam a votar no candidato da direita¹⁷⁶ e os eleitores de classe média que se identificavam com a esquerda tenderam fortemente a votar no candidato da esquerda.

Ainda sobre a eleição presidencial de 1989, o candidato Fernando Collor conseguiu atrair as classes populares utilizando o discurso de mudanças na estrutura do Estado brasileiro assolado pela corrupção e a inflação¹⁷⁷, através da preservação da ordem e resistência às greves e manifestações. Esse discurso ideológico, aproximou Collor das classes populares.

de que os sindicatos mantivessem relações formais com os partidos políticos, fizeram com que o PT não pudesse contar com o tipo de base financeira típico de muitos partidos políticos de base operária, como o Partido Trabalhista britânico, que foi principalmente financiado pelos sindicatos e o Partido Social Democrata sueco. Em 1979, a reunião de fundação do PT em São Bernardo/SP deixava claro que o objetivo era criar um partido legalmente reconhecido e pluriclassista. A ideia do Partido dos Trabalhadores surgiu com o avanço e o fortalecimento desse novo e amplo movimento social que, hoje, se estende das fábricas aos bairros, dos sindicatos às Comunidades Eclesiais de Base, dos Movimentos contra a Carestia às associações de moradores, do movimento estudantil às associações profissionais, do “Movimento dos Negros” ao Movimento das Mulheres, e ainda outros, como os que lutam pelos direitos das populações indígenas. (KECK, 2010)

¹⁷⁵ Nesse caso, as classes populares foram identificadas através da renda e da escolaridade.

¹⁷⁶ Singer (2002) identificou que a escolaridade teve uma força preditiva significadamente maior que a renda, mesmo sabendo que renda e escolaridade são duas variáveis fortemente inter-relacionadas. Quanto maior a escolaridade, naquela eleição, maior a tendência ao voto na esquerda, só que com mais intensidade.

¹⁷⁷ Nesse caso, Fernando Collor dissolverá a luta de classes em um discurso universalista contra a corrupção e a inflação no governo Sarney (PMDB). No último ano do governo Sarney, em 1989, a inflação acumulada é a mais alta da história, 1.782,90% (Em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/dinheiro90.htm>. Acesso em 02 de abril de 2014). Como afirma Przeworsky, “as ideologias burguesas não enfatizam seus interesses específicos; propõem a imagem de uma sociedade universalista e sem classes, composta de cidadãos-indivíduos, cujos interesses encontram-se basicamente em harmonia. Portanto, os conflitos ideológicos raramente, ou nunca, dizem respeito à legitimidade ou justiça de reivindicações particularistas feitas por diferentes classes. Em vez disso, justapõem a uma imagem particularista da sociedade, proposta por organizações do operariado, visões universalistas

Conseqüentemente, Lula oriundo do movimento sindical se afastava das classes populares que rejeitavam às greves, manifestações e ameaça à ordem¹⁷⁸. Como identificou Singer (2009), a rejeição à candidatura de Lula (PT) se concentrava principalmente nos estratos sociais com renda e escolaridade baixas. Inferiu-se assim que esses estratos sociais possuíam um posicionamento ideológico que tendiam à direita em relação à preservação da ordem e resistência às greves e manifestações, mas ao mesmo tempo, tendia à esquerda, pois era favorável à presença do Estado na economia.

A eleição de 1989 pode ser tomada, para efeito de demarcação de fronteiras, como episódio inaugurador das novas configurações da política e das eleições no Brasil. O desenvolvimento da mídia eletrônica nas eleições de 1989 alterou profundamente o campo da disputa eleitoral, constituindo novas condições e circunstâncias que se apresentam fortemente marcadas pela presença das mídias em rede¹⁷⁹. Nessa eleição, a adesão das classes populares à candidatura de Collor foi potencializada pela grande mídia quando a mesma dirigia seus ataques à ligação do PT ao movimento sindical e a “provável” mudança com ameaça à ordem. Destarte, a construção da imagem pública de Fernando Collor de Mello solidifica-se através do uso sistemático da imprensa¹⁸⁰, sobretudo da televisão, para defender e desenvolver uma “frente teórica da ideologia” (GRAMSCI, 2002). Como diz Gramsci (2002), a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a “frente teórica da ideologia” de uma classe dominante é o setor editorial em geral: editoras (que tem um programa implícito ou explícito e que se apoiam numa determinada corrente ideológica); jornais políticos; revistas

apresentadas pelos porta-vozes da burguesia”. (PRZEWORKY, 1989, p.124)

¹⁷⁸ A manutenção da ordem reflete no fio militarista que tece a história brasileira. Os lemas “ordem e progresso” e “segurança e desenvolvimento” expressam a ideologia das classes dominantes que utilizaram o poder de coerção do Estado para tomar e se manter no poder: A proclamação da república (1889), o Estado Novo (1937-1945) e o golpe militar de 1964. (IANNI, 2004)

¹⁷⁹ Para Rubim e Colling (2004), nas eleições de 1989, uma parte da grande mídia brasileira interferiu explicitamente, nos episódios do sequestro do empresário Abílio Diniz e na edição realizada pelo Jornal Nacional do último debate entre Fernando Collor de Mello (PRN) e Luis Inácio Lula da Silva (PT). No caso do sequestro de Abílio Diniz, os sequestradores foram mostrados na TV vestindo camisetas do PT. No Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão, na véspera da eleição, foram editados os melhores momentos de Collor e os piores de Lula do último debate presidencial. Antes de tudo, é premente ter cautela ao se fazer a análise do poder da mídia sobre os processos políticos e sobre os resultados eleitorais. Os oito anos de mandato do presidente Lula e os quatro anos da presidente Dilma Rousseff deixaram evidente que esse poder é muito relativo, sobretudo quando se trata da mídia tradicional ou grande mídia, representados pelas revistas e os jornais nacionais, além da própria televisão. Se dependesse da mídia dominante, as candidaturas presidenciais petistas não venceriam as eleições que disputaram (2002, 2006, 2010 e 2014). A população seleciona as informações políticas veiculadas pela mídia e as confronta com a existência social imediata. A avaliação que é feita sobre as condições de vida e de trabalho são filtros fundamentais para formação da opinião política a partir das informações políticas que circulam socialmente.

¹⁸⁰ Atualmente, a imprensa além de possuir uma ligação marcada à formação da opinião e à disputa política, moral, ideológica e cultural, ela está fortemente relacionada com a reprodução do capital, ou da base econômica da sociedade. Assim sendo, as emissoras de televisão e seus detentores fazem parte da classe dominante e de hegemonia política.

de todo o tipo e até boletins paroquiais. Ainda para ele, “A imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, mas não a única, pois tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura: as bibliotecas; as escolas; os círculos e os clubes de variados tipos e até a arquitetura na disposição e o nome das ruas” (GRAMSCI, 2002, p.78).

Na eleição de 1994¹⁸¹, as classes populares votaram no candidato Fernando Henrique Cardoso que havia sido o Ministro da Fazenda no Governo Itamar Franco na implantação do Plano Real¹⁸². O Plano Real se tornou relevante na decisão do voto das classes populares, pois os argumentos da estabilidade econômica e do fim da inflação¹⁸³ foram absorvidos por estas camadas sociais que tiveram benefícios e ganhos materiais. Com isso, a importância do Plano Real¹⁸⁴ foi alinhar os eleitores de direita e de centro com o discurso do controle inflacionário,

¹⁸¹ Para Singer (2002), em 1994, o eleitor que tinha identificação partidária escolheu o candidato que estava mais próximo à ideologia do seu partido. Além disso, sobre o Plano Real, o eleitor à esquerda tinha uma rejeição maior ao Real, à direita uma maior aceitação e ao centro uma postura intermediária.

¹⁸² O Plano Real, lançado em 28 de fevereiro de 1994, foi um plano influenciado pelas ideias do economista inglês John Maynard Keynes e pelas experiências hiperinflacionárias europeias (da primeira metade do século XX). Esse plano contou com a administração de economistas brasileiros e as orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI). Longe de ter sido “idealizado por Fernando Henrique Cardoso”, como afirmam o jornal O Globo e outros veículos assemelhados, o plano foi organizado e dirigido exclusivamente pelos economistas do PSDB. A “responsabilidade” fiscal apregoada (pelo FMI e os economistas do PSDB) foi transformada em elevação da carga tributária e da dívida líquida pública como proporção do PIB. Os resultados fiscais somente viriam a melhorar com o crescimento econômico da era Lula – tal como sugeria o Plano Keynes. Cabe lembrar que a primeira fase do Real, anterior à suposta sincronização de preços e à estabilização da inflação, era a fase da busca do equilíbrio das contas públicas. Neste ponto, talvez resida o maior desastre do Plano Real. Embora vendesse a fantasia do câmbio fixo, o crucial para os economistas do PSDB, à época, não era se o câmbio estava congelado, mas sim se ele estava megavalorizado, para ser combinado com uma estratégia de abertura comercial. Houve aumento das importações, o saldo negativo com o exterior também aumentou e os preços foram estabilizados, mas com altas taxas de juros com o objetivo de atrair dólares para o país. A fase de estabilização deveria ocorrer pelo menos quatro meses antes das eleições de novembro de 1994. Caso contrário, perderiam as eleições, já que Lula estava bem na frente de FHC – em maio, as pesquisas apontavam a vitória do petista no primeiro turno (43% contra 17% de FHC). A reviravolta eleitoral somente ocorreu depois de 1º de julho, quando entrou em cena a nova moeda, o Real, em substituição à velha, o cruzeiro real. Assim, entre 1999 e 2003/4 houve somente o aprofundamento dos fundamentos macroeconômicos ditados pelos economistas liberais do PSDB e pelo FMI. Os resultados dos primeiros anos de Plano Real não foram positivos na criação de empregos formais e no crescimento da economia. (Em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/20-anos-depois-quem-sao-os-donos-do-plano-real-407.html>> Acesso em 08 de Maio de 2014).

¹⁸³ Para Castañeda (1994), historicamente o combate à inflação é uma prioridade da direita, em contraposição a políticas privilegiadas pela esquerda como aumento do emprego e gastos sociais.

¹⁸⁴ Desde o *impeachment* de Collor, em setembro de 1992, até julho de 1994, as pesquisas apontavam a liderança de Lula na corrida presidencial. Consequentemente, a popularidade do governo Itamar Franco caía ao longo do mandato; em junho de 1994 a maioria do eleitorado o avaliava como ruim ou regular. Desde meados de 1993, a nova equipe econômica, chefiada pelo ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, começa a elaborar um novo plano econômico, que, à diferença dos planos anteriores, não foi planejado para obter resultados imediatos, mas um pouco mais à frente, em pleno período da campanha eleitoral. Então, a partir de julho de 1994, os efeitos do Plano Real, principalmente nas classes populares, são mais significativos, com a troca da moeda e a queda da inflação. Durante o período eleitoral, a candidatura de FHC se consolidou com o discurso de um candidato com capacidade técnica e política para ser um bom governante. Essa candidatura aglutinou a grande maioria dos segmentos de centro e direita do espectro partidário brasileiro (incluindo uma coalizão eleitoral significativa: PSDB-PFL-PTB), dificultando, dessa forma, a formação de outra candidatura forte (como a de Maluf, por exemplo) fora do campo da esquerda. (CARREIRÃO, 2002)

como ressalta Singer,

O voto em 1994 não foi predominantemente retrospectivo, isto é, os ganhos materiais obtidos com o plano Real não foram à motivação principal, e sim a expectativa de ganhos futuros, as expectativas de mudanças foram deslocadas de Lula para FHC. Além disso, FHC não teve o voto dos que, mesmo estando satisfeitos com o Real, rejeitavam-no ideologicamente, isso permite dizer que a identificação ideológica foi um preditor relevante na decisão do voto, pois metade dos seus eleitores já havia o escolhido, antes do Real, por motivos ideológicos. Ou seja, o Real cumpriu um importante papel de realinhar os eleitores de centro e direita em direção ao candidato que os representava e não de anulador dos alinhamentos prévios. (SINGER, 2002, p.123)

Na eleição de 1998, a crise financeira internacional ameaçava a *estabilidade econômica* conquistada em 1994 com o Plano Real¹⁸⁵. Então, nesse cenário econômico de incertezas, o candidato da situação, Fernando Henrique Cardoso, conseguiu atrair as classes populares com o discurso de que era o único que poderia garantir a continuidade da estabilidade econômica. Em 1998, o candidato Lula (PT) pela terceira vez consecutiva perde a eleição presidencial, constituindo um teto eleitoral em torno de 30%¹⁸⁶ que significava o teto da esquerda e a dificuldade de inserção eleitoral nas classes populares¹⁸⁷. Assim, como afirma Singer,

Em 1994 e 1998, o “conservadorismo popular”, acionado pela inflação e pelo medo da instabilidade, venceu Lula outra vez. Era relativamente claro que havia um poder de veto das classes dominantes, o qual residia na capacidade de mobilizar o voto de baixíssima renda. O que não se distinguia com nitidez eram as raízes ideológicas do mecanismo, embora os levantamentos de opinião indicassem permanente supremacia conservadora na distribuição do eleitorado entre esquerda e direita. O campo da direita aparecia sempre tendo uma adesão 50% superior ao da esquerda, o desequilíbrio que decorria da inclinação dos eleitores de menor renda para a direita. Nesse sentido, as derrotas de Lula em 1994 e 1998 podem ser entendidas como reedições de 1989, apesar da estabilidade monetária ter se sobreposto, em 1994, aos argumentos abertamente ideológicos utilizados por Collor (ameaça comunista) em

¹⁸⁵ No período entre a eleição de 1994 e o período pré-eleitoral em 1998 não houve mudanças substanciais nas alianças político-ideológicas: de um lado, o governo FHC, apoiado agora por uma coligação de centro e de direita ampliada, que reunia PSDB, PFL, PTB, PMDB e PPB; de outro, o principal líder da oposição, Lula, que agora é apoiado também por uma coligação de esquerda (PT, PDT, PSB, PCB e PCdoB), mais abrangente do que a de 1994. A novidade da campanha eleitoral será a candidatura Ciro Gomes, pelo PPS, cujas chances, naquele momento, eram vistas quase unanimemente como pequenas. (CARREIRÃO, 2002)

¹⁸⁶ Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, nas eleições presidenciais de 1994 e 1998, Lula (PT) obteve respectivamente, 27,04% e 31,71%. Em 1989, no primeiro turno, Lula obteve 17,18%. No segundo turno, com a união da esquerda e do centro em torno da candidatura de Lula (PT, PDT, PCB, PMDB, PSDB, PCdoB e PSB), o candidato obteve 46,96%. (www.tse.jus.br.)

¹⁸⁷ Para Venturi (2008), o eleitorado de menor escolaridade (que está associada à renda) pendia para a direita, desde 1989. Além disso, enquanto os eleitores de escolaridade superior dividiam-se por igual entre os campos da esquerda (31%), do centro (32%) e da direita (31%); entre os que frequentaram até a quarta série do ensino fundamental, a direita tinha 44% de preferência, mais do que triplo de adesão que tinha a esquerda (16%) e o centro (15%).

1989. Tal como em 1989, as duas campanhas de Fernando Henrique Cardoso mobilizaram os eleitores de menor renda contra a esquerda. Antônio Manuel Teixeira Mendes e Gustavo Venturi demonstraram que, na esteira do Plano Real, o melhor resultado de Lula em 1994 ocorreu entre os estudantes, entre os assalariados registrados com escolaridade secundária ou superior e entre os funcionários públicos. Já os trabalhadores sem registro formal, portanto, desvinculados da organização sindical, deram os melhores resultados a Fernando Henrique. (SINGER, 2009, p. 89)

Em 2002, na tentativa de ampliar a sua base eleitoral, diminuindo a rejeição de parte das classes populares ao partido, o PT se aproxima do centro¹⁸⁸ do espectro ideológico partidário. Mas, mesmo com um cenário eleitoral favorável, o PT, na tentativa de conseguir inserção eleitoral nas classes populares, se coliga a um partido de centro (PL), anuncia um candidato a vice-presidente com reconhecimento nacional no empresariado (José Alencar) e assina uma carta-compromisso com garantias ao capital, em 22 de junho¹⁸⁹, a Carta ao Povo

¹⁸⁸ Nesse caso, a aproximação do PT ao centro não significou que seu posicionamento ideológico se tornou de centro ou centro-direita. Pois, o partido não se afastou de seu ideário de igualdade que caracteriza a esquerda como afirma Bobbio (1995). Os governos Lula-Dilma (2003-2014) se caracterizaram pela presença do Estado na economia estimulando o desenvolvimento nacional, políticas redistributivas e compensatórias, ampliação dos direitos sociais, participação popular e distribuição de renda. Nesse caso, um contraponto ao neoliberalismo defendido pelos partidos de centro e direita (principalmente o PSDB e o DEM). No que diz respeito ao comportamento, nos governos Lula-Dilma e dentro do partido, as temáticas sobre homossexualismo, aborto, métodos contraceptivos são discutidos amplamente. Com suas políticas desenvolvimentistas, o PT está mais próximo do varguismo do que do neoliberalismo; e do ponto de vista ideológico ocorrerá uma aproximação do Lulismo ao varguismo, do nacional-popular e do desenvolvimentismo. Para Tible, “acontece uma mutação curiosa e intrigante, pois o PT nasce combatendo, dentro da esquerda, tanto o trabalhismo quanto os partidos comunistas, sendo que estes eram os tradicionais defensores de um projeto nacional popular. Pode-se dizer que o desenvolvimentismo era predominante na esquerda (trabalhadores urbanos e rurais, setores médios como estudantes, artistas e intelectuais) nos anos 1950 e 1960. Este se enfraquece com o golpe civil-militar e seu posterior desenvolvimentismo pela direita (com segurança). Nos anos posteriores, ganha força a crítica ao desenvolvimentismo, acusado de silenciar as lutas de classes e de ter uma concepção de Estado acima delas”. (TIBLE, 2013, p.75)

¹⁸⁹ As disputas eleitorais e discussões internas sobre o posicionamento político e ideológico do Partido dos Trabalhadores, no governo ou na oposição, nessas últimas duas décadas e meia (1989-2014) resultaram na criação de dois partidos políticos. As disputas internas aconteciam dentro do partido representadas por suas diversas tendências ideológicas que refletiram no Congresso Nacional e no posicionamento político do governo Lula a partir de 2002. No início do governo Lula, o centro destes conflitos, estava na política hegemônica apoiada, mesmo que a crescente contragosto, por setores importantes da maioria do partido, de conciliação com o neoliberalismo, propugnada e implementada, fundamentalmente, pelo então ministro Antônio Palocci. Após a realização de alguns congressos e conferências da Articulação de Esquerda (tendência interna do PT) sobre os rumos do partido e do governo Lula, um setor rompe com a tendência. Parte sai imediatamente do PT; a outra parte sai após o Processo de Eleição Direta de 2005, tendo como destino o PCB, o PSOL ou a militância sem-partido. O motivo da ruptura é a avaliação feita por eles acerca do governo Lula e do PT. No caso de outra tendência, a Democracia Socialista, um setor rompe com o partido já no final de 2003, início de 2004, tendo como catalisador a expulsão de Heloísa Helena. No mesmo período, saem do PT duas tendências: o MES (Movimento de Esquerda Socialista) e a CST (Corrente Socialista dos Trabalhadores), logo após a expulsão de Luciana Genro e Babá. No mesmo momento, saem Milton Temer, Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho, oriundos do antigo PCB. O destino de todos eles será formar um novo partido, o PSOL. Os que vão para o PSOL coincidem na ideia de que o PT já se esgotara como projeto socialista. Algo parecido com a avaliação feita, em 1992, pela antiga Convergência Socialista, que após sua expulsão do PT cria o PSTU por defender o ‘Fora Collor’ quando a direção majoritária era contra as manifestações de rua, pois isso poderia prejudicar as eleições

Brasileiro¹⁹⁰. Todas essas medidas não significaram uma diminuição da rejeição ao candidato Lula nas classes populares, pois ele ainda tinha menos intenção de voto entre os eleitores de renda e escolaridade mais baixa do que entre os de renda e escolaridade superior. (SINGER, 2009)

Na eleição de 2006, as políticas públicas e programas sociais do Governo Lula voltados para as classes populares, conseguiram também atingir o subproletariado¹⁹¹, que do ponto de vista ideológico, combinam elementos da esquerda e da direita, pois os mesmos desejam que haja manutenção da ordem, mas também igualdade¹⁹². Assim houve um realinhamento dos votos nessa eleição, que refletiu na aproximação das classes populares, incluindo a nova classe trabalhadora¹⁹³, e o distanciamento da classe média ao Partido dos Trabalhadores¹⁹⁴.

em 1994. Foram consultados respectivamente: (Em: <<http://psol50.org.br/site/paginas/1/nossa-historia>> Acesso em 10 de abril de 2014), (Em: <<http://www.pstu.org.br/faq>> Acesso em 10 de abril de 2014 e (Em: <<http://www.pagina13.org.br/apresentacao/quem-somos/>> Acesso em 10 de abril de 2014).

¹⁹⁰ A Carta ao Povo Brasileiro reafirmava o posicionamento do PT em cumprir os contratos e acordos firmados pelo governo FHC com os organismos internacionais: 1) adotar o regime de metas de inflação; 2) manter o câmbio flutuante; 3) praticar superávits primários elevados; 4) manter juros altos para controlar a inflação. (LEHER, 2003)

¹⁹¹ Para Singer (2009), o subproletariado é uma fração das classes populares que se diferencia do proletariado por combinar elementos da esquerda e da direita. No Governo Vargas (1930-1945), essa fração de classe não foi contemplada com a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e nem nos movimentos sindicais no final da década de 1970 que deram origem ao PT. Atualmente, para Singer, o subproletariado faz parte de uma parcela da população que possui renda familiar de até dois salários mínimos, é avesso aos sindicatos e às greves e no que tange seu comportamento eleitoral; agrega uma visão conservadora e deseja mudanças, sem prejuízo da ordem. Ainda para Singer fazem parte do subproletariado aqueles que “oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais. Estão nessa categoria “empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos das condições mínimas de participação na luta de classes”. (SINGER, 2009, p.98)

O conceito de subproletariado de Singer (2013) e Medeiros (2013) possui algumas semelhanças com a ralé brasileira de Souza (2012), pois a ascensão social através do Estado, a defesa da ordem e a aproximação definitiva ao PT depois da eleição de 2006, são características comuns as duas frações de classe.

¹⁹² Para Singer (2009), essa combinação entre elementos de esquerda e direita nas classes populares é conhecida por conservadorismo popular que é identificado por mudanças sem prejuízo da ordem.

¹⁹³ Uma parte do subproletariado ascendeu socialmente e migrou para a nova classe trabalhadora nos governos Lula-Dilma. Por isso, uma parte da nova classe trabalhadora possui algumas características semelhantes ao subproletariado que combina elementos da esquerda e da direita: “a mudança com ordem” através da presença do Estado.

¹⁹⁴ Para Singer (2012), o realinhamento eleitoral ocorrido a partir de 2006 deu origem ao lulismo. O lulismo aconteceu a partir da incorporação do subproletariado ao mercado de consumo por meio da já citada combinação de políticas de transferência de renda, aumento do salário mínimo e expansão do crédito. Tal processo de incorporação teria permitido aos governos Lula (2003-2010) alterar as relações de força na política brasileira, desfazendo o bloco conservador que sustentava a direita tradicional e conquistando, o PT, pela primeira vez, a adesão do subproletariado. Para atrair o subproletariado, o partido se aproximou do centro e combinou a fórmula “mudança com ordem”. Tal combinação conciliatória entre progresso e conservação teria diluído a polarização entre esquerda e direita que marcaria a política brasileira desde a redemocratização, substituindo-a por uma forte polarização entre “ricos” - anti-lulistas e “pobres” - lulistas, sendo que tal tendência teria se fortalecido com o afastamento de parte considerável da classe média após o escândalo do chamado “mensalão”. Então, a polarização entre lulismo e anti-lulismo, ainda que possa ensejar algum grau de conflitividade social, acaba se expressando politicamente, sobretudo no momento em que essa combinação entre elementos de esquerda e direita nas classes populares é conhecida por conservadorismo popular que é identificado por mudanças sem

Em 2010, acontece uma cristalização do realinhamento da eleição de 2006. Com isso, a classe média se distancia da candidatura de Dilma Rousseff (PT), e se aproximará do discurso dos partidos de oposição (principalmente o PSDB, o DEM e o PPS) reproduzindo as críticas da grande mídia sobre os temas relacionados à corrupção no aparelho estatal, ao aumento da carga tributária e à ampliação das políticas compensatórias e redistributivas. Já as classes populares, aderiram à candidata, como ocorreu em 2006, devido aos interesses classistas em relação às políticas governamentais e à avaliação positiva do governo Lula¹⁹⁵.

Nas eleições de 2006 e 2010, o realinhamento que ocorreu das classes populares em direção ao Partido dos Trabalhadores suscitou a discussão entre os cientistas sociais e na grande mídia¹⁹⁶ sobre a relação dos programas governamentais nos governos Lula-Dilma e o voto. Nesse caso, a discussão transita na desqualificação de Lula e Dilma, pois as candidaturas do PT à presidência, desde 2006, são votadas majoritariamente pela porção pobre¹⁹⁷ do eleitorado. Com isso, para eles, o apelo populista do presidente Lula teria conseguido conquistar o eleitorado mais humilde e “desinformado”, por meio da “manipulação ideológica”, “patrimonialista”¹⁹⁸ e da compra compulsória de seus votos com programas “assistencialistas”¹⁹⁹. Essas afirmações convergem com os resultados dos trabalhos de Castro (1994), Silveira (1998) e Baquero (2000), na linha da escola de Michigan, que

prejuízo da ordem.

¹⁹⁵ Como já foi mencionado, de acordo com o Instituto Datafolha, em setembro de 2010, o governo Lula possuía 78% de avaliação positiva e 4% de avaliação negativa. No próximo subcapítulo será aprofundada a relação entre a avaliação dos governos Lula e Dilma e os estratos sociais.

¹⁹⁶ Nesse caso, a grande mídia é representada pelos principais jornais, revistas e emissoras de televisão do país, como por exemplo, a revista *Veja* que em primeiro de novembro de 2010 publicará dois artigos “O desafio dos dois Brasis” e “Entre o azul e o vermelho”, além de uma entrevista com Bolívar Lamounier em 24 de fevereiro de 2010 sobre o mesmo tema.

¹⁹⁷ O lulismo e a divisão do eleitorado entre “ricos” e “pobres” pode ser um indício, ao contrário do que se prega, de um processo de “esclarecimento” das massas populares batalhadoras. Sob esse princípio, é desconstruída a ideia liberal de que as massas são totalmente passivas e alienadas. Ainda para o autor, “o lulismo, longe de ser um indício de alienação ou venda mercenária do voto por causa do Bolsa Família e de outros programas de cunho popular, representa uma manifestação mesma dos conteúdos cognitivos, morais e estéticos incorporados no *éthos* do trabalho e na racionalização de uma ética do sofrimento”. (SOUZA, 2012, p.251)

¹⁹⁸ Para Souza (2012), os autores de *A classe média brasileira* Lamounier e Souza, não explicitam o conceito de patrimonialismo, embora a justificação dos conceitos centrais seja um ponto de honra na ciência. A tese do patrimonialismo serve para ocultar um tipo de capitalismo selvagem e voraz, construído para uma minoria e ainda culpar o Estado por todos os vícios sociais. Assim o mercado – competente, eficiente, razão técnica para o interesse de todos e o Estado – politicagem, ineficiente, corrupto. Ainda para o autor, a saída para o liberalismo conservador brasileiro é reproduzir a tese do patrimonialismo e da corrupção apenas estatal, ressaltando que todos os problemas sociais acontecem devido à corrupção no Estado.

¹⁹⁹ Em entrevista na revista *Veja* em 24 de fevereiro de 2010, o cientista político Bolívar Lamounier, estabelecerá uma relação direta entre o “voto da pobreza”, por um lado, e as políticas compensatórias, por outro, entendida como um vínculo instrumental e amoral de clientela que legitima a instrumentalidade e a amoralidade da herança patrimonialista incompetência e corrupção do governo “Rouba, mas faz”; constitui, em linhas gerais, de um polo a outro do espectro político e ideológico da esfera pública brasileira. Assim, para Lamounier, a classe popular faz vista grossa à corrupção e aos desmandos com o dinheiro público porque está mais interessada no próprio estômago.

apenas a camada com alta sofisticação política (alta escolaridade) é ideologicamente estruturada, racional, avessa ao personalismo²⁰⁰ e o apelo emocional²⁰¹.

A relação entre o voto das classes populares e os programas sociais²⁰² permeou o debate eleitoral a partir da eleição presidencial de 2006 vencida pelo candidato Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição pelo PT. Após a eleição de 2006, o principal programa social do Governo Lula, o Bolsa Família²⁰³, em vários estudos acadêmicos e na grande mídia²⁰⁴, foi associado a uma estratégia eleitoral clientelista que resultou na atenuação das denúncias de corrupção do Governo Lula-Dilma (2006-2014). Como afirma Ribeiro (2014), o artigo *Rewarding Lula: executive power, social policy, and the Brazilian elections of 2006* de Hunter e Power (2007) foi um dos primeiros a associar o programa Bolsa Família à reeleição de Lula. Este artigo influenciou todos os pesquisadores dessa área temática que difundiram, no meio acadêmico e midiático, essa relação entre o programa e o voto em Lula.

As críticas aos programas sociais dos governos petistas, a eficiência do mercado em detrimento a incompetência do Estado, a exaltação a meritocracia e as denúncias de corrupção no aparato estatal empreendida pela grande mídia são replicadas por alguns autores do meio acadêmico e os partidos de oposição. Isso evidencia que é através dos aparelhos privados de hegemonia²⁰⁵ que os mesmos buscam recuperar o controle do aparato estatal, além de

²⁰⁰ Para Singer (2002), o voto personalista não acontece simplesmente por causa da influência da imagem, e sim com a proximidade das ideias do candidato e com a ideologia de seu partido.

²⁰¹ Silveira (1998) afirma que o eleitor das classes populares possui características de pouca informação, saber político, ideias políticas fragmentadas e volúveis do ponto de vista eleitoral. Dessa forma, o aspecto emocional e intuitivo é marcante neste tipo de eleitor, que escolhe seu candidato a partir da imagem do candidato construída de informações advindas da mídia e do marketing eleitoral. As conclusões de Silveira sobre o “novo eleitor não racional” superdimensiona a relevância da mídia e dos valores emotivos no processo eleitoral, pois as pesquisas da neurociência comprovam que as decisões humanas envolvem necessariamente a emoção e a razão.

²⁰² No Brasil, a partir da década de 1990, vários programas sociais de transferência de renda foram produzidos no país. Em 1995, três ações locais tornaram-se pioneiras: os programas de Garantia de Renda Mínima nas cidades paulistas de Campinas e Ribeirão Preto e o programa Bolsa Familiar para a Educação (Bolsa Escola), do governo do Distrito Federal (que se tornou referência para diversas outras políticas, inclusive para o programa federal de mesmo nome, implementado em 2001). (RIBEIRO, 2014)

²⁰³ O Bolsa Família é um programa de transferência de renda criado no governo Lula. O Bolsa Família substituiu e compactou três programas sociais do Governo Fernando Henrique (1995-2002): Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás. O Cartão Alimentação (Programa Nacional de Acesso à Alimentação) também foi incorporado ao Bolsa Família (este criado já no governo Lula). (RIBEIRO, 2014)

²⁰⁴ Na cobertura midiática da eleição de 2006, o Programa Bolsa Família foi majoritariamente abordado através de seus usos eleitorais, em contraposição a sua condição de programa social. Isto é, na cobertura midiática das eleições 2006, articulistas, repórteres, editores, além dos próprios entrevistados pelos veículos de comunicação em questão (geralmente envolvidos na própria disputa eleitoral), através daqueles enquadramentos majoritários, dotaram o PBF de sentido político. Em contraposição ao posicionamento da mídia, Soares e Terron chamam a atenção para o efeito “contextual” do PBF, no qual a influência do programa teria sido positiva não somente entre seus contemplados, mas “[...] também entre aqueles que se [beneficiaram] indiretamente do Programa devido à contribuição deste à economia local, e para aqueles que tendem a acatar a opinião da maioria” (SOARES; TERRON, 2008, p. 285). (RIBEIRO, 2014)

²⁰⁵ Para a compreensão dos processos políticos nas democráticas contemporâneas, Gramsci (2002) desenvolve o conceito de hegemonia que é considerado por muitos pesquisadores como sendo um conceito chave. Gramsci (2002) amplia o conceito de Estado, diferenciando duas esferas no interior das superestruturas políticas. A

defender e desenvolver uma “frente teórica da ideologia”. (GRAMSCI, 2002)

Os trabalhos acadêmicos que reproduzem a análise de Hunter e Power concluem que os eleitores beneficiários do programa Bolsa Família, possuidores de menor nível de escolaridade e renda, votaram em Lula porque estavam diretamente ligados a questões “materiais”²⁰⁶. Com isto posto, os eleitores com maior nível de escolaridade e renda concorreriam para uma maior informação sobre escândalos de corrupção e, conseqüentemente, menor predisposição ao voto no petista. (RIBEIRO, 2014)

A influência eleitoral dos programas sociais é extremamente polêmica e há inúmeras pesquisas recentes com resultados que não comprovam relação de causalidade entre esses programas e a escolha eleitoral. Ribeiro (2014) ressalta que o trabalho de Hunter e Power, precursor da relação Bolsa Família e voto, possui uma superficialidade empírica e teórica centrada na caracterização do programa como clientelístico e supervalorizando apenas uma dimensão do voto. Então, para Ribeiro,

Se há um mérito nas formulações de Hunter e Power, este foi o de abordar pautas que estiveram presentes na agenda das eleições presidenciais de 2006. Escândalos de corrupção, voto do eleitorado nordestino, alocação de recursos nos programas sociais são os temas que se constituem na substância que dá corpo às suas análises. Não obstante ser esta uma abordagem deveras característica do próprio texto, ela mesma suscitaria boas páginas de resenha crítica, as quais seriam, ainda, volumosas, posto que nenhuma das formulações dos autores sobre aqueles tópicos escapa à superficialidade empírica e teórica. No presente trabalho, contudo, opta-se por um repto mais objetivo, centrado na peculiar caracterização do Bolsa Família como programa clientelístico. Além de única no campo acadêmico, tal asserção somente pode ser feita ao se desconhecer substancialmente o funcionamento do programa. Esse, ademais, é o motivo de se enredar numa “polissemia pantanosa” (BICHIR, 2010, p. 127) que confunde os legítimos retornos eleitorais de uma política pública com o clientelismo. Tal problema se torna claro, no caso de Hunter e Power, principalmente na formulação segundo a qual a criação do Bolsa Família e o aumento dos gastos sociais foram orientados com fins eleitorais. É certo que a

primeira é representada pela sociedade política, conjunto de mecanismos através do qual a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle dos grupos burocráticos pelas instituições judiciais responsáveis pela aplicação das leis e pelas forças armadas e policiais. A segunda é a sociedade civil, que designa o conjunto das instituições responsáveis pela elaboração e difusão de valores simbólicos e de ideologias, compreendendo as corporações profissionais, as igrejas e instituições religiosas, os sindicatos, os meios de comunicação, o sistema escolar, os partidos políticos, as instituições de caráter científico e cultural e que Gramsci definiu como os aparelhos privados de hegemonia. A hegemonia, nas sociedades capitalistas ocidentais, é exercida pela classe capitalista através da combinação de hegemonia e de dominação, com o predomínio da hegemonia em situações de democracia política.

²⁰⁶ Nos Estados Unidos o auxílio aos pobres através de programas sociais e da previdência permeia o debate acadêmico e na mídia desde o início da década de 1960. A imagem dos pobres como sujeitos aos auxílios dos que estão em melhor situação social, tem muito em comum com a visão liberal dos pobres do início dos anos 60. Enrenreich (1994, p.215-216) relata que “o editor da *American Spectator*, R. Emmet TyrreI Jr., recontou a história da guerra contra a pobreza da seguinte forma: “Desde que (o presidente Johnson) engordou o orçamento da Previdência, Washington se tornou uma cidade cheia de charlatães adeptos da distribuição de pães e peixes e de coleta de bens. Auxílio às famílias com crianças carentes! Vale refeição! Programas de ação comunitária! Programa de assistência habitacional! Auxílio à saúde! e mais! ... O resultado não foi um estado de bem estar americano construído racionalmente, mas um Estado semelhante a uma desajeitada vaca leiteira ao redor da qual superparasitas tais como: engenheiros sociais, conselheiros da Previdência, burocratas, nutricionistas, conselheiros em assuntos legais”.

abrangência do PBF foi ampliada no último ano do primeiro mandato presidencial de Lula: a meta de 11 milhões de famílias, então atingidas, dobrou o número de beneficiários, em comparação com seu início (período no qual 5 milhões de famílias nele estavam incluídas, conforme dados de 2004). Devido à sua constituição peculiar, os escritos sobre as relações entre políticas sociais e voto abordam apenas uma reduzida parte das determinantes sociais do voto durante os anos Lula. (RIBEIRO, 2014, p.56-57)

A importância do programa Bolsa Família no incremento da renda nos municípios do interior do país também pode ser verificado no Rio Grande do Norte. No quadro abaixo é possível perceber a relevância dos recursos financeiros oriundos do Bolsa Família, principalmente nos municípios com influência sub-regional, para a economia local. Nesse sentido, o programa Bolsa Família possui uma participação importante no repasse de recursos federais e no acréscimo da renda das classes populares de Mossoró e principalmente Caicó.

Quadro 7 – Recursos financeiros oriundos do programa Bolsa Família em 2014.

Município	Famílias Beneficiadas	Porcentagem da população total (%)	Repasse referente ao Bolsa Família (R\$)	Repasse Per capita do Bolsa Família (R\$)	Representa o valor transferido de repasses do FPM²⁰⁷ (%)
Natal	49.518	17,95	75.908.366,00	88,05	36,40
Mossoró	18.790	20,86	31.017.070,00	109,10	52,1
Caicó	5.450	26,58	10.268.703,00	153,81	48,0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Ministério do Desenvolvimento Social

No próximo subcapítulo serão elucidadas as relações entre as classes populares e a ideologia na eleição presidencial de 2014.

²⁰⁷ Nesse caso, a porcentagem representa o valor do programa Bolsa Família em relação ao repasse do Fundo de Participação do Município.

2.3.1 - As eleições presidenciais de 2014.

Na eleição de 2014, a cristalização do voto das classes populares ocorrida em 2010 na candidatura de Dilma Rousseff se repete nos dois turnos de maneira perceptível²⁰⁸. E o distanciamento da classe média a candidatura do PT se aprofunda e torna a eleição de 2014 a mais acirrada desde 1989²⁰⁹.

A eleição de 2014 sofrerá impacto direto das Manifestações de Junho de 2013²¹⁰. Inicialmente, as manifestações²¹¹ foram motivadas pelo aumento do preço das passagens do transporte coletivo nas capitais, através do Movimento Passe Livre. Posteriormente, os manifestantes voltaram sua pauta de reivindicações para outros temas após o cancelamento do aumento dos preços das passagens em várias cidades. Os protestos se voltaram em especial

²⁰⁸ Na última pesquisa do Instituto Datafolha divulgada no primeiro turno, em 04 de outubro de 2014, Dilma Rousseff (PT) possuía uma larga vantagem em relação aos outros candidatos nos estratos sociais de renda e escolaridade baixas: Dilma Rousseff (PT), nível fundamental (50%) e renda de até 2 salários mínimos (49%); Marina Silva (PSB), nível fundamental (19%) e renda de até 2 salários mínimos (20%); e Aécio Neves (PSDB), nível fundamental (19%) e renda de até 2 salários mínimos (17%). Na última pesquisa do Datafolha divulgada no segundo turno, em 25 de outubro de 2014, Dilma Rousseff (PT) continuava com uma larga vantagem sobre Aécio Neves (PSDB) em relação aos estratos sociais com renda e escolaridade baixas: Dilma Rousseff (PT), nível fundamental (61%) e renda de até 2 salários mínimos (63%); e Aécio Neves (PSDB), nível fundamental (39%) e renda de até 2 salários mínimos (37%). (www.datafolha.folhaol.com.br).

²⁰⁹ Na eleição presidencial de 2014 aconteceu a menor diferença de votos (3,34%) entre os candidatos no segundo turno, desde 1989. Com isso, Dilma Rousseff (PT) obteve 54.501.118 Votos (51,64%) e Aécio Neves (PSDB) obteve 51.041.155 Votos (48,3%). No segundo turno, em 1989, Fernando Collor (PRN) vence Luiz Inácio Lula da Silva (PT) por uma diferença de mais de quatro milhões de votos (6,06%).

²¹⁰ Antes das “Manifestações de junho”, segundo pesquisa do Instituto Datafolha, divulgadas em 7 de junho de 2013, a avaliação positiva do Governo Dilma era de 57% (ótimo e bom) e 9% de avaliação negativa (além de 33% de entrevistados que responderam - regular). Após as “Manifestações de junho”, segundo pesquisa do Instituto Datafolha, divulgada em 28 de junho de 2013, a avaliação positiva do Governo Dilma foi corroída e despencou para 30% e a avaliação negativa mais que dobrou, 25% (além de 43% de entrevistados que responderam - regular). Nesse período, as avaliações positivas de vários governos estaduais e municipais também despencaram. Além disso, nas simulações realizadas pela CNT/MDA antes e após as manifestações ficou evidente que a possível candidata Marina Silva (sem partido e mandato) obteve melhora significativa de sua intenção de voto, enquanto Dilma Rousseff perdeu quase 20 pontos percentuais. Na pesquisa divulgada pela CNT/MDA em 01 de junho, Marina Silva possuía 12,5% e Dilma Rousseff, 52,8%. Na pesquisa divulgada pelo mesmo instituto, em 16 de junho já indicava Marina Silva com 20,7% e Dilma Rousseff despensa para 33,4%. Após o desgaste político das manifestações, a presidente Dilma Rousseff apresentou na televisão um plano de cinco pactos em resposta às principais reivindicações das ruas: a defesa de uma maior responsabilidade fiscal para evitar o avanço da inflação, a proposta de criar uma Assembleia Constituinte para promover a reforma política, maior investimento em mobilidade urbana, a destinação de 100% dos royalties do pré-sal para a educação e ações voltadas para a melhoria da saúde pública.

²¹¹ A dicotomia entre esquerda e a direita nas manifestações de junho de 2013 possui algumas semelhanças com as protestos ocorridas durante o governo de João Goulart. Durante o Governo Goulart (1962-1964) várias manifestações eclodiram nas principais cidades brasileiras. As manifestações promovidas pelas ligas camponesas, organizações sindicais e movimento estudantil (com o apoio do Partido do Comunista na ilegalidade) cresceram durante seu mandato, exigindo o aprofundamento das reformas de base, melhoria dos serviços públicos e mudanças na política externa (crítica ao alinhamento com os Estados Unidos). A polarização capitalismo-socialismo também trazia para as ruas às manifestações promovidas pelos partidos conservadores (liderados pela UDN), a igreja católica, o empresariado, a grande mídia, setores das forças armadas e da classe média, exigindo combate a corrupção e o fim das reformas de base (aumento do salário mínimo, reforma agrária, distribuição de renda e controle de remessas para o exterior). O temor dos conservadores era o modelo econômico e social redistributivo, que era acusado de ser socialista. Isto culminou no golpe de 1964. (DELGADO, 2009)

contra a Copa das Confederações FIFA de 2013, cuja realização coincidiu com as manifestações.

Girotto Neto (2014) delimitará as manifestações de junho em três períodos: 1) os movimentos estudantis de 2013 englobam aqueles que vão até o dia 13 de junho. Estes atos são caracterizados por um nível menor de mobilização. No auge deste período, o próprio dia 13 de junho, foram mobilizadas cinco mil pessoas em São Paulo. A pauta estava centrada na exigência da redução das tarifas do transporte público, tendo o MPL como protagonista; 2) O período identificado como Grande Onda corresponde às semanas imediatamente posteriores a 13 de junho. Nele ocorreram protestos com dezenas de milhares de pessoas. As pautas eram diversificadas, abrangendo desde reivindicações à ampliação do acesso e da qualidade dos serviços públicos, até o descontentamento com os gastos na Copa do Mundo de 2014 e a denúncia da corrupção pública. Sua mobilização não se dava mais prioritariamente pelas redes de movimentos sociais e estudantis, mas sim através da imprensa, sobretudo a televisão, e de redes sociais da internet, de forma difusa; e 3) Os movimentos esparsos aconteceram após o protesto das centrais sindicais e entidades dos movimentos sociais em 11 de julho.

Na Grande Onda²¹², a ideologia da classe média sobre o “tamanho do Estado”, a corrupção no aparato estatal, os gastos da Copa do Mundo²¹³ e a ineficiência dos serviços públicos nos “governos petistas” (2003-2014)²¹⁴ também atingiram uma parte da nova classe trabalhadora que ascenderam socialmente, via consumo, mas convive diariamente com a deficiência nos serviços públicos²¹⁵. Como afirma Girotto Neto (2014),

Analisando o fenômeno que ele expõe, propõe-se aqui uma interpretação diversa do sentido político e ideológico das bandeiras levantadas nas lutas hegemônicas em junho de 2013. A noção de um projeto baseado na “auto expressão” e “qualidade de vida”, que acaba descambando numa crítica ao “gigantismo do Estado” e à

²¹² Na pesquisa do Instituto IBOPE realizada em oito capitais (Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife, Porto Alegre, Fortaleza e Belo Horizonte) e o Distrito Federal, divulgada no dia 20 de junho de 2013, o perfil dos estratos sociais participantes da Grande Onda era formado predominantemente por jovens (até 29 anos, 63%); escolaridade alta (ensino médio ou superior incompleto, 49% e superior completo, 43%) e renda média e alta (de 2 a 5 salários mínimos, 30% e mais de 5 salários mínimos, 49%). Além disso, os manifestantes se mobilizaram através das redes sociais e da internet (91%) e foram às manifestações para combater o aumento das passagens de ônibus (27,8%), corrupção /desvio de dinheiro público (24,2%) e reivindicar melhoria na saúde pública (12,2%). (www.ibope.com.br).

²¹³ Os gastos da Copa do Mundo eram questionados porque vários estádios foram construídos com dinheiro público. Os estádios particulares construídos para a Copa tinham empréstimos do BNDES aos clubes de futebol (Atlético-PR, Corinthians-SP e Internacional-RS) e os estádios públicos foram reformados ou construídos também com empréstimos do BNDES aos governos estaduais, detentores desses estádios.

²¹⁴ O desconhecimento sobre as competências e responsabilidades dos serviços públicos no âmbito municipal, estadual e federal contribuiu para a corrosão da avaliação positiva do governo Dilma Rousseff na classe média e principalmente nas classes populares.

²¹⁵ A nova classe trabalhadora, principalmente nos grandes centros urbanos, convive diariamente com as deficiências do serviço público de saúde, educação básica, segurança e transporte. Esses serviços públicos são de responsabilidade constitucional direta dos municípios ou dos estados.

corrupção, muito bem podem ser compreendidas não como causa da Grande Onda, mas como resultado da ação ideológica do partido da mídia sobre uma base social heterogênea, composta por estratos da classe média e de grupos sociais subalternos. Os novos trabalhadores podem - nos Movimentos de Junho - ter se identificado com a ideologia da classe média através da identificação de classe via consumo, num processo que diz respeito às disputas hegemônicas exatamente ao dirigir intelectual e moralmente os grupos sociais subalternos. Assim, a noção de uma “nova classe média” bem como de um “centro pós-materialista” acabariam, ainda que tenham também outros propósitos, por encobrir o pertencimento de classe da ideologia hegemônica na sociedade e ampliar suas bases sociais, no sentido de fortalecer as forças oposicionistas conservadoras no embate com as forças políticas governistas que representam possibilidades, ainda que frágeis, de ação contra hegemônica. Mais que uma nova síntese ideológica nas ruas, expressando anseios de novos agentes, viu-se uma síntese que resulta da ação da ideologia dominante sobre os diversos estratos sociais presentes na Grande Onda. (GIROTTO NETO, 2014, p. 72-73)

A ideologia reproduzida pela classe média na Grande Onda é a mesma que se opõe ao segundo governo Lula (2006-2010) e ao Governo Dilma (2010-2014) e seus respectivos programas sociais, políticas compensatórias e redistributivas e que será replicada na eleição presidencial de 2014²¹⁶. Para Giroto Neto (2014),

A classe média foi a base social da ação da coalizão rentista durante a Grande Onda, e foi sua a ideologia que predominou nestes momentos. É a classe média aquela possui os sentimentos mais antagônicos em relação aos governos petistas. Ela sente que financia com seus impostos as políticas sociais do governo, que julga clientelista. Percebe na ascensão das camadas populares ao consumo uma ameaça a seu *status* e a sua distinção social, e um rareamento na disponibilidade de serviços sub-remunerados. Vê nas políticas de cotas, como a reserva de vagas em universidades públicas e em concursos para cargos públicos, a negação de seus valores meritocráticos. Desde 2006, é a base política do principal partido conservador do país, o PSDB, como bem compreenderam Singer e Cardoso. A classe média, sobretudo suas camadas de profissionais liberais e servidores públicos, possui ampla experiência organizativa, dirige variados aparelhos privados de hegemonia, tem acesso privilegiado aos bens culturais e é formadora de intelectuais; sua voz está na mídia, nas universidades, nas igrejas. (GIROTTO NETO, 2004, 135-136)

Na eleição de 2014, a classe média replicou o comportamento eleitoral ocorrido nas duas últimas eleições (2006 e 2010) votando na oposição²¹⁷. Dessa maneira, no primeiro

²¹⁶ Na Grande Onda, uma parcela significativa dos manifestantes defendia que os partidos políticos não fizessem parte dos protestos. Isso significava a reprodução da anti-política, realizada pela grande mídia, que gerou posteriormente a “nova política” defendida pela candidatura de Marina Silva (PSB). Dos candidatos à presidência, Marina Silva foi quem sofreu menos desgastes político-eleitorais nas manifestações de junho, além de possuir inserção eleitoral entre os jovens e parte da classe média que foram às manifestações.

²¹⁷ Na pesquisa do Instituto Datafolha, divulgada no dia 04 de outubro de 2014, o estrato social de renda média (5 a 10 salários mínimos) estava dividindo sua intenção de voto entre Aécio Neves (PSDB) (33%) e Marina Silva (PSB) (25%). Os eleitores de escolaridade alta (nível superior) dividiam seus votos entre Aécio Neves (34%) e Marina Silva (26%). Nessa mesma pesquisa, a intenção de voto de Aécio Neves era de 26% e de Marina Silva era de 24%. (www.datafolha.com.br.)

turno, a classe média²¹⁸ transitou entre os candidatos: Aécio Neves (PSDB) e Marina Silva (PSB)²¹⁹. E no segundo turno, com o apoio de Marina Silva²²⁰, na candidatura do PSDB. Assim, a classe média absorveu o discurso oposicionista da crise econômica (alta da inflação e baixo crescimento econômico), corrupção na máquina estatal²²¹ e gastos públicos ineficientes (obras de infraestrutura e programas sociais).

Nos últimos 12 anos, a classe média foi afetada pelas mudanças que reduziram a desigualdade e levaram à mobilidade no mercado de trabalho. A classe média pequena proprietária dos meios de produção rejeita o aumento real do salário mínimo que diminui sua mais-valia. Além disso, diferentemente da classe média norte-americana e europeia, consumidora de serviços domésticos, ela foi afetada pela PEC das Empregadas Domésticas²²² que resultou em um aumento do valor desse serviço. Juntamente a isso, a percepção do

²¹⁸ Uma parte da nova classe trabalhadora absorveu o discurso oposicionista na eleição presidencial como ocorrera nas Manifestações de junho de 2013.

²¹⁹ No início de outubro de 2013, Marina Silva, teve o registro de seu partido, a Rede Sustentabilidade, negado pelo Tribunal Superior Eleitoral por não ter apresentado o número mínimo de assinaturas exigido pela legislação até o prazo de 5 de outubro de 2013 (um ano antes da eleição), ficando assim impossibilitada de concorrer à presidência em 2014. Em setembro de 2013, Marina Silva se filia ao PSB. Nas convenções de junho de 2014, Marina Silva é apresentada como candidata a vice-presidente na coligação liderada por Eduardo Campos. Em 13 de agosto de 2014, o então candidato à presidência Eduardo Campos morre em um acidente aéreo que culminou em uma reviravolta na campanha eleitoral. Dez dias após o acidente, Marina Silva assume a candidatura à presidência que resulta na mudança da intenção de voto do eleitorado. A primeira pesquisa de intenção de voto após a morte de Eduardo Campos, realizada pelo Datafolha durante os dias 14 e 15 de agosto, incluiu Marina Silva como substituta de Eduardo Campos, e obteve 21% dos votos, contra 8% que ele havia conseguido na última pesquisa; desse modo, superando Aécio Neves e com chances de chegar ao segundo turno. A partir de setembro, a intenção de voto de Marina Silva estabilizou, e na reta final da campanha perdeu votos para Aécio Neves, principalmente os eleitores de renda alta e nível superior, que conduziu o candidato do PSDB ao segundo turno. Marina Silva (PSB) termina a eleição em 3º lugar, com 22.176.619 de votos (21,32%), mesma posição de 2010, e com uma diferença de 2.540.260 de votos em relação à eleição anterior, 19.636.359 de votos (19,33%). Com a derrota, diferentemente da eleição de 2010 que ficou em uma posição de neutralidade, Marina Silva decidiu apoiar o candidato Aécio Neves.

²²⁰ Grande parte dos eleitores da candidata Marina Silva (63% dos eleitores de Marina declaravam o voto para Aécio Neves, enquanto 24% declaravam o voto para Dilma Rousseff na pesquisa do Ibope em 25 de outubro de 2014) migrou para a candidatura de Aécio Neves (PSDB). Além dos eleitores de estratos sociais comuns aos dois candidatos (escolaridade e renda altas), Aécio Neves conseguiu atrair os eleitores jovens e evangélicos que votaram em Marina Silva. (www.ibope.com.br.)

²²¹ Em março de 2014, a Polícia Federal iniciou a Operação Lava Jato que investigava indícios de corrupção na Petrobrás. Essa investigação culminou em vários mandados de busca e acordos de delação premiada de acusados, inclusive ex-diretores, doleiros e empreiteiros. A Operação Lava Jato esteve em evidência na grande mídia em todo o período pré-eleitoral e eleitoral buscando uma ligação de corrupção com o PT e membros do governo. O ápice da tentativa da grande mídia de desconstrução da candidatura do PT à presidência aconteceu no dia 24 de outubro (à noite aconteceria o último debate presidencial na Rede Globo) quando a revista Veja noticiou que o doleiro Albert Youssef, através da delação premiada, havia dito que “Dilma e Lula sabiam de todo o esquema de corrupção na Petrobrás”. Após a denúncia, o ministro Admar Gonzaga, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), concedeu na noite do dia 25 de outubro, véspera da eleição, direito de resposta ao PT, em caráter liminar, contra a revista ‘Veja’. O magistrado considerou que a publicação não teve “qualquer cautela” e transmitiu a acusação de “forma ofensiva” e em “tom de certeza”. (Em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/carta-nas-eleicoes/tse-concede-direito-de-resposta-ao-pt-contra-revista-2018veja2019-7735.html>) Acesso em 13 de fevereiro de 2015)

²²² A emenda constitucional Nº 72, 2 de Abril de 2013, estende aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos assegurados aos demais trabalhadores com carteira assinada.

aumento da inflação afeta a classe média, porque uma parte significativa de sua despesa se concentra no setor de serviços que, por sua vez, nos últimos anos permanece em patamar superior ao da variação dos preços livres²²³.

Nas classes populares²²⁴, a candidatura de Dilma Rousseff obteve uma expressiva votação que reproduziu o discurso da candidata da situação sobre o sucesso da política econômica e social dos governos Lula-Dilma (2003-2014) que resultou na ascensão social de milhões de pessoas nos últimos 12 anos. Além disso, a rejeição ao PT e à candidatura de Dilma Rousseff reproduzida pela classe média e a grande mídia²²⁵ também se refletiu na geografia eleitoral brasileira, cujo voto oposicionista foi replicado com maior intensidade em vários estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste²²⁶. Essa votação suscitou, mais uma

²²³ Segundo o IBGE, a inflação do setor de serviços – quase 35% da cesta de consumo do IPCA – atingiu 8,20% em 2013 e 8,4% em 2014, índices muito superior ao da inflação nestes períodos. (www.ibge.gov.br.)

²²⁴ De acordo com a pesquisa do Instituto Datafolha, divulgada em 04 de outubro de 2014, a candidata Dilma Rousseff possuía 44% das intenções de voto, com forte presença entre os estratos sociais com renda e escolaridade baixas: eleitores com renda de até 2 salários mínimos (49%) e nível fundamental (50%). (www.datafolha.folhauol.com.br.)

²²⁵ Em artigo publicado em 8 de outubro de 2014 no Manchetômetro - produzido pelo Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Luna de Oliveira realizou uma comparação da cobertura da grande mídia durante o período de campanha na eleição de 1998, quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) pleiteava a reeleição, e durante a campanha de 2014, em que a presidente Dilma Rousseff (PT) perseguia o mesmo objetivo. A intenção do estudo comparativo era testar a tese de que a mídia cumpriria a função de se opor ao poder constituído, no caso, o candidato e partido que ocupa a presidência e pleiteia a reeleição. Assim, a comparação entre a eleição de 1998 e 2014 aconteceu agregando os dados dos jornais Folha, Estadão e O Globo e mostrou que, “o então candidato Fernando Henrique teve uma proporção de notícias negativas para neutras, menor do que 1 para 5, mais especificamente, de 19%. A candidata Dilma alcançou a marca de 80%, ou seja, de 4 negativas para cada 5 neutras. Assim, a grande imprensa é quatro vezes mais “contra poder” no caso da candidatura do PT do que foi para a do PSDB em 1998. FHC também recebeu um número alto de matérias positivas, o que é algo raro nas coberturas de todas as eleições. Se comparadas às matérias neutras, as positivas recebidas por FHC chegam a 35%: 2 para 5. Na cobertura de 2014, Dilma teve somente 4 notícias positivas durante o período de campanha até o primeiro turno; somente 2% de seu total de neutras”. Se compararmos os principais indicadores econômicos e sociais das duas eleições (1998 e 2014), os números são favoráveis à candidatura de Dilma Rousseff: Taxa de juros Selic = setembro de 1998 - 19% e setembro de 2014 - 11% (Fonte: Banco Central); Inflação (IPCA) = acumulado até setembro de 1998 - 1,4% e acumulado até setembro de 2014 - 4,02% (Fonte: IBGE); Taxa de desemprego (regiões metropolitanas) = em 1998 - 18,6% e 2014 - 10,8% (Fonte: IBGE); Taxa de crescimento (previsão para PIB do ano) = em setembro 1998 - 0% - em setembro de 2014 - 0,9% (Fonte: Banco Central); Desigualdade social (Índice de Gini) = em 1998 - 0,60 e 2014 - 0,498 (Fonte: IPEA); Salário mínimo (em dólares) = setembro de 1998, \$114,00 e setembro de 2014, \$288,00; Salário mínimo (valor da cesta básica em São Paulo) = setembro de 1998, R\$ 100,00 (1 salário mínimo comprava 1,14 cesta básica) e setembro de 2014 - R\$ 338,00 (1 salário mínimo comprava 2,2 cestas básicas) (Fonte: IBGE). É necessário declarar a quase totalidade das variáveis econômicas e de desigualdade social são favoráveis ao Governo Dilma em comparação com o governo FHC, exceto a inflação, mas a grande mídia, como ocorreu nas últimas duas eleições anteriores, teve um posicionamento pró-oposição corroborando com o artigo de Luna Oliveira. A diferença relevante em relação às eleições anteriores foi o papel das redes sociais em desmobilizar a grande mídia tradicional, construindo uma alternativa de troca de informações nas relações interpessoais, ou seja, as redes sociais foram contra hegemônicas na eleição de 2014. (Em: <<http://www.manchetometro.com.br/artigos/e-a-economia-estupido-ou-nao-a-cobertura-do-estado-nos-pleitos-de-1998-e-2014>> Acesso em 13 de fevereiro de 2015).

²²⁶ No segundo turno, o candidato oposicionista Aécio Neves (PSDB) venceu em todos os estados da região Sul e Centro-Oeste, e consequentemente, em números absolutos nas duas regiões. Na região Sudeste, Aécio Neves vence no número absoluto de votos, mesmo perdendo em Minas Gerais e no Rio de Janeiro.

vez, a discussão sobre a desqualificação do voto das classes populares e da região Nordeste²²⁷ que escolheu com maior intensidade a candidata da situação.

No próximo subcapítulo será abordada a avaliação de desempenho nas eleições presidenciais brasileiras (1989-2014).

2.4 – Comportamento eleitoral – A avaliação de desempenho nas eleições presidenciais brasileiras (1989-2014).

Neste trabalho será utilizada a articulação entre a avaliação de desempenho e a abordagem sociológica (ideologia e classes sociais), considerando que no estudo do comportamento eleitoral existem diversos fatores que são relevantes na decisão voto. Por isso, é necessário a utilização de mais de uma perspectiva para ampliar a possibilidade de compreensão das diversas variáveis que influenciam o voto.

Nessa articulação, a avaliação de governo serviria como um atalho, semelhante ao voto ideológico²²⁸. Como afirma Singer (2002), se aproximando da teoria da escolha racional²²⁹, a ideologia seria um meio eficaz de economizar informação, porém não o único. Singer citará o voto retrospectivo (baseado nos resultados das ações do governo) como um atalho, parecido com o voto ideológico, na decisão do voto. Com isso, na teoria da escolha racional deve-se levar em consideração o contexto histórico-eleitoral, pois além da ideologia política, o eleitor pode decidir seu voto a partir da avaliação do governante.

Utilizando um caminho para decidir o voto, o eleitor racional, se aproxima da ideologia do partido que trará melhores benefícios para a sua vida. Como afirma Downs, “apenas os benefícios dos quais os eleitores se tornam conscientes podem influenciar suas decisões de voto”. (DOWNS, 1999, p. 58)

Para Castro (1994)²³⁰, na teoria econômica de Downs, existem dois tipos de voto: o

²²⁷ A votação expressiva das classes populares e dos eleitores da região Nordeste na eleição de 2014, trouxe novamente para o debate, como ocorreu em 2006 e 2010, a discussão na grande mídia e no meio acadêmico sobre os programas sociais, o clientelismo e a desinformação dos pobres: o “voto dos ricos” e a “modernidade” da região Sul e Sudeste em contraposição ao “voto dos pobres” e o “atraso” do Nordeste.

²²⁸ Como já foi descrito, o eleitor utiliza atalhos cognitivos para simplificar suas escolhas eleitorais através das conversas interpessoais, das alternativas de candidaturas e partidos concorrentes. (POPKIN, 1991)

²²⁹ Singer (2002) ressaltará que para a escola econômica, a ideologia é relevante na decisão do voto, pois ela diferencia os partidos a partir de lemas e bandeiras. Assim, o eleitor consegue diferenciar os partidos sem precisar conhecer as inúmeras políticas específicas que cada partido propõe para o futuro ou adotou no passado.

²³⁰ Singer (2002) ressaltará que o trabalho de Castro (1994) posiciona o eleitor na escala esquerda-direita, e demonstra que 60% dos entrevistados souberam colocar-se nessa escala. Mas criticará a linha da escola de Michigan, pois não concorda com a afirmação de que apenas “a camada com alta sofisticação política é

retrospectivo, amparado na avaliação do governo, e o prospectivo, em que a decisão do eleitor acontece a partir da relação voto versus benefício. Ainda para Castro, a decisão do voto pode ser analisada tendo como variável relevante a preferência partidária. O comportamento do eleitor é ideológico e partidário. A preferência partidária é ideológica, ou seja, o eleitor procura obter benefícios no partido com mais proximidade ideológica. Os eleitores utilizam o seu interesse partidário para diminuir seus custos em relação à campanha eleitoral. A ideologia age como um instrumento de obtenção de voto e como um meio para se chegar ao poder. Dessa forma, a função dos partidos políticos é facilitar a decisão do eleitor.

No Brasil, seguindo a concepção de Downs (1999) e Key (1966), vários trabalhos concluem que apenas o voto retrospectivo, baseado na avaliação de desempenho na economia, é determinante na decisão do voto. Os trabalhos de Mendes e Venturi (1994) e Kinzo (1996) seguem na direção da relevância do Plano Real como fator determinante na eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994.

Já Albuquerque (1995) e Figueiredo (1994)²³¹, concordando com Fiorina (1981), ultrapassam o determinismo do voto retrospectivo e defendem que na eleição de 1994, o Plano Real teve a sua importância na vitória de Fernando Henrique Cardoso, mas o voto prospectivo foi decisivo na comparação entre o candidato da oposição²³² que não garantia a continuidade da estabilidade e o candidato da situação que representava o fim da inflação e da miséria.

Em uma análise posterior, Figueiredo e Coutinho (2003) fazem uma abordagem sobre a avaliação da administração e a sua relação com o voto no candidato da situação ou na tentativa de reeleição. Para eles, na eleição de 2002, a avaliação positiva (ótimo/bom) do governo Fernando Henrique Cardoso em 2002 era de 23%, bem inferior à obtida em setembro de 1998, 43%, pouco antes de sua reeleição. Outra questão desta mesma sondagem revelava este clima dominante na opinião pública nacional: 52% dos entrevistados disseram que não votariam de jeito nenhum em um candidato que representasse a continuidade política de FHC; 44% afirmaram que certamente votariam ou poderiam votar e 5% não responderam. Com estas informações, o desejo de mudança estava claro pela liderança de Lula nas pesquisas de todos os institutos e na estratégia de todos os principais candidatos, inclusive do candidato

ideologicamente estruturada. Isto é, apenas entre os de maior sofisticação política foi encontrada coerência entre o lugar em que se colocou na escala e as opiniões que adotava”. (SINGER, 2002, p.47)

²³¹ Posteriormente, Figueiredo (2000) analisando as campanhas para prefeito nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo em 1996, formulará uma interpretação que considera que nas campanhas eleitorais há uma disputa retórica, cuja argumentação é de natureza ficcional, em que o candidato da situação afirma que “o mundo atual está bom e ficará melhor” e o candidato da oposição defende que “o mundo atual está ruim, mas ficará bom”.

²³² Na eleição de 1994, o candidato Lula (PT) em seus discursos afirmava que o Plano Real era eleitoreiro e que

oficial do governo, José Serra, que de forma inequívoca não assumiu sua condição de candidato governista.

A tentativa de Figueiredo e Coutinho (2003) em descrever a ligação entre a avaliação de governo (avaliação positiva e negativa) e a vitória ou derrota do candidato da situação nas eleições presidenciais entre 1989 e 2002 será ampliada até 2014. Então, é possível notar na tabela 1, que a avaliação positiva acima dos 40 pontos foi determinante na vitória da candidatura da situação²³³. Vale dizer que essa variável é relevante, como foi mencionado, mas não é o único fator que influi na decisão do voto.

Na tabela 2, será exposta a relação entre a avaliação de governo e os estratos sociais. Com isso, percebe-se a rejeição dos estratos sociais com renda e escolaridade altas (renda acima de cinco salários mínimos e nível médio e, principalmente superior) em relação aos governos petistas. E, na mesma tabela, constata-se a aprovação dos estratos sociais com renda e escolaridade baixas (até dois salários mínimos e nível fundamental) aos governos Lula-Dilma (2003-2014).

Tabela 1– Avaliação de governo e vitória ou derrota do candidato da situação entre 1989 e 2014.

Avaliação do governo²³⁴	Avaliação positiva (ótimo e bom) e negativa (ruim e péssimo)	Porcentagem de votos para o candidato da situação no primeiro e/ou segundo turno²³⁵	Candidato eleito – situação ou oposição
Governo Sarney (PMDB) (março de 1989)	9% - 56%	Ulisses Guimarães (PMDB) - 4,74% (perdeu no primeiro turno)	Fernando Collor (PRN) – oposição

após o período eleitoral, a inflação voltaria como ocorreu em 1986 com o Plano Cruzado.

²³³ A avaliação positiva de mais de 40%, se aproxima do trabalho de Oliveira e Santos (2009) que abordam a relação entre uma boa administração e a capacidade de se reeleger ou eleger o sucessor através das eleições municipais de 2008, em sete capitais brasileiras. Para os autores, as chances de vitória de um candidato estão vinculadas às boas administrações que são aquelas que apresentam percentual de bom e ótimo igual ou acima de 50%.

²³⁴ Na avaliação de governo encontra-se o mês que foi realizada a pesquisa Datafolha (disponível no site: www.datafolha.folha.uol.com.br.)

²³⁵ O resultado no primeiro turno corresponde aos votos totais e no segundo turno, os votos válidos.

Governo Itamar Franco (PMDB) ²³⁶ (dezembro de 1994)	41% - 8%	Fernando Henrique Cardoso (PSDB) – 54,47% (venceu no primeiro turno)	Fernando Henrique Cardoso (PSDB) – situação
Governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) (setembro de 1998)	43% - 17%	Fernando Henrique Cardoso (PSDB) – 53,06% (venceu no primeiro turno)	Fernando Henrique Cardoso (PSDB) – situação
Governo Fernando Henrique (PSDB) (outubro de 2002)	23% - 32%	José Serra (PSDB) – 23,19% (primeiro turno) e 38,72% (perdeu no segundo turno)	Lula (PT) – oposição
Governo Lula (PT) (setembro de 2006)	46% - 18%	Lula (PT) – 48,61% (primeiro turno) e 60,83% (venceu no segundo turno)	Lula (PT) - situação
Governo Lula (PT) (setembro de 2010)	78% - 4%	Dilma Rousseff (PT) 46,91% (primeiro turno) e 56,05% (venceu no segundo turno)	Dilma Rousseff (PT) - situação
Governo Dilma (PT) (outubro de 2014)	40% - 21%	Dilma Rousseff (PT) 41,59% (primeiro turno) e 51,64% (venceu no segundo turno)	Dilma Rousseff (PT) - situação

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Datafolha e TSE.

²³⁶ Em 1989, Itamar Franco se elege vice-presidente pelo PRN. Em 1992, com a renúncia do presidente Collor,

Tabela 2 – Avaliação de governo e estratos sociais – renda e escolaridade - 2006 a 2014.

Pesquisa IBOPE		Renda				Escolaridade			
Ano	Avaliação do governo (Total)	Até 1 salário	De 1 a 2 salár.	De 2 a 5 salár.	Mais de 5 salár.	Fund ²³⁷	Fund ²³⁸	Médio	Super.
2006 ²³⁹	Ótimo/bom 44%	55%	52%	37%	30%	47%	57%	36%	28%
	Regular 35%	31%	32%	39%	36%	33%	30%	40%	35%
	Ruim/Péssimo 21%	12%	16%	23%	32%	20%	11%	23%	37%
2010 ²⁴⁰	Ótimo/bom 77%	82%	80%	76%	69%	80%	81%	78%	68%
	Regular 18%	16%	16%	19%	22%	17%	15%	19%	25%
	Ruim/Péssimo 4%	2%	3%	4%	9%	3%	3%	4%	8%
2014 ²⁴¹	Ótimo/bom 40%	56%	45%	36%	26%	46%	53%	36%	26%
	Regular 44%	29%	31%	33%	32%	33%	27%	32%	33%
	Ruim/Péssimo 27%	15%	21%	30%	42%	20%	15%	31%	38%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Instituto IBOPE.

Conclui-se que a articulação entre o voto retrospectivo e prospectivo na análise do comportamento eleitoral, nessa presente tese, acontece com a conexão, respectivamente, entre a avaliação de desempenho (economia, programas governamentais, políticas compensatórias e

antes do impeachment, Itamar assume a presidência já filiado ao PMDB.

²³⁷Nesse caso é considerado o ensino fundamental até a quarta série.

²³⁸ Nesse caso é considerado o ensino fundamental da quarta a nona séries

²³⁹ Pesquisa IBOPE divulgada em 26 de setembro de 2006. Avaliação do governo Lula. (www.ibope.com.br.)

²⁴⁰ Pesquisa IBOPE divulgada em 27 de setembro de 2010. Avaliação do governo Dilma. (www.ibope.com.br.)

redistributivas) e a ideologia (partido, igualdade, presença do Estado na economia e o uso da polícia para garantir a ordem). No próximo subcapítulo será feito um estudo sobre o comportamento eleitoral nas últimas eleições presidenciais (2002-2014) no Rio Grande do Norte.

2.5 – As eleições presidenciais no Rio Grande do Norte (2002-2014)

No Rio Grande do Norte existem poucos estudos sobre o comportamento eleitoral nas eleições presidenciais. Diante desse desafio, será feito um relato sobre esse tema através dos autores que realizaram seus estudos no Rio Grande do Norte até o momento. Além disso, essa dificuldade diminuiu o espaço temporal desse estudo entre 2002 e 2014.

No Rio Grande do Norte, no segundo turno das eleições presidenciais entre 2002 e 2010²⁴², observa-se na tabela 3, que o PT vence o PSDB²⁴³ em 2002, amplia a vantagem em 2006 e em 2010, diminui sua votação em mais de 10% dos votos. Na tabela 4, vem perdendo votos desde 2002 em nível nacional e o PSDB, em um contraponto, diminui a diferença.

Tabela 3 - Resultados eleitorais – Segundo turno das eleições presidenciais, 2002, 2006 e 2010 – Rio Grande do Norte.

ANO	PT (votos)	% (votos válidos)	PSDB (votos)	% (votos válidos)
2002	781.947	58,64	551.628	41,63
2006	1.073.182	69,91	461.995	30,09
2010	979.772	59,54	665.726	40,46

Fonte: RIBEIRO e OLIVEIRA, 2012.

²⁴¹ Pesquisa IBOPE divulgada em 05 de outubro de 2014. Avaliação do governo Dilma. (www.ibope.com.br.)

²⁴² O resultado em nível nacional na eleição presidencial (2002-2010) já foi descrito na introdução.

Tabela 4 - Resultados eleitorais – Segundo turno das eleições presidenciais, 2002, 2006 e 2010 – Brasil.

ANO	PT (votos)	% (votos válidos)	PSDB (votos)	% (votos válidos)
2002	52.772.475	61,28%	33.356.860	38,72
2006	58.295.042	60,83%	37.543.178	39,17
2010	55.752.529	56,05%	43.711.388	43,95

Fonte: TSE

Nas tabelas abaixo²⁴⁴ repara-se que em Natal o PT venceu as duas eleições (2002-2006) com o candidato Lula e perde em 2010 com Dilma Rouseff. Na cidade de Mossoró, o partido amplia sua margem de votos entre 2002 e 2006 em relação ao PSDB, mas em 2010 recua na sua votação. Em Caicó, amplia sua diferença desde 2002, vencendo o PSDB nas três eleições com uma diferença significativa.

Tabela 5 - Resultados eleitorais – Segundo turno das eleições presidenciais, 2002, 2006 e 2010 – Natal.

ANO	PT (votos)	% (votos válidos)	PSDB (votos)	% (votos válidos)
2002	237.478	70,89	97.517	29,11
2006	228.095	60,30	150.175	39,70
2010	188.558	48,27	202.019	51,72

Fonte: TSE

²⁴³ No resultado das eleições, estamos considerando o partido principal da coligação.

²⁴⁴ A apresentação dos resultados eleitorais de Natal, Mossoró e Caicó acontecem porque foram as cidades selecionadas para a aplicação das entrevistas em profundidade.

Tabela 6 - Resultados eleitorais – Segundo turno das eleições presidenciais, 2002, 2006 e 2010 – Mossoró.

ANO	PT (votos)	% (votos válidos)	PSDB (votos)	% (votos válidos)
2002	71.753	72,39	27.363	27,60
2006	84.605	73,36	30.712	26,63
2010	73.046	61,00	46.701	39,00

Fonte: TSE

Tabela 7 - Resultados eleitorais – Segundo turno das eleições presidenciais, 2002, 2006 e 2010 – Caicó.

ANO	PT (votos)	% (votos válidos)	PSDB (votos)	% (votos válidos)
2002	19.516	68,62	8.923	31,37
2006	22.418	69,51	9.831	30,48
2010	23.175	71,42	9.272	28,57

Fonte: TSE

Também é possível verificar que o fenômeno ocorrido em outras partes do país está presente no Rio Grande do Norte, detectado em pesquisas de opinião e no resultado final das eleições presidenciais (2002-2010), que apontam uma diminuição na aprovação do governo do PT (Lula-Dilma) nesses últimos anos nas capitais e regiões metropolitanas. Além disso, pode-se perceber que o eleitor desse partido no Rio Grande do Norte nos últimos dois pleitos presidenciais (2006-2010) pertence a estratos sociais bem definidos²⁴⁵. Ainda, atina-se que o resultado das eleições em Mossoró e Caicó contrasta com a aprovação dos governos do PT e o consequente desfecho eleitoral ocorrido no interior e nas cidades com menos de 200.000 habitantes de outras unidades da federação.

Mas, deve-se ressaltar que as diferenças nas dinâmicas municipais (quadro 6 –

²⁴⁵ Na pesquisa IBOPE de 28 de setembro de 2006, Lula (PT) possuía 60% das intenções de voto e Geraldo Alckmin (PSDB) 27%. A inserção eleitoral de Lula era de eleitores com ensino fundamental e médio, com renda de até 2 salários mínimos e do interior do Rio Grande do Norte. Na pesquisa IBOPE de 23 de setembro de 2010, Dilma Rousseff (PT) possuía 55% das intenções de voto e José Serra (PSDB), 28%. A inserção eleitoral de Dilma era de eleitores com ensino fundamental e médio, com renda de até 2 salários mínimos e do interior (das regiões Central, Agreste e Oeste). (www.ibope.com.br.)

capítulo 1) das cidades pesquisadas na presente tese podem conduzir a percepção de que a concentração de trabalhadores do setor de serviços na administração pública em Natal está relacionado com as mudanças nas tendências eleitorais em direção ao voto oposicionista (nesse caso, concentrando frações do núcleo da nova classe trabalhadora em funções de comando e portanto mais distantes das classes populares). Por sua vez, em Mossoró e Caicó, a concentração de trabalhadores nas atividades econômicas ligadas à indústria (Mossoró) e ao setor de serviços e comércio (Caicó) pode evidenciar a forte tendência eleitoral no voto situacionista nas duas cidades (nesse caso, concentrando frações do núcleo da nova classe trabalhadora em funções de execução e portanto mais próximas das classes populares).

Em Natal, essas mudanças nas tendências eleitorais das candidaturas presidenciais conduzem à compreensão de que, um eleitorado com inclinações ao voto em candidaturas pessedebistas e “alternativas”²⁴⁶ se formou em 2006 e 2010. É bastante provável que este eleitor oposicionista natalense advenha majoritariamente dos estratos sociais que rejeitaram as medidas do início do Governo Lula, como trabalhador do setor de serviços públicos descontente com a reforma da Previdência, por exemplo. Tal rejeição, certamente, associa-se a um distanciamento em relação ao PT e suas candidaturas, com a qual se identificavam segmentos da classe média com formação técnica do setor de serviços, sobretudo da administração pública, com grande importância socioeconômica na Região Metropolitana de Natal. Para além da composição social deste eleitorado oposicionista, sua adesão a determinados valores torna-se um elemento explicativo importante. Em 2006, a agenda eleitoral foi marcada pela centralidade do tema da corrupção, na esteira da chamada “Crise do Mensalão”, iniciada em 2004. Essa orientação para o comportamento eleitoral provavelmente foi replicada pelo eleitorado de matiz oposicionista nas eleições 2010. Neste pleito, os estratos sociais que em 2006 votaram contra o governo, punindo-o pelas denúncias de corrupção, voltaram a assumir um comportamento oposicionista rejeitando a figura pública da candidata governista: mulher, ex-guerrilheira, técnica sem carisma, identificada com a defesa de uma agenda moral mais progressista²⁴⁷. (RIBEIRO E OLIVEIRA, 2012)

²⁴⁶ Dentre os candidatos já citados que disputaram a eleição presidencial em 2010, destacam-se Marina Silva (PV) obtendo 19.636.359 votos (19,33%) e Plínio de Arruda Sampaio (PSOL) obtendo 886.816 votos (0,87%). (www.tse.jus.br.)

²⁴⁷ Nesta eleição, esse fenômeno se aprofundou no segundo turno com a série de ataques à candidata Dilma Rousseff, pela via de toda uma sorte de boatos, fato que obrigou o PT a criar um site com o intuito de rebatê-los. Contudo, nas classes populares, é possível que o motivo religioso e os valores morais conservadores tenham sido

2.5.1 – A eleição presidencial de 2014 no Rio Grande do Norte

Na tabela 8, o resultado final na eleição presidencial²⁴⁸ no Rio Grande do Norte em 2014 reflete a votação expressiva que a candidata do PT obteve na região Nordeste²⁴⁹. Esse resultado no Rio Grande do Norte recuperou a diminuição de votos ocorrida em 2010, com uma votação próxima de 70% no segundo turno²⁵⁰. Também na tabela 8, no segundo turno²⁵¹, como foi afirmado, esse partido vem perdendo votos desde 2002 em nível nacional, e o PSDB, ao contrário, diminui a diferença.

Na tabela 9, repara-se que em Natal, no segundo turno, o PT volta a vencer a eleição, depois da derrota de 2010, como ocorreu em outras capitais nordestinas²⁵². Esse resultado demonstra um contraponto à eleição ocorrida em 2010 em que houve uma forte tendência eleitoral em direção ao voto oposicionista. Mas, deve-se ressaltar que na tabela 12, o resultado da eleição em Natal por região da cidade, no segundo turno, demarca de maneira precisa as regiões pertencentes aos bairros das classes populares (Norte e Oeste)²⁵³ e o voto na candidata do PT concentrando frações do núcleo da nova classe trabalhadora em funções de execução e portanto mais próximas das classes populares. Nas regiões Sul e Leste, o voto oposicionista é mais presente refletindo a concentração de trabalhadores da classe média e das frações do núcleo da nova classe trabalhadora em funções de comando e portanto mais distante das classes populares.

Na cidade de Mossoró, o PT amplia sua margem de votos em relação a 2010 e retoma a diferença percentual da votação de 2002 e 2006 em relação ao PSDB. Em Caicó, o PT continua com a diferença percentual acima de 70% desde 2002, vencendo aquele nas três eleições, com uma diferença significativa. Então, nas cidades de Mossoró e Caicó, há uma

os principais elementos motivadores.

²⁴⁸ O resultado em nível nacional na eleição presidencial (2002-2010) já foi descrito na introdução.

²⁴⁹ No segundo turno, Dilma Rousseff (PT) obteve 71,69% dos votos válidos na região Nordeste. Nessa região a candidata do PT venceu em cinco estados com uma votação acima de 70% (Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco e Bahia). Essa votação expressiva no Nordeste foi relevante na vitória do PT no segundo turno, porque além do Nordeste, o partido venceu apenas na região Norte (56,55%) e perdeu em todas as outras regiões: Sul, 41,10%; Sudeste, 43,82%; e Centro Oeste, 42,52%. (www.tse.jus.com.br)

²⁵⁰ No primeiro turno, os três principais candidatos da disputa obtiveram no Rio Grande do Norte as seguintes porcentagens de votos: Dilma Rousseff (PT), 41,59%; Aécio Neves (PSDB), 19,82%; Marina Silva (PSB), 17,19%. (www.tse.jus.com.br)

²⁵¹ No primeiro turno, os principais candidatos da disputa presidencial obtiveram no país as seguintes porcentagens de votos: Dilma Rousseff (PT), 41,59%; Aécio Neves (PSDB), 33,55%; Marina Silva (PSB), 21,32%; Luciana Genro (PSOL), 1,55% (www.tse.jus.com.br)

²⁵² Em 2014, a candidata Dilma Rousseff venceu a eleição em todas as capitais nordestinas, mas em outras regiões do país os resultados não foram favoráveis: na região Sudeste, a candidata do PT perdeu em todas as capitais (exceto o Rio de Janeiro); na Região Sul e Centro Oeste perdeu em todas as capitais; e na Região Norte ganhou apenas em Manaus e Macapá.

²⁵³ As regiões Norte e Oeste do município de Natal possuem um rendimento nominal médio mensal de até 5 salários mínimos. Nas regiões Sul e Leste o rendimento nominal médio mensal ultrapassa 4 salários mínimos.

continuidade da forte tendência eleitoral no voto situacionista ocorrido desde 2006 (concentrando frações do núcleo da nova classe trabalhadora em funções de execução e portanto mais próximas das classes populares). Além disso, deve-se ressaltar que os recursos oriundos do programa Bolsa Família (quadro 7) e o aumento real do salário mínimo nos últimos doze anos movimentam significativamente a economia desses municípios colaborando com a tendência eleitoral no voto situacionista.

Tabela 8 – Resultado eleitoral – Segundo turno da eleição presidencial de 2014 – Rio Grande do Norte e Brasil.

Unidade da federação e país	PT (votos)	% (votos válidos)	PSDB (votos)	% (votos válidos)
Rio Grande do Norte	1.201.576	69,96	516.011	30,04
Brasil	54.501.118	51,64	51.041.155	48,36

Fonte: TSE.

Tabela 9 – Resultado eleitoral – Segundo turno da eleição presidencial de 2014 – Natal, Mossoró e Caicó.

Município	PT (votos)	% (votos válidos)	PSDB (votos)	% (votos válidos)
Natal	222.585	58,08	160.678	41,92
Mossoró	86.311	68,96	38.858	31,04
Caicó	23.701	71,70	9.355	28,30

Fonte: TSE

Também é possível verificar nas tabelas abaixo, que o eleitor do PT no Rio Grande do Norte, na eleição presidencial de 2014, pertence a estratos sociais com renda e escolaridade baixas, aproximando-se das classes populares já mencionadas nos capítulos anteriores. Na tabela 10²⁵⁴, vê-se que a candidata Dilma Rousseff possuía inserção eleitoral significativa nas

(Em: <<http://www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/ctd-106.html>> Acesso em 23 de fevereiro de 2015).

²⁵⁴ Na última semana da campanha eleitoral no primeiro turno, Aécio Neves (PSDB) ultrapassou a candidata Marina Silva (PSB) tanto no quadro nacional, como no Rio Grande do Norte, e já foi mencionado anteriormente.

classes populares (renda e escolaridade baixas). Ainda, percebe-se que a candidata Marina Silva (PSB) possui inserção eleitoral significativa entre os eleitores evangélicos (a candidata possui 22% dos votos totais e 35% dos votos dos eleitores evangélicos). Enquanto isso, Aécio Neves (PSDB) possui intenção de voto significativa entre os eleitores de renda e escolaridade altas. Na tabela 11, o aumento da renda e da escolaridade significa a diminuição positiva da avaliação de governo e a intenção de voto em Dilma Rousseff.

Tabela 10 – Intenção de voto dos estratos sociais no Rio Grande do Norte – renda, religião e escolaridade – primeiro turno - 2014.

Pesquisa IBOPE ²⁵⁵	Renda ²⁵⁶			Religião ²⁵⁷	Escolaridade			
	Até 1 sal.	De 1 a 2 sal.	Mais de 2 sal.		Evangél.	Fund ²⁵⁸	Fund ²⁵⁹	Médio
Dilma Rousseff (PT) 51%	60%	56%	41%	31%	39%	58%	49%	39%
Marina Silva (PSB) 22%	16%	19%	29%	35%	28%	19%	26%	28%
Aécio Neves (PSDB) 9%	4%	6%	15%	11%	14%	6%	10%	14%
Nulo/Branco/ Não respondeu 16%	18%	18%	13%	20%	14%	16%	14%	14%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Instituto IBOPE.

²⁵⁵ Pesquisa do Instituto IBOPE divulgada no dia 30 de setembro de 2014. (www.ibope.com.br)

²⁵⁶ Nas pesquisas do Instituto IBOPE no Rio Grande do Norte, a variável renda é dividida em apenas três estratos: até 1 salário mínimo; de mais de 1 a 2 salários mínimos; e mais de 2 salários mínimos.

²⁵⁷ A intenção de voto dos eleitores católicos e de outras religiões de Dilma Rousseff no Rio Grande do Norte era respectivamente (55%) e (50%). Por isso foi evidenciada a intenção de voto dos eleitores evangélicos que garantiam a vitória de Marina Silva nesse segmento.

²⁵⁸ Nesse caso é considerado o ensino fundamental até a quarta série.

²⁵⁹ Nesse caso é considerado o ensino fundamental da quarta a nona séries.

Tabela 11 – Avaliação de governo e voto dos estratos sociais no Rio Grande do Norte – renda e escolaridade – segundo turno - 2014.

Pesquisa IBOPE²⁶⁰		Renda			Escolaridade			
Avaliação de governo e intenção de voto (estimulada)								
2014	Total	Até 1 sal.	De 1 a 2 sal.	Mais de 2 salários	Fund²⁶¹	Fund²⁶²	Médio	Superior
	Ótimo/bom 59%	68%	63%	51%	57%	72%	56%	53%
	Regular 29%	26%	27%	32%	32%	20%	40%	29%
	Ruim/Péssimo 11%	6%	9%	17%	12%	7%	23%	17%
	Dilma Rousseff (PT) 66%	72%	74%	56%	70%	74%	63%	57%
	Aécio Neves (PSDB) 24%	20%	18%	33%	21%	19%	26%	34%
	Nulo/Branco/Não respondeu 10%	8%	9%	10%	9%	7%	12%	9%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Instituto IBOPE.

²⁶⁰ Pesquisa do Instituto IBOPE divulgada no dia 25 de outubro de 2014. Avaliação do governo Dilma e intenção de voto na eleição presidencial no Rio Grande do Norte. (www.ibope.com.br).

²⁶¹ Nesse caso é considerado o ensino fundamental até a quarta série.

²⁶² Nesse caso é considerado o ensino fundamental da quarta a nona séries.

Tabela 12 – Resultado eleitoral – Segundo turno da eleição presidencial de 2014 – Regiões Administrativas de Natal.

Região administrativa	PT (votos)	% (votos válidos)	PSDB (votos)	% (votos válidos)
Norte	79.133	64,76	43.057	35,24
Sul	37.725	51,66	35.298	48,34
Leste	24.203	49,83	24.373	50,18
Oeste	81.524	58,15	57.950	41,85

Fonte: TRE/RN

Ainda na tabela 11, é possível perceber que há uma ligação intrínseca entre o aumento da renda e da escolaridade e a avaliação negativa do governo Dilma e o voto na oposição. Por sua vez, a diminuição da renda e da escolaridade aponta para a maior probabilidade em uma avaliação positiva do governo Dilma e o voto situacionista.

Neste capítulo foi possível perceber que as classes populares se aproximaram do partido em voga, a partir da eleição presidencial de 2006, votando nas candidaturas de Luís Inácio Lula da Silva (2006) e Dilma Rousseff (2010 e 2014). Em um contraponto às classes populares, foi possível perceber que os estratos médios se afastam desse, a partir da eleição presidencial de 2006, votando nas candidaturas oposicionistas. Também foi realizada uma breve revisão da literatura brasileira e internacional sobre comportamento eleitoral, utilizando a perspectiva sociológica (ideologia) e da escolha racional (avaliação de desempenho).

No próximo capítulo será analisado o material empírico da pesquisa contendo a descrição e a análise das entrevistas semiestruturadas, que serão de suma relevância para a elucidação do comportamento eleitoral da nova classe trabalhadora no Rio Grande do Norte na eleição presidencial de 2014.

CAPÍTULO 3 – COMPORTAMENTO ELEITORAL DA NOVA CLASSE TRABALHADORA NO RIO GRANDE DO NORTE

Neste capítulo será investigado o comportamento eleitoral das frações da nova classe trabalhadora na eleição presidencial (2014) no Rio Grande do Norte, mais especificamente nas cidades de Natal, Mossoró e Caicó. Essa investigação tentará descobrir a ideologia, a avaliação de governo e a orientação do voto das frações de chefes, não chefes e os pequenos batalhadores da nova classe trabalhadora.

Este estudo integrará as perspectivas de abordagens sobre comportamento eleitoral para explicar as preferências ideológicas, a avaliação de governo e o voto da nova classe trabalhadora no Rio Grande do Norte. Desse modo, será utilizada uma conexão entre a abordagem sociológica e a avaliação de desempenho para verificar o voto, a ideologia e a avaliação do governo Dilma.

Para sondar o comportamento eleitoral das frações da nova classe trabalhadora no Rio Grande do Norte foram realizadas entrevistas semiestruturadas em profundidade²⁶³, nas duas cidades mais populosas do Rio Grande do Norte, Natal e Mossoró, além de Caicó.

As entrevistas em profundidade²⁶⁴ foram gravadas, transcritas e analisadas qualitativamente. A análise qualitativa consiste em compreender as frases majoritariamente repetidas ou semelhantes das frações de classe sobre a ideologia (presença do Estado na economia, igualdade e preservação da ordem), avaliação de governo (desempenho da economia e avaliação das políticas sociais, compensatórias e redistributivas) e o voto (situação, oposição e nulo/indeciso).

²⁶³ No roteiro das entrevistas semiestruturadas que se encontram no anexo, serão verificadas a auto localização esquerda-direita e os posicionamentos político-ideológicos sobre: igualdade; programas sociais; políticas públicas redistributivas e compensatórias; presença do Estado na economia; repressão; avaliação de governo e voto na situação e oposição.

²⁶⁴ A montagem do roteiro da entrevista em profundidade utilizou a contribuição de Singer (2002), Souza (2012), Pesquisa Datafolha sobre o perfil ideológico dos brasileiros (2013), disponível no site www.datafolha.com.br e Souza e Lamonier (2010).

3.1 – Comportamento eleitoral da nova classe trabalhadora no Rio Grande do Norte (Fração de classe: cargos de chefia)

Como foi descrito no capítulo 1, a nova classe trabalhadora foi dividida em três frações de acordo com a divisão social do trabalho, a propriedade privada dos meios de produção e a dimensão simbólica.

Ela (chefia) se encontra na situação contraditória entre a burguesia e o proletariado (uma parte das classes populares) e possui um controle mínimo (a ordem é reproduzida de cima para baixo) sobre os meios físicos de produção e do trabalho dos subalternos. O cargo de chefia, dessa nova classe trabalhadora, o afasta do trabalho manual e comandado realizado pelas classes populares (inclusive a nova classe trabalhadora de não chefes) e aproxima-o dos gerentes e pequenos proprietários da classe média que possui a função de definir e conceituar o trabalho dos outros.

Na dimensão simbólica, esse fração (chefia) se distanciará das classes populares através do capital cultural determinante²⁶⁵, baseado principalmente na importância da educação superior²⁶⁶, a qual trará reconhecimento profissional e *status* social nas ocupações no setor público e privado. Além disso, a nova classe trabalhadora (chefes) possui um processo de socialização semelhante à classe média que pode ser evidenciado nas relações interpessoais e no seu distanciamento das classes populares. Isso acontece no entrelaçamento do estilo de vida e dos hábitos de consumo²⁶⁷. Esse entrelaçamento acontece a partir do reconhecimento das “predisposições duráveis” através do vestuário, ambiente de trabalho, linguagem e outros traços de distinção social. (ENRENREICH, 1994)

A fração da nova classe trabalhadora (chefes) possui um processo de socialização semelhante à classe média, utilizando o consumo e a educação como traço de distinção social em relação às classes populares.

²⁶⁵ Nas entrevistas individuais em profundidade (perfil em anexo) é possível perceber que a nova classe trabalhadora (chefes) majoritariamente acredita que a ascensão social acontece principalmente através da educação.

²⁶⁶ Nesse caso, os entrevistados (perfil em anexo) possuíam o nível médio ou estavam cursando o nível superior.

²⁶⁷ Nas entrevistas individuais em profundidade (perfil em anexo) é possível perceber que a nova classe trabalhadora (chefes) quando vai consumir respondeu majoritariamente que em sua escolha a marca é importante, diferentemente do grupo de não chefes e dos pequenos batalhadores.

3.1.1 – O voto de oposição da nova classe trabalhadora (chefes)

A nova classe trabalhadora (chefes)²⁶⁸ se aproximou do posicionamento ideológico e político da classe média, resultando na rejeição ao governo Dilma (2011-2014) e sua candidatura.

Sobre a avaliação do governo Dilma na área econômica, os eleitores de oposição da nova classe trabalhadora (chefes)²⁶⁹ criticaram temas relevantes: o aumento do salário mínimo, crescimento econômico, o aumento dos gastos públicos e a alta da inflação. A crítica feita pelos entrevistados ao aumento irrisório do salário mínimo e a corrosão dele por causa da inflação não é verídica nos últimos 10 anos, pois nos governos Lula-Dilma (2003-2013) ocorreu um aumento real desse, (descontada a inflação do período) de 65,3%. Diferentemente do que ocorreu no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) no qual registrou um aumento real, (descontada a inflação do período) de 21,89%²⁷⁰.

Os eleitores de oposição da nova classe trabalhadora (chefes) também criticaram as baixas taxas de crescimento econômico e o aumento dos gastos públicos. Em 2014, o Brasil apresentou um crescimento de 0,1%²⁷¹ (Produto Interno Bruto – PIB), corroborando com os entrevistados. Entre 1998 e 2013, houve um aumento de 4,8% (14% para 18,8%) dos gastos do governo federal²⁷². Esse aumento dos gastos públicos veio acompanhado de um incremento de 6,54% da carga tributária em relação ao PIB entre 1998 e 2013 (de 29,84% em 1998 para 36,40% em 2013)²⁷³. A discordância ao aumento dos gastos públicos reflete a crítica ao aumento dos gastos sociais e a percepção que a classe média e a nova classe trabalhadora (chefes) possui, em relação a ineficiência dos serviços públicos nas esferas federal, estadual e municipal.

Sobre a alta da inflação, a mesma encontrava-se em setembro de 2014 (durante a

²⁶⁸ Apenas um entrevistado da fração da nova classe trabalhadora (chefes) citou Dilma Rousseff em sua intenção de voto no primeiro turno.

²⁶⁹ Majoritariamente os entrevistados das três frações da classe em estudo criticaram as altas taxas de juros. Em setembro de 2014, a taxa de juros (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC) era de 10,9% ao ano. Nesse patamar, em comparação com outros momentos da economia brasileira a taxa de juros estava razoavelmente baixa (janeiro/1999 – 37,34%, janeiro/2003 – 25,36%, setembro/2005 – 19,48% e setembro/2008 – 13,66%) (Em: <http://www.bcb.gov.br/?COPOMJUROS>. Acesso em 09 de setembro de 2015).

²⁷⁰ Os dados e a fonte consultada sobre o aumento real do salário mínimo entre 1995-2013 já foram mencionadas anteriormente, no capítulo 1.

²⁷¹ Fonte: IBGE (www.ibge.gov.br.)

²⁷² O aumento dos gastos públicos nos governos Lula-Dilma está diretamente relacionado ao incremento das despesas com a vinculação do aumento do salário mínimo, aposentadorias públicas e privadas, seguro-desemprego e abono-salarial. (Em: <http://www.raulveloso.com.br/gastos-publicos-subiram-de-14-em-97-para-188-do-pib-em-2013/>. Acesso em 09 de setembro de 2015)

²⁷³ Desde 1995, no início do Plano Real há um aumento linear da carga tributária em relação ao PIB no Brasil: em 1995, 25,19%; em 1998, 29,84%; 2002, 32,64%; e 2013, 36,40%. (Em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/estudotributarios/estatisticas/07CargaTributaria1998.pdf>. Acesso em

eleição) em 4,02%, abaixo do teto da meta de 6,5% (Fonte: IBGE). Mas, não poderia deixar de mencionar que essa fração de classe possui similaridades com a classe média na percepção do aumento da inflação, pois uma parte significativa de suas despesas se concentra no setor de serviços privados (educação, saúde, segurança e outros) que por sua vez, nos últimos anos, permanece em patamar superior ao da variação dos preços livres²⁷⁴:

“O salário mínimo aumentou pouco nos últimos anos”. (Marta Andrade, gerente de loja, Mossoró; voto no primeiro turno Marina e no segundo turno Aécio Neves; avaliação governo do Dilma: regular);

“O aumento do salário mínimo nos últimos anos foi pequeno. Não acompanha a inflação”. (Márcio da Silva, gerente de loja, Mossoró; voto no primeiro turno Aécio Neves e no segundo turno Aécio Neves, avaliação governo do Dilma: ruim);

“Nos últimos anos, o aumento do salário mínimo foi irrisório porque a inflação foi mais alta”. (Tatiany Aline, gerente de banco, Natal; voto no primeiro turno Marina e no segundo turno indeciso; avaliação Governo do Dilma: regular);

“O salário mínimo aumenta e a inflação aumenta junto”. (João Maria, gerente de loja, Caicó; voto no primeiro turno Aécio Neves e no segundo turno Aécio Neves; avaliação Governo do Dilma: ruim);

“A inflação não está controlada”. (Diego Ricei, gerente de lá houve, Natal, voto no primeiro turno Marina e no segundo turno Aécio Neves; Avaliação Governo do Dilma: ruim);

“A inflação não está controlada. Tudo aumenta”. (Márcio da Silva, gerente de loja, Mossoró);

“A inflação não está controlada. Todos os dias os preços aumentam.” (João Maria, gerente de loja, Caicó);

“A inflação não está controlada. A gente vê nos telejornais as análises dos economistas” (Tatiany Aline, gerente de banco, Natal);

“A inflação está estancada. Nem controlada e nem descontrolada” (Luís Albino, chefe de seção dos Correios, Natal, voto no primeiro turno Aécio Neves e no segundo turno Aécio Neves; avaliação Governo do Dilma: regular);

“A inflação não está controlada” (Marta Andrade, gerente de loja, Mossoró);

“Não tem crescimento econômico e não concordo com o aumento dos gastos públicos”. (Marta Andrade, gerente de loja, Mossoró);

“O crescimento está fraco. Não sou a favor ao aumento dos gastos”. (Márcio da Silva, gerente de loja, Mossoró);

“O Brasil não está crescendo. Não sou a favor do aumento de gastos”. (Diego Ricceli, gerente de lan house, Natal);

“O Brasil não cresce. Sou contra o aumento dos gastos públicos”. (Luis Albino, chefe de seção dos Correios, Natal);

“O Brasil não cresce. Não sou a favor do aumento de gastos públicos”. (João Maria, gerente de loja, Caicó).

Ainda sobre a avaliação de desempenho, os entrevistados da nova classe trabalhadora (chefes) criticaram sistematicamente os principais programas sociais, políticas redistributivas e compensatórias empreendidas pelo governo Lula-Dilma (2003-2014). Mas, as críticas se concentravam principalmente no programa Bolsa Família, nas cotas nas universidades federais e o programa Mais Médicos²⁷⁵, pois o pagamento de seus impostos financiaria essas políticas “clientelistas” do governo. Assim, o debate que permeou o meio acadêmico e a grande mídia a partir da eleição presidencial de 2006, vencida pelo candidato à reeleição do PT sobre a relação entre o voto e os programas sociais e replicado pela classe média, também é reproduzido por essa fração de classe. Destarte, as políticas redistributivas e compensatórias dos governos petistas que afastaram a classe média do voto governista, também atingiu em uma ação intencional e consciente os cargos de chefia da nova classe trabalhadora, já que representava uma escolha eleitoral baseada em interesses classistas (WRIGHT, 1985)

As críticas dos eleitores da oposição da nova classe trabalhadora (chefes) sobre o Bolsa Família se concentravam na relação programa social *versus* trabalho. A relação do Programa Bolsa Família e a tendência dos beneficiários em deixar o mercado de trabalho ou trabalhar menos não são comprovadas cientificamente, pois cerca de 350 mil pessoas que receberam o auxílio são microempreendedores individuais (2014). Além disso, segundo o (IBGE, 2010)²⁷⁶, 75,4% dos beneficiários do Bolsa Família possuem vínculo empregatício e mais de 1 milhão e 500 mil pessoas deixaram o programa desde 2003:

“O Bolsa Família é bom para quem não quer trabalhar”. (Márcio da Silva, gerente de loja, Mossoró);

“O Bolsa Família é muito entregar o peixe pronto, deveria ensinar a pescar. Não pode dar dinheiro de mão beijada. É muito errado”. (Diego Ricceli, gerente de lan house, Natal);

IPCA – atingiu 8,20% em 2013 e 8,4% em 2014, portanto acima da inflação do período.

²⁷⁵ Sobre os outros programas sociais, políticas compensatórias e redistributivas (Prouni, Fies, PEC das Empregadas e o Minha Casa Minha Vida) a nova classe trabalhadora (chefes) teceu, em sua maioria, elogios, pois em alguns casos, eram ou conheciam alguém que foi beneficiado.

²⁷⁶ Consulta realizada no site <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>.

“Sou contra o Bolsa Família. As pessoas tem que trabalhar, o governo não pode dar dinheiro pra alguém ficar em casa sem fazer nada”. (João Maria, gerente de loja, Caicó);

“Não concordo com o Bolsa Família. É muito dinheiro fácil, podia ter uma maneira desse pessoal trabalhar. Hoje em dia você procura alguém para trabalhar e não consegue porque tem cinco filhos e recebe o Bolsa Família”. (Marta Andrade, gerente de loja, Mossoró);

“Não concordo e nem discordo do Bolsa Família. Para mim deveria ter uma fiscalização melhor”. (Katiany Aline, gerente de banco, Natal);

“O Bolsa Família não serve para nada. Só para dar dinheiro fácil”. (Luis Albino, chefe de seção dos Correios, Natal).

Sobre o programa Mais Médicos²⁷⁷, a crítica, replicando as associações da classe médica brasileira²⁷⁸, era direcionada a contratação de médicos estrangeiros em detrimento da quantidade e qualidade dos médicos brasileiros. Em contraposição ao número suficiente de médicos no Brasil exposto pela classe médica, a Organização Mundial da Saúde em 2013²⁷⁹ afirma que a quantidade de médicos no Brasil é inferior a 17,6 médicos por 10 mil pessoas. Assim, a taxa é um pouco inferior à média do restante dos países emergentes - 17,8 - e em comparação com os países europeus, a disparidade é significativa, pois existem duas vezes mais médicos na Áustria, 48 para cada 10 mil pessoas, Bélgica, (37), na Dinamarca, (34) e na França, (33). Ademais, a disparidade também é significativa entre as regiões brasileiras. No Sudeste, a taxa é de 26 médicos por 10 mil habitantes, superior aos Estados Unidos (24), Canadá (20) e Japão (21). Na região Norte, a taxa é de 10 médicos para cada 10 mil pessoas e na região Nordeste, a taxa é de 12 médicos para cada 10 mil pessoas.

Sobre as cotas nas universidades públicas, é possível perceber que a nova classe trabalhadora (chefes) transitou entre aqueles que concordam e as críticas que se aproximam do posicionamento da classe média, pois essa política compensatória é a negação de seus valores de ascensão social fundamentados a partir do mérito. Nesse sentido, as cotas, para essa fração de classe, seria um atalho desigual para o ingresso nas universidades públicas:

²⁷⁷ O programa Mais Médicos tem como objetivo levar médicos para áreas com escassez de profissionais. Além disso, visa a criação de novos cursos de graduação em medicina em cidades do interior do país, acompanhadas da ampliação obrigatória de vagas em residências médicas voltadas para a capacitação em especializações voltadas para a atenção básica.

²⁷⁸ Com a criação do programa Mais Médicos em 2013, algumas entidades da classe médica criticaram a contratação de médicos estrangeiros, principalmente cubanos. Dentre as várias associações que criticaram o programa, pode-se destacar a Associação Brasileira Médica (na eleição presidencial declarou apoio a Aécio Neves) e a Federação Nacional dos Médicos cujo presidente, Geraldo Ferreira, é filado ao PPS, partido que integra o bloco de oposição ao Governos Dilma.

²⁷⁹ Reportagem publicada no jornal Estado de São Paulo sobre o relatório divulgado em agosto de 2013 pela Organização Mundial de Saúde. (Em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,oms-alerta-para-disparidade-de-medicos-no-pais,1033663>> Acesso em: 25 de fevereiro de 2015)

“Sou contra o Mais Médicos porque existe médicos no Brasil. Tenho um familiar que é médico que disse ter saído de hospitais públicos porque não tem condições de trabalhar”. (Katiany Aline, gerente de banco, Natal);

“Não precisava do programa Mais Médicos, e sim formar médicos no Brasil. Também não sou a favor das cotas. Cadê a igualdade de condições?”. (Luis Albino, chefe de seção dos Correios, Natal);

“Também sou contra o Mais Médicos porque o governo deve contratar médicos brasileiros e não estrangeiros”. (João Maria, gerente de loja, Caicó);

“Sou contra o Mais Médicos porque tem muito médico aqui e traz médicos de fora”. (Diego Ricelli, gerente de lan house, Natal);

“O Mais Médicos é outra furada, podia investir nos médicos daqui. Também sou contra as cotas nas universidades”. (Marta Andrade, gerente de loja, Mossoró);

“Sou contra o Mais Médicos porque tem médico no Brasil, praquê trazer de fora? E também sou contra as cotas nas universidades porque as chances devem ser iguais”. (Márcio da Silva, gerente de loja, Mossoró);

“Não sou a favor das cotas. Todo mundo é igual”. (Diego Ricelli, gerente de lan house, Natal).

Para delimitar os entrevistados da nova classe trabalhadora na escala esquerda-direita será utilizado o voto ideológico²⁸⁰ sobre igualdade, presença do Estado na economia e preservação da ordem. O voto ideológico acontece quando o indivíduo é conduzido por uma intuição ideológica no período eleitoral a se posicionar em favor de um partido ou candidato que se aproxime de sua visão de mundo, mesmo possuindo um conhecimento abstrato da escala esquerda-direita. (SINGER, 2002)

A igualdade entre as pessoas é o critério mais utilizado para demarcar a escala esquerda-direita. A esquerda defende a democracia social que não é construída apenas com o direito à liberdade (democracia liberal), mas também com os direitos sociais (educação, saúde e segurança). Assim, os eleitores inclinados à esquerda defendem que as desigualdades sociais e naturais podem ser corrigidas através do auxílio do Estado. Os eleitores inclinados à direita defendem que as desigualdades sociais são naturais e não devem ser corrigidas pelo Estado, e sim, pelo mercado, através do esforço individual. (BOBBIO, 1995)

Os eleitores da oposição da nova classe trabalhadora (chefes) expuseram,

²⁸⁰ Nas entrevistas em profundidade, a maioria da nova classe trabalhadora não soube se posicionar na escala esquerda-direita. Mas mesmo assim, guiados pela intuição ideológica seu conjunto de opiniões e visão de mundo tende a se aproximar aos candidatos e partidos que concorrem nas eleições com opiniões e visão de mundo semelhante. (SINGER, 20012)

majoritariamente, a associação entre “preguiça” e “pobreza” quando perguntados em relação à igualdade. A associação entre “preguiça” e “pobreza” confirma a forte presença do “capital cultural” baseado na educação como melhor caminho para a ascensão social e o mérito como forma de premiar o esforço individual.

Então, os eleitores da oposição, estavam mais inclinados à direita, replicando o posicionamento ideológico da classe média, pois não defendem a redistribuição de renda através da maior taxa de impostos para os mais ricos e que as principais políticas públicas sejam voltadas para todos, ricos e pobres. Nesse caso, a nova classe trabalhadora (chefes) se aproximará da ideologia pequena burguesa (classe média), através do individualismo (o pequeno burguês aspira à mobilidade para cima e teme a proletarização) (POULANTZAS, 1975). Da mesma maneira, esses defendem a limitação ou diminuição de gastos sociais e afirmam que a pobreza está ligada a preguiça (frase repetida com muita intensidade). Essa associação (pobreza e preguiça) remonta à década de 1960, nos Estados Unidos, quando o Partido Democrata implantou políticas sociais e previdenciárias voltadas para os mais pobres. Essas políticas enfrentavam críticas da oposição republicana, da grande mídia e da classe média que afirmavam que esses programas sociais e previdenciários eram permissivos e reproduziam a pobreza (ENRENREICH, 1994):

“Todo mundo deve pagar imposto de maneira igual”. (João Maria, gerente de loja, Caicó; voto no primeiro turno Aécio Neves e no segundo turno Aécio Neves; posicionamento ideológico: direita²⁸¹);

“Os ricos não deveriam pagar mais impostos. Todo mundo é igual.”. (Marta Andrade, gerente de loja, Mossoró; voto no primeiro turno Marina e no segundo turno Aécio Neves; posicionamento ideológico: direita);

“Os ricos não devem pagar impostos mais altos”. (Katiany Aline, gerente de banco, Natal; voto no primeiro turno Marina e no segundo turno indecisa; posicionamento ideológico: direita);

“Redistribuição de riqueza é socialismo. Sou contra, por isso, os ricos devem pagar os mesmos impostos que os pobres”. (Diego Ricelli, gerente de lan house, Natal; voto no primeiro turno Marina e no segundo turno Aécio Neves; posicionamento ideológico: direita);

“Todos devem pagar impostos iguais: ricos e pobres”. (Márcio da Silva, gerente de loja, Mossoró; voto no primeiro turno Aécio Neves e no segundo turno Aécio Neves; posicionamento ideológico: direita);

²⁸¹ O posicionamento ideológico dos entrevistados foi demarcado a partir da conexão das respostas sobre igualdade, presença do Estado na economia e preservação da ordem.

“As políticas públicas devem ser para todos”. (Márcio da Silva, gerente de loja, Mossoró; voto no primeiro turno Aécio Neves e no segundo turno Aécio Neves; posicionamento ideológico: direita);

“As políticas públicas devem ser igual para todos”. (João Maria, gerente de loja, Caicó; voto no primeiro turno Aécio Neves e no segundo turno Aécio Neves; posicionamento ideológico: direita);

“As políticas públicas devem ser voltadas para todo mundo”. (Marta Andrade, gerente de loja, Mossoró; voto no primeiro turno Marina e no segundo turno Aécio Neves);

“As políticas públicas devem ser voltadas para todos”. (Katiany Aline, gerente de banco, Natal; voto no primeiro turno: Marina e no segundo turno: indecisa; posicionamento ideológico: direita);

“O governo deve diminuir os gastos sociais. É muito dinheiro para esses programas tipo Bolsa Família”. (João Maria, gerente de loja, Mossoró; voto no primeiro turno Aécio Neves e no segundo turno Aécio Neves; posicionamento ideológico: direita);

“A pobreza e a preguiça andam juntas”. (João Maria, gerente de loja, Caicó);

“Desde que o PT entrou no governo, os trabalhadores só tem direitos e não têm deveres, eu noto isso desde que sou gerente. Por isso, acho que deve diminuir todos esses gastos sociais”. (Katiany Aline, gerente de banco, Natal);

“O governo deve limitar esses gastos sociais e da previdência. As pessoas são preguiçosas, não querem trabalhar”. (Luis Albino, chefe de seção dos Correios, Natal; voto no primeiro turno Aécio Neves e no segundo turno Aécio Neves; posicionamento ideológico: direita);

“O governo deve diminuir todos esses gastos sociais e da previdência. As pessoas tem que trabalhar. Por isso tem muito pobre que é preguiçoso”. (Márcio da Silva, gerente de loja, Mossoró);

“O governo deve diminuir os gastos sociais e da previdência. O governo deve arrumar trabalho para esse pessoal. Preguiça leva à pobreza”. (Marta Andrade, gerente de loja, Mossoró).

A delimitação na escala ideológica esquerda-direita também é verificada na aceitação dos entrevistados em relação à presença do Estado na economia. Nesse caso, a nova classe trabalhadora (chefes) também se aproximou da pequena burguesia (classe média) que “se opõe ao governo grande e aos grandes orçamentos estatais”. (WRIGHT, 1979, p.55) Aliás, esse eleitor replicará o posicionamento da classe média em relação à incompetência e a corrupção do Estado na administração dos impostos, serviços e nas empresas públicas:

“Menos impostos melhorariam os serviços públicos, mas o principal problema é que o dinheiro é mal empregado”. (Katiany Aline, gerente de banco, Natal);

“Eu acho que se o governo dirigisse apenas saúde, educação e segurança e passasse o resto para as empresas privadas os serviços melhorariam. Por isso eu concordo com as privatizações porque a empresa privada tem mais zelo com as coisas”. (Katiany Aline, gerente de banco, Natal);

“Aumento de impostos não melhora o serviço, e sim aumenta a corrupção”. (Luis Albino, chefe de seção dos Correios, Natal);

“Tudo deveria ser privado, pois melhoraria todos os serviços”. (Luis Albino, chefe de seção dos Correios, Natal);

“Diminuindo os impostos e a corrupção, sobraria dinheiro para a saúde e educação”. (João Maria, gerente de loja, Caicó);

“O governo é corrupto e incompetente, por isso deve ser tudo privado”. (João Maria, gerente de loja, Caicó);

“Menos impostos não melhorariam os serviços de educação e saúde. O problema é que a corrupção é grande e impede a melhora dos serviços”. (Diego Ricelli, gerente de lan house, Natal);

“O governo deve diminuir os impostos, é muito imposto”. (Marta Andrade, gerente de loja, Mossoró);

“O governo deve ser responsável apenas pela segurança, saúde e educação”. (Marta Andrade, gerente de loja, Mossoró);

“Sou contra todo aumento de imposto”. (Márcio da Silva, gerente de loja, Mossoró);

“Sou a favor das privatizações porque o governo é incompetente e corrupto. O governo deve apenas gerenciar saúde, educação e segurança”. (Márcio da Silva, gerente de loja, Mossoró).

Em relação à preservação da ordem, os entrevistados se aproximam das classes populares na defesa da manutenção da ordem e resistência às greves e manifestações²⁸². A manutenção da ordem reflete no fio militarista que tece a história brasileira. Os lemas “ordem e progresso” e “segurança e desenvolvimento” expressam a ideologia das classes dominantes que utilizaram o poder de coerção do Estado para tomar e se manter no poder: a proclamação da república (1889), o Estado Novo (1937-1945) e o golpe militar de 1964. (IANNI, 2004). Ainda sobre a manutenção da ordem, deve-se ressaltar que setores da classe média foram protagonistas na condução do golpe militar de 1964 e ainda replicam a ideologia das classes dominantes baseada na “segurança e desenvolvimento”. Nesse sentido, esse tipo de valor abrange a maioria da sociedade brasileira, configurando uma tendência autoritária da nossa cultura política:

²⁸² Os entrevistados da nova classe trabalhadora (chefes) afirmavam que o uso da polícia e/ou militares devia ser utilizado principalmente em manifestações violentas.

“A polícia e os militares devem estar presentes em manifestações e greves só para vigiar”. (Márcio da Silva, gerente de loja, Mossoró);

“A polícia deve ser utilizada contra os vândalos em manifestações”. (Diego Ricelli, gerente de lan house, Natal);

“Sou a favor do uso da polícia e dos militares em manifestações e greves. Mesmo sendo pacíficas”. (Marta Andrade, gerente de loja, Mossoró);

“Sou a favor das manifestações pacíficas, quando não é pacífica usa-se a polícia”. (Katiany Aline, gerente de banco, Natal);

“Sou a favor da polícia e dos militares para acabar com o vandalismo nas manifestações”. (Luis Albino, chefe de seção dos Correios, Natal);

“Sou a favor do uso da polícia em manifestações de rua, mesmo pacíficas”. (João Maria, gerente de loja, Caicó).

A corrupção no aparato estatal faz parte da história da política brasileira. O superdimensionamento de denúncias sistemáticas contra a corrupção nos governos nacional-desenvolvimentistas pela grande mídia e reproduzida pela classe média desembocou no suicídio de Getúlio Vargas (1954) e no desgaste do governo João Goulart (1961-1964) que resultou no golpe militar em 1964. Na última década, o “Mensalão” no governo Lula e as denúncias de corrupção na Petrobras no governo Dilma foram relevantes na rejeição da classe média ao Partido dos Trabalhadores. Com isso, a relação direta entre a corrupção e a política, é reproduzida por esses eleitores, novamente, se aproximando do posicionamento da classe média. Nesse caso, o mercado (empresas) seria um lugar distante da corrupção. Além disso, para os eleitores da oposição da nova classe trabalhadora (chefes) essa relação entre a corrupção e os políticos destrói a política que se torna “ruim” e “suja”:

“A corrupção é muito maior entre os políticos. Por isso, não gosto de política, porque é suja e tem muitos corruptos”. (João Maria, gerente de loja, Caicó);

“A corrupção é maior entre os políticos. A política é ruim, os políticos se preocupam com os interesses deles”. (Katiany Aline, gerente de banco, Natal);

“A corrupção existe entre os políticos e nas empresas. Mas mesmo assim, a política é ruim”. (Diego Ricelli, gerente de lan house, Natal);

“Existe mais corrupção na política. Mas também existe corrupção nas empresas”. (Marta Andrade, gerente de loja, Mossoró);

“A corrupção está mais presente entre os políticos. A política é suja”. (Márcio da Silva, gerente de loja, Mossoró).

3.1.2 – O voto indeciso e nulo da nova classe trabalhadora (chefes)

Os eleitores indecisos e que declararam o voto nulo da nova classe trabalhadora (chefes) também se aproximaram do posicionamento ideológico e político da classe média, resultando na rejeição ao governo Dilma (2011-2014) e sua candidatura. Destarte, as críticas em relação ao aumento irrisório do salário mínimo e a alta da inflação também são replicadas por esse eleitor²⁸³. É preciso ressaltar que os governos petistas (Lula-Dilma) continuaram com o sistema de metas para controlar a inflação, que historicamente é uma prioridade dos governos de direita²⁸⁴ (CASTAÑEDA, 1994):

“O aumento do salário mínimo nos últimos anos foi regular”. (Lázaro José, gerente de loja, Mossoró; voto no primeiro turno indeciso e no segundo turno indeciso; avaliação do governo Dilma - Regular);

“O aumento do salário mínimo não é satisfatório, por causa do índice da inflação”. (Francisco das Chagas, gerente de loja, Caicó; voto no primeiro turno Indeciso e no segundo turno Indeciso; avaliação do governo Dilma - Regular);

“O aumento do salário mínimo foi muito baixo”. (Gustavo Alves, chefe na Ambev, Natal; voto no primeiro turno Indeciso e no segundo turno Indeciso; Avaliação do governo Dilma - Regular);

“O aumento do salário mínimo nos últimos anos foi irrisório”. (José Severiano, supervisor de segurança, Natal; voto no primeiro turno Indeciso e no segundo turno: Indeciso; avaliação do governo Dilma - Regular);

“A inflação não está controlada. De jeito nenhum”. (Lázaro José, gerente de loja, Mossoró);

“A inflação nem está controlada, nem descontrolada, mais ou menos”. (João Ribeiro, sargento da Marinha, Natal; voto no primeiro turno Indeciso e no segundo turno Indeciso; avaliação do governo Dilma- Bom);

“A inflação não está controlada”. (José Severiano, supervisor de segurança, Natal; voto no primeiro turno Indeciso e no segundo turno Indeciso; avaliação do governo Dilma - Regular);

“A inflação não está controlada. De jeito nenhum”. (Lázaro José, gerente de loja, Mossoró);

“A inflação não está controlada. O governo diz um índice e a população está sentido outro” (Francisco das Chagas, gerente de loja, Caicó);

“A inflação não está controlada” (Angélica Oliveira, gerente de panificadora, Natal; voto no primeiro turno nenhum e no segundo turno nenhum; avaliação do governo Dilma - Bom).

²⁸³ Sobre crescimento econômico e aumento dos gastos públicos, os eleitores com voto nulo e indeciso da nova classe trabalhadora (chefes) transitaram entre: houve e não crescimento econômico e a favor e contra o aumento dos gastos públicos.

²⁸⁴ Historicamente, os governos de esquerda priorizam o aumento do emprego e os gastos sociais. Os governos

Ainda sobre a avaliação de desempenho, os eleitores indecisos e com voto nulo da nova classe trabalhadora (chefes) também criticaram, principalmente, os programas Bolsa Família e Mais Médicos empreendidas pelo governo Lula-Dilma (2003-2014). Desta forma, essas políticas redistributivas e compensatórias trazem para a discussão a desqualificação de Lula e Dilma, visto que as candidaturas do PT à presidência, desde 2006, teriam conseguido conquistar o eleitorado mais humilde e “desinformado”, por meio da compra compulsória de seus votos com programas “assistencialistas” e que estimulam a “preguiça”:

“Discordo do Bolsa Família porque tem que botar esse pessoal para trabalhar e não dar de mão beijada. Isso é compra de votos”. (Lázaro José, gerente de loja, Mossoró);

“Eu discordo do Bolsa Família porque ajuda o vagabundo”. (João Ribeiro, sargento da Marinha, Natal);

“Não concordo com o Bolsa Família porque as pessoas se aproveitam para não trabalhar”. (Débora Cristiane, Chefe de seção/Clínica, Mossoró; primeiro turno nenhum, segundo turno nenhum; avaliação do governo - Bom);

“Eu concordo em parte do Bolsa Família. Tem muita gente que recebe e não precisa”. (Angélica Oliveira, gerente de panificadora, Natal; primeiro turno nenhum, segundo turno nenhum; avaliação do governo - Bom);

“Sou contra o Bolsa Família e as cotas nas universidades. É muita facilidade”. (Gustavo Alves, chefe na Ambev, Natal);

“Discordo do Mais Médicos porque era para dar qualidade para os médicos daqui e não trazer médicos de fora”. (Lázaro José, gerente de loja, Mossoró);

“Discordo do programa Mais Médicos porque tem médico brasileiro que podia trabalhar”. (João Ribeiro, sargento da Marinha, Natal);

“Há necessidade de médicos, mas podia contratar médicos do Brasil”. (José Severiano, supervisor de segurança, Natal).

Sobre a igualdade, os eleitores indecisos e com voto nulo da nova classe trabalhadora (chefes), estavam mais inclinados à direita (com menos intensidade em relação ao voto oposicionista). Nesse caso, esse posicionamento perpassa pela defesa da meritocracia e a crítica ao pagamento de seus impostos no financiamento de políticas redistributivas. Sob essa premissa, as políticas redistributivas e compensatórias dos governos petistas tem como objetivo empreender reformas sociais e uma tentativa de igualitarismo presente na esquerda. Essas políticas públicas voltadas para as classes populares expõem os interesses classistas e

ideológicos (interação entre a avaliação de desempenho e a ideologia) da nova classe trabalhadora (chefes) que não foram beneficiados majoritariamente pelos programas governamentais. Nesse sentido, nessa fração de classe, há uma rejeição ao igualitarismo através das ações do Estado, a exaltação a meritocracia (recusa a igualdade) e uma forte presença do capital cultural baseada na ascensão social através da educação:

“Os ricos devem pagar impostos igual aos pobres”. (Angélica Oliveira, gerente de panificadora, Natal; voto no primeiro turno nenhum e no segundo turno nenhum; posicionamento ideológico: direita);

“Os ricos não devem pagar impostos mais altos. Nem os pobres que já pagam mais impostos”. (Francisco das Chagas, gerente de loja, Caicó; voto no primeiro turno indeciso e no segundo turno indeciso; posicionamento ideológico: centro);

“As políticas públicas devem ser para todo mundo”. (Angélica Oliveira, gerente de panificadora, Natal);

“Todos devem pagar impostos iguais. Já tem muito imposto”. (José Severiano, supervisor de segurança, Natal; voto no primeiro turno indeciso e no segundo turno indeciso; posicionamento ideológico: centro);

“As políticas públicas devem ser para todos: pobres e empresários”. (José Severiano, supervisor de segurança, Natal);

“Políticas públicas para todos”. (Gustavo Alves, Chefe na Ambev, Natal; voto no primeiro turno indeciso e no segundo turno indeciso, posicionamento ideológico: centro);

“As políticas públicas devem ser para todos”. (João Ribeiro, sargento da Marinha, Natal; voto no primeiro turno indeciso e no segundo turno: indeciso; posicionamento ideológico: direita);

“As políticas públicas devem ser voltadas para todos”. (Débora Cristiane, Chefe de seção/Clínica, Mossoró; voto no primeiro turno nenhum e no segundo turno nenhum; posicionamento ideológico: centro);

“O governo deve diminuir os gastos sociais e da previdência.” (Angélica Oliveira, gerente de panificadora, Natal);

“A pobreza está ligada à preguiça. Muita gente não quer trabalhar”. (Angélica Oliveira, gerente de panificadora, Natal);

“O governo deve diminuir os gastos socais e da previdência. E a pobreza está ligada a preguiça”. (Lázaro José, gerente de loja, Mossoró; voto no primeiro turno indeciso e no segundo turno indeciso; posicionamento ideológico: direita);

“O governo deve limitar os gastos sociais. Estimula a preguiça e ajuda o pobre a continuar pobre”. (Débora Cristiane, Chefe de seção/Clínica, Mossoró);

“O governo deve limitar os gastos sociais e da previdência”. (João Ribeiro, sargento da Marinha, Natal);

“A pobreza está ligada à preguiça”. (João Ribeiro, sargento da Marinha, Natal).

Os eleitores indecisos e com voto nulo também compartilharam (menor intensidade) o posicionamento da classe média em relação à incompetência e a corrupção do Estado na administração dos impostos, serviços e empresas públicas:

“Diminuindo os impostos melhorariam os serviços de saúde e educação. Os impostos são altos e a gente não vê retorno”. (Lázaro José, gerente de loja, Mossoró);

“Sou a favor das privatizações porque quando é particular anda e o governo fica parado. O governo deveria dirigir apenas saúde, educação e segurança, o resto deveria ser privado”. (Lázaro José, gerente de loja, Mossoró);

“Menos impostos melhorariam os serviços de saúde e educação. Tem muito imposto”. (João Ribeiro, sargento da Marinha, Natal);

“Privatizando as coisas melhoram. Para mim, tudo deveria ser privado, inclusive saúde, educação e segurança”. (João Ribeiro, sargento da Marinha, Natal);

“Diminuindo os impostos, os serviços públicos melhorariam”. (Francisco das Chagas, gerente de loja, Caicó);

“Sou a favor das privatizações. O governo deve ficar apenas com os serviços básicos”. (Gustavo Alves, Chefe na Ambev, Natal);

“Aumentando os impostos não melhoraria os serviços de saúde, educação e segurança porque iam roubar mais”. (Angélica Oliveira, gerente de panificadora, Natal);

“O governo deveria passar para a iniciativa privada quase tudo, exceto saúde, segurança e educação”. (Angélica Oliveira, gerente de panificadora, Natal).

Em relação à preservação da ordem, os eleitores indecisos e com voto nulo replicaram à defesa da manutenção da ordem e resistência às greves e manifestações da maioria da sociedade brasileira, configurando uma tendência autoritária da nossa cultura política:

“Sou a favor do uso da polícia contra baderna em manifestações e greves”. (Lázaro José, gerente de loja, Mossoró);

“Sou a favor da polícia e das forças armadas em manifestações e greves”. (João Ribeiro, sargento da Marinha, Natal);

“A polícia está lá para garantir a ordem, sem excessos”. (José Severiano, supervisor de segurança, Natal);

“Eu defendo que a polícia deva organizar as manifestações”. (Débora Cristiane, Chefe de seção/Clínica, Mossoró);

“Não sou a favor do uso da polícia para intervir em manifestações, exceto quando há brigas e confusão. Por isso, os militares também devem participar nesses casos”. (Angélica Oliveira, gerente de panificadora, Natal),

“A polícia deve organizar as manifestações e greves”. (Gustavo Alves, Chefe na Ambev, Natal);

“A polícia deve estar presente em manifestações pacíficas”. (Francisco das Chagas, gerente de loja, Caicó).

A relação entre a corrupção e a política, também é reproduzida pelos eleitores indecisos e com voto nulo da nova classe trabalhadora (chefes). Assim, como os eleitores da oposição, o mercado (empresas) seria um lugar distante da corrupção. Além disso, essa relação entre a corrupção e os políticos destrói a política que se torna “ruim” e “suja”:

“A corrupção existe muito mais na política”. (Lázaro José, gerente de loja, Mossoró);

“A corrupção é mais presente entre os políticos. Veja o exemplo da Petrobras. Os políticos são ruins” (Francisco das Chagas, gerente de loja, Caicó);

“A corrupção é maior entre os políticos. A política é péssima”. (João Ribeiro, sargento da Marinha, Natal);

“A corrupção é mais presente entre os políticos”. (José Severiano, supervisor de segurança, Natal);

“A corrupção existe mais na política. Muito cargo público, a política é ruim e não resolve nada”. (Gustavo Alves, Chefe na Ambev, Natal);

“Os políticos são mais corruptos.” (Débora Cristiane, Chefe de seção/Clínica, Mossoró);

“A corrupção é muito maior entre os políticos. Mas, a política não é ruim, o problema é que a população vende o voto. Por isso, não tenho candidato; nenhum me convence”. (Angélica Oliveira, gerente de panificadora, Natal).

A nova classe trabalhadora (chefes) reproduziu o posicionamento ideológico e político da classe média, resultando na rejeição aos governos petistas (2003-2014) e suas políticas compensatórias e redistributivas. Da mesma forma que reproduziu o discurso da grande mídia e da classe média sobre a corrupção e a ineficiência do Estado em administrar os impostos e os serviços públicos²⁸⁵.

²⁸⁵ Como já foi mencionado anteriormente, é possível perceber nas entrevistas individuais em profundidade (ver 127

Tanto os eleitores da oposição, como os eleitores indecisos e que declararam o voto nulo possuem opiniões acerca da política conforme suas características sociais e econômicas, gerando clivagens sociais que se expressam através dos partidos de oposição aos governos petistas ou pelos setores com os quais esse eleitorado se identifica.

Concordando com a abordagem sociológica, a nova classe trabalhadora (chefes) tem uma inclinação em decidir de acordo com o grupo social em que está inserido. Então, nesse caso, seu distanciamento do trabalho manual e comandado realizado pelas classes populares aproxima-o dos gerentes e pequenos proprietários da classe média que possui a função de definir e conceituar o trabalho dos outros. Além disso, o capital cultural determinante baseado principalmente na importância da educação²⁸⁶ e seus hábitos de consumo conduzirão seu processo de socialização em direção à classe média na defesa da meritocracia. Nesse sentido, essa fração de classe se aproxima do comportamento ideológico e político da classe média que refletirá em suas escolhas eleitorais.

Junto a isso, a escolha da fração de classes (chefes) no voto oposicionista, nulo ou indeciso aconteceu porque seus interesses classistas (próximos à classe média) e por ganhos de bem estar econômico foram contrariados, uma vez que a maioria das políticas redistributivas e compensatórias (aumento do salário mínimo, Bolsa Família, Mais Médicos, Cotas nas Universidades Públicas), que resultou no aumento dos gastos públicos (e “inflação”), e conseqüentemente, da carga tributária, fizeram que houvesse uma interação entre o voto retrospectivo (desempenho passado) e o voto prospectivo (expectativas de desempenho futuro). Com isso, o eleitor dessa fração de classe, utilizando atalhos cognitivos, se identificou com os interesses classistas desse grupo social (classe média), e decidiu votar na oposição, anular ou estava indeciso.

3.2 – Comportamento eleitoral da nova classe trabalhadora no Rio Grande do Norte (Fração de classe: não chefes)

A nova classe trabalhadora (não chefes) se encontra na situação contraditória entre a pequena burguesia (classe média) e o proletariado (uma parte das classes populares). Essa situação contraditória acontece quando há uma limitada ou mínima forma de autonomia no

roteiro de entrevista no anexo) que o desconhecimento sobre as competências e responsabilidades dos serviços públicos no âmbito municipal, estadual e federal contribuiu para a corrosão da avaliação positiva do governo Dilma Rousseff, principalmente nos cargos de chefia da nova classe trabalhadora.

processo de trabalho. Desta forma, o trabalho manual e comandado realizado pela fração de não chefes da nova classe trabalhadora os distânciam dos gerentes e pequenos proprietários da classe média que possui a função de definir e conceituar o trabalho dos outros. (WRIGHT, 1979)

Na dimensão simbólica, a nova classe trabalhadora (não chefes) transitará entre as classes populares e a nova classe trabalhadora (chefes), pois uma parte dos entrevistados acredita na educação para ascender socialmente e a outra parte dos entrevistados no capital familiar²⁸⁷. Além disso, a nova classe trabalhadora (não chefes) se aproximará das classes populares através das relações interpessoais²⁸⁸. Isso acontece no entrelaçamento do estilo de vida e dos hábitos de consumo²⁸⁹. Esse entrelaçamento acontece a partir do reconhecimento das “predisposições duráveis” através do vestuário, local de moradia, ambiente de trabalho e da linguagem. (ENRENREICH, 1994)

3.2.1 – O voto na situação da nova classe trabalhadora (não chefes)

O eleitor da situação da nova classe trabalhadora (não chefes) se aproximou do Partido dos Trabalhadores, avaliando positivamente os governos Lula-Dilma (2003-2014) devido à política econômica e à implantação de políticas compensatórias, redistributivas e programas governamentais voltados às classes populares. Essas políticas públicas atraíram o eleitor da situação da nova classe trabalhadora (não chefes) em uma ação intencional e consciente com o conteúdo de classe, dado que representava uma escolha eleitoral baseada em interesses classistas subalternos de ascensão social. (WRIGHT, 1985)

Sobre a avaliação do governo Dilma na área econômica os eleitores da situação da nova classe trabalhadora (não chefes) afirmaram que houve um aumento significativo do salário mínimo, crescimento econômico nos últimos anos e que a inflação estava controlada. Além disso, são favoráveis ao aumento dos gastos públicos. Mesmo com a inflação estando

²⁸⁶ Nesse caso, os entrevistados (perfil em anexo) possuíam o nível médio ou estavam cursando o nível superior.

²⁸⁷ Nas entrevistas individuais em profundidade (perfil em anexo) é possível perceber que uma parte da nova classe trabalhadora (não chefes) acredita que a ascensão social acontece principalmente através do trabalho e a outra parte, através da educação. O capital cultural está mais presente nos cargos de chefia da nova classe trabalhadora e o capital familiar está mais presente nos pequenos batalhadores.

²⁸⁸ É importante dizer que, atualmente, as redes sociais na internet são relevantes nas conexões das relações interpessoais.

²⁸⁹ Nas entrevistas individuais em profundidade (perfil em anexo) é possível perceber que a nova classe trabalhadora (não chefes) quando vai consumir respondeu, majoritariamente, que a marca não é importante para a decisão do produto, diferentemente da nova classe trabalhadora (chefes) e da classe média. Esse traço de distinção social presente na fração da nova classe trabalhadora (chefes) não se encontra na fração (não chefes).

próxima do teto da meta em 2014²⁹⁰, a nova classe trabalhadora (não chefes) reproduziu o discurso governista e da candidata do PT sobre o controle da inflação. Os eleitores da situação da nova classe trabalhadora (não chefes) também reproduziram o discurso governista em relação ao crescimento do país²⁹¹. Além disso, há uma convergência, entre a defesa do aumento dos gastos públicos e o aumento das despesas que estão diretamente ligadas ao aumento do salário mínimo, benefícios previdenciários (inclusive seguro-desemprego e abono-salarial), saúde e educação²⁹², refletindo no interesse material classista. Os entrevistados elogiaram o aumento real do salário mínimo nos governos petistas. Essa afirmação já foi comprovada anteriormente na comparação entre o aumento real nos governos Lula-Dilma (63,6%) e no governo Fernando Henrique Cardoso (21,89%):

“Eu acho que o país está crescendo. Sou a favor do aumento dos gastos públicos”. (Elissérgio Alves, soldado da Polícia Militar, Natal; voto no primeiro turno Dilma e no segundo turno Dilma; avaliação do governo Dilma – Bom);

“O crescimento do Brasil está muito bom. O governo deve aumentar os gastos em alguns setores” (Marcos Alexandre, Atendimento em imobiliária, Natal; voto no primeiro turno Dilma e no segundo turno Dilma; avaliação do governo Dilma – Bom);

“O Brasil está crescendo. E sou favor do aumento dos gastos públicos”. (Régia Batista, vendedora do comércio, Caicó; voto no primeiro turno Dilma e no segundo turno Dilma; avaliação do governo Dilma – Bom);

“O Brasil cresceu e está crescendo. Sou a favor do aumento dos gastos, principalmente na educação”. (Patricia Maria, professora leiga, Natal; voto no primeiro turno Dilma e no segundo turno Dilma; avaliação do governo Dilma – Ótimo);

“O salário aumentou, mas as coisas aumentaram também”. (Patricia Maria, professora leiga, Natal);

“A inflação acompanha o aumento do salário”. (Patricia Maria, professora leiga, Natal);

“A inflação está controlada. A inflação na década de 80 era muito pior”. (Elissérgio Alves, soldado da Polícia Militar, Natal);

“O salário mínimo aumentou significativamente nos últimos anos, mas pode aumentar mais”. (Marcos Alexandre, Atendimento em imobiliária, Natal);

“A inflação está controlada, mas está no fio”. (Marcos Alexandre, Atendimento em imobiliária, Natal);

²⁹⁰ Como já foi mencionada anteriormente, em setembro de 2014 a inflação encontrava-se 4,02%, portanto abaixo do teto da meta de 6,5% (Fonte: IBGE).

²⁹¹ O crescimento do PIB no Brasil nos quatro últimos anos foi de: 2010, 7,5%; 2011, 2,7%; 2012, 1%; 2013, 2,3%; e 2014, 0,1%. (Fonte: IBGE)

²⁹² Esses dados e as fontes já foram mostrados no subcapítulo 3.1.

“O salário mínimo aumentou razoavelmente nestes últimos anos”. (Régia Batista, vendedora do comércio, Caicó);

“A inflação está nem controlada e nem descontrolada”. (Régia Batista, vendedora do comércio, Caicó);

“Nos últimos anos o salário mínimo melhorou muito”. (João Vitor, técnico de laboratório, Mossoró; voto no primeiro turno Dilma e no segundo turno Dilma; avaliação do governo Dilma – Bom).

Ainda sobre a avaliação de desempenho, os entrevistados da nova classe trabalhadora (não chefes) aprovaram sistematicamente os principais programas sociais, políticas redistributivas e compensatórias²⁹³ empreendidas pelo governo Lula-Dilma (2003-2014).

O principal programa social dos governos petistas, o Bolsa Família, possui um impacto significativo nas classes populares²⁹⁴, pois essa política social possuiu relevante participação nas variações positivas do mercado de trabalho, incremento de receita na economia local, diminuição dos índices de pobreza e desigualdade social. A partir disso, esses se aproximaram das classes populares na aprovação, na percepção das melhorias e nas condições de vida empreendidas pelo programa social. Para Ribeiro (2014) “conforme estimativas produzidas por Soares et al. (2010, p. 35-45), mesmo tendo contribuído com uma parcela menor no universo de rendimentos das famílias brasileiras (0,7% no período compreendido entre 1999 e 2009, objeto do estudo em questão), o PBF foi capaz de influenciar 15% da expressiva queda da desigualdade constatada ao final da primeira década dos anos 2000 no Brasil (num recuo de 5,2% do índice de Gini no intervalo de tempo estudado pelos autores)”. (RIBEIRO, 2014, p.27)

Em 2014, o programa Mais Médicos²⁹⁵ possuía 18.247 médicos brasileiros e estrangeiros concentrados nas regiões mais pobres das grandes cidades e no interior do país. A região Nordeste concentrava o maior número de pessoas beneficiadas pelo Mais Médicos, que atingia mais de 1,4 milhão de pessoas na região. Do total de médicos em atividade, 40% estão alocados nos estados nordestinos²⁹⁶. Com isso, a percepção positiva da nova classe

²⁹³ Os eleitores da situação da nova classe trabalhadora (não chefes) aprovaram as principais políticas compensatórias e redistributivas dos governos petistas: Prouni, Fies, PEC das Empregadas e o Minha Casa Minha Vida, Cotas nas universidades, Bolsa Família e Mais Médicos.

²⁹⁴ O programa Bolsa Família, em setembro de 2014, no Rio Grande do Norte possuía 364.352 beneficiários e injetava na economia do estado R\$ 60.752.566,00. Disponível em: (<http://www.mds.gov.br/>).

²⁹⁵ O programa Mais Médicos possuía em setembro de 2014, 148 médicos que atendiam em 87 municípios do Rio Grande do Norte. Disponível em: (<http://maismedicos.saude.gov.br/>).

²⁹⁶ Esses dados estão disponíveis no site do Ministério da Saúde. (Em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/acoes-e-programas/mais-medicos/mais-sobre-mais-medicos?start=580>> Acesso em: 02 de fevereiro de 2015)

trabalhadora (não chefes) em relação à ampliação e melhoria do atendimento do programa Mais Médicos se aproxima das classes populares. Além disso, a aprovação dela em relação à política de cotas nas universidades públicas, ao programa Minha Casa Minha Vida, Prouni, a PEC das Empregadas domésticas e o Fies é reproduzida, igualmente, nas entrevistas em profundidade:

“Concordo com o Bolsa Família, as Cotas nas universidades, o Minha Casa Minha Vida, o Mais Médicos e a PEC das Empregadas”. (Maria José, manicure, Natal; voto no primeiro turno Dilma e no segundo turno Dilma; avaliação do governo Dilma – Bom);

“O Bolsa Família é ótimo. Muito justo. É para quem precisa. O problema é quem tem dinheiro e não precisa dele”. (Patricia Maria, professora leiga, Natal);

“O programa Mais Médicos, o Prouni, o Fies, as cotas e o Minha Casa Minha Vida também são ótimos programas”. (Patricia Maria, professora leiga, Natal);

“Concordo com o Bolsa Família, o Mais Médicos, a PEC das Empregadas e o Prouni”. (Marcos Alexandre, Atendimento em imobiliária, Natal);

“O programa Minha Casa minha Vida é perfeito, e tomara que contemple mais pessoas, como fui contemplado”. (Marcos Alexandre, Atendimento em imobiliária, Natal);

“Não dependo do Bolsa Família, mas para quem precisa é importante”. (Elissérgio Alves, soldado da Polícia Militar, Natal);

“Acho interessante o programa Mais médicos e o minha Casa Minha Vida”. (Elissérgio Alves, soldado da Polícia Militar, Natal);

“Concordo com o Bolsa Família, pois é uma ajuda importante. Também concordo com o Mais Médicos, a PEC das empregadas, o Prouni, o Fies e o Minha Casa Minha Vida”. (Adaiete Ohana, vendedora do comércio, Natal; voto no primeiro turno Dilma e no segundo turno Dilma; avaliação do governo Dilma – Regular);

“O Bolsa Família é bom, mas em alguns casos as pessoas deixam de trabalhar para viver da bolsa”. (João Vitor, técnico de laboratório, Mossoró);

“Concordo com o Mais Médicos, as cotas nas universidades, Água para todos, Minha Casa Minha Vida, Prouni e o Fies”. (João Vitor, técnico de laboratório, Mossoró);

“O Bolsa Família e as Cotas nas universidades são muito bons, mesmo que as pessoas critiquem”. (Régia Batista, vendedora do comércio, Caicó);

“Sou a favor do Minha Casa Minha Vida, mas o problema que é muito difícil”. (Régia Batista, vendedora do comércio, Caicó).

Sobre a igualdade, os eleitores da situação da nova classe trabalhadora (não chefes) estavam mais inclinados à tentativa de igualitarismo presente na esquerda. Essas políticas

públicas voltadas às classes populares expõem os interesses classistas e ideológicos da fração desse grupo que foram beneficiados pelos programas governamentais. Dessa maneira, essa fração de classe replica o posicionamento ideológico das classes populares em relação à redistribuição de renda através da maior taxação de impostos para os mais ricos e que as principais políticas públicas sejam voltadas para os mais pobres. Nesse caso, a nova classe trabalhadora (não chefes) se distanciará da ideologia individualista pequena burguesa (o pequeno burguês aspira à mobilidade para cima e teme a proletarização) (POULANTZAS, 1975). Além disso, os eleitores da situação da nova classe trabalhadora (não chefes) não defendem a limitação ou diminuição de gastos sociais e não concordam com a relação entre pobreza e preguiça (frase repetida com muita intensidade pela fração de chefes da nova classe trabalhadora possuidora majoritariamente de capital cultural e defesa da meritocracia):

“Os ricos devem pagar mais impostos. Quem ganha mais deve pagar mais”. (Elissérgio Alves, soldado da Polícia Militar, Natal; voto no primeiro turno Dilma e no segundo turno Dilma; posicionamento ideológico: esquerda);

“Os ricos devem pagar mais impostos”. (Régia Batista, vendedora do comércio, Caicó; voto no primeiro turno Dilma e no segundo turno Dilma; posicionamento ideológico: esquerda);

“Os ricos devem pagar impostos mais altos que os pobres”. (Maria José, manicure, Natal; voto no primeiro turno Dilma e no segundo turno Dilma; posicionamento ideológico centro);

“Os ricos devem pagar mais impostos, pois quem ganha mais deve pagar mais”. (Patricia Maria, professora leiga, Natal; voto no primeiro turno Dilma e no segundo turno Dilma; posicionamento ideológico: esquerda);

“O governo não deve limitar os gastos sociais e da previdência”. (Marcos Alexandre, Atendimento em imobiliária, Natal);

“A pobreza está ligada a falta de oportunidade”. (Marcos Alexandre, Atendimento em imobiliária, Natal; voto no primeiro turno Dilma e no segundo turno Dilma; posicionamento ideológico: centro);

“A pobreza está ligada a falta de oportunidades”. (Elissérgio Alves, soldado da Polícia Militar, Natal);

“A pobreza está ligada a falta de oportunidades. Eu não acredito que a pobreza está ligada à preguiça. Por isso o governo não deve diminuir os gastos sociais”. (Patricia Maria, professora leiga, Natal);

“A pobreza está ligada a falta de oportunidades”. (Régia Batista, vendedora do comércio, Caicó); “As políticas públicas devem ser voltadas para os mais pobres”. (João Vitor, técnico de laboratório, Mossoró; voto no primeiro turno Dilma e no segundo turno Dilma; posicionamento ideológico: centro);

“As políticas públicas devem ser voltadas para os mais pobres”. “Além disso, o governo não deve limitar os gastos sociais”. (Elissérgio Alves, soldado da Polícia Militar, Natal);

“As políticas públicas devem ser voltadas para os mais pobres. O governo não deve diminuir os gastos sociais e da previdência”. (Régia Batista, vendedora do comércio, Caicó);

“As políticas públicas devem ser para os pobres”. (Adaiete Ohana, vendedora do comércio, Natal; voto no primeiro turno Dilma e no segundo turno Dilma; posicionamento ideológico: esquerda).

A demarcação na escala ideológica esquerda-direita também é verificada na aceitação dos entrevistados em relação à presença do Estado na economia. O eleitor da situação da nova classe trabalhadora (não chefes) se aproxima das classes populares em relação ao posicionamento sobre o papel do Estado. Com isso, destituída do controle da propriedade econômica (controle sobre o investimento e processo acumulativo) e da posse (controle sobre os meios físicos da produção e da força de trabalho de outros), a nova classe trabalhadora (não chefes) possui distinta situação econômica e política em relação à classe média e a nova classe trabalhadora (chefes), entre elas, a defesa da presença do Estado na economia (WRIGHT, 1979):

“Não vejo com bons olhos as empresas privadas. Por isso sou contra as privatizações”. (Elissérgio Alves, soldado da Polícia Militar, Natal);

“Eu discordo que o governo dirija apenas os serviços básicos. Se fosse privado podia até ser mais organizado, mas seria mais caro”. (Patricia Maria, professora leiga, Natal);

“Não acredito que a iniciativa privada melhoraria os serviços básicos. Sou contra às privatizações”. (João Vitor, técnico de laboratório, Mossoró);

“Não sou a favor das empresas privadas, tudo fica mais caro. Por isso sou contra as privatizações”. (Adaiete Ohana, vendedora do comércio, Natal);

“Tenho minhas dúvidas sobre a competência da iniciativa privada”. (Régia Batista, vendedora do comércio, Caicó).

Em relação à preservação da ordem, os eleitores da situação da nova classe trabalhadora (não chefes) também se assemelham às classes populares (como a nova classe trabalhadora – chefes) na defesa da manutenção da ordem e resistência às greves e manifestações. Então, como os eleitores da situação da nova classe trabalhadora (não chefes) são favoráveis à presença do Estado na economia, essa combinação entre elementos de esquerda e direita é conhecida por conservadorismo popular, que é identificado por mudanças

sem prejuízo da ordem. (SINGER, 2009):

“A polícia deve estar presente em manifestações e os militares devem ser utilizados quando o limite for ultrapassado”. (Patricia Maria, professora leiga, Natal);

“A polícia e os militares devem agir quando as manifestações não forem pacíficas”. (Maria José, manicure, Natal);

“A polícia é para combater bandido, quando a manifestação for pacífica tem que monitorar e os militares só em último caso”. (Elissérgio Alves, soldado da Polícia Militar, Natal);

“Sou a favor do uso da polícia e do exército em manifestações, mas com limites”. (Adaiete Ohana, vendedora do comércio, Natal);

“A polícia deve estar presente nas manifestações, mas ela não deve ser agressiva em manifestações pacíficas”. (João Vitor, técnico de laboratório, Mossoró);

“A polícia deve ser utilizada em manifestações de rua”. (Marcos Alexandre, Atendimento em imobiliária, Natal).

Os governos petistas, entre 2003 e 2014, enfrentaram o bombardeio midiático sobre corrupção. O “Mensalão” no governo Lula e as denúncias na Petrobras no governo Dilma afastaram a classe média do Partido dos Trabalhadores e a nova classe trabalhadora (chefes). Por isso, os eleitores da situação da nova classe trabalhadora (não chefes) são conduzidos para a relação direta entre a corrupção e a política (menos intensidade), reproduzida pela grande mídia replicando o discurso da fração de chefes da nova classe trabalhadora e a classe média de que o mercado seja blindado em relação à corrupção. Essa relação entre a corrupção e a política, reproduzida pela grande mídia, afeta a nova classe trabalhadora (não chefes), a qual ficará fracionada entre a afirmação que a política é “ruim” e “suja”, mas também na importância da política para a sociedade:

“A política é boa, mas o problema é a corrupção, e não só os políticos, mas também nas empresas e na sociedade”. (Elissérgio Alves, soldado da Polícia Militar, Natal);

“No Brasil, as pessoas são ensinadas a ser corruptas, mas no governo ela maior”. (Marcos Alexandre, Atendimento em imobiliária, Natal);

“A política é importante, ela não é bem usada, pois a política é usada na rua e em casa”. (Marcos Alexandre, Atendimento em imobiliária, Natal);

“Os políticos são mais corruptos que todo mundo”. (Maria José, manicure, Natal);

“A política é ruim. Os políticos não prestam”. (Maria José, manicure, Natal);

“A corrupção está presente dentro do Estado e nas empresas. E para mim, a política é ruim”. (Patricia Maria, professora leiga, Natal);

“A corrupção existe mais entre os políticos. Não gosto de política, a política é ruim”. (João Vitor, técnico de laboratório, Mossoró);

“A corrupção não existe só entre os políticos. Além disso, a política não é ruim”. (Régia Batista, vendedora do comércio, Caicó);

“A corrupção existe tanto entre os políticos como nas empresas”. (Adaiete Ohana, vendedora do comércio, Natal).

3.2.2 – O voto na oposição, indecisos e o voto nulo da nova classe trabalhadora (não chefes)

Os eleitores de oposição, indecisos e com voto nulo da nova classe trabalhadora (não chefes) ficaram divididos entre a aprovação da política econômica e nos programas governamentais²⁹⁷, como também na reprovação às políticas redistributivas, compensatórias e a avaliação do governo Dilma na área econômica. Vale dizer que o voto dos eleitores evangélico²⁹⁸ da nova classe trabalhadora (não chefes) foi um preditor relevante em direção as candidaturas de oposição. De modo parecido, o eleitor de oposição reproduzirá as críticas à política econômica e às políticas governamentais petistas realizadas pelos principais candidatos de oposição: Marina Silva (PSB) e Aécio Neves (PSDB).

Sobre a avaliação do governo Dilma na área econômica²⁹⁹ os eleitores de oposição, indecisos e o voto nulo trafegam na aprovação ao aumento do salário mínimo nos últimos anos e no controle da inflação, como na crítica ao descontrole da inflação e no aumento irrisório do salário:

“O aumento do salário mínimo foi baixo nos últimos anos”. (Gleidson Márcio, vendedor do comércio, Mossoró; evangélico; voto no primeiro turno Marina e no segundo turno Aécio; avaliação do governo Dilma – Ruim);

“A inflação não está controlada” (Gleidson Márcio, vendedor do comércio, Mossoró; evangélico);

²⁹⁷ É perceptível nas entrevistas em profundidade que os eleitores indecisos e o voto nulo da nova classe trabalhadora (não chefes) que aprovam as políticas econômicas, as políticas sociais e compensatórias votaram nos candidatos petistas nas três eleições anteriores (2002, 2006 e 2010).

²⁹⁸ Quatro entrevistados da fração de não chefes declararam que eram protestantes. Também deve-se ressaltar que a pesquisa IBOPE (tabela 9) realizada no Rio Grande do Norte e divulgada em 30 de setembro expõe a intenção de voto significativa da candidata da oposição, Marina Silva (PSB) no segmento evangélico. Nesse segmento, Marina Silva liderava a disputa com 35%.

²⁹⁹ Sobre crescimento econômico e aumento dos gastos públicos os eleitores da oposição, com voto nulo e os indecisos da nova classe trabalhadora (não chefes), também mantiveram-se entre: houve e não crescimento econômico e a favor e contra o aumento dos gastos públicos.

“Para mim a inflação está um pouco controlada”. (Adeilsa Pereira, atendimento no comércio, Mossoró; evangélico; voto no primeiro turno Marina e no segundo turno nenhum; avaliação do governo Dilma – Regular);

“O salário mínimo aumentou muito pouco”. (Francicleide Araújo, atendimento no comércio, Caicó; voto no primeiro turno indecisa e no segundo turno indecisa; avaliação governo do Dilma – Regular);

“A inflação não está controlada”. (Francicleide Araújo, atendimento no comércio, Caicó);

“O aumento do salário mínimo nos últimos anos foi bom”. (Thenanffar Wilma, recepcionista de clínica, Mossoró; voto no primeiro turno nenhum e no segundo turno nenhum; avaliação do governo Dilma – Regular);

“A inflação está controlada”. (Thenanffar Wilma, recepcionista de clínica, Mossoró);

“O aumento do salário mínimo foi bom nos últimos anos, mas a inflação está alta”. (Rozinaide Kaliane, recepcionista de clínica, Mossoró; evangélica; voto no primeiro turno nenhum e no segundo turno nenhum; avaliação do governo Dilma – Regular);

“O aumento do salário mínimo foi regular”. (Jéssica Ruth, vendedora do comércio, Natal; voto no primeiro turno nenhum e no segundo turno nenhum; avaliação do governo Dilma – Ruim);

“A inflação não está controlada”. (Jéssica Ruth, vendedora do comércio, Natal);

“Houve um aumento razoável do salário mínimo. Antes era pior e melhorou muito nos últimos anos”. (Iolanda Maria, vendedora no comércio, Natal; voto no primeiro turno nenhum e no segundo turno nenhum; avaliação do governo Dilma – Bom);

“A inflação está mais ou menos controlada”. (Iolanda Maria, vendedora no comércio, Natal).

Ainda sobre a avaliação de desempenho, os eleitores de oposição, indecisos e o voto nulo da nova classe trabalhadora (não chefes) mantiveram-se na aprovação e reprovação do principal programa social dos governos petistas, o Bolsa Família. Nesse caso, a reprovação reproduz as críticas dos opositores do programa sobre o programa social *versus* trabalho. Face às outras políticas redistributivas e compensatórias empreendidas pelo governo Lula-Dilma (2003-2014), os eleitores de oposição, indecisos e o voto nulo da nova classe trabalhadora (não chefes) aprovam e replicam o discurso governista sobre o sucesso na implantação desses programas governamentais:

“Não sou a favor do Bolsa Família, porque deixa muita gente preguiçosa, deveria ser repensado”. (Adeilsa Pereira, atendimento no comércio, Mossoró, evangélico);

“Sou a favor do Mais Médicos, das cotas, a PEC das empregadas, Prouni, Fies e o Minha Casa Minha Vida”. (Adeilsa Pereira, atendimento no comércio, Mossoró, evangélico);

“Eu concordo com o Bolsa Família, Prouni, Fies e o Minha Casa Minha Vida”. (Gleidson Márcio, vendedor do comércio, Mossoró, evangélico);

“O Bolsa Família é bom para quem recebe. Eu não sou a favor e nem contra”. (Francicleide Araújo, atendimento no comércio, Caicó);

“O Programa Mais Médicos, as cotas e o Minha Casa Minha Vida são muito bons. Estava precisando”. (Francicleide Araújo, atendimento no comércio, Caicó);

“O Bolsa Família ajuda muitas pessoas, mas eu não sou muito a favor não”. (Jéssica Ruth, vendedora do comércio, Natal);

“Concordo com o Mais Médicos, o Prouni, o Fies e o Minha Casa Minha Vida”. (Jéssica Ruth, vendedora do comércio, Natal);

“Concordo com o Bolsa Família porque muita gente precisa. Mesmo sabendo que tem muita gente que recebe e não precisa”. (Iolanda Maria, vendedora no comércio, Natal);

“Sou a favor do Mais Médicos, das cotas nas universidades, Prouni, Fies e o Mais Médicos”. (Iolanda Maria, vendedora no comércio, Natal);

“Eu acho bom o Bolsa Família. Ajuda bastante as pessoas que precisam, mas tem gente que não precisa e recebe”. (Rozinaide Kaliane, recepcionista de clínica, Mossoró; evangélica);

“Concordo com todos os outros programas do governo”. (Rozinaide Kaliane, recepcionista de clínica, Mossoró; evangélica),

“Concordo com o Bolsa Família, as cotas, PEC das empregadas, Prouni, Fies e o Minha Casa Minha Vida”. (Thenanffar Wilma, recepcionista de clínica, Mossoró).

Sobre igualdade, os eleitores da oposição, indecisos e o voto nulo da nova classe trabalhadora (não chefes) encontram-se entre a esquerda e a direita, pois transitam na aprovação e na reprovação diante da redistribuição de renda, através da maior taxa de impostos para os mais ricos e na defesa de que as principais políticas públicas sejam voltadas para os mais pobres. Junto a isso, os eleitores da oposição, indecisos e o voto nulo também permanecem na ideia da aprovação e reprovação da limitação ou diminuição de gastos sociais e do vínculo entre pobreza e preguiça (frase repetida com muita intensidade pela nova classe trabalhadora - chefes):

“Os ricos não devem pagar impostos maiores que os pobres. Até porque o imposto no Brasil é muito alto”. (Gleidson Márcio, vendedor do comércio, Mossoró, Evangélico, voto no primeiro turno: Marina e no segundo turno: Aécio, posicionamento ideológico: direita);

“Os ricos não devem pagar impostos mais altos, todo mundo deve pagar a mesma quantidade de impostos”. (Adeilsa Pereira, atendimento no comércio, Mossoró, Evangélico, voto no primeiro turno: Marina e no segundo turno: Nenhum, posicionamento ideológico: centro);

“Os ricos não devem pagar impostos mais altos que os pobres”. (Thenanffar Wilma, recepcionista de clínica, Mossoró, voto no primeiro turno: Nenhum e no segundo turno: Nenhum, posicionamento ideológico: centro);

“Os ricos deveriam pagar mais impostos”. (Rozinaide Kaliane, recepcionista de clínica, Mossoró, Evangélica, voto no primeiro turno: Nenhum e no segundo turno: Nenhum, posicionamento ideológico: esquerda);

“Os ricos devem pagar mais impostos”. (Francicleide Araújo, atendimento no comércio, Caicó, voto no primeiro turno: Indecisa e no segundo turno: Indecisa, posicionamento ideológico: centro);

“Os ricos deveriam pagar mais impostos que os pobres”. (Jéssica Ruth, vendedora do comércio, Natal, voto no primeiro turno: Nenhum e no segundo turno: Nenhum, posicionamento ideológico: esquerda);

“O governo deve diminuir os gastos sociais”. (Adeilsa Pereira, atendimento no comércio, Mossoró, Evangélico);

“Tem que haver um limite nos gastos sociais e da previdência”. (Gleidson Márcio, vendedor do comércio, Mossoró, Evangélico);

“O governo não deve diminuir os gastos sociais e nem da previdência”. (Jéssica Ruth, vendedora do comércio, Natal);

“O governo deve limitar os gastos sociais e da previdência”. (Francicleide Araújo, atendimento no comércio, Caicó);

“O governo não deve limitar os gastos sociais”. (Thenanffar Wilma, recepcionista de clínica, Mossoró);

“O governo não deve diminuir os gastos sociais”. (Iolanda Maria, vendedora no comércio, Natal);

“A pobreza está ligada a falta de oportunidade, tem nada a ver com a preguiça”. (Rozinaide Kaliane, recepcionista de clínica, Mossoró, Evangélica);

“As políticas públicas devem ser para os pobres. A preguiça não tem nada a ver com a pobreza”. (Francicleide Araújo, atendimento no comércio, Caicó);

“As políticas públicas devem ser voltadas para os mais pobres porque a pobreza não está ligada à preguiça”. (Adeilsa Pereira, atendimento no comércio, Mossoró, Evangélico);

“As políticas públicas devem ser para os pobres”. (Thenanffar Wilma, recepcionista de clínica, Mossoró);

“As políticas públicas devem ser para todos. A preguiça ajuda a aumentar a pobreza”. (Iolanda Maria, vendedora no comércio, Natal, voto no primeiro turno: Nenhum e no segundo turno: Nenhum, posicionamento ideológico: centro).

Os eleitores da oposição, indecisos e o voto nulo da nova classe trabalhadora (não chefes) transitaram na defesa e na crítica sobre a presença do Estado na economia. Com isso, os eleitores da nova classe trabalhadora (não chefes) que criticaram a presença do Estado na economia reproduziram o discurso da nova classe trabalhadora (chefes) e da classe média face à incompetência do Estado:

“Para mim o governo deveria administrar apenas saúde, educação e segurança, o resto deveria ser privado, sou a favor das privatizações”. (Gleidson Márcio, vendedor do comércio, Mossoró; evangélico);

“Sou a favor de que o governo dirija apenas os serviços básicos. O Estado é incompetente”. (Adeilsa Pereira, atendimento no comércio, Mossoró; evangélica);

“O governo deve ficar com educação, saúde e segurança. Por isso sou a favor das privatizações”. (Francicleide Araújo, atendimento no comércio, Caicó);

“Sou a favor que os serviços de saúde, educação e segurança sejam do governo, e o resto privado”. (Iolanda Maria, vendedora no comércio, Natal);

“Sou contra as privatizações. O governo deve dirigir os serviços básicos e outras coisas”. (Jéssica Ruth, vendedora do comércio, Natal);

“O governo deve dirigir os serviços básicos e também outros serviços como petróleo e outros”. (Thenanffar Wilma, recepcionista de clínica, Mossoró);

“Sou contra as privatizações. O governo deve controlar os serviços básicos e também outras áreas da economia”. (Rozinaide Kaliane, recepcionista de clínica, Mossoró; evangélica).

Em vista à preservação da ordem, os eleitores da oposição, indecisos e voto nulo da nova classe trabalhadora (não chefes) se aproximaram das classes populares (como a nova classe trabalhadora – chefes) na defesa da manutenção da ordem e resistência às greves e manifestações:

“A polícia deve ser acionada para conter manifestações com exageros”. (Gleidson Márcio, vendedor do comércio, Mossoró; evangélico);

“O uso da polícia e os militares em manifestações deve acontecer quando tem baderna”. (Adeilsa Pereira, atendimento no comércio, Mossoró; evangélica);

“A polícia deve ser utilizada em manifestações quando necessária. Não sou a favor da presença dos militares”. (Francicleide Araújo, atendimento no comércio, Caicó);

“Concordo com o uso da polícia e dos militares em manifestações e greves”. (Iolanda Maria, vendedora no comércio, Natal);

“A polícia deve intervir em manifestações de rua, principalmente quando não for pacífica”. (Thenanffar Wilma, recepcionista de clínica, Mossoró);

“Sou a favor da polícia e dos militares para acabar com manifestações e greves com vandalismo”. (Rozinaide Kaliane, recepcionista de clínica, Mossoró; evangélica).

A relação direta entre a corrupção e a política é reproduzida pelos eleitores de oposição, indecisos e o voto nulo da nova classe trabalhadora (não chefes), alinhando-se ao posicionamento da classe média e da nova classe trabalhadora (chefes). Dessa forma, o mercado (empresas) seria um lugar distante da corrupção. Além disso, essa associação entre a corrupção e os políticos destrói a política, que se torna “ruim” e “suja”:

“A corrupção existe mais entre os políticos”. (Gleidson Márcio, vendedor do comércio, Mossoró, Evangélico);

“A corrupção é muito maior entre os políticos. Por isso, a política é ruim”. (Adeilsa Pereira, atendimento no comércio, Mossoró, Evangélica);

“Os políticos são mais corruptos que qualquer um. Por isso, não voto em ninguém. A política é ruim”. (Jéssica Ruth, vendedora do comércio, Natal);

“Existe mais corrupção entre os políticos. E a política é muito ruim”. (Iolanda Maria, vendedora no comércio, Natal);

“A corrupção é muito maior entre os políticos. Por isso, a política é ruim”. (Rozinaide Kaliane, recepcionista de clínica, Mossoró, Evangélica).

Na década de 2000, a ampliação da oferta de empregos formais nas classes populares³⁰⁰, a criação de políticas compensatórias e redistributivas, aumento real do salário mínimo ampliaram a nova classe trabalhadora. No Rio Grande do Norte, ela está inserida no setor de serviços e se concentra principalmente no comércio³⁰¹ e na administração pública. Diferentemente da nova classe trabalhadora (chefes), a fração de não chefes da nova classe trabalhadora possui uma limitada ou mínima autonomia no processo de trabalho. Nessa condição, a fração de não chefes possui similaridades com as classes populares na execução

³⁰⁰ Como foi já mencionado anteriormente, na década de 1970, os empregos de cinco ou mais salários mínimos foram os que tiveram o maior ritmo de crescimento (2,4 vezes) em relação às outras ocupações. Na década de 1980, as ocupações com remuneração entre 3 e 5 salários mínimos foram os que mais se expandiram (1,7 vezes). Na década de 1990, os trabalhos sem remuneração foram os que mais cresceram (4,6 vezes). Na década de 2000, os empregos com remuneração até 1,5 salário mínimo foram os que mais cresceram (2,4 vezes). (POCHMANN, 2012)

³⁰¹ Como já foi mencionado anteriormente, o comércio no Rio Grande do Norte cresceu 67% entre 2000 e 2014. Além disso, nesse período, houve uma migração intensa de trabalhadores do setor secundário para o setor terciário.

do trabalho manual e comandado. Da mesma forma, a fração de não chefes se aproximará das classes populares através do entrelaçamento do estilo de vida e dos hábitos de consumo³⁰².

A nova classe trabalhadora (chefes) rejeitou a política econômica e os programas sociais e governamentais dos governos Lula-Dilma, alinhando-se ao posicionamento político e ideológico da classe média. Em um contraponto, os eleitores da situação da nova classe trabalhadora (não chefes) se aproximaram das classes populares na defesa das políticas compensatórias, redistributivas e a presença do Estado na economia. Essa escolha eleitoral aconteceu porque seus interesses classistas e por ganhos de bens estar econômico, através das políticas redistributivas e compensatórias (aumento do salário mínimo, Programa Bolsa Família, Mais Médicos, Minha Casa Minha Vida, Cotas nas Universidades Públicas), permitiram uma interação entre o voto retrospectivo (desempenho passado) e voto prospectivo (expectativa de desempenho futuro). Sob essa assertiva, o eleitor da situação dessa fração de classe, utilizando atalhos cognitivos, identificou-se com os interesses classistas desse grupo social e decidiu votar no governo que propiciou benefícios para a sua vida e optou pela continuidade dessas políticas governamentais (FIORINA, 1981)

A nova classe trabalhadora, principalmente nos grandes centros urbanos, convive diariamente com as deficiências do serviço público de saúde, educação básica, segurança e transporte. Esses serviços públicos são de responsabilidade constitucional direta dos municípios ou dos estados. Na eleição de 2014, a ideologia “conservadora” da classe média sobre o “tamanho do Estado”, a corrupção do aparato estatal, os gastos da Copa do Mundo e a ineficiência dos serviços públicos nos governos petistas (2003-2014), atingiram as frações da nova classe trabalhadora (chefes e não chefes)³⁰³ que ascenderam socialmente, via consumo, mas convivem diariamente com a deficiência nos serviços públicos³⁰⁴. As posições contraditórias dentro da nova classe trabalhadora e suas frações de classe evidenciaram a atuação dos aparelhos privados de hegemonia que atingem o conjunto das classes sociais. Essas frações da nova classe trabalhadora decodificaram as mensagens que constituem a hegemonia ideológica da classe dominante e da classe média, a qual dirige variados aparelhos privados de hegemonia (a escola, a religião e os meios de comunicação)³⁰⁵, tendo acesso

³⁰² Nas entrevistas individuais em profundidade (perfil em anexo) é possível perceber que a nova classe trabalhadora (não chefes) quando vai consumir respondeu, majoritariamente, que em sua escolha a marca não é importante, diferentemente da nova classe trabalhadora (chefes).

³⁰³ A conexão entre as frações de classe da nova classe trabalhadora, a avaliação do governo Dilma, a ideologia e o voto encontra-se no anexo.

³⁰⁴ A mobilização ideológica em relação à ineficiência dos serviços públicos, que fez despencar a avaliação do governo Dilma, inicia-se nas Manifestações de Junho de 2013.

³⁰⁵ Os governos petistas (2003-2014) não enfrentaram o monopólio dos meios de comunicação nem desenvolveram uma política ativa de contra hegemonia em relação aos meios de comunicação de massa

privilegiado à cultura e à formação de intelectuais. É isso que explica as posições contraditórias existentes na nova classe trabalhadora e suas frações de classe.

3.3 – Comportamento eleitoral da nova classe trabalhadora no Rio Grande do Norte (Fração de classe: pequenos proprietários batalhadores)

A nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores) se encontra na situação contraditória entre a pequena burguesia (classe média) e o proletariado (uma parte das classes populares), pois não possui o controle sobre a força de trabalho dele (parcial) e de outros, porque, diferentemente do pequeno proprietário capitalista³⁰⁶, o pequeno proprietário batalhador não reproduz seu capital a partir da mais-valia extorquida do trabalho assalariado, já que utiliza sua própria força de trabalho ou de sua família.

Na dimensão simbólica, a nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores) se aproximará das classes populares, através do capital familiar determinante³⁰⁷, baseado principalmente na ascensão social através do trabalho. Assim, a nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores), muitos deles advindos da “ralé”³⁰⁸, possui o núcleo duro pautado no capital familiar, aprendido a partir da “ética do trabalho”³⁰⁹ desde sua juventude, diferentemente da classe média que aprende desde jovem “a ética do estudo”. (SOUZA, 2012)

Ademais, essa alcança as classes populares através das relações interpessoais. Isso acontece no entrelaçamento do estilo de vida e na resistência ao consumo imediato³¹⁰. A nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores) não se muda de bairro quando ascende

hegemônicos. Em consequência disso, os governos Lula-Dilma enfrentaram constantes bombardeios midiáticos durante seus mandatos e que reflete nas posições contraditórias existentes na nova classe trabalhadora e suas frações de classe.

³⁰⁶ O pequeno proprietário capitalista possui o controle sobre investimento e recursos, os meios físicos da produção, a força de trabalho de outros e não vende sua própria força de trabalho. (WRIGHT, 1979)

³⁰⁷ Nas entrevistas individuais em profundidade (perfil em anexo) é notado que a nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores) majoritariamente acredita que a ascensão social acontece principalmente através do trabalho.

³⁰⁸ Como foi mencionado, no capítulo 1, a “ralé” é a classe social vítima do abandono social e político que a sociedade brasileira tratou secularmente seus membros. Assim, seus membros possuem trabalho precarizado e dependência histórica das políticas públicas do Estado. (SOUZA, 2012)

³⁰⁹ Na nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores) “a necessidade do trabalho se impõe desde cedo, paralelamente ao estudo, o qual deixa de ser percebido como atividade principal e única responsabilidade dos mais jovens como na “verdadeira” e privilegiada “classe média”. Esse fator é fundamental porque o aguilhão da necessidade de sobrevivência se impõe como fulcro da vida de toda essa classe de indivíduos. Como consequência, toda a vida posterior e todas as escolhas – a maior parte delas, na verdade, escolhas pré-escolhidas pela situação e pelo contexto – passam a receber a marca dessa necessidade primária e fundamental”. (SOUZA, 2012, p.51)

³¹⁰ Nas entrevistas individuais em profundidade (perfil em anexo) é visto que a nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores) quando vai consumir respondeu majoritariamente que em sua escolha a marca não é importante, diferentemente da nova classe trabalhadora (chefes) e da classe média.

economicamente, uma vez que não quer morar longe de seus familiares, amigos e clientes. (SOUZA, 2012)

3.3.1 – O voto na situação da nova classe trabalhadora (pequeno batalhador)

Os eleitores da situação da fração pequenos batalhadores³¹¹ da nova classe trabalhadora se aproximaram do Partido dos Trabalhadores, avaliando positivamente os governos Lula-Dilma (2003-2014) devido à implantação de políticas compensatórias, redistributivas e programas governamentais voltados às classes populares. A criação do Micro Empreendedor Individual³¹² pelo governo Lula em 2008, avizinhou os pequenos batalhadores da economia formal, trazendo vantagens que outrora não eram oferecidas, através do registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o qual facilita a abertura de conta bancária, pedido de empréstimos e emissão de notas fiscais. Além disso, os pequenos batalhadores se beneficiaram do incremento de renda, proporcionado pelo programa Bolsa Família e o aumento do salário mínimo nos últimos dez anos nos bairros das classes populares em Natal e nas cidades do interior do Rio Grande do Norte. (RIBEIRO, 2014)

Sobre a avaliação do governo Dilma na área econômica os eleitores da situação da nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores)³¹³ afirmaram que houve um aumento do salário mínimo nos últimos anos e que a inflação está controlada, replicando o discurso do governo e da candidata do PT sobre o controle da inflação:

“O salário mínimo aumenta, mas as outras coisas também aumentam, mas a inflação está controlada”. (Maria Eneide, pequena batalhadora- costureira, Natal; voto no primeiro turno Dilma e no segundo turno Dilma; avaliação do governo Dilma – Bom);

“Houve um aumento razoável do salário mínimo nos últimos anos”. (Maria Nazaré, pequena batalhadora – artesanato, Natal; voto no primeiro turno Dilma e no segundo turno Dilma; avaliação governo Dilma – Bom);

³¹¹ Apenas um entrevistado da fração da nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores) citou um candidato opositor em sua intenção de voto no primeiro turno.

³¹² Microempreendedor Individual (MEI) é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Além disso, o MEI é enquadrado no Simples Nacional e isento dos tributos federais (Imposto de Renda, PIS, COFINS, IPI e CSLL). Com essas contribuições, o Microempreendedor Individual tem acesso aos benefícios previdenciários como auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria, entre outros. No Rio Grande do Norte existem cerca de 62.000 Micro Empreendedores Individuais. (Em: <http://www.portaldoeempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>. Acesso em 20 de março de 2014)

³¹³ Sobre crescimento econômico e aumento dos gastos públicos os pequenos batalhadores da nova classe trabalhadora transitaram entre: houve e não crescimento econômico e a favor e contra o aumento dos gastos públicos.

“A inflação está controlada razoavelmente”. (Maria Nazaré, pequena batalhadora – artesanato, Natal);

“O salário mínimo aumentou nos últimos anos, mas podia ter sido mais”. (Osmar Justino, pequeno batalhador – moto taxi, Mossoró; voto no primeiro turno Dilma e no segundo turno Dilma; avaliação do governo Dilma – Bom);

“A inflação está mais ou menos controlada”. (Osmar Justino, pequeno batalhador – moto taxi, Mossoró);

“O aumento do salário mínimo foi bom nos últimos anos, acima da inflação”. (Maria das Vitórias, pequena batalhadora – alimentação, Mossoró; voto no primeiro turno Dilma e no segundo turno Dilma; avaliação do governo Dilma – Bom);

“O salário mínimo, nos últimos anos, aumentou mais do que os outros governos”. (Leandro Silva, pequeno batalhador – loja de roupas, Natal; voto no primeiro turno Dilma e no segundo turno Dilma; avaliação do governo Dilma – Bom).

Ainda sobre a avaliação de desempenho, os eleitores da situação da nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores) aprovaram sistematicamente os principais programas sociais, políticas redistributivas e compensatórias³¹⁴, empreendidos pelo governo Lula-Dilma (2003-2014). As políticas redistributivas e compensatórias mais aprovadas e conhecidas são: o Bolsa Família, o Mais Médicos e o Minha Casa Minha Vida:

“Concordo com o Bolsa Família. O que não concordo é dar dinheiro para os ‘cabas’ que estão presos”. (Osmar Justino, pequeno batalhador – moto taxi, Mossoró);

“Apoio o programa Mais médicos e o Minha Casa Minha Vida”. (Osmar Justino, pequeno batalhador – moto taxi, Mossoró);

“Sou a favor das cotas nas universidades e do Bolsa Família. Também sou a favor do Mais Médicos e do Minha Casa Minha Vida que são muito bons”. (Djalma Salvino, pequeno batalhador – loja de roupas, Caicó; voto no primeiro turno Dilma e no segundo turno Dilma; avaliação do governo Dilma – Ótimo);

“Concordo com o Bolsa Família, as cotas nas universidades, o Mais Médicos (que melhorou a saúde) e a PEC das Empregadas” (Roseane Gomes, pequena batalhadora – material de construção, Natal; voto no primeiro turno Dilma e no segundo turno Dilma; Avaliação do governo Dilma – Bom);

“Gosto muito do Bolsa Família e do Mais Médicos. Apoio o Prouni e o Fies”. (Leandro Silva, pequeno batalhador – loja de roupas, Natal);

³¹⁴ Os eleitores da situação da nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores) concordaram com as principais políticas compensatórias e redistributivas dos governos petistas: Prouni, Fies, PEC das Empregadas e o Minha Casa Minha Vida, Cotas nas universidades públicas, Bolsa Família e Mais Médicos.

“O programa Minha Casa Minha Vida é muito bom. Minha irmã tem e dei entrada na minha”. (Leandro Silva, pequeno batalhador – loja de roupas, Natal);

“Gosto do Bolsa Família, pois tem gente muita gente que necessita e passar fome é muito ruim”. (Maria Edineide, pequena batalhadora- costureira, Natal);

“O programa Mais Médicos é muito bom. Com as cotas nas universidades, o Prouni e o Fies os pobres podem estudar. E o Minha Casa Minha Vida tem burocracia, mas é programa muito bom”. (Maria Edineide, pequena batalhadora- costureira, Natal);

“Concordo com o Bolsa Família porque para as pessoas que não tem nada, ele é muito importante, mas o problema é que alguns se aproveitam. (Maria Nazaré, pequena batalhadora – artesanato, Natal);

“Sou a favor da PEC das Empregadas, do Mais Médicos e dos outros programas do governo para os mais pobres. Quem era que podia comprar um carro, um móvel, uma casa antes do governo Lula”. (Maria Nazaré, pequena batalhadora – artesanato, Natal);

“Concordo com o Bolsa Família, o Mais Médicos e o Minha Casa Minha Vida. Melhorou a vida do pobre”. (Maria das Vitórias, pequena batalhadora – alimentação, Mossoró).

Sobre igualdade, os eleitores da situação da nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores) estavam mais inclinados à esquerda, replicando o posicionamento ideológico das classes populares. Com isso, os pequenos batalhadores acreditam na redistribuição de renda através da maior taxaço de impostos para os mais ricos e que as principais políticas públicas sejam voltadas para os mais pobres. Somado a isso, os eleitores da situação da nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores) também não concordaram com a relação entre pobreza e preguiça. Nesse sentido, nessa fração de classe, o igualitarismo através das ações do Estado e o trabalho (capital familiar) são determinantes para a ascensão social:

“Os ricos devem pagar um imposto mais alto que os pobres”. (Osmar Justino, pequeno batalhador – moto taxi, Mossoró; voto no primeiro turno Dilma e no segundo turno Dilma; posicionamento ideológico: centro);

“Os ricos ganham muito e devem pagar mais impostos. E as políticas públicas voltadas para os pobres”. (Leandro Silva, pequeno batalhador – loja de roupas, Natal; voto no primeiro turno Dilma e no segundo turno Dilma; posicionamento ideológico: esquerda);

“Os ricos devem pagar mais impostos”. (Djalma Salvino, pequeno batalhador – loja de roupas, Caicó; voto no primeiro turno Dilma e no segundo turno Dilma; posicionamento ideológico: esquerda);

“Os ricos devem pagar mais impostos. Ganham mais, pagam mais”. (Maria das Vitórias, pequena batalhadora – alimentação, Mossoró; voto no primeiro turno Dilma e no segundo turno Dilma; posicionamento ideológico: centro);

“Com certeza os ricos devem pagar mais impostos”. (Roseane Gomes, pequena batalhadora – material de construção, Natal; voto no primeiro turno Dilma e no segundo turno Dilma; posicionamento ideológico: esquerda);

“As políticas públicas devem ser voltadas especialmente para os mais pobres. Por isso, não acredito que a pobreza tem alguma ligação com a preguiça”. (Roseane Gomes, pequena batalhadora – material de construção, Natal);

“As políticas públicas devem ser voltadas para os mais pobres. Eles precisam mais, pois a pobreza não está ligada a preguiça”. (Djalma Salvino, pequeno batalhador – loja de roupas, Caicó);

“As políticas públicas devem ser voltadas para os mais pobres. Pobreza e preguiça não tem nada a ver”. (Osmar Justino, pequeno batalhador – moto taxi, Mossoró);

“As políticas públicas devem ser para os mais pobres. Por que pobreza é diferente de preguiça. Por isso, sou contra a diminuição dos gastos sociais”. (Maria das Vitórias, pequena batalhadora – alimentação, Mossoró);

“As principais políticas públicas devem ser voltadas para os pobres. Por isso, o governo não deve diminuir os gastos sociais”. (Maria Edineide, pequena batalhadora- costureira, Natal; voto no primeiro turno Dilma e no segundo turno Dilma; posicionamento ideológico: centro);

“As principais políticas públicas devem ser voltadas para os mais pobres. Os pobres precisam mais e precisam de oportunidade, esse papo de preguiça não existe”. (Maria Nazaré, pequena batalhadora – artesanato, Natal; voto no primeiro turno Dilma e no segundo turno Dilma; posicionamento ideológico: esquerda).

A demarcação na escala ideológica esquerda-direita trafega na presença do Estado na economia. O eleitor da situação da nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores) se equipara às classes populares quanto ao posicionamento sobre o papel do Estado.

Os pequenos proprietários da classe média, que após sofrer a fragmentação e falência do período neoliberal, busca enfrentar a baixa acumulação de capital, diminuir a carga tributária e as exigências burocráticas para lutar contra a concorrência das empresas maiores. Sendo assim, a diminuição significativa da grande produção fordista foi substituída pela terceirização através de pequenas propriedades, e a ligação entre oferta e demanda de novos produtos e novos mercados desembocaram no crescimento da pequena produção (fundo de quintal e familiar). (SOUZA, 2012)

Essas características econômicas que diferem a nova classe trabalhadora (pequenos

batalhadores) e o pequeno proprietário capitalista (classe média) desembocam no interesse classista em relação a presença do Estado na economia. Em consequência disso, a nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores) possui interesse na expansão do Estado; o pequeno proprietário capitalista (classe média) se opõe ao governo grande e aos grandes orçamentos estatais. A expansão do Estado possui uma relação direta no aumento dos gastos públicos e da carga tributária. Isso significa que o incremento da carga tributária pode afetar os pequenos proprietários capitalistas e seus interesses classistas. (WRIGHT, 1979):

“Não sou a favor que empresas privadas controlem algumas coisas como: estradas, aeroportos etc”. (Maria Edineide, pequena batalhadora- costureira, Natal);

“Sou contra as privatizações. O governo deve dirigir também outros serviços como: estradas, portos e petróleo”. (Leandro Silva, pequeno batalhador – loja de roupas, Natal);

“Não sei se o governo passasse para a iniciativa privada as outras coisas (além dos serviços básicos) melhoraria o serviço”. (Maria Nazaré, pequena batalhadora – artesanato, Natal);

“Se o governo for responsável apenas os serviços básicos, os outros serviços piorariam. Por isso, que sou contra as privatizações”. (Djalma Salvino, pequeno batalhador – loja de roupas, Caicó);

“Não sou a favor da diminuição do Estado, das privatizações”. (Roseane Gomes, pequena batalhadora – material de construção, Natal).

Em relação à preservação da ordem, os eleitores da situação da nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores) também se aproximam das classes populares (como a nova classe trabalhadora – chefes e não chefes), na defesa da manutenção da ordem e resistência às greves e manifestações. Então, como já foram identificados anteriormente, os eleitores da situação da nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores) são favoráveis à presença do Estado na economia. Essa combinação entre elementos de esquerda e direita é conhecida por conservadorismo popular, que é identificado por mudanças sem prejuízo da ordem. (SINGER, 2009):

“A polícia e as tropas militares devem ser utilizadas para intervir em manifestações de rua”. (Osmar Justino, pequeno batalhador – moto taxi, Mossoró);

“Se for preciso deve ser utilizada as Forças Armadas em manifestações”. (Djalma Salvino, pequeno batalhador – loja de roupas, Caicó);

“Sou a favor da polícia e das Forças Armadas para acabar com greves e manifestações”. (Roseane Gomes, pequena batalhadora – material de construção, Natal);

“Sou a favor da polícia em manifestações e contra o uso de militares em manifestações e greves”. (Maria Edineide, pequena batalhadora- costureira, Natal);

“A polícia e as Forças Armadas devem ser utilizadas em manifestações e greves”. (Maria das Vitórias, pequena batalhadora – alimentação, Mossoró);

“Sem a polícia nas manifestações, aconteceria o pior”. (Maria Nazaré, pequena batalhadora – artesanato, Natal).

Os eleitores da situação da nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores) estão fragmentados entre a relação direta da corrupção *versus* política, e a corrupção na política e no mercado (empresa). Essa correspondência entre a corrupção e a política, reproduzida pela grande mídia, afeta a nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores) que replicará os discursos entre a afirmação que a política é “ruim” e “suja”, mas também na importância dela para a sociedade:

“A corrupção existe entre os políticos e nas empresas”. (Djalma Salvino, pequeno batalhador – loja de roupas, Caicó);

“A política deve existir”. (Djalma Salvino, pequeno batalhador – loja de roupas, Caicó);

“Os políticos são mais corruptos”. (Roseane Gomes, pequena batalhadora – material de construção, Natal);

“Existe mais corrupção entre os políticos do que nas empresas”. (Leandro Silva, pequeno batalhador – loja de roupas, Natal);

“A política não é ruim e nem boa, tem que existir”. (Leandro Silva, pequeno batalhador – loja de roupas, Natal);

“A corrupção existe mais entre os políticos. Por isso, a política é ruim”. (Maria Edineide, pequena batalhadora- costureira, Natal);

“A corrupção existe entre os políticos e nas empresas”. (Osmar Justino, pequeno batalhador – moto taxi, Mossoró);

“A corrupção é maior entre os políticos”. (Maria Nazaré, pequena batalhadora – artesanato, Natal);

“A corrupção existe na política e nas empresas. Eu gosto de política, é muito importante”. (Maria das Vitórias, pequena batalhadora – alimentação, Mossoró).

3.3.2 – O voto nulo da nova classe trabalhadora (pequeno batalhador)

Os eleitores com voto nulo da nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores)³¹⁵ reprovaram a política econômica e os programas governamentais do governo Dilma. Entende-se que esse voto reitera as críticas à política econômica realizada pela grande mídia e a classe média que desagua na rejeição do governo Dilma (2011-2014) e sua candidatura. Destarte, as críticas em relação ao aumento irrisório do salário mínimo e a alta da inflação também são replicadas por esse eleitor:

“O salário mínimo aumentou muito pouco”. (Elisabeth Maria, pequena batalhadora – alimentação, Caicó; voto no primeiro turno nenhum e no segundo turno nenhum; avaliação do governo Dilma – Péssimo);

“A inflação não está controlada”. (Elisabeth Maria, pequena batalhadora – alimentação, Caicó);

“O aumento do salário mínimo foi muito fraco, poderia ser melhor. Também acho que a inflação não está controlada”. (João Gualber, pequeno batalhador – informática, Natal; voto no primeiro turno nenhum e no segundo turno nenhum; avaliação do governo Dilma – Regular);

“O aumento do salário mínimo não foi bom nos últimos anos. Para mim, a inflação não está controlada”. (Maria Edna, pequena batalhadora – armarinho, Natal; voto no primeiro turno nenhum e no segundo turno nenhum; avaliação do governo Dilma – Regular);

“Não houve aumento do salário mínimo, foi péssimo, não dá para nada”. (Alderí Teixeira, pequena batalhadora – padaria, Natal; voto no primeiro turno nenhum e no segundo turno nenhum; avaliação do governo Dilma – Regular);

“A inflação não está controlada”. (Alderí Teixeira, pequena batalhadora – padaria, Natal);

“O aumento do salário mínimo deveria ter sido maior. Não acho que a inflação esteja controlada”. (José Francisco, pequeno batalhador – armarinho, Caicó; voto no primeiro turno nenhum e no segundo turno nenhum; avaliação do governo Dilma – Regular);

“O salário mínimo aumentou pouco. E a inflação não está controlada”. (Lindonjonson Rodrigues, pequeno batalhador – eletrônicos, Mossoró; voto no primeiro turno nenhum e no segundo turno nenhum; avaliação do governo Dilma – Regular);

“O salário mínimo aumentou de acordo com a inflação, mas o problema é que a inflação está descontrolada”. (Francisco das Chagas, pequeno batalhador – armarinho; voto no primeiro turno nenhum e no segundo turno nenhum; avaliação do governo Dilma – Regular);

³¹⁵ Enxerga-se nas entrevistas em profundidade que os eleitores com voto nulo da nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores) anularam o voto (majoritariamente) desde as eleições presidenciais de 2006.

“O aumento do salário mínimo nos últimos anos foi muito baixo. Além disso, a inflação não está controlada”. (Robenilda Oliveira, pequena batalhadora – salão de beleza, Mossoró; voto no primeiro turno nenhum e no segundo turno nenhum; avaliação do governo Dilma – Regular).

Ainda sobre a avaliação de desempenho, os eleitores com voto nulo da nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores) se posicionaram entre a aprovação e a reprovação ao principal programa social dos governos petistas, o programa Bolsa Família. Nesse caso, a reprovação reproduz as críticas dos opositores do programa sobre a ineficácia do programa em enaltecer “a ética do trabalho”. (SOUZA, 2012)

Em relação às outras políticas redistributivas e compensatórias empreendidas pelo governo Lula-Dilma (2003-2014), os eleitores com voto nulo da nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores) aprovaram e replicaram o discurso governista sobre o sucesso na implantação desses programas governamentais:

“Sou a favor do Bolsa Família se tiver um controle porque tem gente que recebe e não precisa”. (Maria Edna, pequena batalhadora – armarinho, Natal);

“Concordo com o Bolsa Família para os pobres que precisam, mas, às vezes, tem gente que recebe e não quer trabalhar”. (Francisco das Chagas, pequeno batalhador – armarinho, Natal);

“Não sou a favor do Bolsa Família. Sou a favor de trabalho para o povo, e não só receber dinheiro.”. (Alderí Teixeira, pequena batalhadora – padaria, Natal);

“O Bolsa Família é bom e ruim. Não sei como tem gente que vive com cento e pouco reais. E tem muita gente que não quer mais trabalhar”. (Elisabeth Maria, pequena batalhadora – alimentação, Caicó);

“Sou a favor do Bolsa Família, Mais Médicos, Prouni, Fies e o Minha Casa Minha Vida”. (João Gualber, pequeno batalhador – informática, Natal);

“Eu concordo com o Bolsa Família, para ajudar as pessoas. O problema é que muita gente se acomoda com o dinheiro e não quer mais trabalhar”. (Lindonjonson Rodrigues, pequeno batalhador – eletrônicos, Mossoró);

“O Bolsa Família não é importante. O governo deveria dar emprego”. (José Francisco, pequeno batalhador – armarinho, Caicó);

“Concordo com o Mais Médicos, as cotas nas universidades, a PEC das Empregadas, o Prouni, o Fies e o Minha Casa Minha Vida”. (Maria Edna, pequena batalhadora – armarinho, Natal);

“Sou a favor do Prouni, Fies e do Minha Casa Minha Vida”. (Alderí Teixeira, pequena batalhadora – padaria, Natal);

“Sou a favor da PEC das Empregadas e o Minha Casa Minha Vida. São bons programas”. (Elisabeth Maria, pequena batalhadora – alimentação, Caicó);

“Gosto da PEC das Empregadas e do Minha Casa Minha Vida. E o Mais Médicos é um programa bom”. (José Francisco, pequeno batalhador – armarinho, Caicó);

“Sou a favor do Mais Médicos porque os médicos daqui não queriam fazer nada, mas quando trouxeram médicos de fora, eles começaram a agitar”. (Lindonjonson Rodrigues, pequeno batalhador – eletrônicos, Mossoró);

“Concordo com o Mais Médicos, Prouni, Fies e o Minha Casa Minha Vida”. (Francisco das Chagas, pequeno batalhador – armarinho, Natal).

Sobre igualdade, os eleitores com voto nulo da nova classe trabalhadora (pequeno batalhador) se encontravam entre à esquerda e à direita em relação ao voto ideológico. Estavam à esquerda na aprovação a redistribuição de renda, através da maior taxação de impostos para os mais ricos e na defesa de que as principais políticas públicas sejam voltadas para os mais pobres. E à direita, na defesa da limitação ou diminuição de gastos sociais, e na relação direta entre pobreza e preguiça (frase repetida com muita intensidade). Essa aversão à “preguiça”, exposta pelo eleitor com voto nulo da nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores) sobre o Programa Bolsa Família, confirma a forte presença do “capital familiar” baseado “na ética do trabalho” como melhor caminho para a ascensão social. (SOUZA, 2012):

“Os ricos devem pagar mais impostos”. (João Gualber, pequeno batalhador – informática, Natal; voto no primeiro turno nenhum e no segundo turno nenhum, posicionamento ideológico: centro);

“Os ricos deveriam pagar mais impostos. Os pobres pagam imposto igual aos ricos. São muitos impostos”. (Alderí Texeira, pequena batalhadora – padaria, Natal; voto no primeiro turno nenhum e no segundo turno nenhum; posicionamento ideológico: direita);

“Os ricos devem pagar mais impostos. Ganha mais, paga mais”. (Francisco das Chagas, pequeno batalhador – armarinho, Natal);

“Os impostos são altos e tem muitos impostos. Mas, os ricos devem pagar mais impostos”. (José Francisco, pequeno batalhador – armarinho, Caicó; voto no primeiro turno nenhum e no segundo turno nenhum; posicionamento ideológico: centro);

“Os ricos devem pagar mais impostos. Quem tem mais, paga mais”. (Lindonjonson Rodrigues, pequeno batalhador – eletrônicos, Mossoró; voto no primeiro turno nenhum e no segundo turno nenhum; posicionamento ideológico: centro);

“As políticas públicas devem ser voltadas para os mais pobres”. (Maria Edna, pequena batalhadora – armarinho, Natal; voto no primeiro turno nenhum e no segundo turno nenhum; posicionamento ideológico: direita);

“As políticas públicas devem ser voltadas para os pobres”. (Francisco das Chagas, pequeno batalhador – armarinho, Natal; voto no primeiro turno nenhum e no segundo turno nenhum; posicionamento ideológico: centro);

“As políticas públicas devem ser voltadas aos mais pobres”. (Elisabeth Maria, pequena batalhadora – alimentação, Caicó; voto no primeiro turno nenhum e no segundo turno nenhum; posicionamento ideológico: centro);

“As políticas públicas tem que ser para os pobres”. (João Gualber, pequeno batalhador – informática, Natal);

“As políticas públicas devem ser para os pobres”. (José Francisco, pequeno batalhador – armarinho, Caicó);

“As políticas públicas devem ser voltadas para os mais pobres”. (Robenilda Oliveira, pequena batalhadora – salão de beleza, Mossoró; voto no primeiro turno nenhum e no segundo turno nenhum; posicionamento ideológico: centro);

“As políticas públicas devem ser voltadas para os mais pobres, mas os ricos sempre são mais beneficiados”. (Lindonjonson Rodrigues, pequeno batalhador – eletrônicos, Mossoró);

“O governo deve limitar os gastos sociais e da previdência”. (Elisabeth Maria, pequena batalhadora – alimentação, Caicó);

“A pobreza está ligada à preguiça. Esse Bolsa Família tem culpa nisso”. (Elisabeth Maria, pequena batalhadora – alimentação, Caicó);

“O governo deve diminuir os gastos sociais. Por isso, acho que a preguiça está ligada à pobreza, não é falta de oportunidade”. (João Gualber, pequeno batalhador – informática, Natal);

“O governo deve limitar os gastos sociais e da previdência. Assim acabaria com essa preguiça de trabalhar que muita gente tem”. (Alderí Teixeira, pequena batalhadora – padaria, Natal);

“Tem que diminuir esses gastos com esses programas sociais. Tem muita gente que recebe e tem preguiça de trabalhar”. (Francisco das Chagas, pequeno batalhador – armarinho, Natal);

“O governo deve diminuir alguns programas sociais, por exemplo: o Bolsa Família”. (José Francisco, pequeno batalhador – armarinho, Caicó).

Os eleitores com voto nulo da nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores) também se posicionaram nos dois extremos em relação a presença do Estado na economia. Assim sendo, essa fração de classe se divide em: nos que se aproximam do discurso crítico dos pequenos proprietários capitalistas da classe média, em correlação com a incompetência

do Estado na administração dos serviços e os que se aproximam das classes populares e que defendem a presença do Estado na economia e temem a piora dos serviços básicos com a privatização:

“O governo deve dirigir os serviços básicos e os outros serviços, sou contra as privatizações, tenho receio que piore ou fique mais caro”. (José Francisco, pequeno batalhador – armarinho, Caicó);

“Sou contra as privatizações. Com o governo é ruim, na iniciativa privada vai ficar pior”. (Francisco das Chagas, pequeno batalhador – armarinho, Natal);

“Se o governo privatizasse tudo, menos os serviços básicos não ia dar certo não”. (Elisabeth Maria, pequena batalhadora – alimentação, Caicó);

“O governo deveria dirigir apenas saúde, educação e segurança. Exemplo: a privatização da Cosern foi muito boa”. (Lindonjonson Rodrigues, pequeno batalhador – eletrônicos, Mossoró);

“Para mim, o governo deveria passar para a iniciativa privada tudo, educação, saúde e segurança. O exemplo é a Cosern que depois de ser privatizada melhorou”. (João Gualber, pequeno batalhador – informática, Natal);

“Sou a favor que a iniciativa privada dirija tudo na economia, exceto saúde, educação e segurança. Sou a favor das privatizações”. (Robenilda Oliveira, pequena batalhadora – salão de beleza, Mossoró).

Diante da preservação da ordem, os eleitores com voto nulo da nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores) também se voltaram às classes populares (como a nova classe trabalhadora – chefes e não chefes) na defesa da manutenção da ordem e resistência às greves e manifestações:

“A polícia e os militares devem estar prontos em manifestações, principalmente para evitar baderna”. (José Francisco, pequeno batalhador – armarinho, Caicó);

“Sou a favor da polícia e dos militares em manifestações e greves, principalmente quando não tem controle”. (Lindonjonson Rodrigues, pequeno batalhador – eletrônicos, Mossoró);

“Sou a favor do uso da polícia e dos militares em manifestações, principalmente em pancadaria”. (Francisco das Chagas, pequeno batalhador – armarinho, Natal);

“A polícia deve estar nas manifestações e se tiver violência, ela deve intervir”. (Maria Edna, pequena batalhadora – armarinho, Natal);

“Concordo com o uso da polícia e dos militares para acabar com greves e manifestações. O vandalismo é grande”. (Alderí Teixeira, pequena batalhadora – padaria, Natal);

“A policia deve ser utilizada em manifestações”. (Robenilda Oliveira, pequena batalhadora – salão de beleza, Mossoró).

Os eleitores com voto nulo da nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores) possuem um posicionamento que reitera a relação direta entre a corrupção *versus* política e a corrupção em toda a sociedade (política e nas empresas). Essa relação, entre a corrupção e a política reproduzida pela grande mídia, será replicada no voto nulo da nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores) com a afirmação que a política é “ruim”, na desconfiança da classe política e na democracia representativa:

“A corrupção existe entre os políticos e nas empresas”. (Maria Edna, pequena batalhadora – armarinho, Natal);

“A política é nem ruim e nem boa. Eu não acredito nos políticos”. (Maria Edna, pequena batalhadora – armarinho, Natal);

“Existe mais corrupção entre os políticos. Por isso, não gosto de política. A política é péssima. Por mim não existiria”. (Alderí Teixeira, pequena batalhadora – padaria, Natal);

“A corrupção está em todo lugar”. (Elisabeth Maria, pequena batalhadora – alimentação, Caicó);

“A política é ruim. Não deveria ter eleição, tem que haver outra maneira”. (Elisabeth Maria, pequena batalhadora – alimentação, Caicó);

“A corrupção existe entre os políticos e nas empresas, está em todo lugar”; (João Gualber, pequeno batalhador – informática, Natal);

“A política é ruim. Tudo gira em torno deles mesmos. O Brasil está péssimo. Não era para ter eleição ou o voto ser facultativo”. (João Gualber, pequeno batalhador – informática, Natal);

“A corrupção é muito maior entre os políticos. A política é ruim, não gosto de votar”. (Robenilda Oliveira, pequena batalhadora – salão de beleza, Mossoró).

Os eleitores da situação da nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores) se aproximaram do Partido dos Trabalhadores, avaliando positivamente os governos Lula-Dilma (2003-2014) devido à implantação de políticas compensatórias, redistributivas e programas governamentais voltados às classes populares. Além disso, os pequenos batalhadores se beneficiaram do incremento de renda proporcionado pelo programa Bolsa Família e o aumento do salário mínimo nos últimos dez anos, nos bairros das classes populares em Natal e nas cidades do interior do Rio Grande do Norte.

A classe média pequena proprietária rejeita o aumento do salário mínimo acima da

inflação, pois diminui sua mais valia e critica a carga tributária porque possui trabalhadores formais e recolhem impostos³¹⁶. Em um contraponto, os eleitores da situação da fração da nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores) realizaram essa escolha eleitoral, porque seus interesses classistas e ganhos de bem-estar econômico estão atrelados ao aumento do salário mínimo acima da inflação e a implantação do programa Bolsa Família, que aumentou o poder de compra das classes populares e, conseqüentemente, fez que os mesmos consumissem mais produtos e serviços em seus estabelecimentos comerciais e de serviços.

Então, os eleitores da situação da fração da nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores), que foram beneficiados com uma carga tributária inferior aos pequenos proprietários da classe média, aumento de receita em seus estabelecimentos comerciais e de serviços e políticas redistributivas e compensatórias, fizeram sua escolha eleitoral através da interação entre o voto retrospectivo (desempenho passado) e voto prospectivo (expectativa de desempenho futuro). Dessa maneira, o eleitor da situação dessa fração de classe, utilizando atalhos cognitivos se identificou com os interesses classistas desse grupo social e decidiu votar no governo que propiciou benefícios para a sua vida e optou pela continuidade dessas políticas governamentais (FIORINA, 1981)

Em um contraponto, os eleitores com voto nulo da fração da nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores) caminham entre a aprovação e a rejeição das políticas redistributivas e compensatórias do Governo Dilma e sua candidatura. Além disso, a relação entre corrupção e política, reiterada pela grande mídia e pela classe média, será replicada no eleitor com voto nulo desse grupo.

Essas posições contraditórias dentro dessa fração evidenciam a atuação dos aparelhos privados de hegemonia que atinge o conjunto das classes sociais. A situação de classe pode ser uma clivagem estrutural para a decodificação das mensagens que constituem a ideologia dominante que é veiculada, por exemplo, pela mídia. Portanto, uma classe se torna hegemônica quando consegue articular um bloco intelectual que atua nos aparelhos privados de hegemonia para transformar sua visão de mundo em senso comum da maioria da sociedade, incluindo a nova classe trabalhadora e suas respectivas frações. (GRAMSCI, 2002)

³¹⁶ A alíquota máxima no Simples Nacional (micro e pequenas empresas) é de: 11,6% comércio; 12,1% indústria; e 17,4% serviços.

(Em: http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_18/2013/09/19/4951/20130919132820295905o.pdf.)

CONCLUSÃO

Esta tese buscou investigar o comportamento eleitoral das frações da nova classe trabalhadora no Rio Grande do Norte, mais especificamente nas cidades de Natal, Mossoró e Caicó, a partir da eleição presidencial de 2014. Essa investigação analisou a ideologia, a avaliação de governo e a orientação do voto de uma parcela relevante das classes populares do eleitorado potiguar³¹⁷.

Inicialmente, o grande desafio era delimitar a nova classe trabalhadora e suas frações de classe que se aproximam das classes populares (não chefes e pequenos batalhadores) e a da classe média (cargos de chefia). Nesse sentido, foi possível demarcar as frações da nova classe trabalhadora e suas diferentes características constitutivas, seus interesses classistas e ideológicos.

A utilização do conceito de *nova classe trabalhadora* de Souza (2012), Chauí (2013) e Pochmann (2012, 2014) em detrimento à “nova classe média” atribuída por Neri (2008, 2010 e 2012) e Souza e Lamounier (2010) explicita uma crítica conceitual e um contraponto aos trabalhos que delimitam as classes sociais a partir da variável renda. Com isso, nesta presente tese, foi feita a opção pela escolha teórica neomarxista, representada por Wright (1975), sobretudo com a utilização da propriedade dos meios de produção e o controle da força de trabalho.

A contribuição de Wright foi decisiva para delimitar as frações da nova classe trabalhadora e suas respectivas situações contraditórias: chefes - burguesia e o proletariado (há um controle da força de trabalho dos subalternos); não chefes (há uma limitada ou mínima forma de autonomia no processo) e pequenos batalhadores (não reproduz seu capital a partir da mais-valia extorquida do trabalho assalariado, visto que utiliza sua própria força de trabalho ou de sua família) - pequena burguesia e o proletariado. Ademais, as diferentes situações contraditórias baseadas na propriedade dos meios de produção e no controle da força de trabalho desembocará em interesses particulares sobrepostos ao interesse comum. Sendo assim, a exploração (opressão econômica e apropriação da mais-valia) é a concepção criadora dos interesses classistas antagônicos. Nesse sentido, interesses de classes comuns significam compartilhar das mesmas estratégias materiais.

Acesso: 09 de setembro de 2015)

³¹⁷ Na análise das entrevistas em profundidade não foi possível perceber diferenças na ideologia, avaliação de governo e o voto das frações da nova classe trabalhadora entre as cidades investigadas.

A contribuição teórica da dimensão simbólica, representada por Bourdieu e Souza (2012) também foi relevante na delimitação das frações da nova classe trabalhadora. A fração da nova classe trabalhadora (chefes) possui capital cultural determinante, baseado principalmente na importância da educação superior³¹⁸ e hábitos de consumo semelhantes à classe média. Diferentemente, da fração da nova classe trabalhadora (chefes) e da classe média, na fração da nova classe trabalhadora (não chefes) encontramos a presença do capital familiar e cultural, além de hábitos de consumo que se aproximam das classes populares. Na fração da nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores) o capital familiar é determinante e os hábitos de consumo se aproximaram das classes populares. Nesse sentido, nessa fração de classe, o igualitarismo através das ações do Estado e o trabalho (capital familiar) são determinantes para a ascensão social.

O delineamento das classes sociais, especialmente as frações da nova classe trabalhadora, ultrapassando a variável renda e a análise qualitativa, são traços marcantes da presente tese e foram fundamentais para o êxito da investigação empírica.

A ascensão social das classes populares na última década trouxe consigo a discussão do surgimento de uma “nova classe média”. Souza e Lamounier (2010) homogeneizará as características constitutivas, os interesses classistas e ideológicos da “nova classe média”³¹⁹, afirmando de maneira equivocada que a mesma será cooptada pela classe média e alta com seu discurso liberal/conservador e antiestatista. Nesse caso, foram verificadas diferenças entre as características constitutivas, os interesses classistas e ideológicos das frações da nova classe trabalhadora. Ademais, foi possível perceber as diferenças no capital determinante e secundário³²⁰ e os hábitos de consumo entre as frações da nova classe trabalhadora e a sua relevância em estabelecer interesses classistas e ideológicos.

A escolha teórico-metodológica deste trabalho conseguiu ultrapassar a fragilidade conceitual de atrelar a demarcação das classes sociais à variável renda e ao poder de consumo encontrado nos autores do liberalismo econômico. Por isso, com a expansão da “classe econômica C”, na última década, o cenário midiático e acadêmico reproduz a afirmação de que houve uma ampliação da classe média brasileira, ou seja, de que teria surgido uma “nova classe média” por causa do aumento da renda e do poder de consumo. Com a discussão teórico-metodológica sobre a nova classe trabalhadora e o desafio de delimitar suas

³¹⁸ Nesse caso, os entrevistados (perfil em anexo) possuíam o nível médio ou estavam cursando o nível superior.

³¹⁹ Como já foi mencionado anteriormente, Souza e Lamounier (2010) de maneira equivocada, ressaltam que a “nova classe média”, ou “classe C” ao lado da chamada classe média A/B, coexiste com ela adquirindo hábitos de consumo semelhante.

³²⁰ Souza (2012) não diferenciará os capitais pessoais e os hábitos de consumo dentro da nova classe

respectivas frações, a presente tese trouxe, novamente, para o debate acadêmico, a relevância da noção de classe como estratégia metodológica no estudo do comportamento eleitoral no Brasil.

O interesse classista das frações da nova classe trabalhadora na eleição de 2014 aconteceu através da conexão entre a manifestação do voto ideológico aliada às vontades coletivas articuladas. Isso acontece porque é na distinção ideológica que é possível definir o conjunto de escolhas políticas ligadas aos interesses classistas. Desse modo, o voto ideológico das frações da nova classe trabalhadora consolidou a visão de mundo e a racionalidade em torno de seus projetos e na disputa para manter sua posição hegemônica na sociedade brasileira. (GRASMCI, 2002)

Na eleição presidencial de 2014, o Partido dos Trabalhadores vence a quarta disputa consecutiva e se repete a cristalização do voto das classes populares na candidatura presidencial petista, como ocorreu em 2006 e 2010.

Na eleição de 2014, a candidatura de Dilma Rousseff obteve uma expressiva votação nas classes populares³²¹ que replicam o discurso da candidata da situação sobre o sucesso da política econômica e social dos governos Lula-Dilma (2003-2014). Do ponto de vista ideológico, os governos petistas (Lula e Dilma) se aproximam ao varguismo ou nacional desenvolvimentismo através da presença do Estado na economia estimulando o crescimento econômico baseado na expansão do mercado de consumo da sociedade brasileira.

Em um contraponto, o distanciamento da classe média à candidatura do PT se aprofunda e torna a vitória de 2014, a mais acirrada desde 1989. Nessa eleição, a classe média majoritariamente replicou o comportamento eleitoral ocorrido nas duas últimas eleições (2006 e 2010), votando na oposição³²². Então, no primeiro turno, esse estrato transitou entre os candidatos: Aécio Neves (PSDB) e Marina Silva (PSB). E no segundo turno, com o apoio de Marina Silva³²³, na candidatura do PSDB. Igualmente, absorveu o discurso oposicionista da

trabalhadora.

³²¹ Como já foi mencionado anteriormente, de acordo com a pesquisa do Instituto Datafolha, divulgada em 04 de outubro de 2014, a candidata Dilma Rousseff possuía 44% das intenções de voto, com forte presença entre os estratos sociais com renda e escolaridade baixas: eleitores com renda de até 2 salários mínimos (49%) e nível fundamental (50%).

³²² Como já foi mencionado anteriormente, na pesquisa do Instituto Datafolha, divulgada no dia 04 de outubro de 2014, o estrato social de renda média (5 a 10 salários mínimos) estava dividindo sua intenção de voto entre Aécio Neves (PSDB) (33%) e Marina Silva (PSB) (25%). Os eleitores de escolaridade alta (nível superior) dividiam seus votos entre Aécio Neves (34%) e Marina Silva (26%). Nessa mesma pesquisa, a intenção de voto de Aécio Neves era de 26% e de Marina Silva era de 24%.

³²³ Como já foi mencionado anteriormente, grande parte (63%) dos eleitores da candidata Marina Silva migrou para a candidatura de Aécio Neves (PSDB). Além dos eleitores de estratos sociais comuns aos dois candidatos (escolaridade e renda altas), Aécio Neves conseguiu atrair os eleitores jovens e evangélicos que votaram em Marina Silva.

crise econômica (alta da inflação, aumento dos gastos públicos, aumento da carga tributária e baixo crescimento econômico), corrupção na máquina estatal e gastos públicos ineficientes (obras de infraestrutura e programas sociais).

A eleição de 2014 sofrerá impacto direto das Manifestações de Junho de 2013. Os eleitores da classe média e da fração da nova classe trabalhadora (chefes) foram mobilizados através de seus interesses de classe pela ideologia conservadora (Grande Onda), face à crítica ao “tamanho do Estado”, a corrupção no aparato estatal, a ineficiência dos serviços públicos nos governos petistas (Lula-Dilma) e os gastos da Copa do Mundo em detrimento à educação e a saúde. Essa ideologia “conservadora” também se opõe as políticas redistributivas e compensatórias dos Governos Lula-Dilma (2003-2014) e será reproduzida na eleição presidencial de 2014.

Na eleição presidencial de 2014, no Rio Grande do Norte, foi possível perceber que as diferenças em relação ao resultado do pleito nas cidades investigadas na presente tese aconteceu devido as diferenças nas dinâmicas econômicas municipais que afetaram o voto das frações da nova classe trabalhadora potiguar. Dessa maneira, a concentração de trabalhadores do setor de serviços na administração pública em Natal está relacionado com as mudanças nas tendências eleitorais em direção ao voto oposicionista em 2010 e no acirramento da eleição em 2014 (nesse caso, concentrando frações do núcleo da nova classe trabalhadora em funções de comando e portanto mais distantes das classes populares). Por sua vez, em Mossoró e Caicó, a concentração de trabalhadores nas atividades econômicas ligadas à indústria (Mossoró) e ao setor de serviços e comércio (Caicó) pode evidenciar a forte tendência eleitoral no voto situacionista nas duas cidades em 2006, 2010 e 2014 (nesse caso, concentrando frações do núcleo da nova classe trabalhadora em funções de execução e portanto mais próximas das classes populares). Mas deve-se ressaltar que o programa Bolsa Família e o aumento real do salário mínimo nos últimos doze anos foram relevantes no incremento da renda nos municípios de Caicó e Mossoró e também estão relacionados com a escolha eleitoral situacionista nas três últimas eleições presidenciais nas duas cidades mencionadas.

Na presente tese, foi possível perceber que a fração da nova classe trabalhadora (chefes) se aproximou do posicionamento ideológico e político da classe média, resultando na rejeição ao governo Dilma (2011-2014) e sua candidatura, como efeito da sua concordância com temas sobre a corrupção no aparelho estatal, aumento da carga tributária e na crítica sobre a ampliação das políticas compensatórias e redistributivas (principalmente o Bolsa Família, o Mais Médicos e as Cotas nas universidades públicas), reproduzido pela mídia e nas

relações interpessoais. A fração da nova classe trabalhadora (chefes) possui capital cultural determinante, baseado principalmente na importância da educação superior³²⁴ e hábitos de consumo semelhantes à classe média. Nesse sentido, essa fração de classe expôs, majoritariamente, a associação entre “preguiça” e “pobreza” quando perguntados em relação à igualdade. A associação entre “preguiça” e “pobreza” confirma a forte presença do “capital cultural” baseado na educação como melhor caminho para a ascensão social e o mérito como forma de premiar o esforço individual.

A nova classe trabalhadora (chefes) possui opiniões acerca da política, conforme suas características sociais e econômicas, gerando clivagens sociais que se expressam através dos partidos de oposição aos governos petistas ou com os quais setores desse eleitorado se identificam. Destarte, as propostas eleitorais da oposição assumiram um posicionamento relativo às questões de interesses classistas para essa fração da nova classe trabalhadora que se identificou com as propostas, repetindo esse discurso e exercendo sua escolha eleitoral oposicionista. Deste modo, a conexão entre a avaliação de desempenho e a ideologia acontece na interação – voto retrospectivo (fatores de longo prazo – voto ideológico e identificação partidária) e voto prospectivo (fatores de curto prazo – avaliação de desempenho do governo Dilma).

A rejeição ao governo Dilma e sua candidatura elucidam a incompatibilidade dos interesses classistas e por ganhos de bem estar econômico (próximos à classe média) da fração da nova classe trabalhadora (chefes). Para essa fração de classe, esse conflito de interesses acontece porque a maioria das políticas redistributivas e compensatórias (aumento do salário mínimo, Bolsa Família, Mais Médicos, cotas nas universidades públicas) resultaram em aumento dos gastos públicos (e inflação) e, conseqüentemente, aumento da carga tributária.

Os interesses classistas da fração da nova classe trabalhadora (chefes) fizeram com que houvesse uma interação entre o voto retrospectivo (desempenho passado) e o voto prospectivo (expectativas de desempenho futuro). Com isso, o eleitor dessa fração de classe, utilizando atalhos cognitivos, que se identificou com os interesses classistas da classe média, decidiu votar na oposição, anular ou estava indeciso. (FIORINA, 1981)

Similarmente, os eleitores da situação das frações da nova classe trabalhadora (não chefes) se alinharam às classes populares com um posicionamento ideológico e político a favor da presença do Estado na economia e de igualdade, e não da classe média, como

³²⁴ Nesse caso, os entrevistados (perfil em anexo) possuíam o nível médio ou estavam cursando o nível superior.

afirmavam Souza e Lamounier (2010). Essa escolha eleitoral aconteceu porque os interesses classistas e por ganhos de bem-estar econômico, através das políticas redistributivas e compensatórias (aumento do salário mínimo, Programa Bolsa Família, Mais Médicos, Minha Casa Minha Vida, cotas nas universidades públicas) possibilitaram uma interação entre o voto retrospectivo (desempenho passado) e voto prospectivo (expectativa de desempenho futuro).

Na mesma perspectiva dos eleitores da situação da fração da nova classe trabalhadora (não chefes), os pequenos batalhadores se aproximaram das classes populares com um posicionamento ideológico e político a favor da presença do Estado na economia, igualdade e das políticas compensatórias e redistributivas, pois seus interesses classistas coadunam com uma carga tributária inferior aos pequenos proprietários da classe média e aumento de receita em seus estabelecimentos comerciais e de serviços³²⁵. Esses benefícios para a nova classe trabalhadora (pequenos batalhadores) permitiram um vínculo entre o voto retrospectivo (desempenho passado) e voto prospectivo (expectativa de desempenho futuro). Dessa forma, utilizando atalhos cognitivos os eleitores da situação dessas frações da nova classe trabalhadora se identificaram com os interesses classistas desse grupo social e decidiu votar no governo que propiciou benefícios para a sua vida e optou pela continuidade dessas políticas governamentais (FIORINA, 1981)

Assim, as propostas eleitorais da situação assumiram um posicionamento relativo às questões de interesse classista para esses eleitores das frações da nova classe trabalhadora, que se identificaram com as propostas replicando esse discurso e realizando sua escolha eleitoral governista (voto retrospectivo e prospectivo).

Deve-se ressaltar que também ficaram evidenciadas posições ideológicas e políticas contraditórias dentro das frações da nova classe trabalhadora. As posições contraditórias existentes dentro das frações da nova classe trabalhadora (voto oposicionista, nulo e indeciso dos não chefes e voto nulo dos pequenos batalhadores) acontecem a partir da atuação sistemática dos aparelhos privados de hegemonia que atinge o conjunto das classes sociais. Com isso, os eleitores dessas frações da nova classe trabalhadora decodificaram as mensagens que constituem a hegemonia ideológica da classe dominante e da classe média, através dos aparelhos privados de hegemonia, como: a escola, a religião e os meios de comunicação absorvendo o discurso oposicionista e contrariando os interesses do grupo social em que está inserido. Os grupos subalternos possuem a tendência histórica de unificação, mas a hegemonia ideológica da classe dominante em desagrega-la está presente e inúmeras vezes é

³²⁵ A carga tributária inferior aos pequenos proprietários capitalistas e o incremento na receita são benefícios adquiridos pelos pequenos batalhadores.

bem sucedida. (GRAMSCI, 2002)

Os entrevistados da nova classe trabalhadora potiguar, mesmo não possuindo ensino superior, aderiram a uma corrente ideológica ou voto ideológico, contrariando os autores da Escola de Michigan. Foi verificado que mesmo não se posicionando nas categorias esquerda-direita, a intuição ideológica das frações da nova classe trabalhadora potiguar se aproximou de seu candidato com opiniões e visão de mundo semelhante. (SINGER, 2002)

A nova classe trabalhadora possui homogeneidade em relação à preservação da ordem. Destarte, a nova classe trabalhadora se aproxima das classes populares na defesa da manutenção da ordem e resistência às greves e manifestações. Quando há uma conexão entre elementos de esquerda e direita entre os entrevistados da nova classe trabalhadora acontece o conservadorismo popular. Essa expressão é efetivada com a combinação entre a defesa à presença do Estado na economia (esquerda) e à preservação da ordem (direita) que é identificado por mudanças sem prejuízo da ordem. (SINGER, 2009)

As tendências eleitorais detectadas na presente tese foram demonstradas a partir de um recorte regional e classista, além de um contexto histórico específico. Por isso, deve-se ter cuidado na comparação com outras realidades regionais, classistas e históricas. Nesse sentido, somente novos estudos em contextos regionais diferentes podem fazer generalizações sobre o comportamento eleitoral das frações da nova classe trabalhadora.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, José A. Guilhon. **1994: Eleições versus instituições ou porque os brasileiros não reelegeram Fernando Collor.** Papers, n. 18, pp. 1-22. São Paulo, Fundação Konrad-Adenauer, 1995.

ANTUNES, R. J. S. **Identificação partidária e comportamento eleitoral: Factores estruturais, atitudes e mudanças no sentido de voto.** Coimbra: Universidade de Coimbra (tese de doutoramento), 2010.

ARAÚJO, Denilson da Silva. **Dinâmica econômica, urbanização e metropolização no Rio Grande do Norte (1940-2006).** Tese de Doutorado. Campinas: Programa de Pós-graduação do Instituto de Economia da UNICAMP, 2009.

BANDEIRA, Muniz. **O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil 1961-1964.** Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro/RJ, 1977.

BAQUERO, M. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

BENEVIDES, Maria Victoria. **O PTB e o trabalhismo. Partido e sindicato em São Paulo: 1945-1964.** Editora Brasiliense. CEDEC. São Paulo/SP, 1989.

BERELSON B; LAZARSELD P. F; MC PHEE N. *Voting: A Study of Opinion Formation in a Presidential Campaign.* Chicago: University of Chicago Press, 1954.

BOBBIO, N. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política.** São Paulo: UNESP, 1995.

BONI, Valdete e QUARESMA, Sílvia. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais.** Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005.

BOURDIEU, Pierre. **Hierarquia em classes. Condição de classe e posição de classe.** Tradução de Rosa Maria Ribeiro da Silva. Organização Neuma Aguiar. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1974.

_____. **Gostos de classe e estilos de vida.** In: Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **A economia das trocas simbólicas.** Tradução de Sergio Miceli, Sílvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____. *What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups.* Berkeley Journal 01, Sociology, n. 32, p. 1-49, 1987^a.

_____. **O poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difusão Editorial, 1989.

BURAWOY, Michael. **O marxismo encontra Bourdieu**. Tradução Fernando Rogério Jardim. Editora UNICAMP, Campinas/SP, 2010.

CAMPBELL, A. e KHAN, R.L. *The people elect a president*. Universidade de Michigan, 1952.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras**. Florianópolis: Editora da UFSC; Rio de Janeiro; Ed. FGV, 2002.

CASTRO, Mônica. **Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política**. Tese de doutorado em Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1994.

CASTAÑEDA, Jorge. **Utopia desarmada**. Companhia das letras, São Paulo, 1994.

CHAUÍ, Marilena. **Uma nova classe trabalhadora. 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Emir Sader (org.). São Paulo/SP: Boi Tempo; Rio de Janeiro: FLASCSO, Brasil, 2013.

DATAFOLHA. **Perfil ideológico dos brasileiros**, São Paulo, 2013.

DELGADO, Lucília. **O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia**. Revista Scielo, São Paulo, 2009.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. Tradução Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. São Paulo: Ed. USP, 1999.

DUARTE, Jorge. **Entrevista em profundidade**. In DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DUMÉNIL, Gérard e DOMINIQUE, Lévy. **Neoliberalismo – Neoimperialismo**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 1-19, abr. 2007.

EDER, Klaus. **A classe social tem importância no estudo dos movimentos sociais? Uma teoria do radicalismo da classe média**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 16, nº 46, 2001.

ENRENREICH, Barbara. **O medo da queda – ascensão e crise da classe média**. São Paulo. Editora Página aberta, 1994.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. (1991). **As três economias políticas do Welfare State**. Lua Nova, número. 24, p. 85-116, set. 1991.

FERNANDES, Florestan. **Problemas de conceituação das classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro, Editora Paz e terra, 1977.

FIGUEIREDO, Rubens. **Opinião pública, intencionalidade e voto**. Opinião Pública, volume II, n. 2, pp. 73-82, 1994.

_____. **Marketing Político e persuasão eleitoral**. São Paulo: Fundação Konrad. 2000.

FIGUEIREDO, Rubens e COUTINHO, Ciro. **A eleição de 2002**. In: Opinião Pública, Vol. IX: Campinas, 2003.

FIORINA, Morris P. *Retrospective Voting in American National Elections*. New Haven, CT: Yale University Press, 1981.

GIROTTO NETO, Ângelo. **A voz das ruas e a rearticulação da ideologia conservadora**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

GUIMARÃES, Aender Luis. **As metamorfoses das tradições operárias – Trabalhadores do calçado frente a reestruturação produtiva**. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Franca, 2011.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**, 6 vols. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999-2002.

HAMMOUD, Ricardo H. Nabra. **Crescimento, desenvolvimento e desigualdade de renda. Análise dos clássicos: Furtado, Cardoso e o “milagre” econômico**. ANPEC/Sul, UFPR, 2008.

HIRANO, Sedi. **Castas, estamentos e classes sociais. Introdução ao pensamento de Marx e Weber**. Editora Alfa Ômega. São Paulo, 1974.

IANNI, Octavio. **O pensamento social no Brasil**. EDUSC, Bauru/SP, 2004.

IBGE. **Região de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Atlas do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

LINDOSO, José Antônio Spinelli. **Rio Grande do Norte 2000-2013**. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2014^a.

LINDOSO, José Antônio Spinelli. **Mudança social e crise no capitalismo: leituras sociológicas**. Natal: EDUFRN, 2014.

KECK, Margaret, E. **PT - A lógica da diferença. O partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro, 2010.

KEY, V. O. Jr., with the assistance of Milton C. Cummings, Jr. *The Responsible Electorate: Rationality in Presidential Voting, 1936-1960*. New York: Vintage, 1966.

KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Tradutor: Mário Ribeiro da Cruz. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

KINZO, Maria D'Alva G. **A eleição presidencial de 1994 no Brasil: Fernando Henrique Cardoso e o Plano Real**. in: C. Pinto & H. Guerrero. América Latina: o Desafio da Democracia nos Anos 90, Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1996.

LAVAREDA, Antônio. **A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro**. Rio de Janeiro, Rio Fundo/Iuperj, 1991.

LAZARFELDS, P.; BERELSON, B. & GAUDET, H. *The people's choice: How the voter makes up his mind in a presidential campaign*. New York: Columbia University Press, 1944.

LEHER, Roberto. **O governo Lula e os conflitos sociais no Brasil**. OSAL – Ano IV, número 10, 2003.

MARTINS, Carlos Estevam. **Liberalismo: O Direito e o Averso**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 46, nº 4, 2003.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. 4ª Edição. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1978.

_____. **O Capital. Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Capítulo XII: Divisão do trabalho e manufatura. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

MARX K. H.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de José Barata Moura, Ed. Estado Popular, 1997.

_____. **Ideologia Alemã**. Tradução de Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MEDEIROS, Josué. **O PT e as classes sociais no Brasil: reflexões após dez anos de “lulismo”. Classes Sociais no Brasil de hoje**. Fundação Perseu Abramo. Brasília/DF, 2013. p.51-58.

MEDEIROS, Marcelo. **As teorias de estratificação da sociedade e o estudo dos ricos**. IPEA. Brasília, 2003.

MENDES, Manuel; VENTURI, Gustavo. **Eleição presidencial: o plano Real na sucessão de Itamar Franco**. Opinião pública, v.II, n.2, 1994.

MILIOS John; ECONOMAKIS, George. **Classe operária e classes médias: situação de classe e posição de classe (Uma abordagem crítica da teoria de classes de Nicos Poulantzas)**. Tradução: Lília Tavoraro. Revisão técnica: Patricia Trópia e Andréia Galvão. Revista Crítica Marxista- número 32, 2011.

MILLS, C. Wright. **A nova classe média**. Biblioteca de Ciências Sociais. 3ª edição. Zahar editores, Rio de Janeiro, 1979.

NERI, Marcelo (coord.). **A nova classe média**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE/CPS, 2008.

_____. **A nova classe média: O lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE/CPS, 2010.

_____. **De volta ao país do futuro: projeções, crise europeia e a nova classe média**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE/CPS, 2012.

OLIVEIRA, Adriano e SANTOS, Roberto. **Boas administrações elegem candidatos? Uma análise do comportamento dos eleitores em sete capitais brasileiras nas eleições de 2008.** Revista Debates, V.3, Porto Alegre, 2009.

OLIVEIRA, Kleber e JANNUZZI, Paulo. **Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino.** São Paulo em perspectiva, v. 19, n. 4, p. 134-143, out./dez. 2005.

PERES, Marcos Augusto. **Do Taylorismo/Fordismo à acumulação flexível toyotista: Novos paradigmas e velhos dilemas.** Faculdades Unopec, São Paulo, 2005.

PERISSINOTTO, Renato. **O 18 Brumário e a análise de classe contemporânea.** Lua nova, São Paulo, 2007.

PINTO, Geraldo Augusto. **Capitalismo dependente e gestão do trabalho fabril no Brasil.** Revista Trabajo y Sociedad, Núm. 20, Santiago del Estero, Argentina, 2013.

POCHMANN, Márcio. **Nova classe média?** Ed.Boitempo, São Paulo, 2012.

_____. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

POMAR, Wladimir. **Debatendo classes e luta de classes no Brasil. Classes Sociais no Brasil de hoje.** Fundação Perseu Abramo. Brasília/DF, 2013. p. 05-51.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje;** tradução de Antônio Roberto Neiva Blundi. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

POPKIN, Samuel L. **The Reasoning Voter.** Chicago, the Chicago University Press, 1991.

PRZEWORSKY, Adam. **Capitalismo e social democracia. Estratégias partidárias, organização de classe e votação individual.** São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1989. (Cap. III: pp. 121 a 160).

RIBEIRO, Gustavo César de M.; OLIVEIRA, João Emanuel Evangelista de. **Entre o preconceito e a realidade: investigando a vitória de José Serra na Região Metropolitana de Natal na eleição presidencial de 2010.** In: 35º Encontro Anual da Anpocs, 2011, Caxambu - MG. Anais do 35º Encontro Anual da Anpocs, 2011.

RIBEIRO, Gustavo César de M. **Classes sociais e eleições presidenciais no Brasil contemporâneo (2002-2010).** Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

RICCI, Rudá. **Da era dos movimentos sociais a ascensão da nova classe média brasileira.** Editora Contraponto. São Paulo, 2010.

ROCARD, Michel. **Reinventando a esquerda.** Editado por David Miliband; Tradução de Raul Fiker. São Paulo. Fundação Editora da UNESP, 1997.

ROSANVALLON, Pierre. **A crise do Estado-providência.** Goiânia, GO: Ed.UFG/Brasília,

DF: Ed. UNB, 1997 (Original de 1981).

RUBIM, Antônio Albino Canelas e COLLING, Leandro. **Mídia e eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura**. UFBA, 2004.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro/Brasília, Zahar Editores/Editora Universidade de Brasília, 1982.

SCALON, Celi; SALATTA, André. **Uma Nova Classe Média no Brasil da Última Década? O debate a partir da perspectiva sociológica**. Revista Sociedade e Estado - Volume 27 Número 2 - Maio/Agosto, 2012.

SEPLAN, Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças do RN. **Perfil do Rio Grande do Norte**. Natal/RN, 2012.

SILVA, Marconi Gomes. **Mercado de trabalho, ocupações e rendimentos: a Região Metropolitana de Natal na década de 1990**. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

SILVEIRA, Flávio E. **O novo eleitor não-racional**. Tese de doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SINGER, André. **Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro: A identificação ideológica nas Disputas Presidenciais de 1989 e 1994**. Edusp: São Paulo, 2002.

_____. **As raízes sociais e ideológicas do lulismo**. Novos Estudos CEBRAP, nº 85, novembro 2009.

_____. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER Bolívar. **A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade**. São Paulo: Elsevier, 2010.

SOUZA, Jessé. **A Ralé Brasileira: Quem É e Como Vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: UFMG, 2012.

TAROUCO, Gabriela e MADEIRA, Rafael. **Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil**. Revista de sociologia e política v. 21. Número 45; 149-165 Março 2013.

TIBLE, Jean. **O fenômeno político do lulismo e a construção de uma nova classe social, Classes Sociais no Brasil de hoje**. Fundação Perseu Abramo. Brasília/DF, 2013. p. 68-77.

UFRN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI**. Natal, Outubro de 2010.

VENTURI, Gustavo. **“Esquerda ou direita?”**. Teoria e Debate, nº 75, jan.-fev, 2008.

WEBER, Max. **Classe, Status, Partido.** In: VELHO, O. G; PALMEIRA, M. G. S.; e BERTELLI, A. R. (org.). *Estrutura de Classes e Estratificação Social.* Rio de Janeiro, RJ. Zahar Editores, 1971.

WRIGHT, Erik. **Classe, crise e o Estado.** Traduzido da segunda edição inglesa. Editores Zahar. Rio de Janeiro, 1979.

_____. **Classes.** Londres: Verso, 1985.

WEFFORT, Francisco. **Por que Democracia.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

ANEXOS

Roteiro para a entrevista em profundidade

Estamos realizando um trabalho acadêmico de conclusão do curso de doutorado em Ciências Sociais. O tema da tese é “O comportamento eleitoral da nova classe trabalhadora no Rio Grande do Norte (2014): ideologia, avaliação de governo e voto”. Gostaria de contar com suas informações que serão de extrema importância para a realização e conclusão dessa pesquisa. Desde já agradeço a sua participação.

Campo I – Dados sobre o entrevistado.

- 1) *Nome:* _____ *Cidade:* _____ 3) *Religião:* _____
- 4) *Ocupação principal em 2003:* _____ *Ocupação principal em 2014:* _____
- 5) *Cargo de chefia em 2003:* () sim () não *Cargo de chefia em 2014:* () sim () não
- 6) *Escolaridade:*() Ensino fundamental () Ensino médio () Ensino superior incompleto
- 7) *Para você, a ascensão social acontece, principalmente, através da educação e/ou do trabalho? Por quê? Valores simbólicos (ordem de prioridade ou capital determinante e secundário - 1 e 2):* () Capital cultural () Capital familiar
- 8) *Você, quando vai consumir, dá importância às marcas, por quê?:* a) *roupas* – () sim () não () às vezes
b) *eletrônicos (celular, televisão, computadores e outros)* – () sim () não () às vezes

Campo II – Intenção de voto, avaliação de governo e posicionamento ideológico.

- 1) *Como você avalia o governo Dilma na área econômica? Por quê? Subtemas: Aumento do salário mínimo? Privatização de portos, aeroportos e estradas? Aumento dos gastos públicos? Controle da inflação? Crescimento econômico? Taxa de juros? PAC?*
() Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Péssimo
- 2) *Como você avalia o governo Dilma na área social? Por quê? Subtemas: Bolsa-Família? Programa Mais Médicos? PEC das Empregadas? Água para todos? Prouni e Fies? Minha Casa minha Vida?*
() Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Péssimo
- 3) *Como você avalia o governo Dilma? Por quê? Subtema: Diferenciar competências e responsabilidades no âmbito federal, estadual e municipal (ex: educação, saúde e segurança)?*
() Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Péssimo

4) *Em que grau você se identifica com a ideologia e o programa deste partido? Por quê?*

PT Mais forte 1() 2() 3() 4() 5() Mais fraco

PSB 1() 2() 3() 4() 5()

PSDB 1() 2() 3() 4() 5()

PSC 1() 2() 3() 4() 5()

5) *Nas eleições de 2002, 2006 e 2010 para presidente em quais candidatos/partidos você votou?*

2002 - 1º turno _____ 2º turno () Lula - PT () Serra - PSDB () Nulo- Branco, não compareceu

2006 - 1º turno _____ 2º turno () Lula - PT () Alckmin - PSDB () Nulo- Branco, não compareceu

2010 – 1º turno _____ 2º turno () Dilma - PT () Serra - PSDB () Nulo- Branco, não compareceu

6) *Você se considera um eleitor de esquerda ou direita? Por quê? E, para você qual o significado de esquerda e direita? Esquerda 1() 2() 3() 4() 5() Direita*

7) *Nós teríamos menos problemas no Brasil se as pessoas fossem tratadas com mais igualdade? Por quê? Mais forte - Esquerda 1() 2() 3() 4() 5() Direita - Mais fraco*

8) *Tudo o que a sociedade produz deveria ser distribuído entre todos, com maior igualdade possível? Por quê? Subtemas: **Redistribuição da renda? Maior taxação de impostos para os mais ricos?** Mais forte - Esquerda 1() 2() 3() 4() 5() Direita – Mais fraco*

9) *Em um país como o Brasil, é obrigação do governo diminuir as diferenças entre os mais ricos e os muito pobres? Por quê? Subtemas: **Aumento real do salário mínimo? Apoio aos sindicatos e defesa dos trabalhadores? Políticas públicas voltadas para os mais pobres? Diminuir a taxa de desemprego nas classes populares? A pobreza está ligada a falta de oportunidades?** Mais forte - Esquerda 1() 2() 3() 4() 5() Direita – Mais fraco*

10) *O Brasil estaria bem melhor se nós nos preocupássemos menos com que todo mundo seja igual? Por quê? Subtemas: **Limitação e diminuição de gastos sociais e da previdência? A pobreza está ligada a preguiça?** Mais fraco - Esquerda 1() 2() 3() 4() 5() Direita – Mais forte*

11) *O melhor para o Brasil seria que o governo deixasse as empresas particulares dirigirem tudo na economia, inclusive serviços básicos, como educação, saúde e habitação? Por quê? Subtemas: **Direito de propriedade? Investimentos individuais sem a necessidade de auxílio do Estado? Superioridade da livre-iniciativa individual sobre a estatal? Nenhuma regulação do Estado sobre as empresas privadas? Autonomia do Banco central? Menos***

impostos para contratar serviços de saúde e educação? Mais fraco - Esquerda 1() 2() 3() 4() 5() Direita – Mais forte

12) *O melhor para o Brasil seria que o governo dirigisse apenas esses serviços básicos, deixando o resto para empresas particulares? Por quê? Subtemas: Pouca regulação do Estado sobre as empresas privadas? Mais fraco- Esquerda 1() 2() 3() 4() 5() Direita – Mais forte*

13) *O melhor para o Brasil seria que o governo dirigisse tudo na economia, os serviços básicos, o comércio exterior, as indústrias pesadas? Por quê? Subtemas: Controle sobre preços e salários? Regulação do mercado? Mais impostos para melhorar os serviços de educação e saúde? Mais forte - Esquerda 1() 2() 3() 4() 5() Direita – Mais fraco*

14) *E sobre o uso da polícia contra manifestações de rua? Por quê? Subtemas: Em manifestações pacíficas? Mais fraco- Esquerda 1() 2() 3() 4() 5() Direita – Mais forte*

15) *E sobre o uso de tropas militares para acabar com greves e manifestações? Por quê? Subtemas: Em manifestações pacíficas? Deve-se aumentar gastos militares? Mais fraco- Esquerda 1() 2() 3() 4() 5() Direita – Mais forte*

16) *Onde existe mais corrupção? Entre os políticos (Estado) ou nas empresas (mercado)? Por quê? Subtemas: A política é ruim? Anti-política ou nova política? Mais fraco- Esquerda 1() 2() 3() 4() 5() Direita – Mais forte*

17) *Você é a favor das políticas compensatórias do governo, como: as cotas nas Universidades Públicas, Prouni, Fies, Mais Médicos, Bolsa Família? Por quê?*

Cotas nas Universidades - Mais forte - 1()³²⁶ 2() 3() 4() 5() – Mais fraco

Prouni e Fies - Mais forte - 1() 2() 3() 4() 5() – Mais fraco

Mais Médicos - Mais forte - 1() 2() 3() 4() 5() – Mais fraco

Bolsa Família - Mais forte - 1() 2() 3() 4() 5() – Mais fraco

18) *Se a eleição para presidente fosse hoje e fossem estes os candidatos, em qual o (a) sr (a) gostaria de votar? Por quê?*

() Dilma Rousseff (PT) () Marina Silva (PSB) () Aécio Neves (PSDB)

() Pastor Everaldo (PSC) () Indeciso () Nenhum () Outros

³²⁶ POSIÇÃO 1 – CONCORDO TOTALMENTE, POSIÇÃO 2 – CONCORDO, POSIÇÃO 3 – CONCORDO OU DISCORDO, POSIÇÃO 4 – DISCORDO, POSIÇÃO 5 – DISCORDO TOTALMENTE.

19) *Se a eleição para presidente fosse hoje (segundo turno) e fossem estes os candidatos, em qual o (a) sr (a) gostaria de votar? Por quê?*

() Dilma Rousseff (PT) () Aécio Neves (PSDB) () Indeciso () Nenhum

20) *Se a eleição para presidente fosse hoje (segundo turno) e fossem estes os candidatos, em qual o (a) sr (a) gostaria de votar? Por quê?*

() Dilma Rousseff (PT) () Marina (PSB) () Indeciso () Nenhum

Conexão entre a fração de classe, avaliação do governo Dilma, ideologia e voto (frases repetidas majoritariamente).

(Fração de classe da nova classe trabalhadora)	Avaliação de governo	Ideologia	Voto (Primeiro turno)
<p align="center">Chefes</p> <p align="center">Não chefes (evangélicos)</p> <p align="center">+ capital cultural + consumo de Marcas</p>	<p align="center">Regular – Ruim</p> <p>- Aumento do sal. mínimo; Controle da inflação; Aumento do gasto público; Crescimento econômico; Bolsa Família; Mais Médicos; Cotas nas universidades.</p>	<p align="center">Centro – direita</p> <p>+ Privatizações; Limitação de gastos sociais; Políticas públicas para todos; Diminuir impostos e corrupção; Corrupção e política; Governo e serviços básicos. ± Política é ruim; Pobreza ligada à preguiça; - Imposto maior para ricos.</p>	<p align="center">Aécio Neves Marina Silva Indecisos</p>
<p align="center">Não chefes</p> <p align="center">Pequenos batalhadores</p> <p align="center">± capital cultural ± consumo de Marcas</p>	<p align="center">Bom – Regular</p> <p>± Aumento do sal.mínimo; Controle da inflação; Crescimento econômico. + Aumento do gasto público; Bolsa Família; Mais Médicos; Minha Casa MinhaVida; Cotas nas universidades.</p>	<p align="center">Centro-esquerda</p> <p>+ Presença do Estado na economia; Imposto maior para ricos; Políticas públicas para os pobres. ± Política é ruim; Pobreza ligada à preguiça; Limitação de gastos sociais; Corrupção e política; Diminuir impostos.</p>	<p align="center">Dilma Rousseff</p>
<p align="center">Chefes</p> <p align="center">Não chefes</p> <p align="center">Pequenos batalhadores</p>	<p align="center">Bom – Ruim</p> <p>± Aumento do sal.mínimo. - Controle da inflação. ± Bolsa Família; Crescimento econômico; Aumento do gasto público. + Mais Médicos; Minha Casa MinhaVida; Cotas nas universidades.</p>	<p align="center">Esquerda-direita</p> <p>+ Políticas públicas para os pobres; Pobreza ligada à preguiça; Política é ruim; Diminuir impostos. ± Privatizações; Imposto para ricos; Limitação de gastos sociais; Governo e serviços básicos; Corrupção e política; Imposto maior para ricos.</p>	<p align="center">Nenhum</p>
<p align="center">Todas as frações da nova classe trabalhadora</p>	<p>+ PEC das Empregadas; Prouni; Fies.</p>	<p>+ Não sabe diferenciar esquerda/direita; Não se identifica com partidos (Alguns entrevistados (7) citaram o PT (4), PMDB (1) e PSOL (1) PSB (1); Não sabe diferenciar competência dos governos; + Presença da polícia em manifestações; ± Presença de militares em manifestações.</p>	

Conexão entre a avaliação do governo Dilma e voto (porcentagem).

(Fração de classe da nova classe trabalhadora)	Avaliação de governo	Voto (Primeiro turno)
Chefes	<p align="center"> Ótimo - 0% Bom - 33% Regular - 47% Ruim - 20% Péssimo - 0% </p> <p align="center"> Avaliação positiva - 33% Avaliação negativa - 20% </p>	<p align="center"> Dilma (PT) - 7% Aécio Neves (PSDB) - 33% Marina Silva (PSB) - 20% Nenhum - 14% Indeciso - 26% </p>
Não chefes	<p align="center"> Ótimo - 7% Bom - 47% Regular - 33% Ruim - 13% Péssimo - 0% </p> <p align="center"> Avaliação positiva - 54% Avaliação negativa - 13% </p>	<p align="center"> Dilma (PT) 40% Aécio Neves (PSDB)7% Marina Silva (PSB)13% Nenhum - 27% Indeciso - 13% </p>
Pequenos batalhadores	<p align="center"> Ótimo - 7% Bom - 33% Regular - 53% Ruim - 0% Péssimo - 7% </p> <p align="center"> Avaliação positiva - 40% Avaliação negativa - 7% </p>	<p align="center"> Dilma (PT) - 47% Aécio Neves (PSDB) - 0% Marina Silva (PSB) - 0% Nenhum - 53% Indeciso - 0% </p>

CONTEÚDO DAS CATEGORIAS UTILIZADAS NA ESCALA ESQUERDA-DIREITA

Direita

1. Livre Iniciativa. Menções favoráveis ao capitalismo de livre iniciativa; superioridade da iniciativa-investimento individual sobre a estatal e sistemas de controle; menções favoráveis aos direitos de propriedade privada, iniciativa-investimento e empreendimento pessoal; necessidade de empreendimentos-investimentos individuais desimpedidos.
2. Ortodoxia econômica. Necessidade de ortodoxia econômica tradicional, por exemplo: redução de déficits orçamentários, redução de gastos em crises, parcimônia (reservas) e economia; apoio a instituições econômicas tradicionais, como mercado de ações e sistema bancário; apoio a moeda forte. Inclui referências a: (i) políticas de ajuste fiscal, (ii) endividamento do estado, (iii) austeridade, (iv) equilíbrio fiscal, (v) falência do modelo nacional-desenvolvimentista e/ou sua reforma e (vi) privatizações.
3. Limitação do Welfare State. Limitação do gasto com serviços e seguridade social. Ajuste da Previdência.

Esquerda

1. Regulação do Mercado. Necessidade de regulações para fazer empresas privadas funcionarem melhor; ações contra monopólios e trustes e em defesa do consumidor e pequenos negócios; encorajamento da competição econômica; economia social de mercado.
2. Economia controlada. Necessidade geral de controle governamental da economia; controle sobre preços, salários e aluguéis etc.; presença estatal no sistema econômico.
3. Expansão do Welfare State. Menções favoráveis à necessidade de introduzir, manter ou expandir qualquer serviço social ou projeto de seguridade social; apoio a serviços sociais como serviços de saúde ou de habitação. Essa categoria exclui educação. Inclui referências a: questões urbanas, problemas sociais e políticas sociais.
4. Classes trabalhadoras: positivo. Referências favoráveis a grupos laborais, classe trabalhadora, desempregados; apoio a sindicatos; bom tratamento de trabalhadores manuais e de outros tipos. Direitos dos trabalhadores, liberdade sindical e salários.

**PERFIL DOS ENTREVISTADOS DA NOVA CLASSE
TRABALHADORA (CHEFES)**

NOME	Katiany Aline
CIDADE	Natal
RELIGIÃO	Católica
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Gerente de banco
ESCOLARIDADE	Superior incompleto
CAPITAL DETERMINANTE	Cultural
CONSUMO DE MARCAS	Sempre
NOME	João Maria
CIDADE	Caicó
RELIGIÃO	Católica
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Gerente de loja
ESCOLARIDADE	Médio
CAPITAL DETERMINANTE	Cultural
CONSUMO DE MARCAS	Sempre
NOME	Luis Albino
CIDADE	Natal
RELIGIÃO	Não tem
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Chefe (Correios)
ESCOLARIDADE	Superior incompleto
CAPITAL DETERMINANTE	Cultural
CONSUMO DE MARCAS	Sempre

NOME	Fabíola Silva
CIDADE	Natal
RELIGIÃO	Evangélica
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Coordenação de escola
ESCOLARIDADE	Superior incompleto
CAPITAL DETERMINANTE	Cultural
CONSUMO DE MARCAS	Às vezes
NOME	José Severiano
CIDADE	Natal
RELIGIÃO	Católico
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Supervisor de segurança
ESCOLARIDADE	Superior incompleto
CAPITAL DETERMINANTE	Cultural
CONSUMO DE MARCAS	Às vezes
NOME	Angélica Oliveira
CIDADE	Natal
RELIGIÃO	Católica
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Gerente de panificadora
ESCOLARIDADE	Superior incompleto
CAPITAL DETERMINANTE	Cultural
CONSUMO DE MARCAS	Sempre

NOME	João Ribeiro
CIDADE	Natal
RELIGIÃO	Espirita (kardecista)
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Sargento da Marinha
ESCOLARIDADE	Médio
CAPITAL DETERMINANTE	Cultural
CONSUMO DE MARCAS	Às vezes
NOME	Gustavo Alves
CIDADE	Natal
RELIGIÃO	Não tem
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Chefia (Ambev)
ESCOLARIDADE	Superior incompleto
CAPITAL DETERMINANTE	Cultural
CONSUMO DE MARCAS	Sempre
NOME	Diego Ricelle
CIDADE	Natal
RELIGIÃO	Evangélico
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Gerente de lan house
ESCOLARIDADE	Médio
CAPITAL DETERMINANTE	Cultural
CONSUMO DE MARCAS	Sempre

NOME	Ivo Alves
CIDADE	Caicó
RELIGIÃO	Católico
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Chefe (serviço público)
ESCOLARIDADE	Superior incompleto
CAPITAL DETERMINANTE	Cultural
CONSUMO DE MARCAS	Às vezes
NOME	Francisco das Chagas
CIDADE	Caicó
RELIGIÃO	Católico
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Gerente de loja
ESCOLARIDADE	Médio
CAPITAL DETERMINANTE	Cultural
CONSUMO DE MARCAS	Às vezes
NOME	Márcio da Silva
CIDADE	Mossoró
RELIGIÃO	Católico
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Gerente de loja
ESCOLARIDADE	Superior incompleto
CAPITAL DETERMINANTE	Cultural
CONSUMO DE MARCAS	Sempre

NOME	Marta Andrade
CIDADE	Mossoró
RELIGIÃO	Católica
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Gerente de loja
ESCOLARIDADE	Superior incompleto
CAPITAL DETERMINANTE	Cultural
CONSUMO DE MARCAS	Sempre
NOME	Lázaro José
CIDADE	Mossoró
RELIGIÃO	Católica
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Gerente de serviços
ESCOLARIDADE	Médio
CAPITAL DETERMINANTE	Cultural
CONSUMO DE MARCAS	Sempre
NOME	Débora Cristiane
CIDADE	Mossoró
RELIGIÃO	Não tem
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Chefe (clínica)
ESCOLARIDADE	Superior incompleto
CAPITAL DETERMINANTE	Cultural
CONSUMO DE MARCAS	Às vezes

**PERFIL DOS ENTREVISTADOS DA NOVA CLASSE
TRABALHADORA (NÃO CHEFES)**

NOME	Elissérgio Alves
CIDADE	Natal
RELIGIÃO	Não tem
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Soldado da PM
ESCOLARIDADE	Médio
CAPITAL DETERMINANTE	Cultural
CONSUMO DE MARCAS	Nunca
NOME	Marcos Alexandre
CIDADE	Natal
RELIGIÃO	Católica
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Atendimento (imobiliária)
ESCOLARIDADE	Médio
CAPITAL DETERMINANTE	Familiar
CONSUMO DE MARCAS	Às vezes
NOME	Régia Batista
CIDADE	Caicó
RELIGIÃO	Católica
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Vendedora de loja
ESCOLARIDADE	Médio
CAPITAL DETERMINANTE	Familiar
CONSUMO DE MARCAS	Nunca

NOME	Maria José
CIDADE	Natal
RELIGIÃO	Católica
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Manicure
ESCOLARIDADE	Médio
CAPITAL DETERMINANTE	Familiar
CONSUMO DE MARCAS	Nunca
NOME	Patricia Maria
CIDADE	Natal
RELIGIÃO	Não tem
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Professora (ensino fundamental)
ESCOLARIDADE	Médio
CAPITAL DETERMINANTE	Cultural
CONSUMO DE MARCAS	Sempre
NOME	João Vitor
CIDADE	Mossoró
RELIGIÃO	Não tem
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Técnico laboratório
ESCOLARIDADE	Médio
CAPITAL DETERMINANTE	Cultural
CONSUMO DE MARCAS	Às vezes

NOME	Rozinaide Kaliane
CIDADE	Mossoró
RELIGIÃO	Evangélica
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Recepcionista (Clínica)
ESCOLARIDADE	Médio
CAPITAL DETERMINANTE	Familiar
CONSUMO DE MARCAS	Nunca
NOME	Thenanffar Wilma
CIDADE	Mossoró
RELIGIÃO	Evangélica
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Recepcionista
ESCOLARIDADE	Médio
CAPITAL DETERMINANTE	Cultural
CONSUMO DE MARCAS	Nunca
NOME	Aldeisa Pereira
CIDADE	Mossoró
RELIGIÃO	Evangélica
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Atendimento
ESCOLARIDADE	Médio
CAPITAL DETERMINANTE	Familiar
CONSUMO DE MARCAS	Às vezes

NOME	Iolanda Maria
CIDADE	Natal
RELIGIÃO	Católica
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Vendedora (loja)
ESCOLARIDADE	Médio
CAPITAL DETERMINANTE	Cultural
CONSUMO DE MARCAS	Nunca
NOME	Jéssica Ruth
CIDADE	Natal
RELIGIÃO	Não tem
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Vendedora (loja)
ESCOLARIDADE	Médio
CAPITAL DETERMINANTE	Cultural
CONSUMO DE MARCAS	Nunca
NOME	Adaiele Ohana
CIDADE	Natal
RELIGIÃO	Não tem
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Vendedora (loja)
ESCOLARIDADE	Médio
CAPITAL DETERMINANTE	Cultural
CONSUMO DE MARCAS	Nunca

NOME	Gleudson Márcio
CIDADE	Natal
RELIGIÃO	Evangélico
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Vendedor (loja)
ESCOLARIDADE	Médio
CAPITAL DETERMINANTE	Cultural
CONSUMO DE MARCAS	Nunca
NOME	Josimere Cândido
CIDADE	Caicó
RELIGIÃO	Não tem
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Vendedora (loja)
ESCOLARIDADE	Médio
CAPITAL DETERMINANTE	Familiar
CONSUMO DE MARCAS	Nunca
NOME	Francicleide Araújo
CIDADE	Caicó
RELIGIÃO	Não tem
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Atendimento (loja)
ESCOLARIDADE	Médio
CAPITAL DETERMINANTE	Familiar
CONSUMO DE MARCAS	Nunca

**PERFIL DOS ENTREVISTADOS DA NOVA CLASSE
TRABALHADORA (PEQUENOS BATALHADORES)**

NOME	Maria Nazaré
CIDADE	Natal
RELIGIÃO	Católica
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Comércio (artesanato)
ESCOLARIDADE	Médio
CAPITAL DETERMINANTE	Familiar
CONSUMO DE MARCAS	Nunca
NOME	Maria Edineide
CIDADE	Natal
RELIGIÃO	Católica
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Prestação de serviços (costureira)
ESCOLARIDADE	Fundamental
CAPITAL DETERMINANTE	Familiar
CONSUMO DE MARCAS	Nunca
NOME	Maria das Vitórias
CIDADE	Mossoró
RELIGIÃO	Católica
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Comércio (alimentação)
ESCOLARIDADE	Médio
CAPITAL DETERMINANTE	Familiar
CONSUMO DE MARCAS	Nunca

NOME	Robenilda Oliveira
CIDADE	Mossoró
RELIGIÃO	Católica
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Prestação de serviços (salão de beleza)
ESCOLARIDADE	Médio
CAPITAL DETERMINANTE	Familiar
CONSUMO DE MARCAS	Nunca
NOME	Lindonjonson Rodrigues
CIDADE	Mossoró
RELIGIÃO	Católico
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Comércio (eletrônicos)
ESCOLARIDADE	Médio
CAPITAL DETERMINANTE	Familiar
CONSUMO DE MARCAS	Nunca
NOME	Osmar Justino
CIDADE	Mossoró
RELIGIÃO	Católico
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Prestação de serviços (moto taxi)
ESCOLARIDADE	Fundamental
CAPITAL DETERMINANTE	Familiar
CONSUMO DE MARCAS	Às vezes

NOME	José Francisco
CIDADE	Caicó
RELIGIÃO	Católico
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Comércio (armarinho)
ESCOLARIDADE	Médio
CAPITAL DETERMINANTE	Familiar
CONSUMO DE MARCAS	Nunca
NOME	Elisabeth Maria
CIDADE	Caicó
RELIGIÃO	Católica
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Comércio (alimentação)
ESCOLARIDADE	Médio
CAPITAL DETERMINANTE	Familiar
CONSUMO DE MARCAS	Às vezes
NOME	João Gualber
CIDADE	Natal
RELIGIÃO	Evangélico
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Comércio (informática)
ESCOLARIDADE	Médio
CAPITAL DETERMINANTE	Familiar
CONSUMO DE MARCAS	Às vezes

NOME	Leandro Silva
CIDADE	Natal
RELIGIÃO	Candomblé
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Comércio (roupas)
ESCOLARIDADE	Médio
CAPITAL DETERMINANTE	Cultural
CONSUMO DE MARCAS	Às vezes
NOME	Roseane Gomes
CIDADE	Natal
RELIGIÃO	Católica
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Comércio (material de construção)
ESCOLARIDADE	Fundamental
CAPITAL DETERMINANTE	Familiar
CONSUMO DE MARCAS	Nunca
NOME	Francisco das Chagas
CIDADE	Natal
RELIGIÃO	Católica
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Comércio (armarinho)
ESCOLARIDADE	Médio
CAPITAL DETERMINANTE	Familiar
CONSUMO DE MARCAS	Às vezes

NOME	Maria Edna
CIDADE	Natal
RELIGIÃO	Católica
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Comércio (armarinho)
ESCOLARIDADE	Médio
CAPITAL DETERMINANTE	Cultural
CONSUMO DE MARCAS	Às vezes
NOME	Alderi Teixeira
CIDADE	Natal
RELIGIÃO	Católica
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Comércio (padaria)
ESCOLARIDADE	Fundamental
CAPITAL DETERMINANTE	Familiar
CONSUMO DE MARCAS	Nunca
NOME	Djalma Salvino
CIDADE	Caicó
RELIGIÃO	Católico
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Comércio (roupas)
ESCOLARIDADE	Médio
CAPITAL DETERMINANTE	Familiar
CONSUMO DE MARCAS	Nunca